HISTÓRIA INTELECTUAL LATINO-AMERICANA

ITINERÁRIOS, DEBATES E PERSPECTIVAS

ORGANIZAÇÃO

Maria Elisa Noronha de Sá





HISTÓRIA INTELECTUAL LATINO-AMERICANA



Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.

Vice-Reitor

Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

HISTÓRIA INTELECTUAL LATINO-AMERICANA

ITINERÁRIOS, DEBATES E PERSPECTIVAS

ORGANIZAÇÃO Maria Elisa Noronha de Sá





Editora PUC-Rio

Rua Marquês de S. Vicente, 255 Projeto Comunicar, casa Agência/Editora 22453-900 Rio de Janeiro, RJ T/F 55 21 3527 1760 / 55 21 3527 1838 edpucrio@puc-rio.br www.puc-rio.br/editorapucrio

Conselho Gestor:

Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, Hilton Augusto Koch, José Ricardo Bergmann, Luiz Alencar Reis da Silva Mello, Luiz Roberto Cunha, Paulo Fernando Carneiro de Andrade e Sergio Bruni

Revisão de originais: Beatriz Dinis Revisão de prova paginada: Cristina da Costa Pereira Projeto gráfico: Regina Ferraz

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita das Editoras.

ISBN: 978-85-8006-209-0

© EDITORA PUC-RIO, Rio de Janeiro, Brasil, 2016.

História intelectual latino-americana : itinerários, debates e perspectivas / organização: Maria Elisa Noronha de Sá.

- Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

272 p.; 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-8006-209-0

1. América Latina – História. 2. Intelectuais – Atividades políticas – América Latina. I. Sá, Maria Elisa Noronha de.

Agradecimentos

Aos colegas professores de história da América de outras universidades do Rio de Janeiro e do país que trabalham com temáticas de história intelectual e que atenderam prontamente ao meu chamado (inclusive trazendo seus orientandos ou patrocinando a vinda deles); e ao professor Jorge Myers, com quem construí uma parceria importante há muitos anos.

Aos orientandos de mestrado e doutorado que também toparam apresentar e discutir os resultados ainda parciais de suas pesquisas.

Ao Departamento de História, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura e ao Laboratório de Teoria, Historiografia e História Intelectual – em especial aos professores Marco Antonio Villela Pamplona e Diego Antonio Galeano, que comentaram alguns dos trabalhos apresentados, aos alunos e ao pessoal da secretaria. A Anair, Claudio, Cleuza e Moisés, pelo apoio logístico, acadêmico, financeiro e pessoal.

Aos alunos de iniciação científica (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic), aos bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e aos voluntários, Juliana Sabatinelli, James Gerald Coutinho Marko, Beatriz Gonçalves dos Santos e Daniela Vidal, que foram fundamentais não só na organização e no bom funcionamento do seminário, como, principalmente, tiveram e têm uma participação importante no desenvolvimento da pesquisa do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE).

À Faperj que, com a bolsa JCNE, permitiu a realização desse encontro.

Sumário

Hi	oresentação stória intelectual latino-americana: itinerários, bates e perspectivas • Maria Elisa Noronha de Sá	9
1.	Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem • <i>Jorge Myers</i>	23
2.	Era necesario escribir para el pueblo: a Geração de 1837 entre frivolidades e a busca de simpatias políticas em La Moda (1837-1838) • José Alves de Freitas Neto	57
3.	"Ojeada sobre el Brasil": impressões de Sarmiento sobre o Império do Brasil em meados do século XIX • Maria Elisa Noronha de Sá	79
4.	Estratégias de reinserção: a <i>Revista del Río de la Plata</i> como instrumento de reinserção de Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López na cena política bonaerense • <i>Bruno Passos Terlizzi</i>	95
5.	História política, imprensa e biografia: conservadorismo e governo representativo em Alberdi (1840-1850) • Affonso Celso Thomaz Pereira	109
6.	Temas republicanos em José Martí • Fabio Muruci	135
7.	Modernidade e exílio no epistolário martiano. Notas sobre a produção das escenas norteamericanas • Lucas Machado dos Santos	149
8.	Fundando a nação a partir do Deserto: relações entre Estado argentino e grupos indígenas no pré-expansão territorial • Alessandra Saixlack Conzalez	177

 ¿El gaucho está muerto? Os embates da intelectualidade argentina frente ao criollismo no contexto do Centenário de Independência • Ivia Minelli 	203
10. Reflexões sobre o conceito de raça no pensamento de Fernando Ortiz • Fernando Luiz Vale Castro	215
11. O trabalho com revistas de humor gráfico e outros desafios para a história intelectual latino-americanaPriscila Pereira	235
 12. "A hora da América": Brasil e EUA no projeto continental das revistas Cuadernos Americanos e Repertorio Americano (1940-1949) • Bárbara de Almeida Guimarães 	249

APRESENTAÇÃO

História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas

Maria Elisa Noronha de Sá*

Este livro reúne os textos apresentados no Seminário *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas* ocorrido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em junho de 2016. O seminário foi organizado como parte das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto "Intelectuais e a constituição de um novo vocabulário político na América Ibérica no século XIX", com financiamento do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), de agosto de 2013 a agosto de 2016.

Este projeto de pesquisa insere-se no campo da história intelectual e teve como tema geral o estudo comparativo entre o pensamento de alguns intelectuais considerados autores e atores privilegiados nos processos de independência e na construção dos estados nacionais na América Ibérica ao longo do século XIX. O objetivo foi analisar como determinadas ideias, palavras e conceitos foram criados e/ou ressignificados neste momento de construção de novas identidades nacionais e continentais, constituindo um novo vocabulário político no mundo ibero-americano. Um vocabulário em boa medida comum ao mundo atlântico, mas que apresentou, historicamente, em função das circunstâncias políticas e sociais peculiares de cada área e de cada país, modalidades às vezes fortemente diversas de entender as práticas, categorias e instituições da vida política.

^{*} Professora de história da América do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

O seminário reuniu pesquisadores – professores, doutorandos e mestrandos – de diferentes instituições e programas de pós-graduação nacionais (PUC-Rio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Estadual de Campinas) e internacionais (Universidad Nacional de Quilmes, Argentina) que trabalham com a história intelectual latino-americana e desenvolvem estudos nesse campo para debater as pesquisas em andamento. Além do trabalho conjunto entre diferentes instituições de ensino e distintos programas de pós-graduação, esta foi uma oportunidade para discutirmos, no interior do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio e da sua linha de pesquisa Teoria, Historiografia e História Intelectual, o "estado atual" dos estudos de história intelectual sobre temáticas latino-americanas no Brasil.

Nos últimos anos, a história intelectual se converteu em ponto de encontro de distintas tradições, da história política à crítica literária, da história dos conceitos aos estudos da cultura urbana, da história das ideias à história das linguagens. Escritores consagrados e leitores anônimos, revistas de pouca circulação e projetos editoriais de ampla repercussão, ideias, imaginários, materialidades e redes são exemplos dos objetos incluídos no expansivo campo da história intelectual. O presente livro propõe percorrer alguns de seus núcleos problemáticos mais relevantes, vinculando a reflexão teórica e historiográfica a um conjunto de trabalhos representativos de distintas estratégias de abordagem da história intelectual que se debruça sobre temáticas latino-americanas.

São conhecidas as dificuldades com as quais nós, historiadores, nos defrontamos ao problematizar as relações entre ideias e história na construção de certo tipo de conhecimento histórico no qual as ideias se constituem como objeto principal. Não se pretende discutir aqui o conjunto de perspectivas teóricas e metodológicas contemporâneas que conformam e disputam o campo de investigações históricas acerca do pensamento e que se apresentam através de múltiplas denominações, tais como: história das ideias, história intelectual, história social das ideias, história cultural, his-

tória dos discursos, das ideologias, das linguagens etc. Importa pensar como tais perspectivas — ao definirem a natureza de seu campo de estudos e os modos adequados de pesquisa e elaboração intelectual — podem nos fornecer não um método único e eficiente a ser aplicado, mas, sim, delimitar um horizonte de reflexões sobre as possibilidades e os problemas com os quais nossas pesquisas se defrontam neste campo.

Boa parte dos historiadores prefere, hoje, a denominação "história intelectual", cujo campo abrangeria o conjunto das formas de pensamento, em lugar da tradicional "história das ideias". O consenso é significativo quando se trata de afirmar as conexões entre a história intelectual e a história social e, ainda, os laços com a antropologia e a sociologia. A história intelectual abarcaria, assim, uma preocupação com a articulação das ideias às suas condições externas — "com a vida do povo que é o seu portador" (Falcon, 1997: 96). Não se trataria mais de uma história de ideias desencarnadas, que existem por si, mas de ideias relacionadas a um determinado contexto. Uma consequência importante disso é a tendência da história intelectual para romper os limites disciplinares estabelecidos, já que visa inserir o estudo das ideias e atitudes no conjunto das práticas sociais.

Nos últimos 20 anos, ampliou-se, entre os historiadores, a discussão em torno de enfoques que pretendem ir além das fronteiras estabelecidas pelo Estado-Nação moderno. O debate tem questionado as propostas da mais tradicional história comparada e tem abarcado concepções mais recentes, como as histórias conectadas, a história transnacional e as histórias cruzadas. Da mesma maneira que o ambiente posterior à primeira Guerra Mundial explica, em parte, a defesa da história comparada e as críticas de historiadores como Henri Pirenne e Marc Bloch ao confinamento de outros pesquisadores dentro dos espaços nacionais, os tempos recentes, da chamada globalização, propiciam a discussão sobre a construção de histórias conectadas, transnacionais ou cruzadas. Estas questionam não só o ponto de vista estritamente nacional, como também criticam a existência de um único centro irradia-

dor de poder e de saber e o estabelecimento de uma hierarquia que deu à Europa, e mais recentemente aos Estados Unidos, um lugar de primazia, superior ao resto do mundo. Esta crítica ao nacional encontra na historiografia do século XIX um campo mais do que profícuo. Estudar aquele tempo de "nacionalidades flutuantes", quando as ideias e projetos de nação estavam sendo gestados e experimentados, quando as fronteiras do nacional eram fluidas, impõe ultrapassar a visão tradicional de uma história comparada que parta do nacional.

Já se passaram, pelo menos, duas décadas do que poderíamos chamar de uma inflexão na história política latino-americana no sentido de valorizar o uso e o sentido da linguagem, os atores e os meios de circulação e de produção de ideias. Os esforços de historiadores de diferentes partes do continente apontaram, entre outros caminhos, para uma crescente valorização da denominada história intelectual. Composto por 12 artigos, este livro pretende discutir e apresentar ao público uma reflexão sore o "estado atual" dos estudos de história intelectual com temáticas latino-americanas no Brasil, uma perspectiva historiográfica que vem se ampliando de forma considerável nos últimos anos.

* * *

O artigo que abre a coletânea é o texto da conferência proferida pelo professor Jorge Myers, do Centro de História Intelectual da Universidad de Quilmes, na Argentina, intitulado "Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem". O autor analisa, de maneira densa e refinada, o que seria o campo da história intelectual no presente: um domínio de fronteiras frouxas, permeáveis e incertas, em cujo interior se entrecruzam e se sobrepõem numerosas correntes disciplinares. Assim, define a história intelectual, inicialmente, como uma forma de interrogar o passado que privilegia e enfatiza as formas de pensar, de discorrer e de imaginar que os seres humanos manifestaram em seu tempo. O artigo mostra como essa vertente demarca um campo de indagação histórica

que se diferencia – tanto em seu método quanto em seu objeto – de duas perspectivas disciplinares que lhe são muito próximas: a "história das ideias", em suas várias formulações tradicionais (desde a *Kulturgeschichte* e a *Geistesgeschichte* alemãs das décadas finais do século XIX, até os defensores contemporâneos de um retorno, modernizado, ao projeto de Arthur Lovejoy e seus seguidores); e a história dos intelectuais, postulada no rastro da sociologia dos intelectuais (em suas versões elaboradas desde Karl Mannheim até Pierre Bourdieu e outros, posteriores).

Ampliando seu esforço de definição, Jorge Myers afirma que a história intelectual consiste em uma exploração da produção douta realizada pelas elites letradas do passado, enfocada a partir de uma perspectiva que considera a própria condição de inteligibilidade histórica dessa produção como derivada de sua reinserção (por parte do pesquisador) em um contexto social e cultural – simbólico e material – historicamente específico que, na maioria dos casos, será o contemporâneo dessa produção.

Em seguida, o autor apresenta algumas linhas que o desenvolvimento da história do pensamento seguiu no período prévio à plena (ainda que provisória e contingente) consolidação da história intelectual como espaço disciplinar. O texto traz ainda uma excelente reflexão sobre o aprimoramento do projeto analítico e interpretativo da história intelectual desde meados do século XX, no mundo, na América Latina e, principalmente, na Argentina.

Por fim, Myers se propõe a ensaiar, para fins estritamente heurísticos e especulativos, uma tentativa de definição da história intelectual como é praticada (ou como deveria ser praticada) hoje. Então, afirma que, sem estar filiada a nenhuma posição teórica exclusiva, a história intelectual refere-se às investigações que analisam os processos de produção de significados no interior de uma sociedade, centrando sua análise tanto no resultado final desses processos, com seus conteúdos — que, por sua própria natureza, estão abertos a uma pluralidade de interpretações —, quanto nos produtores e nos contextos em cujo interior estão inseridos os discursos.

Os quatro textos que se seguem tratam de temáticas que dizem respeito à chamada Geração de 1837, na Argentina, e ao contexto intelectual da região do Prata, no século XIX.

O artigo de José Alves de Freitas Neto, "*Era necesario escribir para el pueblo*: a Geração de 1837 entre frivolidades e a busca de simpatias políticas em *La Moda* (1837-1838)", analisa o periódico *La Moda: gacetín semanal de música, de poesía, de costumbres*, editado por Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez e Rafael Corvalán, publicação que circulou em Buenos Aires entre 1837 e 1838. Seu intuito é compreender o lugar deste semanário nos estudos sobre a Geração de 1837, com ênfase não só na percepção da vida cotidiana portenha e em suas representações simbólicas, como também na busca de seus editores pela conquista de um público leitor – principalmente mulheres e jovens.

O texto explora um dos campos mais profícuos dos estudos de história intelectual contemporânea, o dos periódicos e seu papel na propagação de ideias culturais e políticas no século XIX. No caso de La Moda, a tarefa torna-se mais instigante pois trata-se de colocar em evidência textos marginais ou "frívolos", até pouco tempo considerados menos relevantes no universo da história intelectual argentina, mas fundamentais para pensar as práticas da vida privada, a constituição de uma esfera pública no período e a criação de um repertório republicano num cenário no qual parecia que tudo estava por ser feito. O artigo aborda os temas e as crises dos editores na construção de um imaginário público e patriótico que expressaria o progresso da humanidade e o "espírito da nação", bem como as ambiguidades e ironias diante do rosismo. Dos temas supostamente frívolos às divergências com o público leitor, La Moda é uma fonte pouco usual para compreender os alcances e estratégias dos editores, especialmente Juan Bautista Alberdi, na elaboração de um repertório intelectual que marcou o pensamento político e cultural da Argentina a partir da Geração de 1837.

O artigo "'Ojeada sobre el Brasil': impressões de Sarmiento sobre o Império do Brasil em meados do século XIX", de Maria Elisa

Noronha de Sá, analisa as imagens do Império do Brasil nos escritos de Domingo Faustino Sarmiento, especialmente nos artigos publicados em *El Mercurio* e em *El Progreso*, nos anos de 1842 e 1844. A proposta é explorar, na chave da história intelectual e das histórias cruzadas, os efeitos desses "olhares cruzados" na construção das representações identitárias da Argentina e do Brasil na primeira metade do século XIX.

Observando os textos analisados, escritos alguns anos antes da publicação do Facundo (1845), a autora sugere que, ao pensar sobre o Império do Brasil, Sarmiento parece ensaiar a sua interpretação fundada na dicotomia entre civilização e barbárie desenvolvida posteriormente naquele livro. O Brasil aparece como um país despovoado, deserto, que apresenta em muitas partes de seu território condições de vida próximas à selvageria, inclusive pela escravidão, ao mesmo tempo em que possui inúmeras cidades ricas, povoadas, com um estilo de vida semelhante ao da civilização europeia. Convivem, assim, dois modos de vida opostos e hostis entre si – o bárbaro e o civilizado, este último triunfante, pois apoiado na monarquia constitucional. A imagem do Brasil oscila entre um olhar negativo e um positivo, ao sabor dos diversos posicionamentos de Sarmiento com relação às políticas externa e interna do Império e da nascente República Argentina, além do cambiante contexto intelectual em cujo interior se articularam estas sucessivas miradas sarmientinas sobre o Brasil.

Em "Estratégias de reinserção: a Revista del Río de la Plata como instrumento de reinserção de Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López na cena política bonaerense", Bruno Passos Terlizzi baseia-se nas noções de itinerário político e sociabilidades cruzadas para considerar a atuação de Juan María Gutiérrez (1809-1878) e Vicente Fidel López (1815-1903) à frente da edição e composição da Revista del Río de la Plata (1873-1878). A análise é feita a partir dos trabalhos na constituição dos campos historiográfico e crítico-literário, como uma das principais ações intelectuais dos dois escritores argentinos da Geração de 1837 para se restabelecerem frente à comunidade político-intelectual bonaerense.

O autor mostra como, inicialmente, Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López apoiaram e participaram ativamente do governo da Confederação Argentina, liderada pelo caudilho Justo José de Urquiza, entre 1852 e 1862. Também revela como, depois, com a crise e a consequente queda do governo confederado diante da pressão e da hegemonia político-militar de Buenos Aires, os dois letrados passaram por um período de ostracismo político dentro da política provincial, empreendendo rumos distintos até seu definitivo retorno à cena político-intelectual bonaerense a partir da década de 1870. Conjugando suas atividades docentes junto à Universidade de Buenos Aires com as suas atuações políticas na legislatura provincial de 1872, Gutiérrez e López funcionaram, neste contexto, como analistas críticos das disputas facciosas entre mitristas e alcinistas, criando consenso e aceitação intelectual de suas figuras. Lançando mão da análise dos caminhos e abordagens da história dos intelectuais, Bruno Terlizzi busca compreender o impacto da grafosfera na produção de sentido e de autoridade entre os componentes da Geração de 1837 em um contexto marcadamente politizado, como foram os governos de Urquiza, Mitre, Sarmiento e Avellaneda, entre 1862 e 1880.

No artigo "História política, imprensa e biografia: conservadorismo e governo representativo em Alberdi (1840-1850)", Affonso Celso Thomaz Pereira aborda a relação entre imprensa, biografia e história do discurso político na América Latina do século XIX, produzindo um excelente trabalho de história intelectual na esteira da revalorização do papel da imprensa na constituição da arena política no período.

O autor concentra sua investigação na análise de dois textos do argentino Juan Bautista Alberdi publicados no Chile, em seu período de exílio: "Biografía del General don Manuel Bulnes. Presidente de la República de Chile", escrito em julho de 1846, e "La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo", de maio de 1847. Trata das condições específicas de produção e publicação dos artigos, de suas repercussões e, a partir disso, propõe uma discussão acerca de alguns aspectos centrais do discurso

republicano de Alberdi desenvolvido na fronteira de sua mirada entre Chile e Argentina em meados do século XIX: a forma representativa de governo, o tema da oposição política e a defesa do conservadorismo. Também analisa o que chama de giro transigente, uma defesa que Alberdi passa a fazer desde o Chile, a partir de 1847, de uma possibilidade de acordo entre os unitários, liberais e exilados com os federalistas e com Rosas. Seu argumento move-se na direção de que o aprendizado político, elaborado no espaco público, produziu uma mudanca de perspectiva em relação à concepção da autoridade do poder e do sistema representativo no interior de uma linguagem republicana. Em contraste com as perspectivas historiográficas que pensam o contexto político chileno dos anos 1840 como um modelo de paz e estabilidade, a análise do autor revela um campo tenso, em permanente negociação e conflito, em que os limites da estabilidade, da democracia, da Constituição eram permanentemente estendidos e pressionados de acordo com as disputas políticas e sociais que se apresentavam.

Seguem-se dois artigos que trazem originais análises sobre o pensamento e a biografia do intelectual cubano José Martí. O texto "Temas republicanos em José Martí", de Fabio Muruci, analisa os fundamentos políticos do pensamento deste importante intelectual, especialmente o tema do republicanismo e questões a ele relacionadas, como cidadania e noções de bem comum, que convivem com elementos mais característicos do pensamento liberal, como a liberdade individual e o direito de propriedade.

Muruci analisa também a trajetória de estudos sobre a obra de José Martí numa perspectiva sincrônica e diacrônica, e ressalta como estes têm sido marcados por intensas divisões e disputas ideológicas que duram até hoje. Chama a atenção para o fato de que muitas vezes essas interpretações resultam em classificações potencialmente anacrônicas, ao usarem categorias e expectativas geradas durante a Guerra Fria. Neste sentido, entre as décadas de 1920 e 1950, os aspectos de sua obra relacionados com a aproximação aos Estados Unidos e a presença dos ideais liberais predominaram; assim como, após a Revolução Cubana de 1959,

interpretações mais interessadas nas críticas martianas ao imperialismo norte-americano e em sua simpatia pelos movimentos trabalhistas ganharam destaque. O texto pretende, assim, recuperar a especificidade e a integridade do pensamento martiano, que trabalhava com temas políticos sem as fronteiras construídas em períodos posteriores.

Em "Modernidade e exílio no epistolário martiano. Notas sobre a produção das escenas norteamericanas", Lucas Machado dos Santos aborda alguns dos conflitos existenciais e pessoais relacionados diretamente à experiência de exílio do cubano José Martí, nos anos de sua residência em Nova York. A proposta do autor é enfocar a experiência do exílio, com o objetivo de compreender a hermenêutica através da qual Martí estabeleceu uma relação que alternou proximidade e distância nos modos de observação e compreensão da sociedade norte-americana. Para isso, analisa o epistolário martiano, na tentativa, bem-sucedida, de se acercar dos elementos mais subjetivos nos quais as crônicas foram diretamente embebidas. Nota que a linguagem pública empregada nas crônicas, por sua intensidade subjetiva, deixa entrever aspectos pessoais na interpretação daquela sociedade, que aparecem, por assim dizer, infiltrados em trechos surpreendentes, que saltam à vista do leitor desavisado. Deste modo, a comparação entre a linguagem pessoal e o denominado caráter autobiográfico no epistolário e a linguagem pública exercitada nas crônicas leva-nos a entender até que ponto e de que maneira esta experiência pessoal do exílio interferiu nas interpretações da sociedade norte-americana desenvolvida nas crônicas.

Ao trabalhar com temáticas recentemente incorporadas aos estudos no campo da história intelectual, como a questão do território e das relações com os indígenas no período de construção dos estados nacionais, Alessandra Seixlack Gonzalez, em seu texto "Fundando a nação a partir do Deserto: relações entre Estado argentino e grupos indígenas no pré-expansão territorial", analisa os esforços engendrados pelo Estado argentino, ao longo do século XIX, para consolidar sua jurisdição sobre determinadas porções

territoriais como o Chaco, os Pampas e a Patagônia, que pertenceram ao vice-reinado do Rio da Prata e que permaneceram geograficamente marginalizados durante séculos.

No século XIX, essas espacialidades consistiam em zonas de soberania incerta e meramente formal e eram almejadas por comunidades políticas que se consolidavam a partir da construção de sua própria territorialidade. Além disso, constituíam espaços fronteiricos, submersos em uma realidade permeável, difusa e dinâmica. Caracterizavam-se pela circulação de ideias, pessoas, objetos, recursos e tecnologias; eram definidas e atravessadas por múltiplas relações interétnicas – entre grupos indígenas e entre eles e os grupos hispanocriollos – e sujeitavam-se a lógicas de negociação, alianças, intercâmbios e conflitos. A autora destaca ainda a fundamental relação dessas espacialidades com a ideia do deserto e de vazio. O trabalho mostra como a recuperação da unidade territorial existente no período colonial supunha o enfrentamento de obstáculos, fossem eles as disputas limítrofes com outras jovens Repúblicas hispano-americanas ou o conflito com grupos indígenas "araucanizados". Neste sentido, ela analisa os discursos políticos proferidos pela intelectualidade criolla, principalmente por meio da imprensa, tanto no meio civil quanto militar, para justificar e impulsionar o processo de expansão territorial vivido pelo Estado argentino neste período. Ao mesmo tempo, busca analisar as redes de intercâmbio mantidas entre as principais chefaturas indígenas (longkos) e as autoridades criollas, demonstrando que os nativos também foram capazes de organizar formas de resistência ao avanço promovido pelo Estado nacional sobre suas terras.

Ivia Minelli, em seu artigo "¿El gaucho está muerto? Os embates da intelectualidade argentina no contexto do Centenário de Independência", propõe-se a mapear alguns dos diferentes interesses intelectuais que ocuparam a cena literária e periodista na época do Centenário de Independência da Argentina, estruturando alguns debates desenvolvidos nesse momento em relação à letra nacional. Neste caminho, depara-se com questões sobre a narrativa do nacional e com as mais diversas disputas que essa linguagem

despertou entre os intelectuais do período. Demonstra que esse embate em torno das comemorações do Centenário, por um lado, desenha as articulações de diferentes propostas literárias frente aos impasses da modernidade; por outro, define o parâmetro elitista desse contexto. Com o objetivo de ampliar as vozes críticas e dissonantes, a autora faz referência tanto a famosos intelectuais quanto a periodistas e payadores condenados a uma simples recordação folclórica na posterior consolidação do cânone literário argentino. Neste sentido, destaca a recorrente figura do gaucho como tema central da questão sobre a identidade nacional na literatura criollista, embora ela estivesse anunciada nesse período sob distintas perspectivas: o gaucho era declarado morto para os que já não podiam evitar os encantos do homem moderno; era reverenciado pelos defensores da tradição nacional frente aos entraves da modernidade; era decretado arquétipo do glorioso passado argentino pelos que buscavam colocar a história e a linguagem nacionais numa linha evolutiva e, portanto, universal. O trabalho contribui, assim, para mostrar como os anos 1910 podem revelar uma significativa heterogeneidade intelectual ao se propor a conectar esses diferentes discursos, alguns muito pouco conhecidos do público em geral e registrados pelas renegadas revistas criollas, provenientes de uma cultura criollista silenciada.

A partir da hipótese de que na primeira metade do século XX teria ocorrido uma série de mudanças conceituais relacionadas ao conceito de raça na América Latina, o artigo "Reflexões sobre o conceito de raça no pensamento de Fernando Ortiz", de Fernando Luiz Vale Castro, analisa as ideias sobre raça do intelectual cubano Fernando Ortiz (1881-1969), entre os anos 1920 e 1940, ao ponderar sobre alguns dos paradigmas que influenciaram suas reflexões, em especial os elementos relacionados à antropologia cultural e ao espiritismo, entendido a partir de um viés universalista. O texto demonstra que Ortiz foi um intelectual multifacetado e que, portanto, suas concepções sobre raça só podem ser compreendidas quando inseridas em uma perspectiva caleidoscópica, e não por um viés unidimensional. O autor defende a tese de

que Ortiz repensou a identidade cubana a partir da negação ou, no mínimo, da relativização dos preceitos racialistas, sobretudo lombrosianos, de fins do século XIX e primeiros anos do século XX, e a partir da valorização de aspectos culturais do povo cubano, mais precisamente da influência de suas diferentes manifestações étnico-culturais, que foram a base para a formulação do conceito de transculturação. Em síntese, o trabalho contribui para a compreensão de como foram elaborados discursivamente os processos de "culturalização da raça" e de valorização do hibridismo cultural na América Latina, observando as rupturas e as continuidades em relação ao racialismo científico que caracterizou o século XIX e as primeiras décadas do século XX, em diálogo com o panorama do desenvolvimento do discurso racial à época.

No artigo "O trabalho com revistas de humor gráfico e outros desafios para a história intelectual latino-americana", Priscila Pereira traz uma provocação e um desafio. A partir da constatação de que o trabalho com revistas e grupos culturais se tornou um dos pilares da intensa renovação pela qual vem passando este campo historiográfico, ela aponta para o fato de que alguns objetos que fazem parte da indústria jornalística e que poderiam ser definidos como "revistas culturais" ainda não mereceram o devido destaque por estudiosos da história intelectual, nem foram incorporados de maneira substancial aos seus domínios.

É o caso das revistas de humor gráfico, abordadas no texto, que têm uma presença marcante na tradição letrada da região. De natureza humorística ou satírica, estas revistas conformam redutos importantes de circulação de ideias – hegemônicas ou marginais –, aglutinando pequenos produtores culturais, gente da boemia jornalística, escritores e humoristas ligados ou não ao *establishment*. Essas revistas também se relacionam com a cultura do entretenimento, nas suas mais variadas expressões e no entroncamento com o que se convencionou chamar de "cultura popular". O texto levanta, assim, algumas questões em torno da interseção da chamada "nova história intelectual" com esta tradição humorística presente na América Latina, responsável pela proliferação

de revistas e agentes culturais; por exemplo: a inclusão do humor e das revistas humorísticas como objeto de estudo envolve a aceitação de novos agentes culturais (como cartunistas, cronistas, humoristas, contadores de piadas etc.), de novos cenários da vida intelectual (o bar, a rua, as *peñas*) e de novos objetos (a charge, a caricatura, o cartum, a vinheta solta, a piada, a miscelânea, a crônica humorística etc.), além da problematização da relação entre as culturas populares, a indústria cultural e seus mediadores culturais e do redimensionamento do próprio conceito de intelectual. Afinal, como afirma Priscila, cartunistas e humoristas têm e/ou tiveram um papel relevante na definição do debate político-cultural, servindo como operadores da esfera da opinião pública.

A coletânea se encerra com o texto de Bárbara de Almeida Guimarães, "'A hora da América': Brasil e EUA no projeto continental das revistas Cuadernos Americanos e Repertorio Americano (1940-1949)", que analisa os projetos de identidade continental americana propostos por colaboradores de dois importantes periódicos de circulação transnacional, ao longo da década de 1940: a revista costa-riquenha Repertorio Americano e a mexicana Cuadernos Americanos. Frutos de distintas formas de investimento, tais publicações foram iniciadas pela necessidade de dar voz a intelectuais americanos e a exilados europeus, buscando inculcar nos leitores a necessidade de união entre os países do continente frente aos abalos da Europa, imersa na Segunda Guerra Mundial e em outros conflitos. Com o propósito de compreender a adesão continental estimulada nas revistas, a autora analisa as inserções e distanciamentos do Brasil e dos Estados Unidos nos projetos editoriais, de acordo com o rumo dos acontecimentos internacionais.

Bibliografia

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 96.

1.

Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem

Jorge Myers*

À la recherche... de uma definição sucinta do campo

Aquilo que hoje costumamos chamar de história intelectual delimita um campo de fronteiras frouxas, permeáveis, incertas quiçá, e em cujo interior entrecruzam-se e sobrepõem-se numerosas correntes disciplinares. Uma forma de interrogar o passado, entre muitas outras, nem melhor nem pior que as perspectivas historiográficas que enfatizam o fato econômico ou o social, que consideram que a alta política ou a experiência popular das massas são o eixo, a chave mestra para qualquer interpretação histórica. Se a história intelectual privilegia uma análise que enfatiza as formas de pensar, de discorrer e de imaginar que os seres humanos manifestaram no passado, isso não se dá porque se pense que resida aí uma solução definitiva e única aos enigmas do passado, mas, antes, porque simplesmente se pensa que sem uma atenção meticulosa e exaustiva, sem investigação sistemática dedicada a essa problemática, nossa compreensão da história permaneceria incompleta.

Talvez seja mais fácil descrever aquilo que a história intelectual não é, do que especificar aquilo que a define. Em termos bem sucintos, pode-se dizer que a *história intelectual* demarca um campo de indagação histórica que se diferencia – tanto em seu método, quanto em seu objeto – de duas perspectivas disciplinares que lhe são muito próximas: por um lado, da "história das ideias" em suas várias formulações tradicionais (desde a *Kulturgeschichte* e a *Geis*-

^{*} Centro de História Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (UNQ/CONICET).

tesgeschichte alemãs das décadas finais do século XIX, até os defensores contemporâneos de um retorno, modernizado, ao projeto de Arthur Lovejoy e seus seguidores); e, por outro, da história dos intelectuais postulada no rastro da sociologia dos intelectuais (em suas versões elaboradas desde Karl Mannheim até Pierre Bourdieu e outros, posteriores).

Esse campo flutuante e de fronteiras difusas que a história intelectual reconhece como seu difere dessas duas formas alternativas de abordagem da história "do intelectual", mas não permanece por causa disso inteiramente separado do centro de interesse de ambas. Em alguma fase, em algum momento de qualquer projeto de pesquisa de temas da história intelectual, o estudioso irromperá no terreno alheio da história das ideias ou da história dos intelectuais – se verá obrigado a fazê-lo –, e o fará porque o caminho de sua própria investigação não encontrará forma possível de ignorar completamente essas perspectivas disciplinares, nem de evitar utilizar ao menos alguns de seus insumos, caso pretenda elaborar uma reflexão o mais completa possível sobre seu objeto de estudo.

Definir algo por aquilo que não é costuma ser, claro, um exercício de regressão infinita e, ao final, pouco satisfatória. Antes de esboçar algumas linhas que o desenvolvimento da história do pensamento seguiu no período prévio à plena consolidação da história intelectual como espaço disciplinar — e apresso-me a esclarecer que, por mais plena que pareça a consolidação de uma disciplina ou subdisciplina, ela é sempre um fato provisório, contingente —, proponho-me a ensaiar, para fins estritamente heurísticos e especulativos, uma tentativa de definição da história intelectual como é praticada (ou como deveria ser praticada) hoje.

Uma formulação muito sucinta poderia ser a seguinte: a história intelectual consiste em uma exploração da produção douta realizada pelas elites letradas do passado, enfocada a partir de uma perspectiva que considera a própria condição de inteligibilidade histórica dessa produção como derivada de sua reinserção (por parte do pesquisador) em um contexto social e cultural – simbólico e material – historicamente específico que, na maioria dos

casos, será o contemporâneo dessa produção. Cabe esclarecer que entendo por "produção douta" um universo de produção que não se limita ao campo da escrita, nem das disciplinas acadêmicas, mas que também abarca todas aquelas formas de expressão humana que utilizam linguagens que não costumam ser evocadas pelo termo "escrita": desde as artes plásticas, incluindo a arquitetura, até a música culta e popular, passando pelas matemáticas e suas aplicações; mesmo as artes cênicas e cinematográficas apareceriam abarcadas por essa formulação. O termo "douto" refere-se à necessidade de uma linguagem elaborada, complexa, que remeta a uma tradição, mas não só a uma linguagem expressa por signos alfabéticos ou caracteres pictográficos.

Mesmo que a muitos leitores possa parecer óbvio, creio, em função de meus muitos anos como docente, que outro esclarecimento sobre os termos de minha definição também possa resultar pertinente. Se o objeto a ser estudado consiste "nas elites letradas", cabe esclarecer que essas elites não estão definidas a priori por nenhum pertencimento de classe ou de estamento. Sua condição de "elite" deriva de seu nível de especialização nos recursos simbólicos necessários para produzir um discurso douto sobre qualquer atividade ou experiência humana. Consequentemente, a definição que sugerimos inclui, por exemplo, os operários que editam um periódico sindical em sua fábrica, e/ou aqueles que enviam artigos sobre os problemas de seu *métier* a revistas especializadas em seu ofício. Inclui, para empregar a terminologia de Antonio Gramsci, qualquer "intelectual orgânico", ou grupo de "intelectuais orgânicos" que, por seu nível de autoconcentração de recursos simbólicos, esteja em condições de desenvolver um discurso que interpele um âmbito mais extenso que o próprio entorno mais imediato, sendo a decisão acerca da presença ou não dessas condições uma das tarefas a ser resolvida pelo pesquisador dedicado à história intelectual. É certo também que, em sociedades marcadas por uma distribuição desigual dos recursos, como todas as que existem hoje no mundo, existirá uma tendência a uma identificação entre os setores dominantes da sociedade e os membros das elites

letradas, mas uma tendência contingente não é o mesmo que uma determinação necessária.

Sem pretender esgotar, no espaço deste ensaio, as múltiplas implicações de semelhante formulação, sugiro que algumas das mais úteis, de um ponto de vista heurístico, poderiam ser: primeiro, que a história intelectual inclui, em seu universo de indagação histórica, o mesmo tipo de enunciados que uma história das ideias como a de Arthur Lovejoy englobava sob sua fórmula de "ideias-unidade" (*unit-ideas*), mas as ressignifica ao desarticulá-las das longas tradições diacrônicas às quais se prestava essa conceituação do germano-norte-americano, encaixando-as, em troca, num contexto social específico, cujas linhas de continuidade com as etapas anteriores e posteriores não podem ser presumidas como um *a priori* isento de demonstração (nem pressupostas como algo que existiria sem um esforço explícito de elaboração – de "construção de tradições" – por parte das elites intelectuais da época).

Quer dizer, enquanto o projeto de história das ideias que deu nascimento ao Journal of the History of Ideas tinha como pressupostos a continuidade de tradições de pensamento de longa duração e/ou o deslocamento de certas ideias-unidade de uma época a outras muito distintas, a história intelectual parte de um pressuposto alternativo. Para esta, "as ideias", "o pensamento" estão sempre enraizados em um contexto histórico específico, e isso implica que estejam necessariamente "marcados", no que tange à sua possível gama de significados, pelas crenças, atitudes, esperanças, formas materiais e simbólicas de comunicação e, ainda, pelas imaginações possíveis da época em cujo interior se situam (que não necessariamente é aquela em que se originaram os vocabulários, as palavras-chave, os discursos e emblemas que lhe servem de veículo). E, também, o perfil de objeto que emerge ante o olhar escrutador do historiador dedicado à história intelectual é o de uma produção intelectual cuja face simbólica aparece de maneira irrefutável, unida à sua face material – e vice-versa –, e cujo ato de enunciação original, tanto como sua posterior circulação exigem um ator social que seja o autor e/ou receptor desses objetos.

A historicidade da história intelectual tem raiz em seu projeto de apreender as ideias, os discursos, o pensamento, as ideologias como artefatos históricos cuja condição de possibilidade de serem portadores de significado exige a presença de um conjunto de interlocutores cuja identidade sócio-histórica possa ser empiricamente reconhecida. O objeto da história das ideias, em sua formulação "clássica", de meados do século XX, resultaria então incomensurável com o objeto da história intelectual, tal como esta vem sendo elaborada e formulada teórica e metodologicamente desde os anos 1980 até a presente data. Mas não pode, por causa disso, o historiador dedicado à história intelectual prescindir das orientações e sugestões acerca de sua área de investigação que lhe possam chegar de obras de história das ideias escritas segundo os parâmetros canônicos dessa corrente, já que, apesar dessa incomensurabilidade, a história das ideias transita por alguns dos mesmos espaços que atravessa a história intelectual.

A história social (ou política, ou cultural) dos intelectuais, por sua vez, ofereceria um insumo, um suporte, imprescindível a qualquer projeto de história intelectual que pretendesse achar uma resposta coerente para os complexos enigmas que o passado apresenta ao historiador-intelectual, mas por si só não alcançaria os objetivos específicos que persegue a história intelectual. Quer dizer, à luz da definição ensaiada acima, enquanto a história das ideias e a história intelectual demarcam projetos radicalmente alternativos, embora próximos em alguns casos parcialmente ocultos, a história dos intelectuais – cujas ferramentas são inteiramente pertinentes ao objetivo de reconstrução prosopográfica e de explicação sociocultural que ela se propõe a alcançar - não é de todo incompatível com a história intelectual, já que constitui uma parada necessária em qualquer pesquisa neste campo, antes que esta se bifurque em direção aonde jazem os próprios objetivos específicos: as respostas aos interrogantes que interpelam o historiador em seu trabalho.

Desta definição um pouco arbitrária derivam também outras implicações, que enumerarei de forma esquemática agora. Se en-

tendemos que o foco de qualquer investigação dedicada a responder perguntas acerca da história intelectual estará colocado sobre a produção douta, isso implica que se deverá acordar certa importância ao fato mesmo da "produção", ao processo mediante o qual um discurso, uma obra, um enunciado intelectual ou artístico saem do magma interior do intelecto, da sensibilidade, de um indivíduo e acessam um estado público que permite que sejam colocados em circulação. Essa produção não pode senão estar inserida em um sistema coletivo, social, que excede aos indivíduos e que não só marca limites à sua possibilidade de articular uma expressão individual, "original", como incide sobre as próprias condições de inteligibilidade do produto douto que contribuíram para colocar em circulação, chamando, a esse sistema coletivo, social: "sistema literário", "corrente estética dominante", "estrutura do sentimento", "campo intelectual", "tradição nacional" ou "espírito de época". Não existe obra isolada, incomunicável, mesmo nos casos em que o próprio autor acreditou ou pretendeu que era isso o que estava criando: uma perspectiva historiográfica centrada nas perguntas próprias da história intelectual não pode ignorar esse fato, mesmo quando proponha como objeto específico analisar uma única obra. Michel Foucault, escrevendo em um clima de época e de sistema ideológico e discursivo cujos a prioris et sous--entendus parecem pertencer já a um mundo tão antigo como o dos egípcios ou dos sumérios, fez, em 1969, precisamente esta mesma observação, numa linguagem mais eloquente que a minha:

C'est que les marges d'un livre ne sont jamais nettes ni rigoureusement tranchées: par-delà le titre, les premières lignes et le point final, par-delà sa configuration interne et la forme qui l'autonomise, il est pris dans un système de renvois à d'autres livres, d'autres textes, d'autres phrases; noeud dans un réseau. (Foucault, 1969: 34)

Um modelo superlativo da maneira com que um olhar informado pelas orientações heurísticas da história intelectual pode reinterpretar, de modo historicamente rigoroso, uma única obra para produzir uma leitura renovada e original sobre ela é *Guerra e*

paz, de Ricardo Benzaquen, sobre Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre. Reconhecer que toda obra está atravessada por coordenadas que lhe são extrínsecas, que a transcendem e a contêm, é, creio, o primeiro a priori que define uma perspectiva de história intelectual: aparece em primeiro plano desde o momento em que o historiador chega à conclusão de que, para reconstruir o sentido original de um texto, de uma pintura, de um plano arquitetônico, deverá ressituá-lo dentro do contexto de significação disponível na época em que foi originado e buscar decifrar, a partir de seu próprio presente, um vocabulário, uma semântica, uma língua (ou línguas) que, por mais que possam parecer familiares, já não o são do todo. Os esquemas de sensibilidade e intelecção dominantes, mesmo em épocas muito próximas, são para nós, ao menos em parte, estranhos, e isso mesmo no caso em que uma parte de nossa própria vida tenha transcorrido por eles: o passado é sempre um país estrangeiro cuja língua exige ser estudada e aprendida antes de que aceite liberar toda a sua riqueza de sentidos possíveis. O historiador que se debruça sobre a história intelectual deverá afinar e esforçar seu ouvido, como quem escuta uma música nova (neste caso, de tão esquecida) e distante...

Como regra geral, as discussões de história intelectual pressupõem um sujeito coletivo e, mais especificamente, discursivo: correntes de pensamento político ou científico (e/ou momentos muito estreitamente circunscritos de sua trajetória), discursos estéticos ou estilísticos (e.g. neoclassicismo, romantismo, vanguardas, modernismo, pós-modernismo), linguagens e vocabulários de época, conceitos entendidos em seu sentido filologicamente mais denso (como aqueles contidos no dicionário da Begriffsgeschichte, de Otto Brunner, Reinhart Koselleck e Werner Conze). Para Robert Darnton, escrevendo nos anos 1980, os temas prediletos da história intelectual pareciam ser:

(...) la historia de las ideas (el estudio del pensamiento sistemático que normalmente se expresa en formulaciones filosóficas), la historia intelectual propiamente dicha (el estudio del pensamien-

to informal, de los climas de opinión y de los movimientos literarios), la historia social de las ideas (el estudio de las ideologías y de la difusión de ideas) y la historia cultural (el estudio de la cultura en el su sentido antropológico, incluyendo visiones-del-mundo y mentalidades colectivas). (Darnton, 1980: 337)¹

(Minha tradução: onde Darnton escrevia world-view, seria possível restaurar o original alemão, Weltanschauungen, que ele traduzira para o inglês; e onde eu traduzi ao castelhano "mentalidades", Darnton conservava o original francês, à la Vovelle/Ladurie, mentalités).

Em 1980, como se pode observar, a história intelectual se entendia clarissimamente como um enfoque que abordava, em primeiro e principal lugar, o estudo do intelecto humano no passado. Este continua sendo o objeto que define qualquer indagação histórica enquadrada dentro dos parâmetros da história intelectual (que, insisto: são, e creio que deveriam ser entendidos dessa forma, frouxos, flexíveis).

Vivemos em uma época, entretanto, na qual os princípios do corpo ganharam posição frente àqueles do espírito: já não é possível negar de forma absoluta a atuação – alguma atuação mínima, ao menos – dos indivíduos na orientação de seus próprios destinos, tampouco é possível ignorar que todo indivíduo possui marcas somáticas que incidem sobre seu lugar no mundo. Frente às demandas – justamente – surgidas a partir de campos de reflexão centrados nas questões de gênero, racial e das identidades sexuais assumidas pelos indivíduos no curso de suas vidas, a história intelectual não poderia ficar indiferente, e embora qualquer tentativa de flexibilizar demasiadamente as fronteiras de um campo disciplinar incorra no risco de colapsar essas bordas e deixar que as águas de disciplinas distintas arrasem o campo frágil que lograra fazer seu, gostaria de enfatizar neste breve texto que uma incorporação da preocupação somática, corporal, ao estudo da história intelectual pode resultar produtiva para afinar sua perspectiva.

Os discursos, as linguagens, as *Weltanschauungen* portadoras de uma *Zeitgeist* são coletivas sempre, mas o historiador traba-

lha com um material que, em algum ponto, mesmo no caso da corrente de pensamento mais abstrusa, implica a presença de seus veículos humanos, de autores que atuam sobre a tradição, a linguagem, ou o campo, que os modificam ao mesmo tempo em que são por eles modificados, que incidem – em menor ou maior medida – sobre o contexto que os contém com sua obra. A preocupação com a incidência sobre o lugar de um autor ou autora, por sua condição de gênero, por sua identidade racial, por seu estilo de sexualidade, por sua etnicidade (expressa em crenças íntimas, vestimentas tradicionais, práticas visíveis), no interior de um campo de produção douta, de um sistema literário nacional, de uma constelação de intelectuais militantes ou de cultores de uma disciplina científica, não é alheia ao trabalho de reconstrução dos processos de simbolização do passado.

Essa consideração incide de várias maneiras sobre o olhar que a história intelectual projeta sobre seu objeto, desde uma forma muito geral – consistente no reconhecimento de que, até a segunda metade do século XX, quase todas as atividades relacionadas à produção douta das elites letradas eram privilégio masculino, e que em seu interior as mulheres eram uma ínfima minoria; ademais, esses homens, no mundo atlântico, eram quase todos de pele branca -, até outras mais específicas - a incidência de formas de discriminação corporativa, étnica, racial, religiosa etc. sobre as possibilidades de circulação e/ou de legitimação de uma obra ou de um discurso; a interferência do corpo nas possibilidades de vida do intelectual (três dos grandes intelectuais de esquerda da primeira metade do século XX padeceram de graves malformações físicas: Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui e Randolph Bourne); ou a incidência, na obra, da doença contagiosa, dos padecimentos físicos em situações extremas como a prisão e a guerra ou (em um plano mais sublime) da paixão amorosa e de sua outra face, o ciúme.

Esta reflexão sobre a importância, para a história intelectual, da articulação entre a "obra" e a vida de quem a produz, bem como da articulação entre essa mesma "obra" e a experiência vital

daqueles que a consomem, utilizam, incorporam ou rejeitam, conduz-me a evocar uma observação feita por Michel Foucault durante seu período mais estruturalista, enunciada com uma intenção exatamente oposta àquela que me anima aqui.

A obra de um indivíduo – l'oeuvre – é, segundo Foucault, muito difícil de definir com precisão, já que seus limites resultam incrivelmente indefinidos: a obra completa de um Domingo Faustino Sarmiento ou de um Gilberto Frevre deve incluir até o menor dos papéis em cuja superfície o indivíduo rabiscou algo, as contas diárias, as palavras cruzadas completadas com sua letra, as anotações nas margens dos livros, por mais crípticas que sejam, os cadernos de exercícios escolares? Uma resposta positivista seria que se deve incluir tudo: não é possível traçar uma linha definitiva entre o que é e o que não é a obra de um autor, a cuja autoria única corresponde todo esse material escrito. Foucault, apesar de ter se definido em alguma ocasião como um "positivista feliz", aceitava (em um primeiro movimento de sua própria argumentação) que a resposta do sentido comum douto seria que não: a obra de um autor, de um pensador, somente devia abarcar aqueles textos, aqueles escritos que, de algum modo, expressassem seu pensamento, reflexão, imaginação, e não suas listas de compras para a mercearia ou - como no caso de Nietzsche - as anotações incoerentes de sua queda no abismo da loucura. O segundo movimento, e daí a relevância, para Foucault, desta reflexão sobre o estatuto concreto de uma obra, era que, mesmo quando se concordava com o sentido comum douto, restava por identificar qual era o nível do discurso que delimitava um campo de enunciados significativos para a expressão do pensamento etc. do autor.

Foucault formulava esta interrogação acerca dos limites da obra e a argumentação seguinte, claro, com a intenção de desestabilizar a noção clássica de "autor" em função de um argumento filosófico e histórico-epistemológico cuja complexidade excede os limites de espaço disponíveis para sua abordagem neste texto. Fazia-o devido à sua postulação estruturalista da noção de *discours*, e como prefácio à sua indagação a respeito da relação entre *l'archi-*

ve e *les choses dites*, no marco de um campo intelectual em cujo centro permanecia a releitura de Marx em chave estruturalista, realizada então por Louis Althusser com tanto êxito.

A razão pela qual trago aqui, neste texto, essa reflexão de Foucault, é que ela nos permite vislumbrar outra questão que emerge. Se, ao invés de confrontar a própria noção de *autor*, aceitamos sua presença como sujeito central de qualquer trabalho de história intelectual (mesmo quando sua capacidade de atuação possa aparecer estritamente delimitada por seu contexto, por seu campo, por estruturas de significação e de sentimento que o excedam e o contenham), a partir de um positivismo feliz não estruturalista, a pergunta pelos limites da obra nos dirige a interrogarmo-nos justamente acerca da relação entre os textos.

Estes são objetos densos e complexos que integram a obra, acompanhados por todo esse baixo rumor de lápis ou penas que cobrem o papel com seus rascunhos cotidianos, fazendo contas, listas dos artigos de compras, notas e telegramas não transcendentais a destinatários quiçá esporádicos, e que descrevem a desordem e a falta de hierarquização da experiência toda de viver que atravessa o produtor ou a produtora douta, como condição inelutavelmente prévia e necessária ao ato de produção de sua obra entendida em sua acepção douta.

Existe uma íntima relação entre toda obra douta — de criação ou de pensamento disciplinar — e a condição humana, histórica, social, cultural, corpórea de seu autor. Dificilmente se pode entender "a obra" caso não se parta de seu caráter corpóreo, "incorporado" se quiserem, isto é, de produto imanente a um ser humano de carne e osso. Imanente e coextensiva à sua própria vida e, contudo, transcendente a ela enquanto projeção a um horizonte que se dispara muito além do *terminus ad quem* da própria mortalidade, da própria existência biológica. Alguma referência à condição situada, contextualizada, do intelectual, do letrado, do membro de uma elite letrada, *a qua* ser humano de carne e osso deveria não estar ausente da indagação de temas de história intelectual, tanto como não pode estar ausente da condição situada, contextuali-

zada, de sua produção discursiva, douta, cultural. E essa referência não poderia senão se enriquecer, se em sua configuração aparece também alguma pegada do corpo com suas marcas de gênero, raça, saúde ou doença, já que a indefinição do campo da obra se completa com outra indefinição: aquela do duro batalhar dos corpos humanos em seu trânsito pela vida.

Linhagens e derivações

Ao refletir sobre o desenvolvimento do projeto analítico e interpretativo da história intelectual desde meados do século XX, no mundo, mas também na Argentina, Brasil e no resto da América Latina, é necessário levar em conta a existência daquelas nomenclaturas alternativas, que designam outras formas de abordagem e outros modos de articulação do objeto de estudo, distintas daquelas que implicam o termo "história intelectual". Ainda que se aceite uma definição frouxa, aberta, difusa do espaço de interrogação que designa este último termo, ainda que seja considerado mais um espaço de interseção de olhares que uma disciplina com regras claras e precisas, uma interpretação histórica de sua consolidação nas últimas décadas faria bem em não deixar de estar consciente, de pressentir a possibilidade daquelas outras atalaias a partir das quais olhar e tentar imprimir um sentido à atividade intelectual e cultural da sociedade estudada.

A história das ideias nasceu em estreita relação com a história da filosofia, este último um campo que, para além de sua preocupação com o pretérito, foi concebido tradicionalmente mais como um ramo da filosofia do que como um espaço (autônomo ou semiautônomo) de interseção entre as disciplinas histórica e filosófica. Por sua vez, esta situação representava uma prolongação de larguíssima duração do estado original de distribuição dos campos disciplinares – uso o termo de um modo deliberadamente anacrônico – na antiguidade clássica. A história, salvo quiçá nesse "Ur-texto" redigido por Heródoto, tratava basicamente da vida cívica dos homens – dos fatos políticos e das guerras –, en-

quanto as escassas demonstrações de interesse pela história de outras zonas de produtividade humana estiveram relegadas ao espaco algo esotérico da filosofia. Até mesmo o que hoje chamaríamos de "história da arte" ou de "história da literatura" caía dentro do campo dos filósofos: Aristóteles menciona em sua *Poética* o fato de haver escrito uma história dos atores no drama ateniense, enquanto as escassas notícias sobre a história das artes plásticas que nos chegaram provêm de obras como as de Plínio, o Velho – um historiador natural, espécie de filósofo – ou dos dois Filóstratos, pai e filho, também filósofos. Outrossim, o mais parecido a uma história intelectual escrita na antiguidade clássica pertence também à área da história da filosofia: as Vidas dos sofistas e o Apolônio de Tiana, de um Flávio Filóstrato (terceiro desse nome), as Vidas dos filósofos, de Eunápio, e a mais conhecida de todas, aquela de Diógenes Laércio. E a respeito do final da antiguidade clássica, essa história sobre atividades que não tinham a ver diretamente nem com a política nem com a guerra ficou nas mãos dos teólogos e homens da Igreja: De viris illustribus, de São Jerônimo, está entre os textos que fecham esse ciclo. Em toda a trajetória da historiografia moderna, até o século XIX – com importantes exceções nos séculos anteriores, como a obra de Vasari e de outros escritores do Renascimento italiano, ou como aquelas de Voltaire, Herder, ou Samuel Johnson, que enfocavam distintos aspectos dos fenômenos de cultura em chave histórica –, a preocupação pelo tipo de questão que interessa hoje aos que nós chamamos de historiadores intelectuais, era de domínio quase exclusivo dos filósofos ou teólogos.

Um primeiro esforço realizado para estabelecer um domínio de investigação constituído autonomamente, tanto frente à filosofia como aos demais ramos da história, foi a *Kulturgeschichte* alemã, produto tardio da universidade dos mandarins, cuja organização foi impulsionada por figuras como Eberhard Gothein, Wilhelm Dilthey, Karl Lamprecht, Karl Burdach e muitos outros. O termo foi utilizado pela primeira vez – com sentido semelhante ao moderno – em 1852, e o espaço de uma história cultural que

pretendia ser disciplina autônoma consolidou-se a partir da importante obra dos historiadores de Basel, como Jacob Burckhardt (*Die Kultur der Renaissance in Italien*, em 1860, e *Griechische Kulturgeschichte*, em 1902) e Johann Jakob Bachofen (hoje considerado mais um antropólogo histórico, *Das Mutterrecht*, 1860, *Versuch Über die Gräbersymbolik der Alt*, em 1859), prolongando-se como zona de grande produtividade intelectual até meados da década de 1930 – embora caiba assinalar que, no espaço cultural alemão (e nos países por ele influenciados), a *Kulturgeschichte* esteve sempre envolvida numa luta de fronteiras com os representantes da modalidade mais historicamente orientada da filologia, como Ernst Curtius ou Leo Spitzer. Erich Auerbach descreveu a *Kulturgeschichte* do seguinte modo:

La *Kulturgeschichte* de Burckhardt se distingue de la *Geistesgeschichte* en tanto sus ideas generales muy elásticas no implican ningún sistema de filosofía de la historia ni mística histórica alguna; y se distingue de los métodos positivistas porque Burckhardt no tuvo necesidad de procedimientos tomados de la psicología o de la sociología – un conocimiento vasto y exacto de los hechos, dominado por el juicio instintivo de un espíritu sin prevenciones apriorísticas, le ha bastado. Ha encontrado un sucesor que se le puede parangonar por el método y por el espíritu, en el holandés Johan Huizinga, autor de un célebre libro sobre el ocaso de la edad media. (1ª edición holandesa de 1919) (Auerbach, 2001: 40)²

O próprio Auerbach pôde incluir-se no elenco de sucessores de Burckhardt, assim como alguns estudos recentes incluiriam o Walter Benjamin dos ensaios sobre Goethe e sobre os *Trauerspiele* do barroco alemão. Como modo de praticar a história, a *Kulturgeschichte* permitiu organizar, dentro de um campo unificado de estudos, um conjunto de fenômenos e objetos que até esse momento tinham sido ignorados por completo ou reclusos num espaço muito marginal em relação à prática hegemônica dos historiadores: todos aqueles relacionados aos processos de simbolização no interior de uma sociedade, tanto em seus aspectos discursivo-

-ideológicos, quanto em seus aspectos materiais. Se a presença de clássicos representativos de grande projeção intelectual, que podiam oferecer um paradigma de investigação, se a multiplicação de linhas de investigação conduzidas dentro desse paradigma, se a criação de revistas, de espaços institucionais nas universidades etc. confirmam a existência de um campo consolidado, então se pode dizer que a Kulturgeschichte já assim se configurava em 1920 ou 1930, e de forma muito clara – e isso com independência em relação à crescente crise que afetou esse território historiográfico em seu país de origem logo depois da Primeira Guerra Mundial. De modo que, no momento em que o estudo da história na Argentina começou a se perfilar como uma prática profissional, a "história cultural", tal como esta se praticava na Alemanha e em países como a Itália ou a Inglaterra, sobre os quais se projetava a inteligência alemã, estava já disponível como espaço consolidado, em cujo interior legitimava-se o estatuto da própria obra.

Ao lado da *Kulturgeschichte*, nos anos intermédios do século XX, consolidava-se outro grande espaço paradigmático-disciplinar para a realização de estudos históricos sobre objetos e discursos do passado cujo interesse radicava principal ou unicamente em sua capacidade de veicular significados, ou seja, em seu poder de expressar os aspectos simbólicos de uma sociedade: a *history of ideas* de linhagem anglo-norte-americana. Esta já é parte da história canônica da "história das ideias", não só entre os que continuam identificando-se principalmente com este termo conceitual, senão também entre muitos dos que praticam a história conceitual ou a história intelectual.

Cumpre observar que a history of ideas teve seu momento de cristalização em 1933, com a apresentação de conferências que logo resultaram na publicação (1936) do clássico livro do norte-americano Arthur Lovejoy, *The Great Chain of Being (A grande cadeia do ser)*. Quatro anos mais tarde, o próprio Lovejoy impulsionaria a fundação de uma revista acadêmica dedicada exclusivamente a publicar trabalhos realizados dentro deste campo: o *Journal of the History of Ideas*, em existência contínua desde então.

Lovejoy enfatizou, na introdução de seu livro, a relação que havia existido entre a interrogação histórica sobre o pensamento pretérito e a filosofia: em sua opinião, a história do pensamento sempre fora, até o século XX, uma parte da prática filosófica, assumindo fundamentalmente a forma de uma história da filosofia. Seu próprio projeto consistia em estabelecer um campo autônomo em cujo interior fosse possível estudar as ideias separadas das escolas – dos ismos – em que se dividia a tradição filosófica ocidental, historizando deste modo a ação de pensar. As ideias, fora de qualquer concepção filosófica ou religiosa, tinham uma história própria, específica, e esta podia ser reconstruída pelo historiador. Talvez a inovação mais importante - em termos teórico-metodológicos – lançada por Lovejov neste livro tenha sido a noção de unit-ideas: as ideias como unidades simples, básicas, apreensíveis por parte do historiador e factíveis, portanto, de serem o objeto primordial de qualquer investigação em torno da história do pensamento.

As unit-ideas constituem o objeto específico que define os propósitos e as fronteiras do campo da história das ideias. Desligadas de qualquer vínculo apriorístico com os "ismos" religiosos, filosóficos, político-ideológicos existentes, o fato de que o historiador colocara o foco de sua análise sobre as unit-ideas constituiu uma garantia da cientificidade de sua empresa, e reduziria, ao menos isto era o que se esperava, a possível contaminação por parte de crenças dogmáticas externas ao objeto de estudo. A proposta de Lovejoy, associada, certamente, a uma concepção das "ideias" que tendia a minimizar seus vínculos com um contexto específico e a injetar (de um modo até certo ponto contrário à intenção original do próprio autor) certo essencialismo a-histórico com relação à própria noção das unit-ideas, buscou gerar o mesmo efeito de laicidade em um campo que carregava – no mundo anglo-saxão, onde a polêmica religiosa seguia muito viva – o empecilho de uma demasiada proximidade a suas raízes filosóficas e teológicas. Tudo isso, 40 anos antes de que Bourdieu insistisse, com razão, sobre a importância de praticar uma história dos intelectuais desideologizada, em cujo seio

a marcação de identidades de "direita", "centro" ou "esquerda", com seus concomitantes juízos de valor, ficasse desterrada em favor de uma análise ancorada no estudo das regras concretas que regiam a vida intelectual como atividade social.

Para além da especificidade teórica ou conceitual concreta do modelo promovido por Lovejoy, o fato é que, a partir do final da década de 1930, consolidou-se também este campo – com obras representativas da história das ideias referentes ao Renascimento na Itália e na Europa, à Reforma, à Revolução Científica e, ainda, ao nascimento de disciplinas como a sociologia (caso da obra de Robert A. Nisbet, *The Sociological Tradition*, de 1966) –, chegando a oferecer aos historiadores que se interessam pela história dos fenômenos culturais ou dos modos de pensamento do passado, uma alternativa à mais antiga "história cultural" de linhagem alemã.

A partir de uma perspectiva latino-americana existiam, então, em meados do século XX, dois grandes campos de investigação, cada um com sua tradição e suas regras e em cujo interior era possível imaginar uma exploração sistemática da produção cultural, intelectual e discursiva do passado, sem que esta estivesse necessariamente subordinada ao espaço disciplinar da filosofia. Se, para este movimento, a tradicional Kulturgeschichte parecia mostrar claros sinais de esgotamento – as obras que se reclamavam como seu legado começavam a parecer, por volta de 1955 ou 1965, impregnadas de uma certa ponta de envelhecimento, um certo aroma de antiquado –, não por isto deixava de atrair, na Hispano--América, pesquisadores que colocavam sua obra sob esta égide. Embora a mais recente history of ideas, por sua vez, tenha começado a ser questionada nos anos 1960 por sua origem norte-americana, em meio à crescente polêmica entre a espada/fuzil e a pena, e num clima de eriçado anti-imperialismo, tampouco deixou de achar autores, em nossa região, que se sentiam interpelados por uma parte, ao menos, do programa que havia sido proposto. Ou seja: em 1953-1955 – o momento da Imago Mundi – e ainda em 1962-1965 – decanato de José Luis Romero na Facultad de Filosofía y Letras (FFyL) da Universidad de Buenos Aires (UBA) –, cada um destes campos disciplinares, com seus respectivos paradigmas tinham ainda certa presença na Argentina e podiam seguir como um canal de perspectivas de pesquisa para quem se interessasse mais pelos aspectos da história vinculados à elucidação das tramas de significação pretéritas do que por seus aspectos exclusivamente materiais e/ou político-fáticos.

Na década de 1980 – além das ressonâncias tardias dessas duas grandes correntes paradigmáticas –, também podiam ser apreciados antecedentes para um trabalho desta natureza, que apresentavam a característica de estarem dispersos através de distintos campos do saber. Para tomar apenas o caso argentino como exemplo, sobre campos como o dos estudos literários, o das artes plásticas, o da música, ou o da ciência, foram escritas, no decorrer do século XX, importantes histórias disciplinares – com maior ou menor êxito no cumprimento de seu empenho autoatribuído, e com importantes desníveis de qualidade intrínseca dos resultados. Ou seja, no momento de cristalização - entre 1960 e 1980 - de um tipo de história das ideias ou de história do pensamento que se converteria no antecedente direto da história intelectual que constitui o centro de interesse deste trabalho, existiam, na Argentina e na América Latina, por um lado, duas grandes correntes paradigmáticas de abordagem (aquela da história cultural e a da história das ideias); por outro lado, havia uma quantidade relativamente grande de antecedentes dispersos, sob a forma de trabalhos de história geral escritos em relação íntima com disciplinas específicas.

Na construção do passado da história intelectual, se as grandes correntes paradigmáticas e as obras monográficas contidas dentro dos limites de uma estrita dependência disciplinar definiram o espaço para o estudo histórico dos fenômenos de produção intelectual e cultural, deveria surgir a partir do contexto que elas – quer dizer, as correntes paradigmáticas e monográficas especializadas – armaram a história intelectual que hoje se pratica. No entanto, houve ainda outro elemento que, a nosso juízo, foi tão importante como os já mencionados: a existência de certas obras que se tornaram pontos de condensação canônica da historiogra-

fia – clássicos, se assim desejarem – que puderam, e talvez exigiram, ser apreendidas a partir dos parâmetros atuais do campo como seus antecedentes diretos ou tangenciais; ou como marcos discursivos que até certo ponto seguem interpelando o historiador cultural.

No caso argentino, se aceitamos que no decorrer dos anos 1980 foram se juntando os elementos teóricos, metodológicos e também o elemento crucial da nova perspectiva temporal que permitiram a cristalização da prática específica da "história intelectual", resulta significativo para a análise das origens deste campo de indagação que, nessa década, tenha sido possível discernir certos "clássicos" representativos de distintas correntes que ofereciam ao recém-iniciado neste tipo de trabalho pistas para avançar por novas rotas. Entre esses livros exemplares encontravam-se alguns estudos gerais, que haviam pretendido abraçar de forma sintética zonas amplamente panorâmicas do passado cultural ou intelectual da Argentina ou da Hispano-América, e também outros, cuja perspectiva parecia ser mais limitada, mas que sob esta aparência enganosa escondiam ambições interpretativas tão amplas como as dos primeiros. Ao menos assim entendia necessariamente um investigador novato no campo, como era então quem escreve estas linhas.

Do século XIX, se descontamos o fato de que todo o debate político argentino esteve atravessado, desde Sarmiento ao menos, por uma ríspida disputa cultural, obras de história literária como as de Juan María Gutiérrez (suas biografias literárias, como aquelas contidas na recompilação de Gregorio Weinberg, Escritores coloniales americanos, publicada por Raigal em 1954) e, um pouco mais tardiamente, as obras de José Enrique Rodó (El mirador de Próspero era, neste contexto, a obra mais significativa) pareciam oferecer ao mesmo tempo uma genealogia e um mostruário de modos de abordar uma história cultural e intelectual específica, cujas fontes eram difíceis de definir e cuja interpretação resultava ainda mais problemática. Obras como estas constituíam, parecia evidente, uma espécie de pré-história do campo, cujo conheci-

mento era tão necessário para um historiador argentino que praticasse a história intelectual como era imprescindível para um alemão ou um inglês conhecer obras como as de Burckhardt, Taine, Buckle ou Renan.

Mais diretamente relevantes ao tema desta fala foram os seguintes marcos de condensação canônica: de José Ingenieros, La evolución de las ideas argentinas (1917/1918); de Alejandro Korn, Influencias filosóficas en la evolución nacional (1936); de Mariano Picón Salas, De la colonia a la independencia (1944); de José Luis Romero, Las ideas políticas en la Argentina (1946); e, de Pedro Henríquez Ureña, Historia de la cultura en la América Hispánica (1947), acrescidos de toda uma série de obras laterais dos mesmos autores. Os antecedentes, em termos de obras clássicas no período anterior a 1950, foram estes. Como não há muito tempo disponível para a exposição de nosso argumento, gostaria de deter-me em apenas duas destas obras, antes de avançar para a segunda parte de minha intervenção, em que tratarei de marcar a interação entre a sedimentação de uma tradição local renovada – que, no período pré-1980, circunscreve-se basicamente a duas figuras, José Luis Romero e Tulio Halperín Donghi – e um conjunto de novas perspectivas de análises que vieram consumar a crise daquelas duas grandes correntes paradigmáticas mencionadas antes.

Em 1917, José Ingenieros, conhecido até este momento mais como sociólogo positivista do que como historiador – embora caiba insistir que, naquela época, a distinção entre estas duas identidades era muito mais tênue que hoje –, havia iniciado um projeto intelectual muito ambicioso, consistindo em uma reinterpretação do conjunto do passado argentino a partir do estudo da história das ideias que haviam animado as atividades de gerações sucessivas, e que devia ser ao mesmo tempo um estudo objetivo dos fatos verdadeiros do passado argentino *e* um guia para o comportamento ético destinado às juventudes deste país. Obra ambiciosa e inconclusa, devido à morte prematura de seu autor, escrita com a urgência que lhe imprimia o fato da grande guerra em curso, talvez tenha sido a primeira a defender – a partir de um marco

teórico que, todavia, manifestava muitos traços do positivismo cientificista no qual se havia formado – a centralidade da história do pensamento, das ideias, para a compreensão do passado argentino. Explicava seu projeto do seguinte modo:

Después de mucho leer y meditar sobre las corrientes ideológicas que han inspirado a las minorías cultas, durante la formación de la sociedad argentina, el autor ha creído llegar a una arquitectónica de su asunto, solo modificable por retoques de albañilería. (...) Deseando ser exacta antes que parecer original, esta obra se divide en tres partes: La Revolución, La Restauración, y La Organización, precedidas por una sinópsis de La Mentalidad Colonial. En cada una – sirviéndole de cañamazo la historia – el autor expone lo que sabe acerca de las ideas en lucha: políticas, sociales, religiosas, filosóficas, educacionales, de su genealogía, de sus hombres representativos, de su función militante, de sus correlaciones invisibles. Algunos juicios no son los corrientes ni podrían serlo; lo que ocurre sobre el tablado ne es igual para quien admira los títeres que para quien observa los hilos. (Ingenieros, 1951 (1918): 8-9)³

Nas mais de 1.200 páginas de texto que se seguiam, Ingenieros buscou cumprir com este propósito enunciado: interpretar a história argentina em termos de uma luta de ideias, em cujo interior as ideias particulares estavam postas a serviço de dois grandes princípios organizativos — a conservação da feudalidade e a propulsão da democracia —, e organizadas em função delas. A crítica mais direta que se pode dirigir hoje a este esforço precoce, a partir da posição de observador de uma história intelectual em vias de consolidar sua identidade, é que a especificidade das ideias parecia por momentos diluir-se em um relato dominado pela análise político-social — ainda que caiba sublinhar que isso nem sempre ocorria (algumas de suas páginas podem ser lidas ainda hoje como amostras de uma muito competente história contextualizada das ideias, esteja-se de acordo ou não com suas conclusões).

O projeto paralelo que acompanhou a escrita deste livro foi também um importante antecedente da prática atual da história intelectual neste país: a edição de clássicos do pensamento argentino na coleção que levava o título *La cultura argentina*, entre 1915 e o falecimento de Ingenieros, em 1925. Cada um dos tomos incluía um breve esboço biográfico do autor, além de um estudo introdutório sobre a obra em questão, elaborado por um destacado especialista. (Se hoje este formato chegou a ser tão comum que não chama a atenção em absoluto, é importante destacar que, em 1915, todavia, isto era uma novidade.)

Em 1946, um escritor então muito jovem, José Luis Romero, publicava na coleção *Tierra firme*, do *Fondo de Cultura Económica* do México, seu primeiro livro clássico, *Las ideas políticas en Argentina*. Nele anunciava sua visão do que devia ser uma moderna e intelectualmente produtiva história das ideias nos seguintes termos:

"El autor considera imprescindible hacer algunas aclaraciones sobre el punto de vista que ha adoptado. Si se concibiera la historia de las ideas políticas exclusivamente como exposición del pensamiento doctrinario, acaso no hubiera valido la pena escribir este libro. Ni en la Argentina ni en el resto de los países hispanoamericanos ha florecido un pensamiento teórico original y vigoroso en materia política, ni era verosímil que floreciera. Pero el punto de vista adoptado al concebir este libro ha sido otro. Aparte que sea o no original en el plano doctrinario, el pensamiento político de una colectividad posee siempre un altísimo interés histórico; pero no solamente en cuanto es idea pura, sino también – y acaso más - en cuanto es conciencia de una actitud y motor de una conducta." Y explicaba más adelante: "Las ideas políticas que el autor ha tratado de precisar y seguir en el hilo del tiempo no son sólo aquellas puras y originales en que ha florecido el genio especulativo; son también los remedos de ideas, cuyas deformaciones constituyen ya un hecho de cultura de profunda significación; y son ciertos impulsos que entrañan y presuponen una determinada predisposición, con los que se nutrirán luego las ideas claras y distintas, apenas entrevistas en el momento primero de su irrupción, pero latentes en su indecisa forma y en su orientación aproximativa. Acaso se pueda objetar que el autor se exceda en el uso

de la palabra *idea*; pero está convencido de que en el campo de la historia de la cultura no es posible aislar en ese concepto las formas pulcras y perfectas de las formas elementales y bastardas. La vida social es el resultado de la convivencia de quienes poseen muy variados patrimonios intelectuales, y sería un peligroso criterio histórico no apreciar la significación de ciertos aportes de opinión, porque nunca fueron expuestos con claridad y con plena conciencia. Firme en este propósito, el autor ha procurado siempre descender desde el plano de las ideas claras y distintas hasta el fondo oscuro de los impulsos elementales y las ideas bastardas, seguro de llegar, de este modo, a la fuente viva de donde surge la savia nutricia que presta a las convicciones esa fiereza tan particular de nuestra historia política." (Romero, 1984 (1946): 10-11)⁴

Romero – cuja obra precoce tinha sido dedicada a elucidar a história política e cultural romana empregando as ferramentas que lhe outorgava a Kulturgeschichte alemã, a sociologia da tradição de Simmel, Weber e Sombart, e a filosofia de Max Scheler deixava transluzir nesta declaração de princípios metodológicos sua profunda compenetração com a tradição da história cultural, mas também já permitia intuir o que seria sua segunda época como historiador das ideias, quando a história cultural tivesse terminado de transmutar-se para ele em "história social" e a especificidade das ideias enquanto fenômeno de cultura distinguível dentro do todo social como objeto independente de análise tivesse terminado de afirmar-se em sua visão histórica. Para chegar lá – e posso apenas mencioná-lo, devido às restrições de tempo – teve de passar pela importante experiência de duas revistas culturais, uma dirigida por seu irmão, Francisco - Realidad (1947-1949) -, e outra que ele mesmo animou – Imago Mundi (1953-1956). Nelas, ao mesmo tempo em que se renovou o universo de referências teóricas e metodológicas disponíveis, na Argentina, para encarar trabalhos dedicados a estudar a história do pensamento, apareceram também ecos da crise que desde antes da Segunda Guerra vinha rachando o edifício outrora tão aparentemente sólido da Kulturgeschichte. E isto no preciso momento em que, se temos de aceitar a periodização e o argumento de Francis Mulhern, também se derrubavam as certezas que tinham permitido a emergência deste tão particular ofício intelectual, o da *Kultukritik*, que fazia da "alta cultura" um tribunal independente a partir do qual se submetiam a juízo os problemas sociais e políticos da própria época.

Ao longo dos anos 1960, 1970 e 1980, essa crise terminou de liquidar a legitimidade da empresa tradicional da Kulturgeschichte e socavou também as certezas do modelo "lovejovano" da história das ideias. A história das ideias ou do pensamento como se tinha praticado durante o século XX – ainda em suas versões teoricamente mais vulgares – pareceu condenada a uma necessária extinção em um clima intelectual marcado por uma catarata de novidades desde os anos 1950, em que o existencialismo sartreano cedera rapidamente o lugar de preeminência a uma competição entre correntes "estruturalistas" de diversas procedências – embora a variante antropológica e a semiótica tenham sido mais difundidas – que, por sua vez, deveriam competir com renovações do debate marxista. Estas, tanto a partir do neogramscismo quanto do marxismo cultural inglês, tendiam a pôr em questão o pré-requisito elitista da teoria da vanguarda, valorização do popular que também se fortaleceu a partir da legitimação da cultura popular como objeto de interesse científico para a antropologia cultural e para a sociologia da cultura.

Por um lado, a noção da crise do sujeito – que, no Rio da Prata, projetou sua sombra sobre as humanidades e as ciências sociais até pelo menos os anos 1990, conforme há muitos anos apontou Oscar Terán, ao observar como as ditaduras dos anos 1970 tinham atrasado a plena eclosão de "nossos anos Foucault" até bem entrados os anos 1980 – punha em questão a própria existência do tipo de agência que até então se vinha atribuindo às minorias cultas, às elites doutas, aos produtores de conhecimento, a ideólogos e intelectuais definidos de múltiplas maneiras. Por outro lado, a crescente valorização da "cultura popular" – definindo-se esta do modo que se queira – implicava que, embora existisse uma agência humana por detrás dos sistemas de signos pelos quais "éramos

falados", aquelas portadoras de ideias que tinham sido o objeto por excelência da história tradicional do pensamento e da cultura, ou seja, as minorias ou as elites cultas, mereciam ser deixadas de lado pelo estudioso, já que não se poderia encontrar nelas um saber suficiente para desvelar os enigmas das sociedades modernas.

Finalmente, o sartrismo vernacular – que, à semelhança de sua fonte francesa reconhecia, sim, a importância das ideias doutas e dos intelectuais nos processos sociais e históricos – entendia a missão do escritor (incluindo e, talvez, neste caso mais que em nenhum outro, os que escreviam sobre história das ideias e da cultura) em termos de compromisso e denúncia. Uma corrente que, na Argentina, praticou de fato uma espécie de história das ideias ao longo dos efervescentes anos 1960 e da etapa de clausura dos anos 1970 (e do exílio, na maior parte dos casos) foi aquela originada na revista *Contorno*, cujos representantes mais conhecidos tenham sido, talvez, em relação à história denunciadora das ideias, David Viñas e Juan José Sebreli (deixo de lado, por agora, outros dos "contornistas" cujas trajetórias nos levaram numa direção distinta, Adolfo Prieto e Tulio Halperín Donghi).

Nas origens da história intelectual que hoje é possível praticar na Argentina situam-se dois historiadores de proporções maiores – os já mencionados José Luis Romero e Tulio Halperín Donghi - e um filósofo que se tornou historiador, Oscar Terán. De José Luis Romero já tratei, de modo que agora serei breve em minha referência: de forma paralela à consolidação de seus trabalhos dedicados a explorar o Medievo tardio na Espanha, Romero seguiu, a partir de seu livro de 1946, indagando a história das ideias não mais apenas na Argentina, senão no conjunto da América Latina. Se cursos como o ministrado em 1958 na Universidade da República de Montevidéu serviram para ordenar suas perspectivas ao redor deste tema, foi através de uma longa série de trabalhos breves publicados entre 1960 e finais dos anos 1980 que chegou a afirmar para si mesmo que a formulação inicial que tinha feito do objeto da história das ideias não só era aplicável ao conjunto das sociedades da América Latina, mas se enriquecia quanto a seu po-

der heurístico mediante este exercício em parte comparativo. Esta constatação permitiu a ele destilar sua intuição original sobre a relação entre as ideias distintivas das minorias cultas e as noções amorfas, semiarticuladas das massas, sob a sucinta e evocadora fórmula de "ideologias" e "situações", uma síntese que, talvez sem que esta tenha sido sua intenção, evocava, por sua vez, a formulação inicial dada ao projeto mesmo de uma história das ideias argentina há tanto tempo por José Ingenieros. Mais visivelmente original que sua reconstrução naquela chave das ideologias conservadora e liberal, reformista e democrática (em ensaios que se mostravam, por outro lado, ricos em observações agudas sobre aspectos pontuais de seu objeto), foi seu projeto final de análise do papel das cidades latino-americanas na chave, também, daquele dispositivo teórico que buscava desentranhar a relação historicamente mutável entre ideias e ideologias e situações ou ambientes - tipológicos - urbanos.

Sócio mais jovem no projeto de reconstrução da universidade reformista empreendido por Romero a partir de 1956, Tulio Halperín Donghi – ainda que seja talvez muito arriscado dizer que sua obra esteve dominada por questões relativas à história das ideias, da cultura e dos intelectuais – concedeu a estas três questões um lugar de privilégio em uma série de livros e ensaios publicados entre os anos 1960 e 1980. Seus primeiros trabalhos, anteriores à sua tese de doutorado sobre os mouriscos da Espanha, tinham abordado o pensamento de alguns dos principais autores/ políticos do século XIX. Em 1951 havia publicado, em meio aos autos recordatórios e de homenagem, uma biografia intelectual de Echeverría cujo argumento central era que esta descrição consistia em um oximoro, tratando-se do autor de La cautiva. Estes trabalhos de juventude e ensaios – que foram se escalonando ao longo dos anos 1949 a 1961 – fizeram da análise do pensamento e, sobretudo, do pensamento dos escritores da primeira geração romântica argentina, seu centro.

Obras menores no contexto de um longo ofício de historiador – que o levou a conquistar para sua interpretação um domínio

simultâneo magistral da história econômica, social, política, cultural e intelectual da Argentina, cujas coordenadas utilizaria, além do mais, para tentar ordenar o espectro desordenado da história contemporânea da América Latina – já indicavam: sua capacidade de colocar o movimento das ideias em seus contextos específicos de origem e de circulação (tanto sociopolíticos quanto especificamente ideológico-discursivos); seu ceticismo historiográfico, que aplicava um olhar escrutinador às ideias recebidas, aos lugares-comuns e às certezas enclausuradoras de toda indagação posterior; sua rara habilidade para detectar as aporias profundas que habitam todo esforço para analisar, mediante ferramentas da linguagem e do intelecto humano, uma realidade, uma experiência histórica que sempre se mostra resistente em ser submetida a esquemas intelectuais, alguns dos caminhos por que teria de transitar a história intelectual contemporânea, em quase todas as suas diversas zonas de especialização.

Em um ensaio sobre o Facundo de Sarmiento, escrito para um suplemento literário, pôde apontar, por exemplo, a partir deste dispositivo sofisticado e cético de leitura que já habitava seu ofício de forma embrionária, que a Sarmiento "escapava todo um aspecto do romanticismo, o romanticismo do desespero e da dúvida" e que era essa limitação em sua capacidade de recepção o que lhe havia permitido recuperar, passando através da versão antiquada e galicista de Ouinet, o Herder autêntico do século XVIII. Exemplos semelhantes poderiam multiplicar-se durante várias horas: aqui me limito simplesmente a apontar que nestes primeiros ensaios preparava-se uma maneira de entender a relação entre as ideias políticas e sociais, seus contextos de significação e seus portadores – letrados, publicistas, intelectuais – que prefigurava algumas perspectivas da futura história intelectual. Sem espaço para me aprofundar mais neste aspecto da obra de Tulio Halperín – sempre um pouco à sombra de suas intervenções mais conhecidas da história política e econômica, como Revolución y guerra ou os dois tomos originais que escreveu para a Historia argentina da Paidós, da qual ele foi o diretor –, menciono simplesmente dois clássicos de história intelectual *avant la lettre* que se devem à sua pena: *Tradición política española e ideología revolucionaria de Mayo* (1961) e *Una nación para el desierto argentino* (1982).

Em um lapso de tempo cujas fronteiras são mais difusas do que exatas, já que a periodização variará segundo o aspecto ou a corrente teórica que se escolha privilegiar, uma nova história das ideias emergiu como campo de indagação na Argentina em meados dos anos 1980. Esta história das ideias se viu renovada pelo impacto da obra de Michel Foucault (e nesta recepção foi decisiva a iniciativa de Oscar Terán), pela recepção, durante os anos da ditadura e depois, da obra do marxismo cultural inglês (sobretudo de E. P. Thompsom; situo Williams em outro registro), de certos âmagos neogramscianos, estes últimos rapidamente absorvidos pela torrente de ideias novas que entrava então no país. Também se renovou pela chegada da sociologia dos intelectuais e da cultura de Pierre Bourdieu e sua escola, pela discussão sobre a esfera pública lançada a partir da recepção tardia no mundo anglo-saxão e hispano-americano da obra de juventude de Jürgen Habermas dedicada a esta questão, pela circulação de um conjunto de estudos prestigiosos, referentes à história das ideias e dos intelectuais, produzidos pela academia anglo-norte-americana (A imaginação dialética e sequências, de Martin Jay, Viena fim de século, de Carl Schorske, Tudo o que é sólido desmancha no ar, de Marshall Berman, O grande massacre de gatos, de Robert Darnton etc.).

Quase ao mesmo tempo, começavam a circular entre os historiadores interessados na história do pensamento, de um modo sistemático, os textos básicos de duas correntes historiográficas que teriam um importante desenvolvimento na Argentina e em toda América Latina. Por um lado, aqueles associados à chamada "escola de Cambridge" de história das ideias políticas, cujos dois iniciadores mais reconhecidos foram J. G. A. Pocock e Quentin Skinner – ambos, da mesma forma que Tulio Halperín e Oscar Terán, cabe apontar, reconheceram o impacto das distintas etapas do pensamento foucaultiano sobre seu modo de perceber o objeto de estudo da história das ideias –, e cuja ênfase esteve posta sobre

a importância de uma leitura contextualizada das obras de ideias do passado.

Pocock, de modo mais sistemático que Skinner, insistiu que o propósito específico da história do pensamento devia ser a identificação e reconstrução histórica de linguagens ou discursos formados por um corpo heterogêneo de ideologemas, e em cujo interior os clássicos deviam dissolver-se como objetos dotados de uma especificidade invulgar, "aurática" caso queiram, já que todo enunciado de uma época determinada contribui para a elaboração de uma linguagem específica da política (sem importar o tipo de veículo que o mobilizou – livros, panfletos, jornais, discursos parlamentares ou de barricada anotados por algum escrivão, cartazes, faixas etc.). O próprio Pocock admitiu que esse esquema poderia ser trasladado ao estudo de outras atividades humanas além da política, como a arte, a literatura, a religião etc. Ambos, Skinner e Pocock – embora o primeiro tenha enfatizado sempre de um modo mais marcante a centralidade dos "clássicos" para a construção de ideologias e tradições discursivas –, coincidiram em postular que as palavras são ações, que as expressões verbais emitidas no plano da discursividade têm efeitos tão concretos como qualquer outro tipo de ação humana e que, portanto, o estudo dos discursos não ocupa um lugar marginal e isolado dentro da complexa geografia que foi assumindo a ciência histórica nas últimas décadas, mas repercute de um modo direto e intenso sobre todos os demais espaços.

A segunda corrente que teve um grande impacto visível na história latino-americana durante os últimos 20 anos foi a *Begriffsgeschichte* – sucessora até certo ponto das ambições heurísticas da antiga *Kulturgeschichte*, ainda que com uma consciência maior dos limites modestos aos quais pode aspirar qualquer empresa de reconstrução e/ou interpretação historiográfica. Não me deterei na descrição dos traços básicos de uma corrente cuja amplíssima repercussão deveria ter feito dela uma moeda corrente entre todos os presentes: me limitarei a sugerir que a relação entre a *Begriffsgeschichte* e o campo da história intelectual registra certas zonas de mútua incomensurabilidade, sobre as quais voltarei no final desta

conferência, mesmo que tal relação tenha sido produtiva do ponto de vista da tematização dos núcleos de significação linguísticos como constituintes centrais de qualquer empresa historiográfica moderna. Sublinharei igualmente a escola de Cambridge ou a antropologia cultural à la Clifford Geertz (outra nova perspectiva que desenvolveu sua potencialidade renovadora logo após o fim da última ditadura em 1983 e que eu deveria ter mencionado antes), a possibilidade e a produtividade de uma análise histórica centrada na análise semiótica da sociedade, nos seus processos de simbolização.

Um terceiro modo de focar o estudo histórico das ideias e de seus produtores foi a sociologia dos intelectuais desenvolvida nas obras de Pierre Bourdieu e sua escola, que não operou – para os historiadores locais interessados na história das ideias – em um vazio, mas solapou com a obra mais sociológica do pai fundador dos *cultural studies* do Reino Unido, Richard Hoggart, e com aquela do principal teórico do materialismo cultural, Raymond Williams, interfertilização possibilitada pelos modos e pelos "tempos de maceração" da recepção destes últimos (cujos livros mais clássicos foram escritos nos anos 1950 e 1960, mas cujo maior impacto na Argentina se deu no curso dos anos 1980 e 1990).

A progressiva transformação da sociologia da cultura desenvolvida por Bourdieu a partir de sua marca inicial estruturalista em uma sociologia pós-estruturalista dos intelectuais dotou o historiador de todo um arsenal de sugestões teóricas e metodológicas, com seus próprios vocabulários especializados. Já as obras de Hoggart, tanto quanto as de Williams, enfatizaram a necessária segmentação social de todo fenômeno, de toda prática ou objeto cultural, e o papel que, na construção dos significados socialmente legítimos que "marcam" estas práticas e estes objetos, exercem as minorias cultas, os estratos detentores de autoridade em matéria cultural. Deste modo, a interseção entre ambos olhares permitiu delinear um espaço de indagação cujo sentido pode ser expressado metaforicamente através da seguinte figura: no centro do binômio que deu título ao livro mais célebre de Raymond Wil-

liams a conjunção *e* poderia ser agora substituída pelo nome do grupo social que provavelmente constituía o nexo mais eficaz entre ambas, *intelectuais*. Transformando-se, deste modo, o título tão preciso que Williams tinha dado a seu projeto histórico de finais dos anos 1950, *Cultura e sociedade*, em outro igualmente preciso, *Cultura, Intelectuais, Sociedade*, porém mais afinado com as inquietudes que animam este centro, inquietações colocadas na encruzilhada entre as três grandes correntes que acabo de evocar (mas que não esgotam o panorama de apropriações intelectuais e diálogos transdisciplinares que também serviram para proporcionar uma cartografia mais precisa ao mapa, a princípio um pouco nebuloso, da nova história intelectual).

Creio que é útil deter-nos, ao refletir sobre o momento de origem da história intelectual que hoje se pratica na América Latina, sobre a nomenclatura que foi dada a esta atividade de fronteiras incertas através de sucessivas e velozes transformações desde os anos 1980 à atual data. Por que história intelectual? Sem estar filiada a nenhuma posição teórica exclusiva, analisa os processos de produção de significados no interior de uma sociedade, centrando seu exame tanto no resultado final desses processos, com seus conteúdos – que, por sua própria natureza, estão abertos a uma pluralidade de interpretações –, quanto nos produtores e nos contextos em cujo interior estão inseridos os discursos.

Se há algo que define a diferença entre a história intelectual contemporânea e a história das ideias de tipo mais tradicional, é a atenção que a atual presta ao contexto em que se inserem os discursos (e, neste ponto, sabendo da escassez de tempo, gostaria simplesmente de lembrar que os discursos objeto da história intelectual não são necessariamente verbais; a produção de imagens também elabora séries discursivas, uma evidência da qual Benjamin parece ter-se encarregado nos anos 1930, ao defender que a arqueologia da modernidade é cossubstancial a uma "historische Index der Bilder", e que a tarefa do historiador é basicamente uma Bildforschung). Os discursos e as ideias ou ideologemas que veiculam não podem ser tratados de um modo adequado por uma

história que não aceite que uma parte central de sua tarefa consistirá em uma reconstrução e interpretação da dimensão contextual dos mesmos: ao menos este parecia ser o desafio principal do qual deveria encarregar-se uma história do pensamento ou da cultura levada a cabo na chave da história intelectual. Em um espaço que, por definição, esteve aberto a uma multiplicidade de perspectivas de análise e para cujo interior confluíram distintas práticas disciplinares e diferentes paradigmas filosóficos (incluindo, em grande medida, aqueles nos quais se baseou a história dos conceitos), a principal prescrição metodológica pareceria ser então esta: só será legítima aquela exploração que aceite a necessidade de aceder – em termos historiográficos – ao discurso pelo contexto.

Notas

- 1. "(...) a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático que normalmente se expressa em formulações filosóficas), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, dos climas de opinião e dos movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão de ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo visões do mundo e mentalidades coletivas)."
- 2. "A Kulturgeschichte de Burckhardt se distingue da Geistesgeschichte no que tange às ideias gerais muito elásticas que não implicam nenhum sistema de filosofia da história, nem mística histórica alguma; e distingue-se dos métodos positivistas porque Burckhardt não teve necessidade de procedimentos tomados da psicologia ou da sociologia bastou-lhe um conhecimento vasto e exato dos fatos, dominado pelo juízo instintivo de um espírito sem prevenções apriorísticas. Encontrou no holandês Johan Huizinga, autor de um célebre livro sobre o ocaso da Idade Média (1ª edição holandesa de 1919), um sucessor que pode lhe ser comparado pelo método e pelo espírito."
- 3. "Depois de muito ler e meditar sobre as correntes ideológicas que inspiraram as minorias cultas durante a formação da sociedade argentina, o autor acreditou chegar a uma arquitetônica de seu assunto, só modificável por retoques de alvenaria. (...) Desejando ser exata antes que parecer original, esta obra se divide em três partes: 'A Revolução', 'A Restauração' e 'A Organização', precedidas por uma sinopse da 'Mentalidade Colonial'. Em cada uma servindo-lhe a história de canhamaço –, o autor expõe o que sabe sobre as ideias em luta: políticas, sociais, religiosas, filosóficas, educacionais, de sua genealogia, de seus homens representativos, de sua função militante, de suas correlações invisíveis. Alguns juízos não são os correntes nem poderiam sê-lo; o que ocorre sobre o tablado não é igual para quem admira as marionetes e para quem observa os fios."
- 4. "O autor considera imprescindível fazer alguns esclarecimentos sobre o ponto de vista que adotou. Se a história das ideias políticas fosse concebida exclusivamente como exposição do pensamento doutrinário, talvez não tivesse valido a pena escrever este livro. Nem na Argentina, nem no resto dos países hispano-americanos floresceu

um pensamento teórico original e vigoroso em matéria política, nem era verossímil que florescesse. Mas o ponto de vista adotado ao conceber este livro foi outro. À parte que seja ou não original no plano doutrinário, o pensamento político de uma coletividade possui sempre um altíssimo interesse histórico; mas não somente enquanto é ideia pura, senão também – e talvez mais – enquanto é consciência de uma atitude e motor de uma conduta." E explica mais adiante: "As ideias políticas que o autor tratou de precisar e seguir no fio do tempo não são apenas aquelas puras e originais em que floresceu o gênio especulativo; são também os arremedos de ideias, cujas deformações constituem por si só um fato cultural de profunda significação; e são certos impulsos que entranham e pressupõem uma determinada predisposição, com o que se nutrirão logo as ideias claras e distintas, apenas entrevistas no momento primeiro de sua irrupção, mas latentes em sua indecisa forma e em sua orientação aproximativa. Talvez se possa objetar que o autor se exceda no uso da palavra ideia; mas está convencido de que no campo da história da cultura não é possível isolar neste conceito as formas pulcras e perfeitas das formas elementares e bastardas. A vida social é o resultado da convivência dos que possuem patrimônios intelectuais muito variados, e seria um perigoso critério histórico não apreciar a significação de certos aportes de opinião, porque nunca foram expostos com clareza e com plena consciência. Firme neste propósito, o autor procurou sempre descer do plano das ideias claras e distintas até o fundo escuro dos impulsos elementares e das ideias bastardas, seguro de chegar, deste modo, à fonte viva de onde surge a seiva nutritiva que presta às convições esta ferocidade tão particular de nossa história política."

5. Ver, a respeito, o interessante livro de Christian J. Emden, *Walter Benjamins Archäologie der Moderne: Kulturwissenschaft um 1930* (Wilhelm Fink Verlag, Munique, 2006. p. 12).

Bibliografia

- ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales. Notas de investigación sobre una tribu inquieta.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.
- ———. Términos críticos de sociología de la cultura. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- -----. Historia de los intelectuales en América Latina. Buenos Aires: Katz, 2008/2010.

AUERBACH, Erich. Introduzione alla filologia romanza. Torino: Einaudi, 2001.

BÉNICHOU, Paul. Le Sacre de l'écrivain 1750-1830. Paris: Librairie José Corti, 1985.

——. Le Temps des Prophètes. Paris: Gallimard, 1977.

DARNTON, Robert. Intellectual and Cultural History. In: KAMMEN, Michael Kammen. (Org.). *The Past Before Us: Contemporary Historical Writing in the United States.* Nova York: Cornell University Press, 1980.

FOUCAULT, Michel. L'archéologie du savoir. Paris: Éditions Gallimard, 1969.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. Letrados y pensadores. El perfilamiento del intelectual latinoamericano en el siglo XIX. Buenos Aires: Emecé, 2013.

INGENIEROS, José. La evolución de las ideas argentinas. Buenos Aires: El Ateneo, 1951.

KOSELLECK, Reinhart. Critique and Crisis: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society. Boston: MIT Press, 2000.

- ———. Futures Past: On the Semantics of Historical Time. Nova York: Columbia University Press, 2013.
- Begriffsgeschichten: Studien zur Semantik und Pragmatik der Politischen und Sozialen Sprache. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2013.

IORGE MYERS

- LEFORT, Claude. Essais sur le politique XIXe-XXème siècles. Paris: Seuil/Esprit, 1986.
- . Le Travail de l'oeuvre Machiavel. Paris: Gallimard, 1972.
- MCMAHON, Darrin M. e MOYN, Samuel (Orgs.). Rethinking Modern European Intellectual History. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- MOYN, Samuel. *Global Intellectual History*. Nova York: Columbia University Press, 2015. POCOCK, John G. A. *Virtue, Commerce, and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- ———. *Politics, Language and Time.* Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- ——. Political Thought and History. Essays on History and Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ROMERO, José Luis. Las ideas políticas en Argentina. México: FCE, 1984 (1946).
- SCHORSKE, Carl E. *Thinking with History*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998.
- TULLY, James (Org.). Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics. Cambridge: Polity Press, 1988.
- TERÁN, Oscar. Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- WHATMORE, Richard. What Is Intellectual History? Cambridge: Polity Press, 2016.
- -----. e YOUNG, Brian. Intellectual History. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

Era necesario escribir para el pueblo: a Geração de 1837 entre frivolidades e a busca de simpatias políticas em La Moda (1837-1838)

José Alves de Freitas Neto*

A brevidade da circulação de La Moda: gacetín semanal de música, de poesía, de costumbres em Buenos Aires estimula pensar sobre diferentes facetas de alguns integrantes da Geração de 1837 e sobre a preocupação dos jovens escritores em conquistar público. A busca pela audiência parece simples quando se observa de forma retrospectiva a centralidade com que o grupo organizado a partir do Salão Literário de Marcos Sastre é referido na tradição intelectual, acadêmica e política da Argentina. Em La Moda, que teve como principal editor Juan Bautista Alberdi (1810-1884), podemos observar um duplo jogo de resistências. A primeira delas era constatar que a novidade não era, de forma imediata, sedutora para o público (conforme observamos em diferentes fragmentos) e a outra, a dos editores diante da possibilidade de render-se ao quadro político dominado pelo rosismo, mesmo considerando as interpretações sobre a sedução dos intelectuais pelo poder. O que pretendo neste artigo é compreender o lugar de La Moda nos estudos sobre a Geração de 1837 e, principalmente, entender a busca pelo público e a forma como os editores transitam do entusiasmo ao desencanto na tarefa de obter a simpatia dos leitores.

Dentro dos estudos da história intelectual, exploram-se menos os trânsitos de escritores consagrados em diálogo com suas produções que abordam temáticas populares ou mesmo sobre sociabilidades. De forma tangencial, pretendemos identificar deslocamen-

^{*} Professor doutor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq; Bolsa PQ-2).

tos temáticos que não se restrinjam a ideias políticas mas que expressem elaborações pertinentes sobre a circulação das ideias a partir dos periódicos. Alberdi, Juan María Gutiérrez e Rafael Corvalán, editores de *La Moda*, preocuparam-se com a difusão dos temas debatidos no Salão Literário. Os aspectos da vida privada que são expostos no semanário possuem uma íntima relação com elementos da esfera pública ao se dedicarem ao periodismo "popular".

Compreender a propagação de ideias culturais e políticas a partir de periódicos publicados no século XIX impõe o difícil e impreciso reconhecimento do caráter precário das edições e da circulação das ideias. Por muitas vezes, entusiasmados com os conteúdos publicados, esquecemos de registrar que as edições eram acessíveis a um público pequeno e que o debate não era tão abrangente como se pode inferir. No caso de La Moda, textos marginais ou "frívolos" podem estar atrelados a projetos maiores de seus editores ou seria excesso de intenções querer identificar o protagonismo daqueles intelectuais em outros campos que são abordados pela historiografia do século XXI? Penso que a resposta a isso é bem simples: um objeto de estudo emerge não apenas pelo que revela ou pela quantidade de informações apresentadas, mas também pelas pistas que nos sugere em direção a outras questões. Interessa menos a averiguação dos impactos da circulação e mais o registro das questões que Alberdi, Gutiérrez e Corvalán nos apresentam nesse periodismo com linguagem acessível e com temáticas menos exploradas no campo da história intelectual.

O espaço de *La Moda* nos estudos sobre a Geração de 1837

O aspecto quase clandestino de *La Moda* na historiografia argentina indica que, para além do aspecto do acesso à fonte, a publicação foi considerada um assunto menor. Há, no universo da história intelectual argentina, uma prioridade visível para as questões políticas e culturais, atreladas ao jogo das grandes disputas no país em formação. Os temas frívolos, como classificaram os editores de *La Moda*, parecem menos relevantes e difíceis para se extrair for-

mulações incisivas sobre a sociedade portenha. Esse quadro, felizmente, vem se alterando graças a novas publicações, como os trabalhos de Andrea Bocco (2004), Victor Goldgel (2013), Marcelo Martino (2011) e a própria reedição fac-similar de *La Moda*, promovida pela Biblioteca Nacional da Argentina em 2011, no contexto das celebrações do bicentenário da independência.¹

O aspecto secundário do *gacetín*, que circulou por cinco meses, entre novembro de 1837 e abril de 1838, em meio aos estudos sobre a Geração de 1837 oculta a possibilidade de decifrar os costumes na cidade de Buenos Aires e uma quantidade de signos cotidianos elencados pelos editores.² Quando veio a público, em 18 de novembro de 1837, o prospecto dos editores indicava os conteúdos que propunham abordar:

1) Noticias continuas del estado y movimientos de la moda (en Europa y entre nosotros) en trajes de hombres y señoras, géneros, en colores, en peinados, en muebles, en calzados, en puntos de concurrencia pública, en asuntos de conversación general. 2) Una idea sucinta del valor específico y social, de toda producción inteligente que en adelante apareciere en nuestro país, ya sea indígena o importada; 3) Nociones claras y breves, sin metafísica, al alcance de todos, sobre literatura moderna, sobre música, sobre poesía, sobre costumbre, y muchas otras cosas cuya inteligencia fácil cubre de prestigio y de gracia la educación de una persona joven. En todo esto seremos positivos y aplicables. La literatura no será para nosotros Virgilio y Cicerón. Será un modo de expresión particular, será las ideas y los intereses sociales (...); 4) Nociones simples y sanas de una urbanidad democrática y noble en el baile, en la mesa, en las visitas, en los espectáculos, en los templos (...); 5) Poesías nacionales siempre inéditas y bellas. Nuestras columnas serán impenetrables a toda producción fea y de mal gusto; 6) Crónicas pintorescas y frecuentes de los paseos públicos, de las funciones teatrales, de los bailes, de los puntos frecuentados e amenos, de las excursiones campestres del próximo verano; 7) Por fin, un Boletín Musical escrito con alguna inteligencia y sentimiento del arte, acompañado indispensablemente o de un Minué, o de una Valsa, o de una Cuadrilla, siempre nuevas, de aquellos nombres más conocidos y aceptados por el público: ningún ensayo inhábil será admitido. Preferimos no publicar música, a publicarla mala. A bien que la música no es pan de cada día. $(La Moda, 18/11/1837: 1-2)^3$

A amplitude temática e o projeto original demonstram, pelo menos, que tinham uma tarefa hercúlea ou, sem excluir a primeira, que estavam à procura de um público que desconheciam, mas que consideravam desejoso de referenciais eruditos. Para uma produção que se iniciou com quatro páginas semanais e que duplicou esse número na edição 18, não é difícil vislumbrar que não abordaram todos os temas. O projeto era ambicioso e os editores não tinham afinidades com todos os tópicos elencados. Na escrita de Alberdi e seu parceiro Juan María Gutiérrez (1809-1878), a questão da erudição nas letras e na música e as relacionadas à vida política e urbanidade são mais críveis do que os aspectos relacionados a penteados, trajes e comportamentos sociais.

La Moda segue um fio condutor das ideias liberais e românticas. Apresenta etapas e estimula a aquisição de hábitos refinados, da "boa literatura" e do que os editores consideravam necessário para conviver numa "urbanidade democrática". Ao mesmo tempo, por não apresentar apenas uma carta de princípios políticos e culturais, a revista oferece outras pistas de leitura. O caráter fragmentado da publicação e suas ironias em relação ao comportamento dos portenhos são pouco explorados. Uma das hipóteses, se seguirmos a sugestão de Paula Bruno, deriva do lugar atribuído ao grupo que se formou em 1837 e que "habían sido figuras en las sombras del exílio, pero llegado al fin del rosismo devinieron 'padres fundadores'" (Bruno, 2011:13).

Percorrer *La Moda* é uma forma de desestabilizar a perspectiva de que o grupo originado no Salão de Marcos Sastre era um conjunto homogêneo em relação ao rosismo e à projeção da nação que estava no porvir. Entre as linhas programáticas e as descrições da vida privada podemos identificar que a vida pública portenha talvez não fosse tão efervescente, mas que, antes, ela se tornara uma pauta que se impunha aos próprios escritores e letrados que imagi-

naram os percursos que deveriam cumprir. A centralidade da Geração de 1837 na vida política e cultural argentina, sobretudo a partir da década de 1850, tornava conveniente não explicitar leituras que não fossem o diagnóstico realizado e propagado pelo grupo.

O silenciamento em relação à La Moda é detectável em Alberdi (1810-1884), que não fez menção ao periódico em outros escritos, e reverberado por estudiosos como Felix Weinberg, em seu clássico El salón literário (1958) e também na biografia sobre Echeverría. Weinberg reconhece a importância deste tipo de publicação para captar e compreender o "fundo teórico adquirido con la inmediata realidad nacional" (2006: 95). Recentemente, Hernán Pas destacou que os textos iniciais do pensamento político da Geração de 1837, incluindo La Moda, devem ser abordados de acordo com a convocação inicial do grupo organizado por Marcos Sastre, no qual se assumia a função pública e política da formação intelectual e de ser mediadora entre diversos públicos (Pas, 2008: 73). A ideia de uma literatura social, por exemplo, era uma forma de sair do Salão Literário e ocupar a esfera pública, construindo um imaginário público e patriótico em indicações práticas sobre valores, comportamentos que expressariam o progresso da humanidade e o "espírito da nação" (2008: 126).

No mesmo sentido, Andrea Bocco (2004) identifica que a gazeta era o espaço para o ensaio, para os artigos sobre costumes e para a poesia como forma proeminente de difundir as ideias políticas e estéticas. Os conteúdos de *La Moda* incorporam uma visão de que todos os saberes deveriam ser divulgados, sem se preocupar com um caráter uniforme na extensão dos textos, nos assuntos ou mesmo na frequência das seções. De forma peculiar, Bocco aborda aspectos amplos da literatura do século XIX, assim como sua circulação pelo periodismo, como a inter-relação entre o popular e o erudito, conforme se observa nas tentativas de expressar a vida diária, os bailes, as festas e os desafios da pátria e do convívio diante do caudilho Rosas.

Tudo era narrável naquele contexto e, também por isso, deveria ser um aspecto da interação com os leitores.

A busca pelos leitores

Nenhuma publicação emerge sem o propósito de comunicar-se e estabelecer vínculos com um público leitor. O entusiasmo inicial de *La Moda*, ao buscar jovens e mulheres que pudessem aceitar os princípios dos integrantes da *Asociación de Mayo*,⁴ é perceptível em diversos instantes. A preocupação com a conquista de um público que compartilhasse do repertório republicano e da própria noção de democracia indica a expectativa de que os editores queriam partilhar com os leitores em um cenário de disputas políticas e acirramento diante do rosismo (LM, 02/12/1837:3).

Como observou Fabio Wasserman (2005), em texto que discute a questão da escrita para a Geração de 1837, há uma expectativa dos autores românticos que expressa que

Escribir es igual a crear; las ideas y las representaciones que yacen como un tesoro de la conciencia o la memoria son elaboradas, purificadas y metodizadas con un arte indefinible. No parece descabellado señalar que, desde esta perspectiva, la escritura puede ser considerada como una práctica singular con capacidad para producir nuevos sentidos. (2005: 393)

O ato de escrever, junto a outros aspectos considerados no artigo de Wasserman, é uma prioridade para quem se atribuiu uma função pedagógica e procurava intervir na vida pública. Os periódicos, nesse sentido, eram instrumentos valiosos para angariar simpatias e legitimar-se no contexto de disputas entre federalistas e unitários no Rio da Prata. Eugenia Molina, ao estudar a questão da opinião pública no processo de formação da Argentina, faz uma análise vasta e sistemática sobre múltiplos campos. Interessa-nos, particularmente, o papel pedagógico estimulado pela imprensa e como o público incorporava doutrinas e pautas comportamentais (Molina, 2008: 106), sem que isso representasse uma prática das multidões. A opinião pública era composta por um grupo restrito de pessoas a partir de um círculo limitado de cidadãos.

No terceiro número de *La Moda*, em meio ao texto sobre penteados para senhoras, está registrado que "no tenemos modas do-

minantes, como no tenemos ideas, ni costumbres dominantes" (LM, 02/12/1837: 3). A afirmação, evidentemente, não é um enaltecimento a essa ausência, mas um lamento por não haver uma homogeneidade na sociedade portenha. A antítese entre federalistas e unitários era a base para uma ordem política instável e haveria de se considerar um caminho comum: a democracia. A referência a Tocqueville e à sua leitura sobre os Estados Unidos foi registrada como um modelo que se estabeleceu a partir de boas maneiras e na presença de instituições que não afrontavam os próprios cidadãos. O penteado das portenhas, enaltecido como elegante e sóbrio, era habilmente construído para tratar das questões políticas e fazer reconhecer, numa referência indireta a Rousseau, que o bom não é mais que o belo, quando posto em ação. Para os editores, havia que se ter fé no povo e em Deus como duas grandes majestades a organizar a vida pública feita por "homens livres" (LM, 02/12/1837: 4).

La Moda explicitava relações entre grupos e espaços sociais amplos na cidade de Buenos Aires de 1837. As controvérsias políticas e estéticas que podem ser obtidas no semanário nos permitem pensar que, no mínimo, havia um conjunto de possibilidades atrelado a um conjunto de incertezas. A circulação da gazeta, tema para o qual não há dados para uma análise consistente sobre sua recepção, e seus propósitos declarados não podem ser vistos de forma idealizada. Os embates por princípios republicanos e para o estabelecimento de uma ordem política estável ocorria em meio a perseguições do governo de Juan Manuel de Rosas (1793-1877) e em paralelo ao legado de uma tradição colonial que continuava viva nas memórias e procedimentos públicos.

Um resquício da tradição e do conservadorismo é a personagem de Dom Hermogeniano, formado pela Universidade de Córdoba, que negava os saberes modernos exemplificados por Locke, Condillac e Kant que estavam sendo apresentados em *La Moda* (17/03/1838). No *Boletin Comico*, Alberdi usou o pseudônimo Figarillo⁵ para ironizar "conselhos maduros" e divergir do senhor que expressava opiniões contra a imprensa e os papéis públicos,

pois, em Buenos Aires, "antes del año 10 todo iba en órden y en progreso; desde que vinieron los dichosos papeles, todo ha sido anarquía, desastres, escándalo y miseria" (LM, 17/03/1838: 5).

A concepção política de Alberdi sobre a soberania popular emerge em *La Moda* como sendo o grande sofisma contra o qual a tirania não se poderia opor, nem qualquer outro grupo da arena pública: "el pueblo es el oráculo sagrado del periodista, como del legislador y gobernante. Faro inmortal y divino, él es nuestra guia, nuestra antorcha, nuestra musa, nuestro génio, nuestro critério" (LM, 17/03/1838: 5). O argumento, de acordo com o texto, poderia ser extremamente aristocrático ao ser apresentado de forma seletiva. O aspecto numérico da população como suprema luz deveria ser obedecido somente quando abolido o risco de ser guiado pela ignorância. Alberdi, nesse instante, rejeitou tal compreensão, mas também não endossou a ideia de uma soberania popular que incluísse tudo e todos.6

Condizente com suas opiniões liberais e com a pauta modernizante da Europa e da América, o autor de Bases defendia a soberania a partir da lógica representativa do povo, por meio de seus "órgãos inteligentes e legítimos", que expressassem a ciência e a virtude necessárias para o progresso da sociedade. O povo, segundo ele, não deveria ser diretamente consultado em todas as questões, mas a partir de seus representantes. Alberdi justificava a tutela ao afirmar que a ação do povo, sem os representantes, seria similar a pedir a um adolescente uma opinião sobre como instruí--lo. O autor de Bases expressava a distinção entre o povo, compreendido como massa, e a soberania popular, que emergia pelas vozes que deveriam ser formadas. A tarefa de ensinar caberia aos escritores, que não deveriam temer as reações, as adversidades ou as chacotas expostas nos pontos anteriores. Poder contrariar as vozes populares, compreendidas como massa, tal como exposto no texto, e as vozes do Estado, era uma prova da autonomia da função intelectual que os periodistas deveriam adotar.

O que garantiria aos escritores a certeza em relação ao que deveria ser ensinado e à tarefa que se impunham como dever estava

assentado no porvir. A aposta no futuro seria o momento em que as vontades e os tempos se ajustariam e as incompreensões momentâneas se dissipariam. Para Alberdi, se os princípios estavam corretos, em algum momento eles se afirmariam e seriam aceitos. Certo aspecto messiânico emerge nesse tipo de argumento e no ponto final de sua exposição: são mais honrados os serviços de um escritor quanto pior recebidos no momento de sua enunciação.

É notável que, nesse contexto, o que precisa ser enfatizado é o ambiente de disputa no qual as letras perpetuam a difundida imagem de "arenas culturales".

A lo largo de todo el siglo XIX el debate se instala como práctica discursiva cotidiana. Pero no solamente se trata de "efervescencias discursivas" sino de la guerra concreta cuerpo contra cuerpo. Es decir, la virulencia en el tono de las disputas se condice con la violencia física, en estado de retroalimentación. En ese sentido, "la discusión con el otro" se explicita a través de lo que consideramos la forma dominante del discurso decimonónico: la polémica, la que constriñe y posibilita la escritura en los diferentes "géneros". (Bocco, 2004: 35)

A disputa pressupunha grupos e propostas. A sedução discursiva devia ocorrer em algum patamar que capturasse a atenção do leitor e reverberasse na sociedade.

A moda, o corpo e as ironias contra os leitores

Nos últimos números de *La Moda*, especialmente quando a publicação passa a ter o dobro de páginas, é perceptível o apelo dos editores em relação a seu público. Em artigo anterior, discuti aspectos sobre a incompreensão registrada pelos responsáveis pelo semanário: de forma irônica ou assertiva identificam um presumível grupo de pessoas mais eruditas do que *La Moda* poderia contemplar mas, sobretudo, o grupo que se mantinha arraigado aos interesses imediatos e contrários às novas ideias, evidenciando a contradição entre o tempo passado e a modernidade que projetavam (Freitas Neto, 2013). Em ambos os casos, a publicação tinha

que conviver com a adversidade que não se resumia ao rosismo: eram os costumes, as tradições que afastavam o semanário de seu leitor. "Os hábitos da cidade estrangeiros ao século", como registraram em *La Moda*, era a prova de que muitas práticas da população não foram extirpadas (Batticuore, 2005: 111).

A retórica da moda, para a qual nos instiga Regina Root em seu trabalho, era uma forma de questionar aspectos tradicionais, práticas tirânicas e de burlar sistemas de controle e censura. A moda era um meio possível para a crítica política ao dissimular os programas de reforma social e cultural entre as descrições da aparência e da indumentária (Root, 2014: 164). Figarillo, o pseudônimo de Alberdi, por mais de uma vez lembrava os traços de uma Buenos Aires provinciana e colonial que, em suas práticas cotidianas, tolerava ou mesmo sustentava o autoritarismo. A cartografia cultural da cidade era mais complexa do que o desejo inicial dos editores.

O excelente trabalho de Victor Goldgel (2013) aborda a questão da modernidade veiculada por certo tipo de periódico e as questões relacionadas ao consumo e à produção do "novo" na Argentina, Chile e Cuba. Para Goldgel, "la modernidad es concebida precisamente como una relación cotidiana con lo nuevo y lo inesperado, en la que la sensación de ruptura con el pasado se ve acompañada tanto por el entusiasmo como por el desconcierto y la angustia" (Goldgel, 2013: 24). A Geração de 1837, em seu momento inicial e nos tempos de La Moda, não tinha pudor com o passado. Minha ressalva ao argumento do autor é que o discurso da modernidade não era tão evidente em Buenos Aires e o desejo de modernidade estava mais presente na estratégia narrativa dos integrantes do Salão Literário do que nas práticas da população. Havia uma forma de resistência dada pelo próprio tempo e por aquilo que estava arraigado entre os portenhos. Por menos que se considere o grupo de Echeverría e Alberdi como "desconectados" em sua tarefa de dissecar os problemas da jovem república, é praticamente impossível ignorar as pistas sobre os riscos lançados pela tradição, pelos costumes e pela ordem estabelecida, que poderiam solapar o que estava por vir, mesmo sem saber exatamente o que seria o futuro.

Os leitores de *La Moda* devem ter se reconhecido em várias descrições cômicas da vida cotidiana. Ora como pessoas que não sabem se portar no teatro ou nas missas, ora como imitadores sem classe de posturas apresentadas como elegantes e importadas das principais cidades europeias. O trânsito entre as tendências literárias e o modo de vestir-se em Paris e o interior das casas portenhas era acompanhado de sátiras e ironias que expressavam uma visão específica. Recorrer ao humor, mais do que tornar o assunto gracioso para o público, era uma forma de instaurar uma zona nebulosa entre as percepções descritas e um suposto código desejável. O caminho alternativo de enunciação deixava em aberto a necessidade de o público reconhecer os comportamentos, bem como, supõe-se, que o mesmo público não se engraçaria diante da situação a que foi submetido.

(...) desde la mirada humorística se sancionan prácticas culturales no acordes al estado de civilización que se pretende instalar, es decir, al orden cultural que se anhela. Se busca dirigir los modos de hablar, de comportarse en una reunión, de opinar en público, de vestir, de comer, de pasear, entre otros. La sátira, la ridiculización, exponen el antimodelo y colocan en evidencia al outsider, al que está afuera de las normas y, por lo tanto, altera el orden socio-cultural. (Bocco, 2004: 148).

O leitor é o cúmplice e o próprio objeto de análise, como propõe Bocco. Alberdi escreve com clareza sobre os procedimentos do humor. O manuseio por parte do editor, entretanto, não assegura que o público receptor não se veja ridicularizado. Na edição 14 de *La Moda*, por exemplo, há descrição de uma "natureza humana" sujeita a muitos acessos de riso, de choro e de canto que quebram a monotonia da existência. Aqueles que não ostentam nenhuma daquelas características apresentariam outro comportamento: ficariam calados. Segundo Figarillo, estes hábitos surgiam por instinto, costumes, inclinação, capricho ou mania que

poderiam ser projetados aos povos. Cada população teria características comuns que se expressariam em comportamentos reconhecidos de forma imediata. Na visão de Alberdi, os ingleses se destacavam pelo caráter mercantil; os franceses eram científicos; os turcos, sensuais; os espanhóis, apáticos; e os argentinos, progressistas. O texto se encerra com a constatação de que apenas um desses hábitos é vergonhoso: o da ignorância daqueles que sequer abririam um livro ou mesmo censuravam outras pessoas e opiniões sem conhecimento de causa (LM, 17/02/1838: 3). Em vários trechos de *La Moda* há referências ao desconhecimento e ao desprezo dos argentinos pela atividade intelectual. O argumento podia gerar comportamentos distintos: ser incômodo por descrever de forma geral os portenhos como ignorantes e, ao mesmo tempo, estimular a visão de superioridade sobre os que não possuíam o hábito da leitura.

Em outro ponto da radiografia comportamental de La Moda, há uma descrição sobre o que era um homem fino. Os sinais, como adverte o texto, eram controversos, pois dependiam de quem olhava e do momento em que se davam. Uma mesma situação podia ser ou não elegante, a depender da circunstância em que ocorria. No texto, afirma-se que há mais de 100 sinais que foram tomados por fineza, mas que demonstravam uma educação pobre e miserável. Com o cuidado de dizer que aquilo era aparência, já que a essência era conhecida apenas por Deus ou pela filosofia, o texto prossegue com uma lista de maus hábitos dos homens finos portenhos. Sair do teatro antes da hora e não ter educação histórica ou literária para compreender uma tragédia eram posturas criticadas, assim como convidar para um almoço no tórrido verão portenho e esperar que um comensal use gravata. O que aparentaria ser um gesto fino era criticado, ao se prolongar o almoço com apresentações de crianças e uma longa variedade de pratos que se tornariam desagradáveis para o convidado (LM, 24/02/1838: 3).

A minúcia da descrição instiga a pensar numa totalidade mais ampla. Os aspectos apresentados sobre a Buenos Aires das primei-

ras edições, quando a paisagem urbana era circunscrita às sedutoras ruas do Cabildo, à elegância das mulheres e à sedução da cidade, eram enaltecidos. Esse discurso destoa da concepção de que Alberdi quer "desvestir, desnudar, es decir, desautorizar desde una erosionante gestualidad de género (...) meandros escenográficos del ridículo; ridículo del que toma en préstamo sus modalidades semánticas a fin de poder exponer una escena cultural otra" (Area, 2006: 48).

Estar na moda seria apenas o gesto instantâneo de que as ideias e os comportamentos não estavam em desacordo; mas não era o que ocorria na Buenos Aires de 1838. Por meio da palavra, constroem-se sujeitos que eram distantes do ideário de cidadão republicano e os leitores se viam fustigados na sequência de notas cômicas sobre hábitos corriqueiros.

Francine Masiello interpreta a moda como algo mais complexo do que acompanhar as ideias e vestimentas do velho mundo. Para a autora, há uma debilidade da imaginação cultural do país em formação e o corpo de que os redatores tratavam era o próprio corpo nacional. As ideias circulantes por Buenos Aires contrastavam-se com as próprias tradições locais (Masiello, 1992: 23).

A questão da simpatia por Rosas: entre suspeitas e ironias

Em tempos de Juan Manuel de Rosas, caudilho que governou a província de Buenos Aires (1829-1832; 1835-1852), a oposição ilustrada e liberal utilizava-se da representação literária para denunciar as práticas do líder político e o apoio popular que ele obtinha. A censura aos impressos e a exaltação obrigatória ao regime era lembradas no lema ¡Viva la Federación!, presente nos veículos que circulavam à época.

No semanário em questão, a política também era parte da "moda", como se observa no terceiro número, editado em 02/12/1837. Discutindo símbolos e cores usados pelos federalistas, o texto indicava o caráter passageiro da moda. A efemeridade pode ser entrevista nos comentários sobre a majestade dos go-

vernantes e a majestade da vontade dos cidadãos, que seria o verdadeiro dogma dos homens livres, segundo os periodistas. As tendências políticas europeias também eram citadas e indicadas como um vento que sopraria sobre Buenos Aires e a Confederação: a jovem Itália de Mazzini, por exemplo, era apresentada em um informe sobre ideários contrários a déspotas.

A trama seria simples se resumíssemos a publicação a uma forma de engodo, ou seja, se supuséssemos que o único objetivo dos editores era falar de política de forma estrita, utilizando-se de um artifício que seriam as "frivolidades". Porém, em diversos instantes da gazeta, surgem referências e elogios a Rosas. Para José A. Oria, organizador do estudo preliminar da versão fac-similar de 1938, a publicação não poderia ser simplesmente classificada como antirrosista, como parte da historiografia a definiu. Nos apontamentos de Oria há referências a posições divergentes como as de Vicente G. Quesada, que defendia o isolamento político do semanário, e as de Antonio Zinny, que argumentava que os números finais representavam uma sátira contra Rosas. A hipótese de Oria, cotejando outros textos de Alberdi, é que, mesmo conhecida a oposição entre os membros do Salão Literário, a divergência não era pessoal, mas de propósitos sociais. A publicação teria que ser lida em sua historicidade e, portanto, teria havido um movimento de aproximação entre integrantes do Salão Literário e Rosas. Os jovens editores alimentavam a expectativa de atrair o líder às causas reformadoras e, de alguma forma, interferir nas políticas executadas pelo governante. A rivalidade como ponto explícito teria ocorrido apenas depois de 1838 e, portanto, a publicação poderia encorajar a adoção de Rosas ao ideário do grupo, que, por sua vez, poderia ser um mecanismo de crítica e colaboração, que seria distinto da simples oposição.7

A questão sobre a ambiguidade em relação a Rosas recai, sobretudo, na figura de Juan Bautista Alberdi. Elías J. Palti (2009: 31-32) localiza a discussão historiográfica e ressalta a necessidade de situar os posicionamentos de acordo com a trajetória intelectual do editor de *La Moda* que, a partir de 1838, se tornou um

opositor declarado ao rosismo, no contexto em que a perseguição se tornara mais ostensiva. Rosalía Baltar afirma que, no caso do tucumenho,

(...) si comparamos algunos textos suyos, vemos que la retórica rosista (pendularmente anti y pro) ancla en su discurso más allá de los géneros y se prefigura como el lugar de actualización histórica del que muchas veces Alberdi pretende escapar – con resultados, también, pendulares (2012: 151).

O endurecimento do rosismo suspendeu publicações de variados tipos, incluindo *La Moda*, em nome da superação das divisões que afetariam a unidade política pretendida pelo caudilho. A liberdade de imprensa, por exemplo, permitia que circulassem publicações com temas variados e que não abordassem diretamente os temas políticos até 1838. A partir de então, a perseguição à opinião divergente, deliberadamente identificada como discórdia, era um dos pontos mais visíveis de uma liderança que governou com faculdades extraordinárias a província e construiu a imagem de "restauradora" da ordem recorrendo a estratégias como a perseguição empreendida pela "mazorca", grupo armado que eliminou oposicionistas durante os períodos mais críticos do regime.

Exemplo curioso das polêmicas em torno da adesão de Alberdi ao rosismo pode ser observado na leitura de Eugenia Molina, que enfatiza a visão de uma rede de eruditos que pretendia assessorar Rosas.

En él construyeron una interpretación de la gestión del Restaurador no sólo desde el punto de vista del orden social logrado, sino del que lo hubiese hecho supuestamente respetando a las letras: "Las luces pues, no tienen sino motivos de gratitud, respecto de un poder que no ha restringido la importación de libros, que no ha sofocado la prensa, que no ha mutilado las bibliotecas, que no ha invertido la instrucción publica, que no ha levantado censura periódica, ni universitaria." Si bien es claro que exageraban, pues la censura conformaba ya un hecho indiscutible, quizá no sólo intentaban congraciarse con Rosas buscando la supervivencia de la revista, sino convencerlo de que podían ayudarlo en su labor gubernamental completándola en aspectos que él no alcanzaría. Su argumento se conformaba, así, a partir de dos proposiciones: la consideración de que si no había estimulado al menos había tolerado el surgimiento de un movimiento intelectual de envergadura en el cual, consideraban, se hallaba el germen de la regeneración de la sociedad argentina; ello les daba el pie para proponerle su incorporación como coproductores de ese proceso. (Molina, 2009: 117)

A leitura de Molina parece ignorar a ironia contida no artigo "Trece de Abril" que tinha como intuito celebrar a data cristã da Sexta-Feira da Paixão, que coincidira com os três anos da ascensão de Rosas ao poder. O governante, sem ser efetivamente nominado, é apresentado como regenerador. O que Molina classifica como exagero na citação anterior é a própria expressão irônica e cuidadosa no penúltimo número de *La Moda*.

Que los detractores del poder actual se expresen a sus anchas, en el sentido que les dicte su egoísta encono, nosotros no podemos olvidar de que no somos testigos de un solo ato dirigido a estorbar el desarrollo de los sagrados principios de nuestra regeneración social.

Un hecho solo, sobre mil, pudiera a este respecto formar su mejor apología; y es el admirable progreso inteligente operado en la juventud durante el período de su mando. En los tiernos anales de la inteligencia argentina, no se encuentra un movimiento inteligente más rápido y fecundo que el que ha visto nascer en su seno el período federativo. Jurisprudencia, ciencia moral, filosofía, ciencias religiosas, literatura, historia, todo ha sido removido y levantado a la altura de la Europa del siglo XIX. (LM, 14/04/1838: 1)

O governo que *La Moda* teve a honra de saudar em seu penúltimo número é distinto daquilo que foi apresentado em páginas anteriores, incluindo os hábitos criticados da sociabilidade. Se foi uma estratégia derradeira de angariar a simpatia do regime, parece que não surtiu o efeito esperado. A informação sobre o fechamento de *La Moda* ocorreu no federalista *Diario de la tarde*.

As causas declaradas para a interrupção da publicação foram três: as ocupações da imprensa que editava o semanário, a deserção dos assinantes e a ausência de espaço para publicações literárias.

A escolha pela leitura de uma desesperada adesão ao rosismo, sustentada por parte dos estudiosos, parece-me menos convincente do que a ideia de uma estratégia irônica de Alberdi, Gutiérrez e Rafael Corvalán, único dos editores com seu nome estampado em todos os números. La Moda, em seu conjunto e suas oscilações, deve ser analisada considerando o tom menos amistoso com o próprio público, o distanciamento entre os leitores e as pretensões intelectuais e republicanas que professavam. Tais aspectos, associados à contínua reiteração da moda e seu caráter de transitoriedade, indicam que os editores não consideravam a hipótese de tolerar a permanência do autoritarismo como prática política e social. Os tempos da moda e das ideias deveriam ser plenamente atualizados para que não houvesse duas Buenos Aires: a jovem e a velha. Os hábitos "estrangeiros ao século", se tivessem que ser mantidos em nome da tradição da cultura local, não teriam causado tanto estranhamento entre os editores e seu público.

Era necessário escrever

Os apontamentos sobre *La Moda* expressam um repertório produtivo e original em meio a práticas variadas. Os temas literários, obliterados neste capítulo, as influências musicais, as práticas cotidianas e o discurso político compõem um mosaico de temas que eram escritos ao mesmo tempo em que havia um quadro de violência e perseguição. A tarefa da escrita apresentava-se como urgente, necessária e patriótica para os editores do semanário (LM, 17/03/1838: 2). A opção por um papel popular dialogava com a pretensão de um trabalho intelectual que deveria ultrapassar as fronteiras do Salão Literário e o modo como as ideias de integrantes da Geração de 1837 eram tradicionalmente apresentadas.

Buscamos, neste breve capítulo, revelar pistas que explicitem a potencialidade de temas menos consolidados e suas significações

culturais e políticas na Buenos Aires rosista. Outros dois pontos apresentados foram as relações com o próprio público de *La Moda*: entre afagos e críticas, entre aproximar-se do rosismo ou rechaçá-lo, podemos identificar que o discurso dos jovens editores estava longe de ser compartilhado pelo público. Os diagnósticos de Alberdi e seus companheiros destoam da imagem de uma cidade ilustrada e liberal como se difundiu desde a metade do século XIX.

Para além das oposições ao rosismo, o fato de o projeto de *La Moda* incluir poucas pessoas serve de indício para pensar as diferenças entre os escritores que frequentaram as reuniões promovidas por Marcos Sastre. A fonte abre possibilidades para compreender os constructos de uma história intelectual que não admite qualquer tipo de essencialização em torno de conceitos, nem reinvenções simplificadoras que atuem para legitimar o discurso dos letrados diante do rosismo ou do prestígio que passaram a ter após 1852.

Os rastros de uma intelectualidade que buscava encontrar seu público e reverberar seu ideário social, político e cultural eram latentes na publicação analisada. A liberdade encontrada para abordar a moda, pelo menos até 1838, não tinha equivalência no plano político. O formato breve e inconcluso dos textos, como são as tendências da moda, metaforizam o próprio tempo, os discursos políticos e suas validades históricas: apreensíveis e incontroláveis.

Notas

- Outros autores, não restritos ao campo da historiografia, fazem referências ou análises pontuais sobre *La Moda*, como Hernán Pas (2008), Francine Masiello (1992), Claudia Roman (2003), Eugenia Molina (2009). Também tenho dedicado atenção ao semanário como observado em Freitas Neto (2013) e Freitas Neto (2015).
- 2. O tema das sociabilidades empregado por *La Moda* foi utilizado por outras publicações posteriores. O rosista *Diario de Anuncios y Publicaciones Oficiales* de Buenos Aires, editado a partir de janeiro de 1835 por José Rivera Indarte, incluiu entre seus temas as festas públicas e indicações sobre comportamento social com uma seção "Observador de las modas". O *Museo Americano*, em abril de 1835, deu continuidade ao tema e introduziu gravuras para ilustrar os textos. Como observou a pesquisadora Sandra Szir, havia uma prática periodística "sin carácter de actualidad, con un propósito didáctico, difundiendo artículos de divulgación científica, histórica, de costumbres, literatura o reseñas de espectáculos dirigidas a un público amplio y popular, a un

- precio relativamente accesible. Allí, las imágenes cumplen el rol de presentarse como una suerte de ventana abierta al mundo, exhibiendo y acercando a las personas las geografías, personajes, situaciones y objetos que muchos lectores veían representados por primera vez" (Szir, 2009: 10).
- 3. As referências a *La Moda* aparecerão pela abreviação LM, seguida da data da publicação e da paginação do periódico. A indicação bibliográfica das versões fac-similares utilizadas encontram-se ao final do texto.
- 4. Asociación de Mayo é a forma como foi rebatizada a Asociación de la Joven Generación Argentina, liderada por Esteban Echeverría, e reúne os nomes que integravam o Salão de Marcos Sastre.
- 5. O pseudônimo, que aparece no terceiro número de *La Moda*, é uma referência ao poeta do romantismo espanhol Mariano José de Larra. O poeta, que se suicidou aos 27 anos, usava o pseudônimo Fígaro. A opção de Alberdi é chamar Figarillo por distinguir a obra elogiada em *La Moda* e o propósito que, no diminutivo, dedica-se a escrever senão de frivolidades (moda, estilos, usos, ideias, letras, costumes). Chama-se Figarillo porque o mestre conseguiu fazer sinônimos seu nome e sua sátira, e o figarismo é hoje a comédia. E ao buscar a referência espanhola reconhece, com certa ironia, que "se não fosse o autor uma continuação, uma repetição de outro, não conseguiria ser lido, pois tudo o que não é velho não tem acolhida nessa terra de renovação" (LM, 16/12/1837: 1).
- 6. Para acompanhar as ideias políticas de Alberdi na maturidade, recomendo a rigorosa e erudita tese de Affonso Celso Thomaz Pereira: *A terceira margem do Prata. Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852* (São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo, 2015. Tese de doutorado).
- 7. Jorge Myers, em seu trabalho *Orden y virtud: el discurso republicano en el regimen rosista* compilou e fez um estudo aprofundado de um conjunto de documentos oficiais, trechos de jornais, decretos e debates parlamentares pró-Rosas. A consolidação da Confederação Argentina, sob Rosas, perpassa aspectos jurídicos, a atuação de publicistas e um discurso que foi obscurecido na historiografia e na cultura política argentina pela eficiente oposição da Geração de 1837. A unificação política rosista utilizouse, como demonstra Myers, de instrumentos de legitimação ideológica sobre a incipiente esfera pública que emergia após o período revolucionário. A forma como o rosismo arraigou-se na sociedade é algo mais notável do que o simples manejo das regras políticas, como na sinalização das diferenças do tempo republicano, portador do discurso moderno, em contraponto às questões da era colonial. A ênfase cronológica de Myers foi entre 1829 e 1838, antes da perseguição aos opositores, e com isso ele pôde observar a construção de um discurso que incluía campos como a religião e a moral, num claro exercício de estudo da composição da esfera pública.

Fontes

- LA MODA. Gacetín semanal de musica, de poesía, de literatura, de costumbres. (1837-1838). Buenos Aires: 1938. Edição fac-similar da Academia Nacional de la Historia. Buenos Aires: Sociedad Anónima de Impresiones Generales, 1938.
- LA MODA. Gacetín semanal de musica, de poesía, de literatura, de costumbres. (1837-1838). Buenos Aires: 2011. Edição fac-similar. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2011.

Bibliografia

- AREA, Lelia. Una biblioteca para leer la Nación: lecturas de la figura de Juan Manuel de Rosas. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006.
- ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge. *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2010.
- ALTAMIRANO, Carlos. Ideas para un programa de Historia Intelectual. *Prismas. Revista de Historia Intelectual*. Quilmes: UnQ, nº 3, 1999.
- BALTAR, Rosalía. Letrados en tiempo de Rosas. Mar del Plata: Eudem, 2012.
- BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus; MYERS, Jorge. (Orgs.). Resonancias románticas. Ensayos sobre historia de la cultura argentina (1820-1890). Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- BATTICUORE, Graciela; GAYOL, Sandra (Orgs.). *Tres momentos de la cultura argentina:* 1810-1910-2010. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.
- BOCCO, Andrea. *Literatura y Periodismo 1830-1861: Tensiones y interpretaciones en la conformación de la literatura argentina*. Córdoba: Universitas/Universidad Nacional de Córdoba, 2004.
- BRUNO, Paula. *Pioneros culturales de la Argentina. Biografías de una época.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.
- COSTA, María Eugenia. Ámbitos de circulación de los primeros impresos posrevolucionarios (Buenos Aires, 1810-1820). IV Jornadas de Investigación en Disciplinas Artísticas y Proyectuales. La Plata: UNLP, 2008.
- De la imprenta al lector: reseña histórica de la edición de libros y publicaciones periódicas en Buenos Aires (1810-1900). Revista Questión. La Plata: UNLP, v. 1, nº 30, 2011.
- EUJANIAN, Alejandro. La cultura: público, autores y editores. In: BONAUDO, Marta. (Dir.). *Nueva Historia Argentina*. T. IV. Buenos Aires: Sudamericana, 1999. p. 545-605.
- FREITAS NETO, José Alves de. A formação da nação e o vazio da narrativa argentina: ficção e civilização no século XIX. *Esboços*. UFSC, v. 15, nº 20, p. 189-204, 2008.
- ... Un siglo todo de señales: o trabalho intelectual em Buenos Aires e as demandas expostas em *La Moda* (1837-1838). *Territórios e Fronteiras* (online), v. 6., p. 166-187, 2013.
- O vazio na política e na cultura portenhas: questões para a composição da esfera pública a partir de *La Moda* (1837-1838). In: VOJNIAK, Fernando. *História e Linguagens: memória e política*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 9-37.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. Construir el estado, inventar la nación: el Río de la Plata, siglos XVIII-XIX. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- GOLDMAN, Noemí. (Org.). Lenguaje y revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata (1780-1850). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- GUERRA, François-Xavier. Modernidad e Independencia. México: FCE, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Borgeois Society. Cambridge: MIT Press, 1991.
- HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Una Nación para el Desierto Argentino*. Buenos Aires: CEDAL, 1980.
- MARTINO, Luis Marcelo. Valor literario y valor social en La Moda. Buenos Aires (1837-1838). Anuario de Estudios Filológicos, v. XXXIV, p. 113-123, 2011.
- MYERS, Jorge. *Orden y virtud: el discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentines. In: GOLDMAN, Noemi (Org.). *Nueva Historia Argentina*. T. III. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

- MASIELLO, Francine. Between Civilization & Barbarism: Women, Nation and Culture in Modern Argentina. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 1992.
- MOLINA, Eugenia. Civilizar la sociabilidad en los proyectos editoriales de grupo romántico al comienzo de su trayectoria (1837-1839). In: BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus; MYERS, Jorge. *Resonancias románticas: ensayos sobre historia de la cultura argentina 1820-1890*. Buenos Aires: Eudeba, 2005
- ——. El poder de la opinión publica. Trayectos y avatares de una nueva cultura política en Río de la Plata 1800-1852. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2009.
- NEVES, Lucia M. Bastos P. (Org.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos.* Rio de Janeiro: EdUerj, 2009.
- ORIA, José A. Prólogo. *LA MODA. Gacetín semanal de musica, de poesía, de literatura, de costumbres.* (1837-1838). Buenos Aires: 1938. Edição fac-similar da Academia Nacional de la Historia. Buenos Aires: Sociedad Anónima de Impresiones Generales, 1938.
- PALTI. Elías José. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- El momento romántico: nación, historia y lenguages políticos en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- PAS, Hernán. Ficciones de extranjería: literatura argentina, ciudadanía y tradición (1830-1850). Buenos Aires: Katatay, 2008.
- PICCATO, Pablo. Public Sphere in Latin America: a Map of the Historiography. *Social History*, v. 35, n° 2, mai. 2010.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e texto.* São Paulo: Edusp: Bauru: Edusc, 1999.
- RODRÍGUEZ, Fermín. *Un desierto para la nación: la escritura del vacío.* Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2010.
- RODRÍGUEZ PÉRSICO, Adriana. Juan Bautista Alberdi: nación y razón. In: JITRIK, Noé. *Historia Crítica de la Literatura Argentina: la lucha de los lenguajes.* Buenos Aires: Emecé, 2003. p. 288-290.
- ROMÁN, Claudia. La prensa periódica: de *La Moda* (1837-1838) a *La Patria Americana* (1879-1885). In: JITRIK, Noé. *Historia crítica de la literatura argentina: la lucha de los lenguajes*. Buenos Aires: Emecé, 2003. p. 439-467.
- ROOT, Regina A. Vestir la nación: moda y política en la Argentina poscolonial. Buenos Aires: Edhasa, 2014.
- SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação Brasil e Argentina.* Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SVAMPA, Maristella. El dilema argentino: civilización o barbárie: de Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto/Imago Mundi, 1994.
- SZIR, Sandra M. De la cultura impresa a la cultura de lo visible. Las publicaciones periódicas ilustradas en Buenos Aires en el Siglo XIX. In: GARABEDIAN, Marcelo. *Prensa argentina siglo XIX: imágenes, textos y contextos.* Buenos Aires: Teseo/Biblioteca Nacional, 2009. p. 1-31.
- WASSERMAN, Fabio. Escritura, política e historia en el discurso de la generación de 1837. Anuario del Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos S. A. Segreti. Córdoba, nº 5, 2005.
- WEINBERG, Félix. Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución. Buenos Aires: Taurus, 2006.
- ZANETTI, Susana (Org.). Historia de la literatura argentina: del romanticismo al naturalismo. V. 2. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.

"Ojeada sobre el Brasil": impressões de Sarmiento sobre o Império do Brasil em meados do século XIX¹

Maria Elisa Noronha de Sá*

O interesse pelo tema dos "olhares cruzados", que envolvem inúmeros letrados latino-americanos que empreenderam viagens, viveram experiências de exílio ou simplesmente demonstraram curiosidade por assuntos que envolviam o Império do Brasil, sempre foi uma constante para quem se dedica ao estudo da história intelectual comparada ou ao subgênero dentro da história intelectual que, nas duas últimas décadas, vem se consolidando como importante espaço de interrogação histórica: o das histórias cruzadas e das conexões culturais.

Há muito sabemos da intensa circulação que havia entre esses letrados, políticos, viajantes, publicistas e cientistas nas Américas do século XIX. Esta movimentação implicava não só deslocamentos geográficos, mas também a formação de espaços de sociabilidade nos quais as ideias circulavam, eram apropriadas e ressignificadas, em um contexto muito especial e específico de construção de nações e de formação de novas identidades. Sabemos também o quanto o Império do Brasil, por ter vivido um processo de independência marcado por algumas singularidades, por ter se tornado a única monarquia constitucional das Américas e por ter conservado a escravidão como um de seus pilares, constituiu-se em objeto de curiosidade, de interesse e de estudo para a Hispano-América no século XIX.

Neste texto, analisarei as imagens do Império do Brasil nos escritos de Domingo Faustino Sarmiento, especialmente nos artigos

^{*} Professora de história da América do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

publicados no El Mercurio e no El Progreso, em 1842 e 1844, reunidos nos volumes VI, intitulado Politica arjentina. 1841-1851,2 e XIII, Argirópolis, das suas Obras completas. Nesses textos, escritos alguns anos antes da publicação do Facundo (1845) - texto emblemático da cultura e do pensamento político argentinos –, Sarmiento parece ensaiar a sua interpretação fundada na dicotomia civilização e barbárie ao analisar o Império. O Brasil surge como um país despovoado, deserto, que apresenta em muitas partes de seu território condições de vida próximas à selvageria, principalmente pela existência da escravidão, ao mesmo tempo em que possui inúmeras cidades ricas, povoadas, que apresentam um modo de vida semelhante ao da civilização europeia. Convivem, assim, dois estilos de vida opostos e hostis entre si – o bárbaro e o civilizado. A imagem do Brasil oscila entre um olhar negativo ou positivo, ao sabor dos diversos posicionamentos de Sarmiento com relação às políticas externa e interna do Império, da nascente República Argentina, além do cambiante contexto intelectual em cujo interior articularam-se as sucessivas miradas sarmientinas sobre o Brasil.

No momento em que esses textos foram escritos, Sarmiento encontrava-se, como a maior parte dos membros da chamada Geração de 1837 argentina, exilado no Chile. Como sabemos, o degredo foi resultado da intensa oposição que esta geração romântica fez ao governo de Juan Manuel Rosas, no poder entre 1829 e 1852. Nesse período é que se conforma a Geração de 1837, considerada o primeiro movimento intelectual em busca de uma identidade nacional. Seus membros consideravam que sua missão consistia em completar, no plano intelectual, a revolução que, nos planos material e político, havia sido realizada pela geração anterior. Em toda a obra desses escritores, a nação aparecia como problema comum e central, questão tipicamente romântica e própria de um país novo, cuja tarefa principal era alcançar um conhecimento adequado de sua própria realidade, para assim poder definir sua identidade nacional.

No Chile desde 1840, Sarmiento logo se converte em uma figura destacada e polêmica na vida política daquele país, com influência tanto no âmbito local como no território argentino. Foi editorialista do periódico *El Mercurio* de Valparaíso. Após a decisão de apoiar os conservadores, tornou-se editor do periódico *El Nacional* e diretor oficial da campanha na imprensa do candidato *pelucón*, Manuel Bulnes, que ganhou as eleições em 1841. Em novembro de 1842, funda junto com Vicente Fidel López seu próprio periódico, *El Progreso*. Sarmiento fez dele a sua principal tribuna e escreveu em suas páginas até sua partida para a Europa e para os Estados Unidos, em outubro de 1845.

A escolha de trabalhar aqui com artigos publicados por Sarmiento nos periódicos *El Mercurio* e *El Progreso*, durante seu exílio no Chile, põe em destaque talvez a mais importante, permanente e marcante faceta de sua instigante personalidade e de sua vida: o Sarmiento periodista, "el caudillo de la pluma". Era o homem que escrevia vertiginosamente sobre os acontecimentos que, no cotidiano, agitavam o continente americano e a região do Prata, sempre com a clara e determinada intenção de intervir na vida política. O homem que, imerso no seu tempo, viu no periódico o meio mais efetivo para satisfazer a "fome de novidade" e acompanhar a aceleração no "*tempo* das letras" que marcou o século XIX.³ Artigos periodísticos de vida efêmera, parte essencial do dia a dia de sua imediata ação política, mas que, ao mesmo tempo e como os seus demais escritos, traduziam uma intensa e sólida vontade de compreensão do político em todas as suas facetas mais profundas.

O preço desse constante movimento entre a escrita fugaz, a necessidade de responder a problemáticas políticas imediatas e a construção de um pensamento político mais denso, que se construiu lentamente no interior de sua vasta obra, foi a voluntária aceitação da contradição e da ambivalência existentes em suas sempre provisórias conclusões. Assim, a realidade circundante que ele buscava explicar, compreender e nela intervir, assumiu, na prosa contundente de Sarmiento, formas marcadamente ambíguas. Esta ambivalência pode ser percebida com clareza ao acompanharmos as notáveis mudanças em suas observações sobre o Império do Brasil ao longo dos tempos.

O artigo "Ojeada sobre el Brasil" foi publicado no jornal El Mercurio, nos dias 3 e 12 de outubro de 1842. Na primeira parte, Sarmiento começa fazendo referência às então recentes revoltas liberais ocorridas em São Paulo e Minas Gerais, que ele chama de "convulsões democráticas", como demonstrações do futuro tempestuoso que aguardaria o Império do Brasil. Diz não se surpreender com esses distúrbios e acha difícil que o governo imperial consiga apaziguar esses movimentos, restabelecer a ordem e manter a sua unidade territorial. Afirma que o Brasil, apesar de ser, sem dúvida, o maior Estado sul-americano em população, em riqueza e em território, é "el mayor embrión de nación que tenemos en nuestro continente, y el país que, a nuestro juicio, está destinado a pasar por más alteraciones en su organización" (Sarmiento, 1949a: 65). A mais importante dessas alterações previstas seria a dissolução da unidade territorial contra a qual o Império lutava tão obstinadamente. A seguir discorre sobre as razões que o levam a tal diagnóstico.

A primeira razão é o governo imperial e seu gabinete, que Sarmiento considera inábeis para tal tarefa. Pois,

Para conservar unidad en una periferia tan vasta de espacio y de relaciones, se necesitaría un gobierno apoyado en las más remotas tradiciones, y que estuviese al mismo tiempo lleno de vigor y de fuerza; que las instituciones del imperio fuesen tan antiguas por el tiempo de su creación, como nuevas o modernas por su consonancia con la época y las ideas reinantes. (1949a: 65)

No entanto, ele considera o regime constitucional do Brasil uma árvore jovem, muito distante de ter raízes fundas e que não tem mais antecedentes "que el presidente de cualquiera de nuestras repúblicas" (1949a: 66).

A segunda razão é o povo. Para Sarmiento, seria necessário que este, "o corpo da nação", não adoecesse de nenhum mal e "fuese tan sano y homogéneo, como és fuerte y pujante" (1949a: 65). O povo brasileiro compõe-se de homens livres e de homens escravos, de duas raças que nunca se deram bem. É heterogêneo quan-

to ao seu sangue e também quanto às suas ideias e aos seus instintos. Para ele, é claro que semelhante povo tenha interesses e necessidades diversos e opostos, tornando muito difícil conservar o equilíbrio e "evitar que se desplome un edifício tan mal cimentado" (1949a: 66). Some-se a isso a terceira das razões: o seu território, vasto e despovoado, que compreende a metade da zona tórrida e parte da zona temperada.

Todas essas razões, contudo, parecem estar subordinadas, na avaliação de Sarmiento deste momento, à sua crença de que o desmembramento e a dissolução territorial são tendências quase que naturais do fim dos impérios ibéricos nas Américas, o que ele chama de "princípio das subdivisões". Por isso, os homens de Estado daquele país não devem desconhecer que, com o tempo, hão de surgir novos Estados do seio do Império e que seus esforços somente poderão retardar o irreversível processo de desmembramento, para que ele ocorra "sino cuando la ilustración esté más difundida y el pueblo más nivelado" (1949a: 66). Além disso, afirma que, naqueles tempos, não seria possível fundar grandes nações, muito menos com os elementos heterogêneos que caracterizam a embrionária nação brasileira.

No dia 12 de outubro, Sarmiento dá continuidade ao artigo, provocado pelo desejo de responder a um correspondente a quem chama de "Sr. Noticioso", que lhe teria enviado uma carta com observações queixosas acerca das opiniões sobre o Brasil publicadas no texto anterior. Denuncia a visão desdenhosa de seu correspondente com relação às repúblicas sul-americanas. Diz que estas também são "povos embriões", mas menos que o Brasil, porque são menores, mais homogêneas, construídas sobre um modelo já existente e mais de acordo com a época: "Son repúblicas por ser, y no impérios por destruir... porque cien anarquistas y un tirano perecen más pronto que una dinastia y que unas instituciones monárquicas" (1949a: 68).

Nota, por fim, que o texto do seu correspondente está escrito sobre bases diametralmente opostas às suas, já que o brasileiro dá como um fato a manutenção da unidade do Império do Brasil e a conservação de suas instituições. Para Sarmiento, no entanto, elas não têm nada de certas, e os sete anos durante os quais já segue a Rebelião Farroupilha no Rio Grande do Sul, somados aos distúrbios contínuos que agitam o país e ao descrédito das antigas monarquias europeias junto à opinião pública, confirmam suas previsões. "Como no hemos de dudar sobre la duración de un império nuevo por todas partes rodeado de repúblicas, y con un niño de diecisiete años a su cabeza?" (1949a: 69).

Neste artigo, o tema do desmembramento e da manutenção da unidade territorial do Império parece ser central. O Brasil vivia então o chamado Regresso Conservador, quando, por intermédio da elaboração e adoção de uma série de medidas centralizadoras, o governo acreditava estar trazendo a nação brasileira de volta para o caminho da ordem, do progresso e da civilização, após o período "anárquico" vivido no período regencial, com as ameaças de dissolução experimentadas por meio das rebeliões provinciais. A aprovação das leis do Regresso pelos conservadores motivou a eclosão das novas revoltas em São Paulo e em Minas Gerais, em 1842. A partir das observações sobre esse contexto, Sarmiento refere-se ao Brasil como o "maior embrião de nação" do continente e "um edifício mal cimentado".

O segundo artigo, intitulado "Con el Brasil", foi publicado em 4 de maio de 1844, no *El Progreso.*⁴ Neste, Sarmiento analisa as complicadas relações do Império com o governo Rosas, envolvido desde 1839 na chamada Guerra Grande contra o governo de Rivera na República Oriental do Uruguai. Durante o conflito, em fevereiro de 1843, Rosas iniciou um cerco à cidade de Montevidéu que durou nove anos (até 1851). Neste período, o Uruguai ficou dividido em dois governos: Montevidéu sob o poder do Partido *Colorado* e de Rivera, que formavam o "Gobierno de la Defensa", apoiado pelos exilados argentinos, pelos unitários, e por ingleses e franceses; e o resto do país dominado por Oribe e os *Blancos*, que formavam o "Gobierno del Cerrito", apoiado por Rosas.

Chama a atenção o conhecimento detalhado de Sarmiento sobre a política interna e o governo brasileiros. Ele fala do novo mi-

nistério liberal, nomeado em fevereiro de 1844, e da necessidade de conhecer o que chama de "espírito de partido", que vê com olhos distintos os mesmos acontecimentos, segundo as simpatias ou antipatias que tem, para prever como este gabinete se comportará com respeito às desavenças com o governo argentino.

Sarmiento volta à questão da forma de governo, para dizer que, não obstante as formas constitucionais do Império, o futuro de liberdade e de paz não está por isso ali mais assegurado que para outros povos americanos. Lembra que os costumes civis, os partidos opostos e as opiniões irreconciliáveis do Brasil são os mesmos de toda a América e que os acontecimentos do Prata afetam fortemente esses partidos, porque o triunfo de uma ou outra causa nas bordas da sua fronteira pode refletir-se no seio do próprio Império.

De fato, o Império enfrentou durante esse período um grande dilema. O Brasil não só reconhecia o governo de Rivera, cercado em Montevidéu, como o único legítimo, como também via nele a única possibilidade de manter a independência do Uruguai, ameaçada por Rosas e seu aliado Oribe. Por outro lado, este mesmo Rivera, desde 1836, estava aliado aos rebeldes farroupilhas do Rio Grande do Sul, que constituíam uma séria ameaça ao governo brasileiro. Os conflitantes interesses em, ao mesmo tempo, lutar pela pacificação da revolta rio-grandense e manter a independência do Uruguai diante da ameaça expansionista de Rosas explicam a posição de neutralidade, tão criticada por Sarmiento, mantida pelo Império diante das lutas na região platina. Nesses anos iniciais da década de 1840, quando o Regresso Conservador procurava afastar os fantasmas da dissolução territorial vivido no tempo das regências, interessava mais que tudo ao governo brasileiro pacificar a província do Rio Grande. Para tal tarefa precisava contar com a boa vontade ou, ao menos, com a neutralidade de Oribe e Rosas, mas não deixava de ver com preocupação o crescimento do poder do governador de Buenos Aires e a extensão deste poder ao Estado Oriental.

No entanto, gostaria de concentrar minha análise nas observações sobre o Império do Brasil que aparecem no artigo "Política

Exterior de Rosas", publicado em três partes em *El Progreso*, nos dias 2, 5 e 8 de outubro de 1844 (Sarmiento, 1949b). Minha hipótese é que estes escritos podem ser lidos como um "ensaio" das teses sobre civilização e barbárie que serão desenvolvidas por Sarmiento um ano depois, em 1845, no seu mais paradigmático livro, *Facundo*; daí o interesse e a importância desses textos.

Numa análise astuta sobre a política externa do governo Rosas, a primeira parte do artigo apresenta a tese que acompanhará Sarmiento em muitas outras análises desse período, sobre o perigo e a ameaça que Rosas representa para toda a América, em especial para seus vizinhos fronteiricos do sul. Com base na ideia de que o caudilho argentino queria restabelecer o antigo vice-reinado do Prata, com sede em Buenos Aires, ele se diz impressionado que as repúblicas seguidoras das "ideias adiantadas de nosso século", ao redor das províncias argentinas, não tenham reagido quando "un bárbaro abandonado a todos los instintos brutales de su feroz y enérgico natural, ha destrozado con una mano sacrílega una nación entera..." (Sarmiento, 1949b: 118); e que, com ódio a tudo quanto nasce da civilização, e é "fruto de un orden racional de gobierno, derrama sus hordas sobre el más débil de sus vecinos" (1949b: 118), a República Oriental do Uruguai, e como uma grande serpente, ameaça engolir Montevidéu. Diz ser curioso que, até aquele momento, somente os povos da Europa se tenham colocado em armas contra Rosas, enquanto a América toda permanece inerte, alheia e, por não compreender bem o que está se passando ali, até aplaude o "caudillo del vandalage".

Dentre os governos que têm que tratar com a administração do general Rosas, fala do Brasil como uma nação rica, que vive uma situação feliz, e que obedecendo a "una dirección ilustrada, llena de porvenir" (Sarmiento, 1949b: 121) está fadada, pelas suas fronteiras, a conviver de perto com o caudilho argentino.

Começa, então, na segunda parte do artigo, a sua análise sobre a situação interna e externa do Império do Brasil, das vantagens que, segundo ele, fazem a força e a importância deste império, e das desvantagens que também o expõem a grandes perigos. Ensaiando o esquema interpretativo dual que desenvolverá no *Facundo*, Sarmiento nota que, apesar de o Brasil possuir um dos mais extensos e preciosos territórios da América, ele é, exatamente pela sua dimensão, como todos os Estados sul-americanos, um país despovoado e deserto em sua maior parte. Daí decorre não ser difícil compreender que, em um país onde a sociedade se acha rodeada de grandes desertos, haja certas condições de vida próximas, em muitos pontos, ao estado selvagem e inculto. Como um homem do século XIX que acredita na estreita relação entre meio geográfico e condições sociais, políticas e culturais, e no necessário caminho das nações em direção à civilização, ele afirma: "sólo cuando el hombre se apiña, cuando se roza reciprocamente y se influye, es cuando se somete a la acción de la pressión social, que lo refacciona y lo pule" (Sarmiento, 1949b: 125).

Aqui, a ideia de civilização aparece como a união necessária entre o progresso social e o progresso moral, ambos derivando da multiplicação dos vínculos de sociabilidade entre as pessoas. Neste sentido, as cidades eram não só repositórios de cultura e civilização, como também espaços de sociabilidade intensa que permitiam o progresso material e moral dos indivíduos que as habitavam e, principalmente, por isso, eram sede do político. A contrapartida dicotômica da civilização das cidades era a barbárie do campo, com suas enormes distâncias e vazios, que, por isso mesmo, caracterizava-se por seu caráter apolítico. Sua definição remete eminentemente à tradição republicana da Antiguidade Clássica.

Nas províncias do Sul do Brasil, Sarmiento encontra os povos pastores, nômades, os homens do deserto, acostumados a vagar, em estado de selvageria. Além disso, o Brasil, pelas necessidades tradicionais de seu sistema de agricultura, utiliza "del medio horrible pero necessário allí" (Sarmiento, 1949b: 126), da escravidão, que ele também associa à barbárie. Estes dois elementos — os escravos e os pastores nômades — formam, segundo ele, uma massa perigosa da sociedade e propensa a receber as influências da ação insidiosa de um sedutor como Rosas, pela natureza mesma de sua situação social.

Por outro lado, o Brasil possui inúmeras cidades notáveis, ricas e abundantes em população, em monumentos e em indústria, com todos os resultados que pode produzir a civilização europeia, quando esta se estabelece em um país "tan superiormente preparado a desenvolver sus germenes" (Sarmiento, 1949b: 126). Nessas cidades, encontra-se uma numerosa juventude educada nos principais centros da Europa, onde adquirem hábitos civilizados e uma forte simpatia e identificação com a vida europeia. Estes vivem um forte antagonismo com o restante da população negra, que serve na agricultura, e com parte da branca, que trabalha nas atividades pastoris. Sarmiento conclui: "En el Brasil, más que en ninguna otra parte, se diseñan las diferencias de la vida europea y de la vida indígena, porque ambas sociedades, (...) viven frente a frente, mirándose con desprecio y con envidia..." (1949b: 126). Ele completa o esquema dicotômico ao afirmar que estas duas forças opostas não se paralisam, e que os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, possuem um poder real mais ativo e mais eficaz que o elemento campesino e que, à medida que o tempo passa, exercem uma ação mais eficaz e mais decisiva sobre o campo, reformando rapidamente os maus instintos que lá se desenvolvem.

Sarmiento conclui esta parte do artigo com uma visão positiva sobre a monarquia constitucional brasileira, notavelmente diferente e mais branda que aquela que vimos em seu artigo de 1842. Aqui, ele afirma que o Brasil deve ao seu governo monárquico constitucional o fato de ter se salvado, até aquele momento e provavelmente no futuro, da anarquia política decorrente do quadro que ele havia traçado. Afirma, ainda, que a monarquia constitucional é o paládio da civilização e da liberdade, não só por sua ação governamental, mas também pela influência de seus monarcas. Desaparece o argumento anterior da "tendência natural" à dissolução pela qual todo o continente americano, inclusive o Brasil, passaria, e se fortalece a ideia de que a ameaça de desmembramento vem, agora, quase que exclusivamente do contato e da influência negativa da barbárie rosista.

Na terceira parte, retoma e desenvolve a ideia de que há no Brasil dois grandes elementos de sociedade – um bárbaro e outro civilizado –, opostos e hostis entre si. Reafirma a leitura positiva do sistema monárquico ao dizer que, com ele, o elemento bárbaro está vantajosamente dominado pelo civilizado, porque este último é apoiado com eficácia e está estreitamente ligado à monarquia e ao monarca.

En el Brasil hay uma indispensable solidariedade entre la parte civilizada e industriosa de la nación y la monarquía; y esta solidariedad es tan estrecha, tan positiva, que en el aquel país la caída de la monarquía, importaria su completa barbarización, así como el sometimiento de la parte ilustrada arrastraría en su ruina a la monarquía. (Sarmiento, 1949b: 127)

Também afirma que, no Brasil, a bandeira republicana representa a "insurreição vandálica" das hordas plebeias e atrasadas que povoam a maior parte do Império. Isto é o que ele diz depreender das insurreições que ocorreram, e ainda ocorrem, naquele território e que foram felizmente sufocadas e contidas pelo seu vigoroso regime constitucional monárquico.

Segue, então, uma interessante análise sobre as grandes semelhanças que Sarmiento enxerga entre o regime republicano chileno – onde vive exilado e com o qual se identifica – e a monarquia brasileira. Afirma que não nos devemos deixar enganar por um superficial antagonismo de nomes e que uma análise mais profunda revela o que há de real, positivo e comum no fundo daquelas duas sociedades: os elementos sociais dominantes no Brasil são os mesmos que dominam o Chile, e tanto em um quanto em outro país, a parte bárbara e ignorante da população está submetida, anulada e entregue à influência melhoradora de um governo sensato que trabalha para reformulá-la. Como tantos outros exilados argentinos, em contraste com a experiência política cotidiana de guerra civil e tirania das províncias do Rio da Prata, a estabilidade institucional chilena causava uma profunda impressão em Sarmiento.

Aqui, o historicismo de Sarmiento se faz presente na crença universal e irreversível na ação melhoradora do tempo, quando reconhece que o Brasil e o Chile se propõem a marchar sobre um mesmo caminho político, que é o do completo desenvolvimento de ambas as sociedades segundo as leis e as condições de vida da civilização europeia. Por isso, a diferença de nomes que qualificam os dois governos não pode ser um argumento que anule a sua igualdade de interesses.

Identificando-se completamente com o governo republicano chileno do período, que chama de "nuestra política republicana y liberal" (1949b: 129), Sarmiento observa que, apesar da uniformidade do nome político, o grande antagonismo naquele momento era com a República Argentina sob o governo Rosas, e não com o Brasil monárquico, que seguia uma marcha análoga e princípios de governo iguais aos da República no Chile.

O que se depreende da análise desse artigo é que a interpretação das sociedades americanas do século XIX como aquelas onde se desenrola o drama da luta entre a civilização e a barbárie já aparece na sua leitura sobre o Império do Brasil, embora venha a ser desenvolvida primorosamente um ano mais tarde, em 1845, como chave de leitura para decifrar o "enigma argentino". No Brasil, o sistema monárquico implantado permitiu que a civilização estivesse dominando vantajosamente o elemento bárbaro. Já na Argentina, o choque entre a barbárie e a civilização havia produzido o triunfo da primeira, emblematizada nas figuras de Facundo Quiroga e Rosas.

Por fim, é interessante notar que, apesar de os elementos caracterizadores das esferas da civilização e da barbárie serem apresentados de forma com que apareçam como estruturas diferenciadas e polarizadas dicotômica e excludentemente, o civilizado e o bárbaro apresentam-se entrelaçados, mesclados, hibridizados, numa complexa relação. Nessas suas iniciais observações sobre o Brasil, já podemos antever o que posteriormente aparecerá indicado no subtítulo do *Facundo*, onde os dois termos – civilização, barbárie

– estarão unidos pela conjunção "e". Como no Império, a complexa relação entre ambas as esferas permitirá pensar que aquilo que caracteriza a Argentina vista por Sarmiento é precisamente o encontro, a interpenetração, a *fricção* entre elas, e não a existência autônoma de uma sem a outra⁵. Essas duas construções coexistem nas análises, mesmo que saibamos que o projeto político de Sarmiento aposta em um processo evolutivo cujo fim é o estabelecimento de uma ordem estável e civilizada, ameaçada sempre pelas condições geográficas, pelas tradições herdadas da Europa Ibérica e potenciadas pelas "hordas plebeias e atrasadas" e mestiças que a colonização havia engendrado.

Contudo, Sarmiento pensava que a defesa da ordem devia conciliar-se com a proteção das garantias individuais asseguradas pela ordem constitucional. Um "liberalismo conservador", que se

(...) cristalizó durante aquellos años chilenos de politica partidária y periodismo, constituyéndose en un componente importante de aquel republicanismo con el que tan estrechamente se identificó – aquel que ubicaba en la figura del ciudadano imbuido de una activa virtud cívica el soporte ineluctable de cualquier orden estatal legítimo (Myers, 2010: 20).

Notas

- 1. Este texto é o resultado inicial do estágio de pós-doutorado que realizei no segundo semestre de 2015, no Centro de História Intelectual da Universidade de Quilmes, na Argentina, quando desenvolvi o projeto de pesquisa "Um olhar sobre o Império do Brasil: viagens, exílios e impressões de letrados argentinos sobre o Brasil no século XIX". A proposta foi analisar a construção da imagem do Império do Brasil nos escritos de Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi e de alguns de seus contemporâneos argentinos, com a intenção de explorar, na chave da história intelectual e das histórias cruzadas, os efeitos desses "olhares cruzados" na construção das representações identitárias da Argentina e do Brasil na primeira metade do século XIX. Este projeto relaciona-se com outro trabalho: amplia a pesquisa "Intelectuais e a constituição de um novo vocabulário político na América Ibérica no século XIX", que desenvolvo, desde 2013, com financiamento da Bolsa de Produtividade do CNPq e da bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj.
- 2. Os escritos de Sarmiento sobre política argentina, publicados na época do seu exílio no Chile, foram divididos nas *Obras completas* em três volumes, conforme a política do Prata se apresentava para Sarmiento nos seus diversos aspectos: ataques a Rosas, sua queda e reconstituição da República. Este volume, o tomo VI, que corresponde ao primeiro aspecto, reúne os artigos sobre política argentina publicados de 1841 a 1851

- em *El Mercurio* de Valparaíso, em *El Progreso* de Santiago, em *El Heraldo, La Cronica*, série de 1849 e 1850; em *La Tribuna* e nos 1° e 2° tomos de *Sud América*.
- 3. Ver Victor Goldgel, *Cuando lo nuevo conquistó América. Prensa, moda y literatura en el siglo XIX* (Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2013).
- 4. Disponível no volume Argirópolis, t. XIII, das Obras completas de Sarmiento.
- 5. Ver Oscar Terán, *Para leer el Facundo. Civilización y barbarie: cultura de fricción* (Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007. p. 35-53).

Bibliografia

- ALTAMIRANO, Carlos (Dir.) e MYERS, Jorge (Ed.). Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.
- AMANTE, Adriana. *Poéticas y políticas del destierro. Argentinos en Brasil en la época de Rosas.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- ———. Brasil: el Oriente de América. In: MYERS, Jorge; BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus (Orgs.). Resonancias románticas: ensayos sobre historia de la cultura argentina 1820-1890. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- BOTANA, Natalio R. Sarmiento and Political Order: Liberty, Power, and Virtue. In: HALPERÍN DONGHI, Tulio (Org.). *Sarmiento. Author of a Nation.* Berkeley: University of California Press, 1994.
- Facundo y el Historicismo Romantico. In: *Ensayos de Historiografia*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996.
- ——. La Tradición Republicana. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. 1997.
- GOLDGEL, Victor. Cuando lo nuevo conquistó América. Prensa, moda y literatura en el siglo XIX. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2013.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyeto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Editora Espasa Calpe Argentina S.A./Ariel, 1995.
- . (Org.). Sarmiento. Author of a Nation. Berkeley: University of California Press,
- JITRIK, Noé. Muerte y resurrección de Facundo. Buenos Aires: CEAL, 1988.
- KATRA, William H. La Generación de 1837. Buenos Aires: Emecé, 2000.
- MYERS, Jorge. *Orden y Virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.
- ... A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco Antonio (Orgs.). Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.
- —. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: GOLDMAN, Noemí (Org.). Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852). T. 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.
- . Una cuestión de identidades. La búsqueda de los Orígenes de la Nación Argentina y sus aporías. *Prismas Revista de História Intelectual*. Buenos Aires, Universidade de Quilmes, ano 3, n° 3, 1999.

- ——. Representations of the Nation: Language, History and Politics in the Elaboration of an Argentine Identity 1840-1880. Texto apresentado no Congresso de Americanistas, Chile, 2003.
- La contundencia ambivalente: Sarmiento, republicano, liberal y conservador, en la disputa por la construcción de la nación. Prólogo. In: *El pensamento de Domingo Faustino Sarmiento. Claves del Bicentenario.* 1ª ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2010.
- ———; BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus (Orgs.). *Resonancias románticas: ensayos sobre historia de la cultura argentina 1820-1890.* Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- PIGLIA, Ricardo. Sarmiento the Writer. In: DONGHI, Tulio Halperín (Org.). Sarmiento. Author of a Nation. Berkeley: University of California Press, 1994.
- PRADO, Maria Ligia. Introdução. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo. Civilização e Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SARLO, Beatriz; ALTAMIRANO, Carlos. Ensayos argentinos. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. Politica arjentina. 1841-1851. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. In: *Obras completas*. T. VI. Buenos Aires: Editorial Luz del Dia, 1949.
- ——. Ojeada sobre el Brasil. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Politica arjentina*. 1841-1851. In: Obras completas. T. VI. Buenos Aires: Editorial Luz del Dia, 1949a.
- ———. Política Exterior de Rosas. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Politica arjentina*. *1841-1851*. In: *Obras completas*. T. VI. Buenos Aires: Editorial Luz del Dia, 1949b.
- ——. Argirópolis. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. Obras completas. T. XIII. Buenos Aires: Editorial Luz del Día, 1950.
- TERÁN, Oscar. Para leer el Facundo. Civilización y barbarie: cultura de fricción. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.
- TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- TERNAVÁSIO, Marcela. *Historia de la Argentina*, 1806-1852. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- VALENZUELA, Diego y SANGUINETI, Mercedes. Sarmiento periodista. El caudillo de la pluma. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- WEINBERG, Félix. El Salón Literario de 1837. Buenos Aires: Hachette, 1977.

Estratégias de reinserção: a *Revista del Río de la Plata* como instrumento de reinserção de Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López na cena política bonaerense

Bruno Passos Terlizzi*

Introdução

Em sua biografia a respeito de Juan María Gutiérrez, o historiador chileno Benjamín Vicuña Mackenna criou uma paráfrase a partir da lenda dos Horácios e Curiácios da Roma Antiga para representar as clivagens que os letrados argentinos integrantes da Geração de 1837 passavam a enfrentar em 1852. Com a queda do caudilho bonaerense Juan Manuel de Rosas, a subida do entrerriano Justo José de Urquiza à cabeça da Confederação Argentina e seus primeiros passos diante de uma política de definitiva unificação política nacional, escreve: "habíanse didivido éstos, tres a tres, como Horacios y Curacios. Sarmiento, Mitre y Tejedor estában por Roma. Gutiérrez, Alberdi i Vicente Fidel López por el *Lacio*" (Mackenna, 1878: 120).

O pomo da discórdia que opôs importantes figuras dessa geração de letrados e publicistas, após um breve momento de união durante a formação do Exército Grande entre 1851-1852 e sob a liderança do mesmo Urquiza, foi o polêmico acordo de San Nicolás que, entre suas cláusulas e pontos, previa a criação de uma Assembleia Constituinte Nacional e o fortalecimento do poder político efetivo de Urquiza como novo *Director Provisorio de la República Argentina*. Em outras palavras, o que o acordo previa

^{*} Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp, com o projeto de pesquisa intitulado: "História em pugna. A *Revista del R*ío *de la Plata* no debate sobre a construção do Estado liberal argentino (1871-1877)", orientado pelo prof. dr. José Alves de Freitas Neto.

era uma unificação política baseada na diminuição da influência político-econômica de Buenos Aires, de modo a beneficiar as outras províncias que comporiam a nova nação unificada, sob a liderança de um líder político profundamente ligado ao Partido Federal, o que gerava um ruído entre as novas forças políticas de herança liberal-unitária que se encontravam em franca expansão na província platina com a queda de Rosas.

Para entrar em vigor, o *Acuerdo de San Nicolás* precisava passar pela aprovação da Assembleia Legislativa de Buenos Aires (Sala de los Representantes Honorables), onde ficaram evidentes as rusgas e os conflitos entre os deputados da legislatura que defenderam e os que se opuseram às cláusulas estabelecidas por Urquiza e seus partidários. Do lado dos defensores do acordo de San Nicolás, estiveram Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López, que argumentavam a necessidade imperativa da República Argentina de se organizar sob um governo unificado e garantidor de um estado de direito.² Dentre os detratores do acordo, que apontavam os perigos da ratificação de tal documento aos interesses político-econômicos bonaerenses, encontravam-se Bartolomé Mitre, Vélez Sársfield e Valentín Alsina.³

Os embates políticos foram de tal intensidade que o governador da província de Buenos Aires, Vicente López y Planes, designado e respaldado por Urquiza, vendo sua legitimidade e base de sustentação política corroídas, renunciou ao cargo em favor de Valentín Alsina. Este, juntamente com as ações políticas de Bartolomé Mitre, estabeleceu uma política autonomista que separou Buenos Aires da Confederação Argentina por mais de 10 anos, de modo a criar uma situação prolongada de contínuas disputas e competições político-econômicas, além de um estado iminente de tensão e conflito que solapava a legitimidade tanto de um, quanto de outro durante esse período de desconfortável convivência.⁴

Claramente vinculados com a figura do ex-governador Vicente López y Planes e com os defensores das propostas encabeçadas pelo general Urquiza no acordo de San Nicolás, Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López (filho de don Vicente López) experimentaram uma atmosfera árida e de permanência impraticável na vida político-intelectual da província de Buenos Aires. Apesar dos rumos distintos, as contínuas trocas de cartas evidenciaram uma cumplicidade estreita entre os dois, que ainda teriam suas biografias cruzadas marcadas por projetos intelectuais que lhes confeririam um capital intelectual simbólico e que permitiriam a reinserção no cenário acadêmico-educacional e, concomitantemente, político da província de Buenos Aires na década de 1860. Em outras palavras, o itinerário intelectual de cada um demonstra que foi o labor acadêmico-intelectual dessas personagens que, em momento oportuno, garantiu a ambos o retorno a uma aceitação entre seus pares nos círculos de sociabilidade política, acadêmica e intelectual.

O que se entende por itinerário intelectual?

Ao analisar a noção de itinerário intelectual, depreende-se que os intelectuais – ou letrados e publicistas, para pensar mais exatamente o termo empregado no contexto argentino do século XIX (Altamirano, 2013a) - se formariam a partir de trajetórias cruzadas, uma vez que estes questionam, respondem e criticam aqueles outros que também respondem a partir de críticas e questionamentos, ou seja, os outros intelectuais-letrados. Como numa relação de ecos e ressonâncias, os letrados publicistas se constituiriam a partir de suas falas e de reverberações críticas sobre suas próprias falas (Sirinelli, [1996] 2010). Exemplos disso na história intelectual hispano-americana, especificamente argentina, são as "rusgas intelectuais" entre Domingos F. Sarmiento e Juan B. Alberdi, expressas em suas obras Las ciento y una e Cartas quillotanas,5 respectivamente; ou mesmo entre Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López, com suas respectivas História de Belgrano y de la independencia argentina e a Historia de la República Argentina.⁶

Nesse sentido, compreender o itinerário intelectual de tais personagens letradas é analisar um percurso que, ao ser (re)configurado, dá maior sentido às ações e posturas adotadas por um dado intelectual-letrado; uma maneira de pensar o "contexto de fala", tal

como Skinner e Pocock pensaram em seus respectivos trabalhos:⁷ um texto, um ensaio, uma reflexão publicada, todos constituem uma resposta a uma dada exigência imediata e contemporânea. Ainda assim, é válido pontuar que, ao trabalhar com a noção de itinerário intelectual, deve-se ter cuidado para não pensar a condução e as posturas dos intelectuais a partir de um horizonte preestabelecido e teleológico, isso porque os caminhos e as linhas seguidas são fragmentadas e abertas. Ou seja, estudar um itinerário percorrido pelos intelectuais é lidar com uma dinâmica entre a carga de intenções e estratégias intelectuais envolvidas e as incontingências que todo indivíduo ou fenômeno histórico sofre.

O itinerário político-intelectual de Juan María Gutiérrez (1852-1878)⁸

Entre os anos de 1852 e 1856, Juan María Gutiérrez esteve envolvido diretamente nos assuntos e negócios políticos da Confederação Argentina, chegando mesmo a ocupar cargos importantes como o de ministro das Relações Exteriores, quando foi responsável por estabelecer acordos político-diplomáticos que conferissem reconhecimento internacional ao novo Estado confederado e, concomitantemente, garantissem maior legitimidade diante do Estado de Buenos Aires, que se encontrava separado e autonomizado. Juntamente com Juan B. Alberdi, Gutiérrez empreendeu um labor que era alimentado por um "espírito nacionalista e de união nacional", projeto que estaria mais pendente a ser realizado pela atuação política do general Urquiza. Nesse sentido, contribuiu com a causa da Confederação auxiliando na promulgação da Constituição de 1852, além de fundar um importante periódico, Nacional Argenti*no*, para o qual contribuía com matérias que versavam sobre temas constitucionalistas e de interesse público, tais como os artigos em que defendia a união nacional e as saídas diplomáticas para superar o problema do separatismo de Buenos Aires.

A renúncia ao cargo de chanceler, o abandono das funções políticas diante da Confederação presidida por Urquiza e seu consequente translado para Buenos Aires não são explicitados em sua correspondência com amigos. No entanto, o que seus biógrafos à época deixam transparecer é que um conjunto de fatores pesou em sua decisão de se mudar de Santa Fe para Buenos Aires. Mackenna aponta razões pessoais, uma vez que Gutiérrez havia contraído matrimônio e, em pouco tempo, já estava envolvido na criação e educação de seu primeiro filho, de modo que a vida política lhe reduziria o tempo dedicado aos interesses privados (1878: 119-129). Já Zinny aponta as fortes vinculações pessoais e culturais que ligavam Gutiérrez à sua província natal; nesse sentido, o "sentimento bonaerense" falaria mais alto em algum momento (1878: 36-40). Ainda assim, pode depreender-se que a atitude de Gutiérrez, ao abandonar os assuntos públicos na Confederação e voltar para Buenos Aires, deve-se antes de tudo a certo cálculo político e a uma percepção aguçada do horizonte de expectativa que se apresentava diante dele. Ou seja, o estrangulamento econômico que a Confederação sofria em sua competição direta com a província autônoma de Buenos Aires permitia certa previsão do desfecho político dessa "queda de braço" iniciada em 1852. A confluência desses fatores fez com que Gutiérrez concretizasse sua mudança e, já em 1854, estivesse novamente em Buenos Aires.

Em uma carta endereçada ao amigo Marino E. de Sarratea, Gutiérrez evidencia incerteza quanto à sua aceitação no círculo político, letrado e intelectual em Buenos Aires: "Mis paisanos (los porteños), me tienen por desafecto y los confederados, actualmente en el poder, me cuentan con razón entre sus adversarios" (Mackenna, 1878: 128). Isso deixa transparecer uma preocupação efetiva de Gutiérrez, uma vez que o apoio dado à Confederação e o trabalho desempenhado junto a ela tornavam sua figura alvo de possíveis críticas ou suspeitas. Apesar de bem cotado e com relativo trânsito livre entre os círculos de letrados da época, curiosamente, o que facilitou sua reinserção nas atividades da sociedade bonaerense foi o abandono da política em seu sentido *stricto sensu*.

Apesar de ter participado da Assembleia Constituinte provincial, que promulgou uma nova Constituição à província de Bue-

nos Aires em 1873, a reinserção se deu por meio do afastamento dos negócios ligados diretamente à dinâmica da política facciosa, muito presente entre as décadas de 1860 e 1870 com a atuação do faccionismo *mitristas* e *alsinistas*. A alternativa encontrada por Gutiérrez foi o mergulho na vida público-intelectual através do cargo de reitor na Universidade de Buenos Aires, oferecido por Mitre em 1861. Isso significa que a viabilidade da reinserção ativa de Juan María Gutiérrez entre as elites políticas e letradas deveu-se a seu capital intelectual e a seu prestígio como personagem participante de uma *grafosfera* que "cacifou" o literato argentino a ocupar tal posição; haja vista que foi durante todo o itinerário do exílio que Gutiérrez publicou importantes obras, dentre elas a antologia de poemas do período colonial *América poética* (1846).

Apesar do ruído que, num primeiro momento, uma afirmação sobre o abandono da política *stricto sensu* provoca, o que se quer pontuar é que não houve um abandono literal, no sentido de uma retirada completa, da vida política e da própria participação na vida pública. Contudo, houve, sim, o distanciamento intencional dos cargos político-públicos que forçavam Gutiérrez a encarar diretamente os conchavos, as alianças, o *faccionismo* e o próprio partidarismo que criavam vínculos e compromissos políticos com seus respectivos caudilhos e *cacicazgos*. Em outras palavras, Gutiérrez conseguiu fazer política por outros meios, sobretudo marcando uma presença muito forte e fundamental à frente da Universidade de Buenos Aires como reitor entre 1861 e 1874 (Buchbinder, 2005a: 54-57).

O itinerário político-intelectual de Vicente Fidel López (1852-1878)

Neste mesmo período considerado, entre 1852 e 1878, Vicente Fidel López traçou um itinerário político de maior afastamento e distanciamento da participação política efetiva por meio da ocupação de cargos ou funções político-públicas. Isso se deveu em grande parte aos fracassos que envolveram seu pai, Vicente López

y Planes, à frente do governo provincial de Buenos Aires durante o período entre a queda de Rosas e a tentativa frustrada da Confederação Argentina urquizista de impor e obter o reconhecimento das cláusulas do acordo de San Nicolás por parte da Sala de Representantes Honorables de Buenos Aires. Tendo ocupado brevemente o cargo de ministro de Ensino Público, Vicente Fidel caiu junto com o governo de seu pai e empreendeu o rumo de volta a Montevidéu, onde havia conseguido, desde a década de 1850, fixar uma vida relativamente estável a partir do exercício da advocacia e da representação comercial de algumas empresas estrangeiras na região.

Como uma espécie de continuação do exílio experimentado desde o final da década de 1830, quando passou por Córdoba, Chile e Uruguai, o retorno a Montevidéu pode ser encarado como uma distância oportuna que criou uma perspectiva e que lhe permitiu um ponto de vista privilegiado para analisar os conflitos entre a Confederação Argentina e o Estado autônomo de Buenos Aires entre 1852 e 1862. Nesse período, as cartas entre Vicente Fidel López e Juan María Gutiérrez demonstram uma troca de informações constante sobre as condições de atuação do amigo à frente do Ministério das Relações Exteriores da Confederação Argentina e sobre as posturas e condições do governo de Buenos Aires nessa luta política por legitimidade.9

A reinserção e o retorno definitivo a Buenos Aires foram franqueados pela própria mão de Juan María Gutiérrez (seu amigo e confidente de longa data, válido lembrar), que o motivou a reinstalar-se em sua cidade natal a partir de um convite para ocupar uma cátedra na Faculdade de Direito e Filosofia na Universidade de Buenos Aires, cujo reitor era o próprio Gutiérrez. Nesse sentido, o que convence e legitima o retorno de Vicente Fidel à vida político-intelectual de Buenos Aires é, de novo, o capital intelectual angariado a partir tanto de suas publicações histórico-historiográficas, como de seus romances históricos, tal como as obras *La novia del hereje*, de 1854, e *La loca de la guardia*, do mesmo ano (Piccirilli, 1972a: 62-71).

Uma vez reinserido e atuando efetivamente nos círculos intelectuais e acadêmicos ligados à Universidade de Buenos Aires e à Faculdade de Direito e Filosofia, nesse contexto, os dois, juntamente com a participação documental e arquivística de Andrés Lamas, fundaram a Revista del Río de la Plata. Esta surgiu como canal e meio para dar vazão aos seus trabalhos intelectuais e acadêmicos, de modo a se constituir um espaço "semiprofissional" entre a conformação de um período acadêmico científico e uma publicação que permitisse circular um conhecimento ligado às áreas de história e literatura, que começavam, naquele momento, a ganhar formas mais metodológicas e "científicas" entre o restrito círculo de letrados, ilustrados e intelectuais da década de 1870. Esse projeto de criação de uma revista que permitisse a veiculação e a publicação de conteúdos relacionados à história, à literatura e a uma crônica política sobre os fatos contemporâneos foi pensado por Juan María Gutiérrez desde o início da década de 1860, como fica evidenciado em uma carta que o literato argentino envia a seu amigo.

Buenos Aires 1863. Mi querido Vicente Fidel: Mis cartas van ahora unas tras otras, como si usted tuviera tiempo que dar a la lectura de mis impertinencias. Pero el tiempo no se mide con las manillas del reloj sino con la actividad del espíritu y según este metro usted debe tener lugar para todo, menos para aburrirse. Ahora, amigo, no puedo olvidarme de usted aunque quisiera tengo frente a mí a dos que bien me quieren, uno desde el cielo [alusão a Vicente López y Planes] y otro desde Montevideo, y como uno de ellos es usted a cada momento me viene la tentación de dirigirle la palabra. No hay más telégrafo eléctrico al través del Río que el Correo y fuerza es hablar por escrito. ¿Y cómo quiere usted que no le escriba cuando me he metido en una hondura de la cual sólo las fuerzas de usted pueden ayudar a sacarme? No he hecho bancarrota y en consecuencia no es el abogado a quien me dirijo. Voy a publicar una Revista y por consiguiente debo darle cuenta al literato y al amigo del progresso intelectual de estos países, de la aparición de este fenómeno en el cielo nublado de nuestra sociedad. Estaba avergonzado de recibir dos revistas al mes publicadas en Valparaíso sólo, y a más los Anales Universitá-

rios de Chile que refleja cada 30 días todo el movimiento intelectual de aquella República. ¿Por qué no hemos de tener algo parecido nosotros? Este diálogo interno me inspiró la idea de pedir al Gobierno los fondos necesarios para crear una Revista bajo la dirección del Rector de la Universidad [de Buenos Aires] que contuviese cuanto pudieran producir entre nosotros la ciencia y las letras y la afición de algunos a la Historia patria en dehors de la política coetánea. La idea fué recibida muy bien y todo está cuidado para dar a luz la dicha Revista por la imprenta del Orden [periódico publicado pela imprenta de Mayo], que como usted sabe dirige nuestro amigo [Luíz L.] Dominguéz [y Félix Frías]. Ahora, pues, necesito sus consejos y su cooperación. No me desaliente usted si su razón le dicta dificultades a la empresa. Mi entusiasmo ha llegado a la consistencia del hilo de Cambrai y se rompe al menor soplo contrario. Usted tiene muchas cosas en la cartera y muchas más en su cabeza privilegiada. Mándame algo para la Revista, que no me importa que venga de una u otra de esas dos inagotables fuentes de buenas cosas. Tengo confianza en que no desairará usted mi pretensión por atrevida que ella sea. Escribo hoy mismo a [Félix] Frías sobre la materia de estos renglones que me apresuro a terminar para que siquiera sea lacónica la pechada. Contésteme una palavra cuando menos, en lo que hará merced a su invariable amigo y consecuente servidor. Juan María Gutiérrez. (Epistolario de Don Juan María Gutiérrez, 1980: 102-104)

A carta de Juan María Gutiérrez propunha a criação de uma revista de cunho acadêmico que abordasse os campos da história e da literatura, o que seria parcial e inicialmente cumprido com a *Revista de Buenos Aires* (1863-1871), encabeçada por Miguel Navarro Viola e Vicente G. Quesada e que apresentava contribuições diretas de Gutiérrez, com a publicação de partes de suas pesquisas e estudos relativos aos iniciais e pioneiros trabalhos de crítica literária do escritor, como os estudos sobre o poeta e literato Juan Cruz Varela. A consolidação dessa iniciativa foi posteriormente realizada e efetivada com a publicação da *Revista del Río de la Plata*, ¹⁰ juntamente com a colaboração direta dos trabalhos historio-

gráficos proporcionados por Vicente Fidel López e pelo uruguaio Andrés Lamas.

Sendo assim, não é impertinente pensar que a produção culta dessas personagens foi um esteio de capital cultural e intelectual que permitiu que os letrados fossem, e continuassem a ser, reconhecidos por suas contribuições acadêmicas no sentido da conformação de duas importantes áreas do conhecimento: a história (historiografia) e a crítica literária. Isso significa que a participação na grafosfera (Altamirano; Myers, 2008a), sustentada pela publicação de artigos, livros, estudos, romances históricos etc., tudo forja uma autoridade que consolida um espaço de emissão e articulação dos letrados, abrindo um novo momento político-intelectual tanto de Juan María Gutiérrez, como principalmente de Vicente Fidel López que, apesar do relativo ostracismo político entre as décadas de 1850 e 1860, teria papel importante e destaque na vida pública da República Argentina ao assumir, por exemplo, o Ministério da Fazenda durante o governo de Carlos Pellegrini entre 1886 e 1890.

Conclusão

Trazendo algumas conclusões parciais ao analisar o itinerário intelectual de Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López, é possível pensar que o trabalho intelectual contém um paradoxo, uma vez que pode ser entendido como algo entre o esteio de uma autoridade pública e notória e, ao mesmo tempo, como espaço de refúgio ante um período de proscrição por causa dos conflitos abertos entre a Confederação Argentina e Buenos Aires após Caseros. Nesse sentido, é também possível pensar a *Revista del Río de la Plata*, para além da análise de seu conteúdo e artigos, como um objeto síntese de uma estratégia de reinserção de Gutiérrez e Vicente Fidel na vida pública de Buenos Aires, através do capital intelectual adquirido ao longo do tempo de afastamento dos assuntos da província, e não através da atuação política *stricto sensu* a partir da vinculação direta com grupos ou facções políticas, por exemplo.

Além disso, pode-se pensar que o capital simbólico da revista foi utilizado para diferentes fins tanto para Juan María Gutiérrez, como para Vicente Fidel López. No caso do primeiro, ajudou a consolidar ainda mais sua imagem pública como letrado estudioso e compromissado com a formação de um primeiro corpus documentale a partir da lógica de unidade e diversidade (sutura e ruptura), próprio dos trabalhos de quem quer classificar, nomear e compilar, por meio de antologias, a produção literária de viés ou que apresente um "genuíno" americanismo, tal como a conformação da obra América poética demonstrou, e os diferentes artigos sobre Juan Cruz Varela e Esteban Echeverría publicados na Revista del Río de la Plata nos ajudam a pensar. Já no caso de Vicente Fidel López, o capital intelectual adquirido com a publicação de inúmeras e diferentes obras entre as décadas de 1850 e 1870, incluindo a Revista del Río de la Plata, foi o elemento fundamental que lhe permitiu uma nova reinserção na vida pública, tendo como exemplo sua eleição para deputado nacional, pela província de Buenos Aires, entre 1876 e 1879.

Em suma, dentro do itinerário intelectual de Juan María Gutiérrez, bem como daquele de Vicente Fidel López, a *Revista del Río de la Plata* pode ser interpretada como uma linha de força que sintetiza igualmente um ponto de partida e um ponto de chegada na história intelectual que envolve esses dois letrados argentinos que contribuíram decisivamente para a conformação inicial tanto do campo histórico-historiográfico, como do crítico-literário.

Notas

1. Segundo críticos e cronistas da época, as cláusulas mais polêmicas eram as de nº 4, que previa a imediata criação de um Congresso Constituinte Nacional; a de nº 6, que estabelecia que as resoluções se dariam por maioria, sem reclamações ou protestos dos deputados/representantes derrotados; a de nº 15, que concedia poderes excepcionais ao *Encargado de las Relaciones Exteriores* (o gen. Urquiza) para manter a paz e a coesão nacional, mediante uso de força militar; e o ponto nº 19, que estabelecia que, para financiar o novo governo nacional, as províncias contribuiriam proporcionalmente com o produto de suas aduanas exteriores; ou seja, Buenos Aires desembolsaria a maior parte do dinheiro necessário à reorganização nacional. Cf. Hilda Sabato, "Construir una república federal" (In: *Historia de la Argentina (1852-1890)*. Buenos Aires: ed. Siglo XXI, 2012).

- 2. Trecho do discurso proferido por Vicente Fidel López na Sala de los Representantes Honorables: "(...) y aquí señores me honro con la declaración que hago: ¡que amo como el que más al pueblo de Buenos Aires! Quiero al pueblo de Buenos Aires dentro de la república y en la república, y por eso es que me empeño en que salga del fango de las malas pasiones que lo postraron en la tiranía en que se ha mecido por veinte años. Tengamos sensatez para entrar cuanto antes en la ley, para que la ley tenga alguna vez la fuerza legal; para que la fuerza entre en el orden constitucional, resista y venza las tentativas del desorden y de la anarquía. Señores, para separarnos de esta marcha adoptada por el gobierno, veo que se acude el lenguaje de las pasiones provinciales simpre ciegas e injustas, y que dándola como la única que ha hecho sacrifícios y méritos por la independencia de la república, se excitan sus celos contra un acuerdo en el que ella hace un papel igual a las otras, papel que se ha calificado de oprobioso en esta Sala. Se han ponderado, señores, los sacrifícios hechos por Buenos Aires para la regeneración y libertad del país, llamándolos exclusivos, y vuelvo a repetir, que los que tal han dicho, ignoran completamente la historia de la República Argentina, o la falsifican con una intención siniestra. Ninguna de nuestras provincias tiene el derecho de envanecerse sobre las demás a este respecto, y lo puedo probar (...)", disponível em Ricardo Piccirilli, Los López: una dinastía intelectual (Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1972. p. 90 apud RAVIGNANI, Emilio. Asambleas constituyentes argentinas. Buenos Aires: Talleres S.A Jacobo Peuser, 1937, t. IV. p. 337-379).
- 3. Trecho do discurso proferido por Bartolomé Mitre na Sala de los Representantes Honorables: "(...) ni ahora ni nunca consentiría que una autoridad igual a la que establece el Acuerdo de San Nicolás dominase a mi patria, ni por un día ni por una hora, ni por un instante. El mal no lo veo en la duración de la autoridad sino en la relajación del princípio. Con esto he contestado de antemano a la objeción que se puede hacer, de que la autoridad cread en San Nicolás sólo ha de durar cincuenta días. Para el caso es lo mismo que si durase in siglo". Em outra sessão: "yo he atacado el Acuerdo por sus bases, por hallarse fuera del círculo y de las condiciones del derecho, por crear una autoridad despótica, que nuestro mandato no nos permite autorizar; porque establece un mal principio corruptor de la moral pública y atentatorio a la dignidad humana, en cuyo nombre lo he rechazado, y lo rechazo votando contra él cuando llegue la ocasión", disponível em Ricardo Piccirilli, *Los López: una dinastía intelectual* (Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1972. p. 89 apud RAVIGNANI, Emilio. *Asambleas constituyentes argentinas*. Buenos Aires: Talleres S.A Jacobo Peuser, 1937, t.IV. p. 337-379).
- 4. Para uma compreensão mais detalhada do contexto político entre 1852 e 1862, conferir: Alberto Lettieri, *La construcción de la República de la opinión* (Buenos Aires: Prometeo, 2006) e *La República de las Instituciones* (Buenos Aires: Prometeo, 2008).
- 5. Cf. Domingo Faustino Sarmiento, *Las Ciento y Una* (Buenos Aires: Losada, 2005) e Juan Bautista Alberdi, *Cartas Quillotanas* (Buenos Aires: Losada, 2005).
- 6. Cf. Bartolomé Mitre, *História de Belgrano y de la independencia argentina* (Buenos Aires: Universitária, c1967) e Vicente Fidel López, *Historia de la República Argentina*. (Buenos Aires: J. Roldan, 1926).
- 7. Cf. Quentin Skinner, As fundações do pensamento poítico moderno (São Paulo: Companhia das Letras, 1996) e John G. A. Pocock, Linguagens do ideário político (São Paulo: Edusp, 2003).

- 8. É considerado o período entre 1852 e 1878 porque compreende o fim do governo de Juan Manuel de Rosas à frente da Confederação Argentina, a partir da batalha de Caseros, e o ano de falecimento de Juan María Gutiérrez.
- 9. Cf. nº 647, 18-VIII-1854, de Vicente Fidel López, Montevidéu, a Juan María Gutiérrez, Paraná, Autógrafa. Archivo Gutiérrez C.5 C21 L30 C.33. In: *Archivo del Doctor Juan María Gutiérrez*. Epistolario, edición a cargo de Raúl Moglia y Miguel García. Biblioteca del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1979-1990. T. III. p. 63-65.
- 10. Revista mensal, dividida em três seções, que explorou temas e assuntos relacionados à história, literatura e "atualidades". Teve sua publicação entre os anos de 1871 e 1877, compreendendo 52 números em 13 tomos, os quais foram impressos por uma das principais casas editoras da época: a Imprenta de Mayo, de Carlos Casavalle.

Bibliografia

Documentos primários

- Archivo del Doctor Juan María Gutiérrez. Epistolario, edición a cargo de Raúl Moglia y Miguel García. Biblioteca del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 7 v., 1979-1990.
- *Epistolario de Don Juan María Gutiérrez* (compilación, prólogo y notas de Ernesto Morales), Buenos Aires, Instituto Cultural Joaquín V. González., 1980.
- LÓPEZ, Vicente Fidel. Autobiografía. In: *Evocaciones históricas*. Buenos Aires: El Ateneo, 1929.

Documentos secundários

- ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación sobre una tribu inquieta.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- —. Nacimiento y peripecias de un nombre. In: ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación sobre una tribu inquieta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013a.
- ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (Orgs.). História de los intelectuales en América Latina. Buenos Aires: Katz, 2008.
- . Introducción general. Introducción al volumen I. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (Orgs.). *História de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2008a.
- AUZA, Néstor Tomás. *La literatura periodística porteña del siglo XIX*. Buenos Aires: Confluencia, 1999
- BUCHBINDER, Pablo. *História de las Universidades Argentinas*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.
- El rectorado de Juan María Gutiérrez. In: BUCHBINDER, Pablo. *História de las Universidades Argentinas*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005a.
- BRAVO, Álvaro F. Un museo literario, latinoamericanismo, archivo colonial y sujeto colectivo en la crítica de Juan Mária Gutiérrez (1846-1875). In: BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus; MYERS, Jorge. *Resonancias románticas: ensayos sobre historia de la cultura argentina* (1820-1890). Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- CROCE. Marcela. Fundación y resonancias de la crítica sociológica argentina: Juan María Gutiérrez. In: ROSA, Nicolás (Ed.). *Políticas de la crítica. História de la crítica literaria en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 1999.

BRUNO PASSOS TERLIZZI

- HALPERÍN DONGHI, Tulio. Vicente Fidel López, historiador. *Revista de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires, 5ª época, I, 3, 1956. p. 371.
- LETTIERI, Alberto. *La construcción de la República de la opinión*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- ——. La República de las Instituciones. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- MACKENNA, Benjamín Vicuña. *Juan María Gutiérrez; ensayos sobre su vida y sus escritos, conforme a documentos enteramente inéditos.* Santiago/Lima/Valparaíso: Rafael Jover, 1878.
- PICCIRILLI, Ricardo. *Los López: una dinastía intelectual.* Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1972.
- En tierras uruguayas. In: PICCIRILLI, Ricardo. *Los López: una dinastía intelectual.* Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1972.
- SABATO, Hilda. Construir una república federal. In: *Historia de la Argentina* (1852-1890). Buenos Aires; Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. São Paulo: ed. FGV, [1996] 2010.
- ZINNY, Antonio. *Juan María Gutiérrez: su vida y sus escritos*. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1878.

História política, imprensa e biografia: conservadorismo e governo representativo em Alberdi (1840-1850)

Affonso Celso Thomaz Pereira*

Gostaria de tratar, neste trabalho, de dois textos do argentino Juan Bautista Alberdi publicados no Chile, em seu período de exílio: Biografía del General don Manuel Bulnes. Presidente de la República de Chile, escrito em julho de 1846, e La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo, de maio de 1847. Abordar suas condições específicas de produção e, a partir deles, propor uma discussão acerca de um aspecto central de seu discurso republicano que se desenvolveu na fronteira da mirada entre Chile e Argentina em meados do século XIX: a forma representativa de governo e o tema da oposição política.

A opção por trabalhar com estes textos publicados em jornal ou de divulgação e com a sua repercussão permite o cruzamento entre as perspectivas nacional, biográfica e da imprensa. Isso, acredito, confere um ganho interpretativo importante para a compreensão da linguagem política latino-americana de meados do século XIX, em geral, bem como, no caso em particular, para a conformação do discurso político de Alberdi nestes anos de experiência em uma sociedade *formalmente* democrática, com instituições e eleições estáveis e sob uma Constituição – apresentando-se como antítese político-institucional em relação à Confederação Argentina sob Rosas.

A análise da produção e da conformação do discurso político de Alberdi no Chile esbarra, de início, em dois limites: do ponto de vista do autor, em uma tendência da historiografia para con-

^{*} Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

centrar-se em suas obras acabadas e para considerar o período chileno como uma antecipação ou ensaio de seus anos de "maturidade" política e intelectual após a queda de Rosas. Por outro lado, o contexto político chileno dos anos 1840 é tomado como um modelo de paz e estabilidade por boa parte da historiografia chilena contemporânea, reproduzindo o mesmo discurso exaltado naquela época pelas elites e pelo governo chilenos.

Em franco contraste com estas perspectivas, a análise a partir dos periódicos revelava um campo tenso, em permanente negociação e conflito, em que os limites da estabilidade, da democracia, da Constituição eram continuamente estendidos e pressionados de acordo com as disputas políticas e sociais que se apresentavam. Também as instituições não estavam garantidas, e setores de oposição denunciavam, através da imprensa e de movimentos organizados, a violência e as agressões por parte do governo, o que dava a dimensão da disputa pela narrativa no espaço público. De modo análogo, o discurso político de Alberdi não estava já dado, e o processo de sua constituição não foi linear. Assim, ao considerar os aspectos contingentes, biográficos, as expectativas de futuro, as adesões e recuos teóricos e ideológicos, pretendo deixar claro o campo problemático e ambíguo em que se desenvolvia o discurso liberal e conservador no interior do espectro republicano.

Concentrarei, portanto, minha análise nestes dois textos de Alberdi, em suas repercussões e nos contextos de publicação para analisar o que chamarei de *giro transigente*, uma defesa que o argentino passa a fazer desde o Chile, a partir de 1847, de uma possibilidade de acordo entre os unitários, liberais e exilados com os federalistas e com Rosas. O argumento move-se na direção de que o aprendizado político, elaborado no espaço público, produziu uma mudança de perspectiva em relação à concepção da autoridade do poder e do sistema representativo no interior de uma linguagem republicana. Considera, ainda, que essa mudança deveu-se em boa parte à experiência compartilhada no Chile por Alberdi ao lado do partido conservador e como analista político

na imprensa, precisamente em um período no qual o consenso político construído pelo governo com a oposição (entre 1841 e 1844) começava a apresentar fissuras.

As eleições de julho de 1846, quando Alberdi escreveu a Biografía de Manuel Bulnes em defesa de sua reeleição, cristalizaram um cenário de crise política, e foram a ocasião propícia para refletir sobre os efeitos das mobilizações políticas e sociais, da estabilidade e violência institucionais, e sobre a composição partidária entre governo e oposição em um sistema representativo. Em maio de 1847, por ocasião do aniversário da revolução de independência, e como era de praxe entre os exilados argentinos na imprensa chilena, Alberdi escreveu um artigo acerca da situação política platina, "La Revolución de Mayo", no qual, pela primeira vez, desde seu exílio de Buenos Aires (em 1838), sugere um acordo com as forças políticas federalistas, após uma breve revisão histórica do papel de Rosas no governo da Confederação. Como se verá, esse giro não será isento de críticas por parte de seus leitores e mesmo de antigos companheiros de luta contra Rosas. Tais críticas e os debates decorrentes comporão o contexto em que se insere o discurso de Alberdi e fornecem elementos para a compreensão de seu sentido neste contexto político e, de forma ampliada, para o entendimento de temas importantes envolvendo o sistema representativo e o lugar da oposição.

Aproximação à esfera política e a condição de exilado

Alberdi, então com 34 anos, após deixar a Secretaria de Governo da província de Concepción em novembro de 1845 (cargo que havia ocupado a pedido do presidente Manuel Bulnes), havia se instalado em Valparaíso, bem acomodado na carreira jurídica e acadêmica. Instado por outro argentino, Gabriel Ocampo (exilado desde os anos 1830), Alberdi publicou um conjunto de obras acerca do funcionamento do direito administrativo chileno e defendeu causas de personalidades políticas, como a do general Santa Cruz ante os governos do Chile e da Bolívia.

Rafael Menvielle, que esteve ao lado de Sarmiento em sua chegada ao *Mercurio* em 1841, pediu a Alberdi "que se ocupasse da redação de um novo periódico que devia publicar a Imprenta Patriotica de Valparaíso, com amplas faculdades" (Mayer, 1963: 432). Ao lhe ser oferecida a direção do jornal, Alberdi teria convidado outro argentino, Felix Frías, para ajudá-lo na tarefa, o que teria sido negado por Santos Tornero, proprietário do jornal, levando Alberdi a declinar da oferta. Entretanto, o tucumano mantinha grande influência junto ao mundo da imprensa,¹ como afirma em correspondência com Manuel Montt: "yo me he comprometido con Tornero a ayudarlo sistemadamente desde Santiago, por la correspondencia, en caso que me traslade allí, como pienso".²

Justamente, deveu-se à intervenção de Alberdi a escolha do *Mercurio* para publicação da biografia de Bulnes, como se depreende da seguinte passagem de uma carta sua para o ministro Montt, "habiendo venido visitarme D. Santos Tornero, he conseguido, señor, por mi deseo de ver efectuada la edición bajo mis ojos y en la más lucida forma, que la haga por el mismo precio que le han pedido a Ud. en Santiago, sea cual fuere". No fim de 1846, Alberdi retomaria a direção do *Mercurio*. A publicação da biografia do general Bulnes, encomendada em fevereiro de 1846 por Manuel Montt, ministro do Interior e homem forte do governo, da qual Alberdi fez a primeira entrega de manuscritos em março daquele ano, 5 era sinal do reconhecimento e da autoridade do argentino junto à opinião pública chilena e às elites políticas.

É possível perceber uma contraposição, por exemplo, com a história desenvolvida por Sarmiento em solo chileno, o que demonstra a variedade da atividade intelectual e dos percursos de vida entre os exilados, e permite melhor estabelecer as condições e as possibilidades de sua produção. Diferentemente do chamamento público de Sarmiento, no início de 1843,6 para que os exilados aceitassem sua nova pátria, as palavras de Alberdi, se não carregavam o mesmo apelo político, permitem ajudar a compreender a posição e a perspectiva de sua atuação no espaço público, mais discreta e calculada que a de Sarmiento.

Conforme argumentou Martinez Estrada, a posição de Alberdi no exílio não foi de conflito existencial; a acomodação com o destino talvez se devesse à necessidade de seu trabalho como advogado que, ao que tudo indica, prevalecia diante das atividades públicas, como se vê no seguinte trecho da correspondência com o ministro Montt: "con motivo de haberme hecho cargo de la defensa de un assunto comercial de mucha importancia, he resuelto quedarme por acá hasta el fenecimento de el". A resposta de Alberdi a uma convocação de Montt para ir a Santiago (é lícito imaginar que para ocupar algum cargo ou para exercer alguma atividade junto ao governo) expunha sua opção a favor da atividade privada em detrimento de sua projeção como figura pública. Essa decisão de manter-se afastado da esfera pública, pelo menos no sentido da exposição, do conflito e da ocupação de cargos, implica consequências para sua relação com a esfera pública política e, assim, para seu estilo na escrita, que resultariam em uma forma mais conscienciosa, racional, com textos longos, seriados, e que em raros momentos partia para o enfrentamento e para a polêmica pessoal.

A publicação de *Biografía del general don Manuel Bulnes* e a defesa do conservadorismo

Em março de 1846, o governo de Manuel Bulnes decretou estado de sítio por três meses na cidade de Santiago com o argumento da ameaça de revolta e sedição devido à publicação de um periódico chamado *El Pueblo*. A imposição do estado de exceção era vista como o ápice de um processo de rompimento dos laços mais formais do governo com a oposição, que vinha ocorrendo desde pelo menos 1844 e que se verificava no afastamento dos cargos ocupados por membros importantes do Partido Liberal Chileno (chamado *pipiolo*) e no ressurgimento de conflitos abertos na imprensa e nas mobilizações populares. Com o fim do estado de sítio em 1º de junho, a volta à normalidade trouxe o reforço da crítica ao governo e ao ministro Montt, acusado de ter armado a farsa da publicação do periódico *El Pueblo*, que ensejara o estado de sítio.

Em seu primeiro número após o fim da censura, o *Diario de Santiago*, importante veículo dos liberais, anotava incisivamente, que

(...) la província de Santiago que encabezó la oposición (...) fue humillada y condenada al más espantoso silencio por los ochenta y cinco días de sitio (...). De este modo han sido hechas las elecciones en casi todo el país, y el ministerio canta sus triunfos. (*El Diario de Santiago*, 03 jun. 1846).

Em editorial, sustentava que "todos están íntimamente convencidos que las bases del *decenio* son malas; que por más moderación que se exija, no puede menos de ser una reforma radical" (*El Diario de Santiago*, 18 jun. 1846). Neste mesmo dia, na seção de correspondência, *seis ciudadanos artesanos de Valparaíso* assinavam um texto em que narravam os acontecimentos naquela cidade, as prisões e os assassinatos cometidos. Às vésperas do pleito presidencial, o *Diario* reproduzia um artigo do *Artesano Opositor* (periódico controlado pelos liberais, voltado aos trabalhadores) – reforçando a característica dialógica entre os veículos ideologicamente afinados –, que conclamava os artesãos a votarem como cidadãos, não como autômatos, no "nombre ilustre de Vicuña, el democrata por excelencia, el que durante toda su vida ha proclamado la igualdad y ha combatido sin cesar por la mejora de la condición del pobre" (*El Diario de Santiago*, 24 jun. 1846).

Pedro Felix Vicuña – liberal histórico com importante atuação política desde o governo liberal de 1828 a 1830, ferrenho opositor do governo conservador liderado pelo Ministério Diego Portales entre 1830 e 1836 –, que já havia concorrido para deputado por Valparaíso em março, voltava agora como candidato à presidência em 1846. Este fato reforça uma determinada interpretação sobre a relação entre legalidade, estabilidade, violência e reconciliação ligada à história e historiografia chilenas do século XIX.

Após os anos de repressão e de sítio vividos ao final do período do governo Prieto (1831-1841), a anistia plena dada pelo governo Bulnes a antigos opositores em 1841 e a política de composição

partidária configuraram um esforço de reconciliação e unidade nacional. Novamente, em 1846, com o estado de sítio, colocava-se a questão do respeito à constitucionalidade e às garantias que os oposicionistas tinham de suas liberdades e direitos, o que se verificava na retomada do discurso combativo da imprensa opositora e na organização partidária dos liberais para as eleições. Ou seja, ao mesmo tempo em que dispositivos coercitivos eram lançados pelo governo (as prisões, os julgamentos de imprensa, além do estado de sítio), a formalidade constitucional em que eles se mantinham e a retomada da normalidade institucional tornavam o cenário político chileno deste período bastante complexo, permitindo leituras sobre o governo e a sociedade que variavam da "excepción honrosa de paz y de estabilidad" ao autoritarismo. De todo modo, devia causar forte impressão a Alberdi – e aos outros exilados do regime rosista – a retomada da normalidade constitucional, bem como o esforço realizado pelo governo através da imprensa, com o recurso aos periódicos, em conseguir construir um discurso que superasse o momento de crise e pudesse produzir, uma vez mais, a superação e a estabilização institucional e política – em disputa com outros periódicos de oposição.

De acordo com Jorge Mayer, Manuel Montt teria encomendado a biografia de Bulnes⁸ para que servisse na campanha presidencial como peça de resistência aos ataques eleitorais dos diários *pipiolos*. Noto, no entanto, que a publicação da obra somente iniciou em 25 de junho, um dia antes das eleições presidenciais, em capítulos que se estenderam até agosto. A troca de correspondência entre Montt e Alberdi⁹ apontava para o permanente trabalho de revisão e ajuste feito pelos dois na busca de dados e informações que pudessem complementar o texto. O trabalho ao longo do tempo sugere também que o tom da redação fosse adaptado ao tom político do momento. O texto, por fim, funcionava menos como obra de campanha eleitoral e mais como um manifesto a favor da pacificação política sob o novo governo, que despontava como amplamente favorito às vésperas do pleito, o que, talvez,

pudesse explicar o "estilo lacónico y breve que he puesto en todo el curso de la redacción", ¹⁰ em vez dos apelos apaixonados comuns aos textos propagandísticos eleitorais.

Outro elemento que condicionou a escrita e a publicação da Biografía foi a circulação simultânea de outro livro, Vindicación de principios e ideas de la Oposición,11 de Pedro Felix Vicuña, também em fascículos, na Gaceta del Comercio entre 30 de junho e 08 de agosto de 1846. Segundo a obra de Vicuña, que reforçava suas visões já publicadas durante a campanha eleitoral de março, o governo Bulnes-Montt renovava os princípios autoritários implementados no período anterior, Prieto-Portales, entre 1831 e 1841, e o recurso à violência para produzir a ordem e o silêncio da sociedade deslegitimava o governo, de modo que o trabalho da oposição no Chile deveria ser no sentido de organizar-se para a derrubada do governo, especialmente do ministro Montt. Como se verá, após a vitória eleitoral de Bulnes, a reorganização do ministério de fato excluirá o ministro do Interior, apontando para mais uma tentativa de reconciliação de Bulnes com os liberais. Neste sentido, os artigos de Alberdi no Mercurio estabelecem um diálogo combativo com os de Vicuña na disputa pela organização e legitimidade do novo governo no espaço público.

Segundo o texto de Alberdi, após a guerra contra a Confederação Peru-Boliviana, o general Bulnes saíra vitorioso e emergia como figura política proeminente no cenário chileno, distante, porém, dos partidos políticos. Durante o período tumultuado que antecedeu as eleições de 1840-1841, Bulnes, como chefe das Forças Armadas, trabalhou no sentido de garantir a ordem parlamentar sem a intervenção militar. Para a eleição presidencial de 1841,

(...) la generalidad de los chilenos, que, sin estar por la continuación del sistema que acababa, no estaba tampoco, ni por la oposición, ni por la opinión llamada liberal; la generalidad del país, representada por espíritus moderados y sabios, preocupados del deseo de conciliar el progreso del país con la estabilidad de las instituciones, se fijó en el General Bulnes. (Alberdi, 1846: 60)

Alberdi estabelecia, assim, igual distância de Bulnes em relação aos opositores liberais, bem como do grupo conservador mais radical, os *pelucones*. Com esta narrativa, posicionado entre os "sábios e moderados", Alberdi fazia com que Bulnes não carregasse o fardo dos provocadores, nem dos executores do estado de sítio recém-suspenso. Ao lembrar os arranjos partidários e a coalizão de interesses representada pela eleição de 1841, o artigo buscava atualizar no leitor esse espírito de consenso – justamente durante um cenário político que se assemelhava àquele, o que era relembrado a todo momento pela imprensa liberal –, que seria conduzido novamente por Bulnes, "el hombre de las soluciones afortunadas, de los desenlaces felices, ocurridos en trances críticos (...) vino por fin a realizar el gobierno que los partidos políticos creian imposible en 1841" (Alberdi, 1846: 61).

Ao longo da defesa de Bulnes, Alberdi elaborava uma ideia que seria cara ao desenvolvimento de seu discurso político deste momento em diante, a da defesa do *conservadorismo* como uma categoria positiva de análise e de identidade políticas.

La administración del General Bulnes es, por esencia y sistema, abiertamente conservadora. Su programa (...) consiste en conservar, robustecer y afianzar las instituciones consagradas: mantener la estabilidad de la paz y del orden como principios de vida para Chile: promover el progreso, sin precipitarlo: evitar los saltos y las soluciones violentas (...): proteger las garantías públicas sin descuidar las individuales (...): cambiar, mudar, corregir conservando. (...)

El General Bulnes, declarandose conservador, no inicia un sistema nuevo de gobierno; y justamente en la falta de originalidad de su programa reside su mérito principal. (Alberdi, 1846: 62-63)

Em geral, a propaganda do partido conservador ressaltava o fato de que era o único com estrutura e projeto: "El partido conservador, el partido del Orden y de las Garantías" (*El Mercurio*, 1º mar. 1846); agora, como se vê, Alberdi nomeava como conser-

vador não apenas o partido, mas um sistema de governo, dando-lhe uma conotação positiva e independente de sua contraposição partidária alternativa, os liberais. Conservador surgia, no discurso elaborado por Alberdi, como um campo de força no interior do republicanismo e das teorias liberais. Com as eleições já vencidas, os argumentos desenvolvidos tinham maior impacto, pois contavam com o dado da vontade nacional e da própria realidade. Assim, os artigos de Alberdi adquiriam um sentido distinto daquele da propaganda eleitoral; tornavam-se um mecanismo, lançado no espaço público, de estabilização e de apaziguamento do ambiente bélico que se instaurara desde as eleições de março e do estado de sítio, produzindo um consenso conservador em torno "del régimen constitucional, del derecho de sufragio, de la división de poderes, de la soberanía del pueblo" (Alberdi, 1846: 64).

O texto, como disse, vai além de uma propaganda eleitoral, também porque se aprofunda teoricamente na justificação e compreensão do regime conservador. Alberdi estabelece uma comparação sincrônica do regime conservador chileno com a Europa, explicando que a palavra possuía sentidos antagônicos na América e no velho mundo: "Los conservadores en Europa, lo son de las antiguas instituciones, o de las retocadas timidamente por la mano de la revolución. Los conservadores chilenos, por el contrario, lo son de las brillantes y progresivas consecuencias de la revolución americana" (1846: 64). A esta diferença, Alberdi acresce outra, agora de ordem diacrônica, em relação à história chilena, complementando e problematizando o conceito, ao tratar da "gran palabra revolución, ennoblecida por el grito de Septiembre de 1810, y sus brillantes consecuencias encerradas en la carta constitucional de 1833" (1846: 65). Aqui, Alberdi cria uma cronologia que orienta o sentido do conceito de conservador ao estabelecer o período revolucionário de 1810 a 1833, logo, o que se seguiria seria a conservação da conquista da liberdade.

A época revolucionária implicava uma linguagem belicosa, em uma perspectiva de transformação pela sublevação, a despeito das regras, pela violência, conduzida pelo voluntarismo do herói ou do guerreiro. Ora, passado este momento, deviam-se preservar a Constituição, a ordem e as instituições. Não se tratava mais da linguagem da guerra e do conflito, da anulação do inimigo, mas da negociação, do projeto, do convencimento; a virtude do guerreiro é substituída pela das instituições, pela formalidade; o governo se despessoaliza e a Constituição toma o papel de protagonista. O caráter violento e repressor, "hasta certo punto" que a administração Prieto assumiu em determinados momentos, "era una de sus más imperiosas necesidades; como lo es y lo será de todas las administraciones que, como la suya, estén llamadas a fundar el Poder moderno, después de desecho el antiguo por la obra de una revolución" (Alberdi, 1846: 65-66). De modo que, mesmo a ação repressiva do governo na década anterior (e, por suposto, o estado de sítio da administração atual, embora não o mencione quando trata, ao fim do texto, do ano de 1846), estaria respaldada pela necessidade de combater a desordem e os ataques contra a Constituição, por um dispositivo nela mesma previsto.

O estabelecimento de uma temporalidade própria para a história republicana chilena implica também a compreensão histórica em geral do desenvolvimento gradual das instituições livres na América. Assim, pergunta Alberdi,

¿cómo tener gobiernos maduros y sazonados alguna vez, si no nos resignamos a tenerlos primeramente con los inconvenientes inseparables de toda cosa que comienza y hace su infancia? Todo en la vida está sujeto a una ley de desarrollo y madurez gradual: ¿estará solo el gobierno fuera de esta ley? (...). En América todo principia, todo está recientemente en aprendizaje, en la hora de los ensayos la libertad lo mismo que la oposición, la oposición lo mismo que el gobierno. (1846: 82)

Ao lado do reconhecimento das duas épocas, Alberdi dá passos importantes para a compreensão do desenvolvimento histórico das sociedades hispano-americanas: de que há um movimento processual de superação e manutenção do antigo; de que cada avanço mantém, ainda, traços das antigas estruturas; de que a pre-

tensão de uma abolição completa do passado atenderia a uma utopia, que partia dos setores liberais radicais que desejavam fazer terra arrasada dos governos conservadores, e apostavam na lógica do conflito, da sedição, como forma de acesso ao poder.

Essas considerações me parecem importantes para compreender o desenvolvimento de seu discurso político na medida em que, para além do espaço imediato chileno, dão um aspecto universal ao processo de desenvolvimento histórico das sociedades. Defendem que, na América do Sul, é preciso criar e estabelecer o poder, que permite a associação entre os homens e a garantia da liberdade; mesmo o governo espanhol derrubado subsistiu em instituições que foram se transformando, como as câmaras locais, os centros de administração e as redes de funcionários.

Em pouco tempo, esse discurso seria adotado para o caso argentino, ou seja, também o governo de Rosas carregaria aspectos importantes a serem conservados ou defendidos caso se desejasse superá-lo; a ação da centralização do poder e da rotinização da burocracia produziriam um efeito secundário de estabelecimento de uma entidade reconhecida interna e externamente como Confederação Argentina. Ao mesmo tempo, o caso argentino servia de contraponto ideal para o uso do conceito de conservadorismo, pois ainda estaria vivendo o período de revolução, não tendo chegado à idade constitucional, de modo que a linguagem só poderia ser a da guerra e do conflito.

Revolución de Mayo 37 años después Giro transigente: aprendizado e pragmatismo

Após as eleições de 1846, o governo se movimentou no sentido de uma nova aproximação com os antigos adversários, de "pôr fim aos processos contra os soldados e sargentos da guarda nacional e liberar vários artesãos" (Lira; Loveman, 2000: 158), isto é, tentava-se uma nova política de reconciliação. Igualmente, verifica-se a importância, para a sociedade chilena, destas ações políticas, que permitiam a acomodação das forças partidárias antagonistas, que

se aproximavam das esferas do governo e garantiam alguma estabilidade e previsibilidade para governo e oposição.

Acredito que seja nesse contexto que melhor se compreenda a produção das obras jurídicas de Alberdi. Quer dizer, somente porque o governo e a sociedade chilena fazem um esforço de produção política e intelectual em torno da legislação, é que se abre um contexto favorável ao debate e à circulação de um discurso político em linguagem jurídica. Nesse sentido, verificam-se as seguintes publicações de Alberdi: Legislación de la prensa en Chile, o sea Manual del escritor, del impresor y del jurado, 1846; De la Magistratura y sus atribuciones en Chile; o sea, de la organización de los tribunales y juzgados, según las leyes que reglan al presente la administración de justicia, 1846; Manual de ejecuciones y quiebras. O sea, colección autorizada y concordancia de las leyes patrias y españolas que rigen en Chile, 1848; Carta sobre los estudios convenientes para formar un abogado con arreglo a las necesidades de la sociedad actual en Sud--América, 1850 (Alberdi, 1886-1887b: respectivamente, 61, 93, 141, 243, 343). Além de trabalhos que foram pensados e organizados para serem publicados como estudos de direito, Alberdi também publicou algumas peças de defesa que usou nos tribunais, como foi o caso da Defensa del Mercurio¹² e da Defensa de José Pastor Peña, ¹³ como fundamentações para propostas de reformas jurídicas.

Fica claro que este contexto específico criou condições ideais para o desenrolar do pensamento político, liberal e republicano, em base jurídica, que serviu, ao fim, de experimento e de fundamento para a futura elaboração da carta constitucional e dos códigos para a Confederação Argentina quando se vislumbrava a queda de Rosas ou a mudança de rumo de seu regime. De todo modo, é importante destacar que esses escritos jurídicos eram voltados para o contexto chileno e possuíam um pragmatismo evidente para uma sociedade que apresentava uma Constituição, livre exercício dos direitos civis, eleições regulares e um nível de estabilidade institucional da qual compartilhava e exaltava o próprio Alberdi. Neste sentido, parece-me razoável supor que Alberdi, ao escrever seu importante texto *La República Argentina 37 años*

después (1886-1887b: 219), em que realiza uma reavaliação da história política recente da Confederação Argentina, considerasse que um dos caminhos para sua transformação estaria no reconhecimento do papel positivo de Rosas para a consolidação das instituições estatais e a incorporação de suas contribuições na narrativa da história futura argentina.

O texto,14 apesar de ter saído pela gráfica do Mercurio, não foi publicado propriamente nas páginas de algum periódico, mas como texto avulso; a análise da repercussão da publicação deste artigo na imprensa permite que suas ideias sejam abordadas como forma de esclarecer este câmbio importante do discurso político de Alberdi sobre o republicanismo. Acredito que essa mudanca seja de consequências transcendentes ao texto e ao momento, pois, ao que me parece, implicaria a admissão de uma negociação com o governo de Rosas para a sua própria superação, ou mesmo de sua continuidade sob um regime constitucional. Alberdi afirma que "Rosas no es una entidad que pueda concebirse en abstracto y sin relación al pueblo que gobierna. (...) Rosas y la República Argentina son dos entidades que se suponen mutuamente" (1886-1887b: 225), apontando para o fato de que o governo de Rosas não era um extravio da história da independência argentina, mas o resultado histórico de um processo do qual participaram ativamente as duas metades em que estava dividida a República Argentina, os partidos Federal e Unitário.

Há, aqui, uma referência imediata a outro texto mais famoso de Alberdi, escrito 10 anos antes, *Fragmento preliminar al estudio de derecho* (1886-1887c), no qual afirma que "El Sr. Rosas, considerado filosoficamente, no es um déspota que duerme sobre bayonetas mercenárias" (1886-1887c: 125). Este texto, o qual não será detalhado aqui, contém uma grande dose de normativismo, ligado a uma verve iluminista de diagnóstico e prescrição, o que produz como consequência, e aí reside a mudança que considero fundamental, um desgarramento em relação à análise histórica e política concreta. O ressalte recorrente sobre o papel que a juventude argentina deveria desempenhar evidenciava o tom projetista e

abstrato com o qual se apresentava todo o esforço da fundamentação filosófica do direito para a construção da nova nação. O reconhecimento de uma legitimidade do governo de Rosas acarretava uma negação das propostas unitárias e uma adesão ao bando federalista, ¹⁵ ainda que com a ressalva da adequação às condições presentes e a aposta no progresso.

De volta ao texto de 1847, observa-se uma quebra em relação à expectativa positiva de um progresso natural da organização política em direção à democracia e ao governo representativo, segundo os termos utilizados em 1837. Passados o exílio de 1838, quando teve que deixar Buenos Aires, a experiência vivida no Chile, e considerando a duração do governo de Rosas, Alberdi passa a observar o estado de luta permanente a que está submetida a política. No caso argentino, avalia que unitários e federalistas, através de "la prensa de sus partidos en armas" (1886-1887b: 232), mantinham a rivalidade e o estado de guerra interno, e a animosidade no exterior, por meio de seus veículos que circulavam pelos países vizinhos e Europa, como era o caso do Archivo Americano e da Gaceta Mercantil, publicações rosistas que circulavam em francês e inglês na Europa e na América; da Revues de deux mondes, publicação francesa com forte presença de argentinos e chilenos liberais; e como também era o caso dos jornais chilenos que reverberavam as notícias e opiniões sobre a situação do vizinho, inflamando o público contra o governador de Buenos Aires, ou contra os exilados. O prognóstico apresentado por Alberdi diverge frontalmente daquele anterior: "Cuando algún día se den el abrazo de paz en que acaban las más encendidas luchas, qué diferente será el cuadro que de la República Argentina tracen sus hijos de ambos campos" (1886-1887b: 232).16

Alberdi dava início a uma argumentação com finalidade conciliatória entre os partidos, recorrendo ao conceito de *ordem* como superação do conceito de *liberdade*, dois conceitos políticos que contêm em si uma carga temporal encerrando duas épocas históricas: a heroica e a constitucional. Assim, a história da construção da República,

(...) si en los primeros días fue ávida de libertad, hoy se contentaría con una libertad más que moderada. En sus primeros cantos de triunfo olvidó una palabra menos sonora que la de *libertad*, pero que representa un contrapeso que hace tenerse en pie la libertad: – el *orden*. Un orden, una regla, una ley; es la suprema necesidad de su situación política. (...) La letra es una necesidad de orden y armonía. Se garante la estabilidad de todo contrato importante. (Alberdi, 1886-1887b: 237)

Ora, não era outro o apelo de Alberdi aos eleitores chilenos quando escrevia a *Biografía* de Bulnes em defesa do partido conservador, como o preservador da "ordem e das garantias", do respeito às leis, das previsões constitucionais – mesmo no caso da decretação do estado de sítio, em que foram cumpridas a rotina institucional e a normalização após o período previamente estabelecido. Ordem e estabilidade eram conceitos caros à sociedade chilena, e Alberdi, em seu trabalho na imprensa, lidava a todo momento com essa disputa em torno da representação¹⁷ política da sociedade, ressaltando o papel do funcionamento das instituições e do respeito à carta constitucional que "es el medio más poderoso de pacificación y orden interior (...). Chile debe la paz a su Constitución" (1886-1887b,: 240), acima de um governo forte.

O apelo de Alberdi aos compatriotas, utópico ou pouco factível, consistia em, por um lado, ver Rosas "arrodillado, por un movimiento espontaneo de su voluntad, ante los altares de la ley" (1886-1887b: 242);¹¹² por outro, considerando os anos de guerra civil e as vitórias que Rosas obtivera no período, ponderava que "invencible por la vanidad del país mismo, no queda otro camino que capitular con él, si tiene bastante honor para deponer buenamente sus armas arbitrarias en las manos religiosas de la ley" (1886-1887b: 242). A conclusão do artigo vinha aparar as sugestões, algo polêmicas, que eram lançadas em seu corpo, isso porque Alberdi apontava para uma saída constitucional, condição na qual o governo vigente se submetesse a uma assembleia constituinte e aceitasse a lei como elemento de força, não mais a violência.

É igualmente relevante que, em paralelo a esta saída, o autor sugerisse que a oposição unitária capitulasse com Rosas, ou seja, que a derrota de um não significasse a vitória do oponente, mas o reconhecimento do fracasso mútuo, da "vaidade do país", que alimentou a guerra civil por quase 20 anos, o que deixava claro dessa forma que "ya ha desaparecido el anhelo de cambiar las cosas desde la raíz" (Alberdi, 1886-1887b: 239). (Aqui se vê um dos pilares do argumento histórico de *Bases* para a conformação da nova sociedade argentina pós-Rosas, o *punto de partida*, que trataria das condições históricas existentes, do reconhecimento das forças sociais concretas em jogo, de modo a tomá-las em consideração em qualquer projeto de construção política constitucional.)

Quer dizer, uma possível nova configuração política para o governo argentino, para o qual Alberdi ofereceria seu *Bases* como estrutura da nova Constituição, não partiria do zero, de uma tábula rasa em que se inscreveriam os ditames defendidos pelo partido unitário. Não mudar as coisas pela raiz, especificamente do ponto de vista dos liberais, implicaria considerar que

Los que antes eran repelidos con el dictado de *caciques* hoy son aceptados en el seno de la sociedad de que se han hecho dignos, adquiriendo hábitos más cultos, sentimientos civilizados (...). Esos hombres son hoy otros medios de operar en el interior un arreglo estable y provechoso.

Nadie mejor que el mismo Rosas y el círculo de los hombres importantes que le rodean, podrían conducir al país a la ejecución de un arreglo general en este momento. (Alberdi, 1886-1887b: 239)

Superado este período de crise, Alberdi destacava quem seriam os agentes responsáveis pela restruturação institucional do país, ao lado dos *federales civilizados*: "la emigración argentina", que "es el instrumento preparado para servir a la organización del país, tal vez en manos del mismo Rosas (...). Lo que hoy es emigración era la porción más industriosa del país, puesto que era la más rica; era la más instruida" (1886-1887b: 238). Sem dúvida, o caráter conci-

liatório do texto, pelo qual seria duramente criticado por seus pares exilados, conflitava com aquele apresentado três anos antes nas páginas do *Siglo* ou do *Mercurio*, em que nomeava Rosas como ditador a ser batido por tropas americanas.¹⁹

A surpresa e a polêmica causadas pelo artigo podem ser mensuradas pelas opiniões estimuladas por sua publicação. O texto apareceu como um folheto publicado pela gráfica do *Mercurio* em 25/5/1847, em comemoração ao aniversário da Revolução de Independência argentina, como era praxe entre os exilados fazer comemorações e publicações nas datas pátrias. Três dias após sua aparição, o *Mercurio* publicava um longo editorial elogioso ao artigo, em que acentuava seu tom conciliatório, como algo raro na imprensa chilena então: "justicia es hecha a todo mundo en ese folleto. Los partidos de la República Argentina no aparecen allí compuestos de *salvajes unitarios* y de mashorqueros federales (...). En esto nos complacemos del acuerdo entre las ideas del autor y las del *Mercurio*" (*El Mercurio*, 28 mai. 1847).

Meses depois, na seção "Correspondencia", o mesmo Mercurio publicava um artigo vindo de Copiapó – importante centro de residência dos emigrados devido ao trabalho nas minas e ao comércio -, por ocasião do Nove de Julho, intitulado "La República Argentina a los 32 años de su independencia por un ciudadano argentino", assinado por Unos emigrados argentinos que no transigen.²⁰ O artigo citava que, no mesmo dia em que o povo argentino lutara contra a escuridão colonial em defesa do sol da liberdade, "este mismo día es el escogido por un ciudadano argentino para absolver el crímen, so pretexto de imparcialidad histórica" (El Mercurio, 31 ago. 1847). Diante disso, seus autores viam-se impelidos a combater esse texto através da imprensa com outro manifesto, em data igualmente relevante, para demonstrar que "ni la República Argentina tiene nada que ver con la grandeza y excentricidad de su tirano, ni menos que esta grandeza y excentricidad reflejan sobre ella nada de honorable y de provecho" (El Mercurio, 31 ago. 1847).

O artigo nega que tenha havido uma luta entre dois princípios, federal e unitário, mas, sim, a humilhação e o medo de um lado, e

a obra de extermínio e vandalismo de outro, e que entre Rosas e a liberdade se passaria um duelo de morte. Os *argentinos intransigentes* seguiam sem economizar ataques: "aquellos escritores, pues, que en lugar de llamar a los héroes a alzar de nuevo el estandarte de la libertad, invocan su olvido en nombre de una paz imposible, se engañan a sí mismos, o quieren engañar a los otros" (*El Mercurio*, 31 ago. 1847). O artigo cotejava passagens do texto de Alberdi com argumentos da própria história recente argentina, demonstrando a fragilidade e a utopia de seu opositor, até concluir, em franca provocação, ao autor e ao público, "combatamos, pues, combatamos hasta la muerte, combatamos hasta que Rosas caiga, o la libertad" (*El Mercurio*, 31 ago. 1847).

Expunham-se, pela primeira vez, de forma mais contundente, divergências de fundo entre membros da imigração argentina nesse período de governo Bulnes. Tais divergências tornar-se-ão decisivas para a formação de grupos de força de exilados no Chile que tentariam influir na política argentina durante a guerra contra Rosas e após sua queda.²¹ Jorge Mayer, em sua biografia sobre Alberdi, recupera algumas reações à publicação de 37 años después. Segundo o autor, "Enrique Lafuente protestaba desde Copiapó: 'Yo no sé sino de uno que simpatice con las extravagantes ideas de Alberdi'. [Carlos] Tejedor, em El Copiapino, com parecida indignação, qualificou o folheto de 'mezcla confusa de hipocresías'" (Mayer, 1963: 445). Esteban Echeverría, seu companheiro de Salão Literário e correspondente constante no exílio, dizia que "ha dado Ud. motivo a grandes encargos contra Ud. (...) Yo por mi parte no le hago ninguno, pero desapruebo su escrito porque no le hallo tendencia útil y fecunda en sentido alguno".22

No periódico *El Conservador*, de Montevidéu, dirigido pelos exilados e antigos membros da Geração de 1837, José Marmol e André Lamas, comentava-se também o texto de Alberdi,

Creemos que tanto aquí como en Chile se ha comprendido mal, en general, el pensamiento del ciudadano argentino, que suscribe el panfleto de Mayo... Hace 7 años que el pensamiento que envuelve el panfleto del ciudadano argentino hubiera sido bien ajeno a la época de los acontecimientos de entonces, pero *hasta qué* punto puede ser razonable hoy, esa es la idea que hay que estudiar en el panfleto y en la situación en que se ha escrito.²³

Por fim, um comentário de Felix Frías, que também havia sido editor do *Mercurio* entre 1843 e 1844, período em que Alberdi ali escrevera, relatava em carta que

(...) he leído de veras su último folleto con atención, y no necesitaba haber visto lo que usted dice a Peña en su última carta de ayer, para saber cuan puro y patriótico es el sentimiento que le ha dictado sus bellos renglones... usted se ha colocado en un punto de vista superior a los dos partidos y es natural que en ninguno de ellos lo apruebe del todo... Por mi parte le confieso que me siento incapaz de considerar las cosas actuales de mi país con otros ojos que los unitarios, con todo los que le conocen y saben el modo brutal como hemos sido tratados en el extranjero, donde usted ha escrito, comprenderán bien esa exaltación del sentimiento nacional que honra a usted. (...) Me he puesto a escribir un folleto (...) usted ha escrito con colores nacionales y ante el extranjero para los argentinos todos, yo escribo con palabras de partido para los proscriptos unicamente.²⁴

Clara estava a distância entre as posturas assumidas pela "provincia flotante". Para além, no entanto, da avaliação em si do texto, gostaria de analisar as passagens destacadas das respostas provocadas pelo texto. O comentário do *Conservador*, ponderado e assumindo uma postura compreensiva, inclui um coeficiente temporal para incitar seus leitores à reflexão do texto. Ao reconhecer que sete anos antes, em 1840, o artigo não teria sentido, ou estaria apartado, do ponto de vista dos exilados, do contexto específico, dado o estado conturbado em que se encontrava a política interna e externa da Confederação (a partir de 1838 e até 1843 verifica-se um período intenso de emigrações e de radicalização da política persecutória por parte de Rosas, coincidindo com a invasão francesa do Prata, a guerra de Lavalle e os levantes de caudilhos no sul

de Buenos Aires contra Rosas), o periódico avaliava, então, que nesses sete anos teria havido mudanças suficientemente importantes que poderiam levar a uma nova atitude em relação ao governo de Rosas, e que, por isso, o artigo de Alberdi merecia ser estudado.

Os articulistas ainda chamavam atenção para a situação em que o texto fora escrito, o que incluiria mais um elemento de avaliação, ou seja, a condição de exilado no Chile, e a situação interna da política chilena com a qual Alberdi lidava. Parece-me que a intenção era a de dar visibilidade ao fato de que um regime constitucional, em que as oposições convivem, combatem-se no espaço público e disputam eleições, teria produzido a percepção em Alberdi da possibilidade de negociação com os antigos adversários federalistas, do reconhecimento da necessidade de um governo constitucional e republicano abrigar as diversas bandeiras partidárias pacificamente. Do mesmo modo que revela, por si, a variedade de opiniões em relação à nova postura de Alberdi, deixando entrever que não se tratava de um devaneio, mas – e pode-se supor que a intensa troca de correspondências entre os exilados contemplasse essa discussão – de uma mudança de discurso político, acolhido ou rechaçado, mas reconhecido nos ambientes de debate.

Neste sentido, a comunicação de Felix Frías a Alberdi esclarecia esses pontos de forma bastante precisa: "entendo o que você escreveu, e não concordo, assumirei outra postura"; como se disse acima, não se tratava apenas de uma decisão pessoal, o posicionamento de Frías incluía outro campo de possibilidades a ser trilhado pelos exilados, na verdade o campo em que até então em geral se mantiveram, nas filas unitárias, escrevendo para unitários. O espírito de partido, manifestado pelas palavras de Frías, mostrava-se forte, reafirmando a perspectiva de combate contra o governo federalista como forma de derrubá-lo, negando qualquer tipo de contrato, e de aproximação com os federalistas.

Por outro lado, Frías apontou um traço fundamental do discurso que Alberdi começava a desenvolver: sua pretensão de colocar-se acima dos partidos, de superar a dicotomia excludente entre os partidos políticos. Este posicionamento revelava-se um novo passo do ponto de vista da teoria do republicanismo, uma vez que se pautava pelo reconhecimento da divergência e da competição entre ideias e projetos no interior da sociedade, em contraposição ao exclusivismo partidário, que vigorava na Argentina de Rosas e era apregoado pelos unitários contra os federalistas. Este é um momento, ao que me parece, em que a experiência liberal chilena exerceu um impacto importante sobre Alberdi.

Caso sejam considerados os escritos anteriores ao período chileno, como *Fragmento...* (Alberdi, 1886-1887c), aquele texto profundamente normativo e abstrato baseava na razão e na consciência nacional a conquista da civilização como missão da juventude. A experiência chilena incrementava consideravelmente as leituras teóricas de Alberdi, uma vez que lhe davam a possibilidade de experimentar um regime liberal, republicano, representativo com todos os limites impostos por esse regime a partir de uma experiência concreta, a qual Alberdi sintetizaria como uma "aristocracia democrática".

Do ponto de vista da experiência pessoal, a opção de Alberdi estava afinada com seu posicionamento ao lado do governo Bulnes em seu segundo mandato, e com sua aproximação ao novo ministério ocupado por Manuel Camilo Vial, desde setembro de 1846, alinhamento que havia sido plenamente exposto na biografia de Manuel Bulnes. Elementos da retórica conciliatória, da agregação dos partidos em torno de um executivo que representaria a união nacional, após a intensa crise dos anos 1845-1846, faziam parte daquele texto. A saída de Manuel Montt abria espaço, como se viu, para uma nova aproximação de outros setores conservadores e grupos liberais ao centro do governo no novo ministério, o que favorecia, por um lado, a elaboração por parte de Alberdi de projetos das reformas que o governo buscava implementar ou debater como forma de dar conta das expectativas do campo liberal. Por outro lado, permitia que, de fato, Alberdi enveredasse por um discurso republicano permeado pela tolerância política na arena partidária, pela defesa dos ritos e das formas constitucionais,

como as vigentes no Chile. Sua retórica acabava por colocá-lo acima das disputas partidárias, uma vez que, e isso não pode ser perdido de vista, falava de um ponto de vista privilegiado nesse contexto, ao lado do poder estabelecido.

Essa postura de Alberdi, por fim, seria também justificada ao tratar do público chileno, porque o tom dos assuntos argentinos na imprensa chilena deveria ser adequado ao público leitor, pois, "hablar con exaltación ante un público que no está poseído de igual calor es malograr su celo, atormentando inutilmente al que oye. Es lo que con frecuencia ha sucedido y debido suceder al escritor argentino en Chile"²⁵. Alberdi opõe o tom do Pacífico ao tom do Prata, afirmando que igualmente seria descabido falar com moderação e racionalidade em um periódico de Montevidéu. Um partido, como um intelectual, em sua tática de propaganda e convencimento, deve saber usar de todas as armas "usar de la razón lo mismo que de la declamación ardiente, hablar en todos lenguajes (...). [a]llá es necesario pelear sin tregua; aquí es preciso transigir"²⁶.

Notas

- 1. Em carta a Manuel Montt, então ministro do Interior, Alberdi comentava sobre o novo redator, estabelecido em 9 de maio daquele ano, o uruguaio Juan Carlos Gomez: "No sé que impresión habrá hecho a Ud. la nueva redacción del *Mercurio*. El jovén que la lleva profesa una adhesión decidida a los hombres y a la marcha de la administración actual. El mismo conoce los inconvenientes con que tiene que luchar por falta de conocimiento del país; por lo que estoy seguro que tendrá placer en recibir las indicaciones con que alguna vez se le favorezca para tratar sobre aquellas materias que parecieren oportunas y convenientes." Cf. "Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 27/05/1846". *La Revista Nueva*. Santiago: Imprenta Mejía, año 3, t. VII, 1902. p. 42.
- 2. "Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 07/05/1846". La Revista Nueva, 1902: 506.
- 3. "Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 22/03/1846". La Revista Nueva, 1902: 502.
- 4. Cf. Jorge Mayer, *Alberdi y su tiempo* (Buenos Aires: Eudeba, 1963. p. 436). Noto, entretanto, que não pude confirmar esta referência de Mayer em outra parte.
- 5. "Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 22/03/1846". La Revista Nueva, 1902: 501.
- 6. Cf. Domingo Faustino Sarmiento, "Despedida do *Heraldo argentino*", em *El Progreso* de 11/01/1843 (In: *Obras completas*, v. VI).
- 7. "Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 22/05/1846". La Revista Nueva, 1902: 507.
- 8. Juan Bautista Alberdi, Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile (Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846). O texto foi publicado nas

- seguintes datas no *Mercurio*: 25, 29 e 30 de junho, 07, 10, 15 e 16 de julho, e 3, 11, 12, 14, 16, 17 e 22 de agosto. *Alberdi y su tempo*, de Jorge Mayer (Buenos Aires: Edeuba, 1963), é ainda a principal biografia sobre Alberdi.
- 9. Analisei somente as cartas remetidas por Alberdi.
- 10. "Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 05/06/1846". La Revista Nueva, 1902: 43.
- 11. Vicuña, como se viu, havia sido preso por ocasião da decretação de estado de sítio em março e logo depois se exilou em Lima, junto com outros liberais chilenos. Aí permaneceu em contato permanente com o universo político e periodístico chileno, enviando artigos e contribuições para *La Gaceta* e *El Diario de Santiago*. Para a compreensão das relações entre exilados e a política interna chilena, bem como a rede de relações estabelecidas na América do Sul por estes exilados, ver Edward Blumenthal, *Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripts argentins et chiliens au XIXe siècle.* Tese, Paris, Université de Paris Diderot, EESC, nov., 2013.
- "Defensa de 'El Mercurio' por el Dr. D. Juan Bautista Alberdi en la noche de 5 de junio de 1844", publicado em separata pela gráfica do El Mercurio (In: Alberdi, 1886-1887, V. II: 475).
- 13. "Defensa de José Pastor Peña ante la Corte Suprema, 1845" (In: Alberdi, 1886-1887, V. III: 5).
- 14. É diferente do caso específico de *Facundo*, para o qual a exegese sobre o texto dispensaria uma nova abordagem, o caso deste texto de Alberdi, não apenas por ser menos estudado que o *Bases y puntos de partida*, mas por apresentar um momento de inflexão importante para a conformação de seu discurso político, como uma reelaboração de elementos do republicanismo, como a pluralidade político-partidária e a percepção da necessidade de transigência e acomodação política com as forças sociais existentes, em detrimento da imposição de um projeto liberal-unitário que se percebia, após esses anos de experiência no Chile, ineficiente.
- 15. "pretender dar principio por la unidad política es inverter uma filiación indestructible, es principiar por el fin, por lo que debe ser su resultado (...) la unidad de un sistema general de creencias, ideas, sentimentos y costumbres. Tal es lo que parece no haber compreendido un instante aquellos que han pretendido someter nuestra contitución a una forma unitária. Y en este sentido nosotros acordamos perfectamente a los que han seguido la idea federativa, un sentimento más flerte y más acertado de las condiciones de nuestra actualidad nacional" (Alberdi, 1886-1887, V. I: 140).
- 16. Como complemento dessas ideias, creio que valha a pena a leitura da continuação do argumento, apelando para o aspecto afetivo, da reconciliação dos irmãos, dos compatriotas: "Qué nobles confesiones no se oirán alguna vez de la boca de los frenéticos federales! Y los unitarios, con que placer no verán salir hombres de honor y corazón de debajo de esa máscara espantosa con que hoy se disfrazan sus rivales cediendo a las exigencias tiránicas de la situación."
- 17. Ver María José Schneuer, Visión del "caos" Americano y del "orden" chileno através de El Mercurio de Valparaíso entre 1840 e 1850 (In: SOTO, Ángel. (Ed.). Entre tintas y plumas. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004); e Alfredo Jocelyn-Holt, ¿Un proyecto nacional exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena (In: GONZALES, Francisco Colom. (Ed.). Relatos de la nación. La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico. Madri: Iberoamericana-Vervuert, 2005).

- 18. Segue o texto, "¿a quién, sino a Rosas, que ha reportado triunfos tan inesperados, le cabe obtener el no menos inesperado sobre sí mismo?"
- 19. Ver a sequência de artigos do *El Siglo* "Política continental: altas conexiones del Plata", de outubro de 1844 (In: ALBERDI. CB. p. 67-92); e "Rosas, defensor de la independencia argentina", *El Mercurio*, 26/07/1846 (In: CB: p. 93).
- 20. Daqui vem a sugestão para o argumento.
- 21. Formação do Club Constitucional de Valparaíso, sob a liderança de Alberdi, e o Club de Santiago, capitaneado por Sarmiento.
- 22. "Carta de Echeverría a Alberdi, Montevideo, 31 de enero de 1848" (apud Mayer, 1963: 445).
- 23. El Conservador, 23 e 26 de novembro de 1847 (apud Mayer, 1963: 449, grifo nosso). Por aqui se notam a capacidade de disseminação da informação entre os grupos de exilados na América do Sul e o trabalho de construção de redes permanentes de contato através dos periódicos, com publicações cruzadas, correspondentes, polêmicas, o que reforça a ideia de um espaço público ampliado incluindo esses nichos de ocupação argentina no Chile e no Uruguai, por exemplo. Estas ideias podem ser observadas em Edward Blumenthal, Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripts argentins et chiliens au XIXe siècle (Tese. Paris. Université de Paris Diderot, EESC, nov., 2013); e C. McEvoy e A. M. Stuven, La república peregrina: hombres de armas y letras en América del Sur 1800-1884 (Lima: IFEA-IEP, 2007).
- 24. "Carta de Frías a Alberdi, 2 de junio de 1847" (apud Mayer, 1963: 445. grifo nosso). O folheto mencionado por Frías seria "La gloria del tirano", publicado em 9/7/1847, o qual também provocaria reações fortes do lado argentino, na *Gaceta Mercantil* e no *Archivo Americano*, conforme sublinhado por Jorge Mayer (1963: 448-449). Outro aspecto a ser destacado é a menção que Frías faz a uma carta de Alberdi a Peña (possivelmente Rodríguez Peña) a qual ele lera. As correspondências entre os exilados possuíam um caráter de construção e manutenção de redes pessoais, de formação de canais de comunicação, em que muitas vezes as cartas tinham um caráter público, eram escritas para sua divulgação entre um grupo determinado. Ver: A. Amante, *Sarmiento remitente: cartas* (Buenos Aires: Uba-FFyL, 2000); Edward Blumenthal, *Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripts argentins et chiliens au XIXe siècle.* (Tese. Paris. Université de Paris Diderot, EESC, nov., 2013).
- 25. Juan Bautista Alberdi, "Conveniencias a que deben acomodarse los escritores que en Chile y otros países extranjeros tocan los asuntos argentinos", em *El Comercio de Valparaíso*, 8/4/1848 (In: CB. p. 208).
- 26. Ibid., In: CB. p. 209.

Fontes

- ALBERDI, Juan Bautista. *Obras completas.* 8 v. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886-1887a.
- La República Argentina, 37 años después de su revolución de mayo. (1847) In: ALBERDI, Juan Bautista. Obras completas. V. III. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886-1887b.
- ———. Fragmento preliminar al estúdio de derecho. (1837) In: ALBERDI, Juan Bautista. *Obras completas*. V. I. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886-1887c.
- Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile. Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846.

AFFONSO CELSO THOMAZ PERFIRA

- ——. Conveniencias a que deben acomodarse los escritores que en Chile y otros países extranjeros tocan los asuntos argentinos. El Comercio de Valparaíso. Valparaíso, Chile, 08 abr. 1848.
- ———. Rosas, defensor de la independencia argentina. *El Mercurio*. Valparaíso, Chile, 26 jul. 1846.
- BARROS, Carolina. (Org.). Alberdi periodista en Chile. Buenos Aires: Verlap, 1997.
- EL DIARIO DE SANTIAGO. Editorial. Santiago, Chile, 03 jun. 1846.
- . Viva la República. Santiago, Chile, 18 jun. 1846.
- ——. Correspondencia. Santiago, Chile, 24 jun. 1846.
- EL MERCURIO. Nota do Editorial. Valparaíso, Chile, 1º mar. 1846.
- ———. CORRESPONDENCIA. La República Argentina a los 32 años de su independencia por un ciudadano argentino. Valparaíso, Chile, 31 ago. 1847.
- LA REVISTA NUEVA. Santiago: Imprenta Mejía, año 3, t. VII, 1902.
- SARMIENTO. Despedida do Heraldo argentino. El Progreso, 11/01/1843. In: Obras completas. V. VI.
- VICUÑA, Pedro Felix. Vindicación de los principios e ideas que han servido en Chile de apoyo a la oposición en las elecciones populares de 1846. Lima: Imprenta del Comercio, 1846.

Bibliografia

- BLUMENTHAL, Edward. *Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripts argentins et chiliens au XIXe siècle.* Tese. Paris. Université de Paris Diderot, EESC, nov. 2013.
- JOCELYN-HOLT, Alfredo. ¿Un proyecto nacional exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena. In: GONZALES, Francisco Colom. (Org.). Relatos de la nación. La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico. Madri: Iberoamericana-Vervuert, 2005.
- LIRA, Elizabeth; LOVEMAN, Brian. Las suaves cenizas del olvido. Vía chilena de reconciliación política 1814-1932. Santiago: LOM, 2000.
- MAYER, Jorge. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Eudeba, 1963.
- SOTO, Ángel. (Ed.). *Entre tintas y plumas. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX.* Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004.
- PAS, Hernán. *Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionaliza- ción de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)*. La Plata. Tese. Universidad
 Nacional de La Plata. Faculdad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2010.
- PIWONKA FIGUEROA, G. Opinión Pública. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *Diccionario político y social del mundo ibero-americano. La era de las revoluciones, 1750-1850.* Madri: Fundación Carolina, 2009.
- POBLETE, Juan. *Literatura chilena del siglo XIX: entre públicos lectores y figuras autoriales.* Santiago, Cuarto Propio, 2003.
- STUVEN, Ana María; CID, Gabriel. *Debates Republicanos en Chile, siglo XIX.* V. 1. Santiago: Diego Portales, 2012.
- THOMAZ PEREIRA, Affonso Celso. *A terceira margem do Prata. Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852.* Tese. Orientadora Gabriela Pellegrino Soares. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, nov. 2015.

Temas republicanos em José Martí

Fabio Muruci*

Os debates sobre os fundamentos políticos do pensamento de José Martí já contam com uma longa trajetória, marcada frequentemente por polarizações extremas. Especialmente durante a Guerra Fria, a disputa pelo legado de Martí refletia os conflitos ideológicos que dividiam a intelectualidade cubana. Passagens de suas obras eram usadas de forma descontextualizada, para reforçar uma ou outra corrente interpretativa. O eixo fundamental da discussão sempre passou por sua posição diante dos Estados Unidos e de suas inclinações ideológicas, seja pelo liberalismo, seja pelo socialismo.

Em uma primeira reconstituição dessa trajetória de leituras, John Kirk argumentou que a Revolução Cubana representou um divisor de águas. Uma primeira etapa estaria localizada entre 1895 e 1959, quando uma vasta produção de biografias e memórias produzidas em Cuba, especialmente nas comemorações do centenário em 1953, tendeu a ressaltar o caráter "apostólico" da trajetória de Martí. O principal traço de sua persona era, então, identificado com a santidade, em que o desprendimento dos interesses pessoais permitia constantes comparações com a figura de Jesus Cristo, ainda mais acentuadas pelo fim trágico de sua via-crúcis em defesa da pátria ameaçada. Nesse contexto, nasceram duradouras imagens como a do "místico do dever", do "inadaptado sublime" e do "lutador sem ódio". Haveria um tom hagiográfico em muitos estudos sobre o autor feitos até os anos 1950 (Kirk, 1980).

Segundo Kirk, a Revolução Cubana de 1959 teria estimulado abordagens muito diferentes. Na Cuba revolucionária, Martí pas-

^{*} Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

sou a ser identificado com os valores anti-imperialistas do regime de Fidel Castro, apresentado como inspirador da luta de libertação nacional e revolucionário que morreu por ideais que só agora estariam sendo realizados. A guinada na interpretação oficial sobre Martí teria tido como primeiro resultado uma intensa concentração na fase final de sua produção, entre 1889 e 1895, o período de engajamento mais intenso na luta revolucionária dos cubanos contra a dominação espanhola, em que se localizam seus comentários mais críticos sobre os Estados Unidos. No contexto da Guerra Fria, Martí se tornou decididamente anti-ianque. Consequentemente, sua trajetória pessoal é retomada, dessa vez para descrevê-lo como um revolucionário convicto, inclusive com tentativas de encontrar conexões de seu pensamento com o marxismo-leninismo. Sua figura é afastada daquela de líderes norte-americanos, com os quais era comparado anteriormente (Jefferson ou Lincoln), e inserida na tradição daqueles que lutam pela causa "terceiro-mundista" contra os interesses imperialistas, como Pet fi, Lênin ou Ho Chi Minh (Retamar, 1983). A luta martiana contra os espanhóis passou a ser interpretada como uma luta maior, pela libertação de todos os "povos oprimidos", tentando transportar seus comentários anticolonialistas para o mundo do pós-Segunda Guerra Mundial.

Não é nosso propósito contribuir para este conflito ao propor mais uma leitura "definitiva" sobre as filiações ideológicas de Martí. Ao contrário, acreditamos que essas interpretações, que continuam influenciando análises mais recentes, resultam em classificações potencialmente anacrônicas, ao usar categorias e expectativas geradas durante a Guerra Fria. Não é raro que autores contemporâneos tentem "prever" as posições que Martí teria tomado quanto ao socialismo contemporâneo ou sobre a economia de mercado (Schwartzmann, 2010). Queremos recuperar um pouco da especificidade e da integridade do pensamento martiano, que trabalhava com temas políticos sem as fronteiras construídas em períodos posteriores. Neste caso, pretendemos explo-

rar algumas de suas referências ao tema do "republicanismo", sem propor que esta seja uma inserção mais perfeita ou completa do seu pensamento do que outras já aventadas.

Em seu período como cronista de assuntos norte-americanos sediado em Nova York, Martí teve a possibilidade de comentar o dia a dia da vida política em uma República com longo tempo de existência e tomar contato com os debates sobre o assunto, desenvolvidos desde a crise de independência. Martí claramente se mostrava como um entusiasta das práticas republicanas. Tinha a expectativa de poder difundi-las pela América Espanhola e, especialmente, em Cuba, embora fosse bastante ciente das dificuldades e particularidades de cada situação. Valorizava a obra dos Pais Fundadores em seus comentários sobre a história local, ao mesmo tempo em que demonstrava seu desgosto com os caminhos que a República vinha trilhando durante as últimas décadas do século XIX. Sua perspectiva era a de que os ideais republicanos estavam se enfraquecendo diante de uma sociedade cada vez mais oligárquica e socialmente desigual, gerada pela industrialização rápida e pela concentração da riqueza. Para localizar seu pensamento sobre o tema, é fundamental ter em vista suas apropriações do imaginário republicano norte-americano. Tomamos como princípio que distinções precisas entre as fundações liberais e republicanas dos ensaios de Martí podem impor uma rigidez inadequada ao seu pensamento, caracterizado por uma significativa flexibilidade. É importante ter em conta que Martí nunca se apresentou como um teórico da política e repudiava o dogmatismo em favor de uma atitude mais pragmática e aberta para a observação dos contextos específicos. A imposição de sistemas completos, sem atenção para a particularidade de cada nação, foi um dos seus principais alvos de crítica.

Nesse sentido, os escritos martianos oferecem material abundante para atestar sua simpatia pelos ideais de liberdade individual, do *self-made man* e pelos benefícios da economia de mercado. Os *self-made men* seriam a real expressão da riqueza norte-americana:

Seduzem essas vidas milagrosas. Moram em palácios homens que nasceram em cabanas, ou sob beirais. Uma loba criou Remo. A melhor ama é a dificuldade, que criou a estes homens! Neles a vida não é reflexo de livros, que tornam pálido o rosto, inflamam o cérebro e falseiam a existência; nem tradição de família, que leva o homem a viver em correntes. (Martí, 1963, v. 9: 367)

Um exemplo de sucesso que ele apresenta são os vaqueiros de mãos grossas e rosto avermelhado, que esbanjam energia empreendedora. Em sua famosa crônica sobre a Grande Exposição de Gado, demonstra deleite com a visão de vigorosos milionários que não têm vergonha de exibir sua riqueza porque esta foi conquistada pelo esforço e com independência, "ricos que merecem sê-lo, posto que não têm inibição que se lhes vejam cuidando de sua fazenda honradamente, que é lançar alicerces para a pátria" (Martí, 1964, v. 13: 491). A legitimidade da riqueza, além da contribuição para o desenvolvimento nacional, é resultado de uma libertação de energia criativa, da capacidade de dinamizar os recursos da natureza, um ato tão espiritual quanto material.

Os self-made men têm a autenticidade produzida pelo contato com a natureza em oposição ao artificialismo das práticas econômicas não produtivas. Eles exemplificam um princípio maior de liberdade propiciado pela autonomia de indivíduos criadores de si mesmos: "Ruim será o homem, e pobre em atos, enquanto não se sinta criador de si, e responsável de si, e providência de si mesmo. Fomenta a covardia, amolece o caráter, impede o desenvolvimento natural do espírito humano a ideia de uma fatídica Providência cooperadora" (Martí, 1963, v. 9: 464). Um sinal de maturidade no caminho da liberdade estaria na plena vigência de uma comunidade de indivíduos autônomos, situação da qual a América Espanhola estaria muito distante:

A felicidade geral de um povo descansa na independência individual de seus habitantes. Uma nação livre é o resultado de seus povoadores livres. De homens que não podem viver por si, senão apegados a um caudilho que os favorece, usa e usa mal, não se fazem povos respeitáveis e duradouros. (Martí, 1963, v. 8: 284-285)

Sua heroicização de empreendedores bem-sucedidos, porém, também deve suas imagens à tradição republicana e aos temas do trabalho árduo, autocontrole e moderação. O trabalho, especialmente o dos setores produtivos, seria a única fonte moralmente justa de riqueza. Martí rejeitava as aristocracias tradicionais, a começar pela inglesa, ou qualquer outra classe não empenhada diretamente na atividade produtiva. A ociosidade e a ostentação seriam fontes de comportamentos viciosos. Somente o trabalho poderia justificar a propriedade e esta, por sua vez, estimularia o interesse por mais trabalho. Nesse sentido, repudiava a riqueza tradicional transmitida através de heranças.

A noção de "herança" adquiria vários sentidos pejorativos em seus textos, desde a ausência de autonomia intelectual até a degradação física pela ausência de esforço. Martí usava imagens fortes para exprimir o seu desgosto com o tipo de aristocrata produzido pela ausência de trabalho:

(...) há um abismo profundíssimo entre os poderosos por herança, delgados, pálidos e de linguagem flautada – porque é o hábito do senhorio inglês – enfeitados; e os poderosos do trabalho, saudáveis, castos, decididos, roliços e extremamente limpos, com a antiga limpeza americana, sóbria e sólida. (1963, v. 9: 108)

Junto com o repúdio generalizado pelas heranças, predominava a desconfiança do mercado financeiro, dos agiotas, dos rentistas e da bolsa de valores, todos meios antinaturais de ganhar dinheiro. Os especuladores capitalistas, de uma forma geral, seriam parasitas do trabalho produtivo. Daí a necessidade de manter o poder sempre nas mãos de quem produz a riqueza para evitar a sua manipulação pelas "classes endinheiradas" (moneyed classes). O maior risco desse processo seria a concentração de renda em grandes empresas monopolistas, origem potencial de um novo tipo de "aristocracia" habituada a modos de vida suntuosos e à privatização da política.

Em meados do século XIX, a expansão do capitalismo e do setor financeiro havia ampliado a realidade do conflito social nos Estados Unidos (Trachtemberg, 1982). Martí escreveu abundantemente sobre o novo modo de vida dos milionários, os movimentos trabalhistas, a pobreza urbana e muitos outros aspectos da paisagem social da *Gilded Age*. Seu diagnóstico geral acompanha a denúncia de diversos reformadores do período que apontavam um distanciamento dos valores norte-americanos tradicionais e a adoção de concepções europeias como uma das raízes da crise social e moral em curso. Pregava, então, a importância da luta popular para preservar seus direitos contra o que chamava "homens artificiais", as elites britanizadas, empenhadas em construir uma sociedade de classes com características supostamente alheias à história do país.

Na representação desse confronto, Martí trabalhou com diversos temas clássicos do republicanismo de língua inglesa. Contra as ameaças do despotismo, os cidadãos livres deveriam se manter em permanente alerta para defender a liberdade, um tema republicano clássico:

Desdenham hoje do exercício de seu direito de donos, terão que amanhã, aterrorizados, se prostrar ante um tirano que os salve. Dever é o sufrágio, como todo direito; aquele que falta ao dever de votar deveria ser castigado com pena não menor do que aquele que abandona sua arma ao inimigo. (Martí, 1963, v. 10: 43)

Um sinal claro de que essas liberdades estariam ameaçadas seria o crescimento de investimentos militares e de uma corrente de opinião pública receptiva às políticas expansionistas no exterior. Outro tema republicano transparece no medo de que "exércitos permanentes" seriam um enorme perigo para a liberdade:

Greves de um lado, azedas e ameaçadoras, medos de guerra, reais ou fingidos; projetos de obras de defesa, exércitos e armadas, planos de milícia que já levam nas entranhas o ovo venenoso do exército permanente, como se a riqueza houvesse de corromper as Repúblicas, e por excesso e abuso dela vieram estas a acabar nos mesmos vícios e tiranias contra os quais, com força de Universo moral, se levantaram. (Martí, 1963, v. 11: 163)

Contra essas ameaças da era do capitalismo imperialista, Martí recupera as virtudes republicanas de alguns líderes históricos. Os líderes que combatem as ameaças contra a liberdade devem, então, seguir um perfil marcado pelo compromisso com os fundamentos da República. Os homens e sistemas que exercem esse papel providencial nasceriam naturalmente das forças democráticas da nação. Não poderiam ser defensores de ideias aristocráticas, adversas ao mais puro "americanismo", interpretação que exigiu leituras democratizantes dessas personagens, já em curso durante o século XIX. Tratava-se, por exemplo, de democratizar a figura de George Washington, explorando sua condição de órfão (como os norte-americanos naturais, nascidos sem ascendência), que teria aprendido com a própria experiência. Estas releituras fizeram parte de um processo de democratização da imagem do ex-presidente, entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX. No quadro de conflitos sociais e trabalhistas dos anos 1870-1890, um Washington democratizado tinha como principal qualidade a disposição para tirar a casaca e pegar no trabalho duro, sempre que necessário.

Na virada do século, as figuras de Washington e Lincoln, até então tidas como versões alternativas do ideal de liderança norte-americano, foram aproximadas à medida que os biógrafos passaram a se concentrar mais na vida pessoal de Washington do que em sua figura pública, mais aristocrática. Nesse período, estabelece-se um padrão iconográfico em que ele aparece em mangas de camisa, trabalhando com seus martelos e bigornas. A imagem de frieza foi combatida com cenas que mostravam sua ternura com as crianças (Schwartz, 1992).

Esses líderes seriam essencialmente restauradores da "simplicidade" norte-americana original da qual haviam sido fruto. Na condição de reformadores, seu método de ação se apoiaria na recusa de teorias predeterminadas que ignorassem as relações estabelecidas naturalmente e em um senso equilibrado das necessidades do momento. Martí se aproximava desta perspectiva ao comentar o papel dos "reformadores" em geral, valorizando

(...) a ausência desse espírito de teoria que torna feia e esteriliza, ou ao menos retarda, a obra cordial de tantos reformadores, e costuma afastá-los, pela repulsa que a uma mente sã inspira a falta de relação e harmonia, do apoio solícito dos ânimos moderados que seriam de outra maneira auxiliares eficazes da reforma. (1963, v. 10: 321)

A "América" seria o espaço propício para esse espírito de moderação e respeito pelas crenças compartilhadas. George Bancroft, historiador admirado por Martí, defendia que a América, "ao regenerar suas instituições (...) não foi guiada por qualquer teoria especulativa, ou aplicação laboriosa de distinções metafísicas. (...) a formação das instituições políticas nos Estados Unidos não foi realizada por mentes gigantes" (apud Noble, 1965: 30). Mais do que o trabalho de uma poderosa ação da mente sobre a história, o reformador americano funcionaria apenas como um canal de expressão da sabedoria e energia populares. Já em seus primeiros escritos, Martí demonstrava simpatia por essa concepção:

O democrata americano, mesmo sendo uno em espírito, há de ser distinto na forma do democrata europeu. Una é a beleza e múltiplas são as maneiras de realizá-la. Na Europa, a liberdade é uma rebelião do espírito; na América, a liberdade é uma vigorosa floração. Por sermos homens, trazemos à vida o espírito da liberdade, e ao sermos inteligentes, temos o dever de realizá-lo. Se é liberal por ser homem; porém se há de estudar, de adivinhar, de prevenir, de criar muito na arte da aplicação, para ser liberal americano. (1963, v. 10: 349)

Em suas crônicas e cartas sobre os Estados Unidos, Martí sugeria que um novo período de declínio estava ameaçando a República, trazendo com ele a necessidade de novos profetas e reformadores que clamassem pela revitalização cultural dentro de caminhos autenticamente americanos. A "América" estaria caminhando para negar suas promessas mais fundamentais: "Esta República, pelo culto desmedido da riqueza, tem caído, sem nenhuma das travas da tradição, na desigualdade, injustiça e violência dos países monárquicos" (Martí, 1968: 150). O autor acompanhava com eviden-

te horror os cerimoniais grandiosos de casamento e o vestuário suntuoso dos novos-ricos. A forma como desenvolviam sentimentos de casta parecia-lhe uma traição do ideal do *self-made man*. Contra ela, estaria partindo da sociedade um...

- (...) sentimento de repulsa pela anglomania que os cavalheiros mostram em suas vestes, modos de falar e costumes, e os magnatas revelam em atos e palavras de incontida admiração pelas instituições inglesas, necessárias, ao que acreditam, nos Estados Unidos, para alçar uma vala entre as classes conservadoras e os trabalhadores que têm começado a se conhecer e estudar com calma seus problemas (...)
- (...) a este princípio de autoritarismo exótico e provocador se opõe, como uma imensa consciência, tudo o que há de natural e vivo na nação (Martí, 1963, v. 10: 340).

Demonstrava repúdio e desconfiança da aproximação anglo-americana nas últimas décadas do século. Por isso, refutava duramente o interesse dos norte-americanos em conseguir enobrecimento através de casamentos com damas inglesas:

(...) nenhum galã nova-iorquino acredita ser batizado em elegância se não beber água de Londres; ao estilo de Londres se pinta e se escreve, se veste e se passeia, se come e se bebe, enquanto Emerson pensa, Lincoln morre e os capitães de azul da guerra e olhos claros miram o mar e triunfam. A grandeza está em casa e, como bons imbecis, porque é de casa, a desdenham. (...) Pois se há misérias e pequenezas na nossa terra, desertá-la é simplesmente uma infâmia, e a verdadeira superioridade consiste não em fugir delas e sim pôr-se a vencê-las! (Martí, 1963, v. 10: 298)

Ao comentar as figuras de destaque da literatura norte-americana do período, reservou um comentário melancolicamente breve sobre Henry James: "um jovem romancista que se afrancesa" (Martí, 1963, v. 9: 17). Aqui podemos identificar já uma primeira denúncia das elites europeizadas que abandonavam seus vínculos locais em favor de uma inserção cosmopolita, tema recorrente em seus últimos escritos, como *Nuestra América*.

Da mesma forma, a leitura histórica de uma recuperação de valores aristocráticos originais da Revolução Americana pela nova plutocracia industrial aparecia para ele como um retrocesso. Em Martí, a essência da cultura política norte-americana reagiria contra essa nostalgia pelos valores hierárquicos ingleses, os quais considerava como alheios ao espírito republicano local: "a república popular vai se transformando em república de classes" (1963, v. 11: 425). Martí rejeitou a recuperação de um sistema misto de valores democráticos e aristocráticos como solução para o desgaste do republicanismo nos Estados Unidos. Não lhe agradava a perspectiva de uma ordem social hierárquica, baseada na coexistência de ordens, expressando profunda hostilidade aos privilégios de classe.

Contudo, a rejeição de um "autoritarismo autóctone", identificado como atraso político, não implica que Martí se posicionasse no espectro político de um liberalismo identificado com a assunção plena dos interesses privados. Ao contrário, na linha republicana, considerava que o desejo de enriquecimento desmedido era uma ameaça para o bem comum: "O dinheirismo, o afã desmedido pelas riquezas materiais (...) brutaliza e corrompe a República" (Martí, 1963, v. 11: 426). Suas críticas eram particularmente intensas quando apresentava a percepção de que o mercado financeiro constituía uma forma não natural de enriquecimento, estreitamente articulada com a emergência das ideias hierárquicas e com o consumo conspícuo: "Não são os Estados Unidos de agora como eram quando estava ainda por criar, pouco após a guerra, uma casta concupiscente e agressiva, que ama o ócio e se considera como tendo direito natural a ele e à vitória" (Martí, 1964, v. 12: 153).

Ao acompanhar o dia de um desses novos-ricos, aos quais devotava comentários amargos, descreve sua chegada ao centro financeiro de Nova York: "chega na Bolsa, que parece presídio, toda cheia de homens de cor brônzea e membros fracos, como a de alguém que não conquista suas riquezas das fontes sãs e legítimas da natureza, e sim de sombrios e extraviados rincões" (Martí, 1963, v. 9: 457). A referência às cores desbotadas e aos membros enfraqueci-

dos lembra as descrições emersonianas da robustez do homem que aprende com as próprias mãos, sugerindo que o exotismo das ideias monárquico-aristocráticas na América encontraria complementação na artificialidade da riqueza conquistada sem o trabalho:

O homem cresce com o trabalho de suas mãos. É fácil ver como se depaupera e envilece em poucas gerações a gente ociosa (...) enquanto aquele que deve o seu bem-estar ao trabalho (...) tem o olho alegre, a palavra pitoresca e profunda (...). Se vê que são esses que fazem o mundo: e engrandecidos, sem sabê-lo talvez, pelo exercício de seu poder de criação, têm certo ar de gigantes ditosos, e inspiram ternura e respeito. (Martí, 1963, v. 8: 285)

O mesmo desprezo pela riqueza artificial é devotado a uma vida excessivamente urbana: "Ver trabalhadores, recupera. Viver em cidade, resseca" (Martí, 1963, v. 10: 226).

Martí acreditava que parte dessa liberdade poderia ser estimulada com o uso da tecnologia para libertar o homem de qualquer forma de servidão. Seus comentários sobre os potenciais da técnica são dramatizados com imagens de usos republicanos das novas invenções, comparados com a forma opressora com que a técnica era usada em sociedades monárquicas e imperiais. Em sua narrativa histórica do progresso tecnológico, ele tentava articular o desenvolvimento da técnica com o horizonte da democratização política, que acreditava também estar em gestação. Uma narrativa prometeica, em que a técnica contribuiria para libertar o homem das amarras das sociedades senhoriais e monárquicas, passo essencial para a criação do "homem novo":

Distinguiram-se os tempos feudais por seu modo de cavar fossos: e nosso tempo por fechá-los. Distinguiram-se os reinados de Henriques e Franciscos pela fabricação de pesadas armaduras e mortíferas catapultas; e o reinado do homem, que começa, distingue-se como inimigo da morte. Ainda se mata; porém já se fabricam mais locomotivas do que canhões. (Martí, 1963, v. 8: 407)

Daí que suas crônicas contêm numerosas referências históricas críticas ao uso da técnica de forma imperial e militarista: "(...) um

carro movido já sem tropeço, e com graça e folga, pela eletricidade. Oh, quão distantes estes daqueles outros carros de vitória com que se entrava por Roma, precedidos de escravas nuas e de homens acorrentados, os generais triunfantes!" (Martí, 1973, v. 28: 193). Esse tema também está presente em seus comentários sobre obras de fantasia que valorizassem os potenciais do indivíduo republicano contra os poderes aristocráticos do Velho Mundo. Martí escreveu uma resenha entusiasmada de A Connecticut Yankee in the King Arthur's Court (1889), de Mark Twain, o qual viu como uma "pintura do que nos Estados Unidos se começa a ver, e censuram com chicote de apóstolos os homens de virtude, armados com a natureza, a solidão e a fome, saindo com a pena e a lanca e o livro como escudo, a derrubar os castelos da nova cavalaria" (Martí, 1968: 270). Contando a história de um capataz que acorda surpreendentemente na Inglaterra medieval e vence os cavaleiros do rei Arthur com a tecnologia e espírito de organização de sua própria época, a narrativa constituía uma afirmação da capacidade do yankee, inventivo e igualitário, contra o sentimento de casta dos regimes monárquicos e aristocráticos, ao mesmo tempo confirmando o vigor da democracia norte-americana contra as "ideias inglesas". Dramatizava também os perigos da técnica quando usada fora do espírito republicano. Martí demonstrou toda a intensidade de sua admiração pela mensagem dessa obra ao compará-la ao opus magnum da língua espanhola:

(...) este *Yankee in King Arthur's Court* é um serviço à humanidade; de linguagem característica e ligeira, e de ideia comovedora e profunda. No princípio lembra o Quixote e, no fim, a Júlio Verne; porém não lhe deve nada. Com o Quixote se ombreia (...). É um livro de chiste que consegue arrancar lágrimas. (1965, v. 20: 363)

No quadro de uma sociedade de homens autônomos, especialmente proprietários independentes, não caberiam concepções seletivas de democracia: "Não se passaram séculos em vão, nem se mudaram as raças de continente, para que nossa liberdade não seja mais do que a liberdade aristocrática da Grécia ou a liberdade

hipócrita do povo inglês, com um salto cravado na boca da Irlanda e os joelhos metidos no coração dos cipaios" (Martí, 1964, v. 12: 240). Mas as energias da nação, especialmente representadas pelos trabalhadores organizados, estariam dando mostras de rejeição desses caminhos:

Parece esta terra decidida a manter sua aristocracia de povo trabalhador. (...) não suporta qualquer tentativa de criar, com a folga do brasão, uma casta de ricos privilegiados, ou de importar para esta terra de homens que levantam a si mesmos, os hábitos da nobreza de herança inglesa. Aqui não se reconhece ninguém como mais nobre do que o que o é por si mesmo. (Martí, 1963, v. 10: 339)

Contra as correntes críticas da democratização, os Estados Unidos se mostrariam como um exemplo de que as repúblicas podem durar. A crise da Guerra Civil teria trazido o espectro da instabilidade das repúblicas e profecias sobre sua inviabilidade. Martí defende o contrário:

(...) se alegraram por todo o universo as castas meio mortas, as gentes de tradição e monarquia, as que não gostam de ver se desenvolver e afirmar o homem, como uma divindade de quadris largos que, como se fosse seu trono natural, senta na terra; e sustentaram que sem cabeça régia e prestígios misteriosos não poderia existir um povo, nem poderia existir uma nação, sem cair em catástrofe, ser capaz de governar a si mesma livremente. E se governou. (1963, v. 10: 460)

A concepção clássica de que as repúblicas democráticas são instáveis por natureza teria sido negada pela experiência norte-americana, mesmo com o trauma do conflito civil em larga escala e a existência de vasto espaço aberto (Botana, 1997).

Acreditamos que uma agenda de estudos da obra de José Martí poderia ganhar muito com o trabalho de recuperação dos termos e contextos próprios do autor, questionando as leituras demasiadamente anacrônicas desenvolvidas por muito tempo. O diálogo martiano com temas republicanos seria um caminho interessante nesse sentido.

Bibliografia

- BOTANA, Natalio. *La tradición republicana. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.
- KIRK, John. From "inadaptado sublime" to "líder revolucionário": some further thoughts on the presentation of José Martí. *Latin American Research Rewiew*, v. 15, nº 3, 1980.
- MARTÍ, José. Obras completas. V. 8, 9 e 10. Havana: Editorial Nacional de Cuba, 1963.
- -----. Obras completas. V. 11, 12 e 13. Havana: Editorial Nacional de Cuba, 1964.
- -----. Obras completas. V. 20. Havana: Editorial Nacional de Cuba, 1965.
- NOBLE, David. Historians against history: the Frontier Thesis and the national covenant in American historical writing since 1830. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1965.
- RETAMAR, Roberto Fernández. Introdução a José Martí. In: MARTÍ, José. *Nossa América*. (Org.). Roberto Fernández Retamar. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- ROJAS, Rafael. José Martí: la invención de Cuba. Madri: Editorial Colibrí, 2000.
- ——. Outro gallo cantaría. Essay on the First Cuban Republicanism. In: FONT, Mauricio; QUIROZ, Alfonso. (Orgs.). The Cuban Republic and José Martí. Reception and use of a national symbol. New York: Lexington Books, 2006.
- SANTOS, Fabio Muruci dos. Os homens já se entendem em Babel: mito e história da América em Oliveira Lima, José Enrique Rodó e José Martí. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese. 2004.
- SCHWARTZ, Barry. Social change and collective memory: the democratization of George Washington. *American Sociological Review*, v. 56, n° 2, abr. 1992.
- SCHWARTZMANN, Georg M. The influence of Emerson and Whitman on the Cuban poet José Martí. Themes of immigration, colonialism, and independence. Lewiston, N.Y.: The Edwin Mellen Press, 2010.
- TRACHTENBERG, Alan. *The incorporation of America. Culture and society in the Gilded Age.* New York: Hill and Wang, 1982.

Modernidade e exílio no epistolário martiano. Notas sobre a produção das *escenas norteamericanas*

Lucas Machado dos Santos*

Abordamos aqui alguns dos conflitos existenciais e pessoais relacionados diretamente à experiência do exílio do cubano José Martí em Nova York. 1 Alguns comentários se fazem necessários. Das correspondências de José Martí, aquelas estabelecidas com o advogado mexicano Manuel de Mercado² foram importantes pela abordagem de temas de cunho diretamente pessoal. Dentre eles, a relação do cubano com a esposa, o padecimento pela ausência do filho, as características conflituosas da vida urbana moderna, as dificuldades financeiras, o pavor de ser obrigado a se engajar em ocupações práticas relacionadas ao comércio, afastando-se ou tendo que adiar tanto as tarefas políticas, quanto as atividades espirituais e intelectuais; apenas para enumerar as questões mais recorrentes e espontâneas. Convém mencionar os comentários sobre as crônicas jornalísticas, as cenas norte-americanas e as relações e conflitos estabelecidos com os editores e redatores dos jornais para os quais as referidas crônicas eram enviadas.

Nossa proposta, em particular, enfoca a experiência do exílio, com o objetivo de compreender a hermenêutica através da qual o autor estabeleceu uma relação que alternou proximidade e distância nos modos de observação e compreensão da sociedade norte-americana.³ A hermenêutica da distância desenvolvida em suas crônicas deve ser compreendida em seus elementos subjetivos e objetivos. Ao abordar o epistolário martiano como objeto central deste texto, propomos nos acercar destes elementos mais subjeti-

^{*} Doutorando em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com a pesquisa em andamento: "Modernidade e exílio nas escenas norteamericanas. Política e cultura nas crônicas do cubano José Martí".

vos que interferiram na produção de suas crônicas. A linguagem pública empregada nas crônicas, por sua intensidade subjetiva, deixa entrever aspectos pessoais na interpretação daquela sociedade, que aparecem, por assim dizer, infiltrados em trechos surpreendentes, que saltam à vista do leitor desavisado. A comparação entre a linguagem pessoal e denominado caráter autobiográfico do epistolário e a linguagem pública exercitada nas crônicas leva-nos a entender, deste modo, até que ponto e de que maneira esta experiência pessoal e biográfica do exílio interferiu nas interpretações da sociedade norte-americana desenvolvida nas escenas norteamericanas.⁴

Manuel de Mercado foi usualmente considerado como um "cavaleiro silencioso" pelos intérpretes da obra de José Martí. Isso se dá pelo fato de o interesse dedicado por pesquisadores contemporâneos à figura do advogado mexicano se dar basicamente pela riqueza literária das correspondências enviadas a ele pelo poeta cubano. Elas demonstram a importância que Mercado teve para ele, não apenas como amigo, mas também como colaborador em seu trabalho jornalístico. Além da troca de cartas, livros e objetos de arte, ele comumente enviava (via navegação a vapor) a Mercado suas crônicas que, da Cidade do México, poderiam ser reenviadas para outras partes do continente: a cidades como Caracas, Montevidéu ou Buenos Aires. As crônicas publicadas em El Partido Liberal, da Cidade do México, eram comumente revisadas por Mercado, haja vista as recorrentes reclamações do autor sobre as incompreensões dos editores acerca da inusitada e rica linguagem empregada por ele nas crônicas.⁵

Sabemos que o cubano ampliou em muito seus contatos e amizades nos círculos político e intelectual mexicanos durante seu período de residência na Cidade do México entre 1875 e 1876, quando colaborou ativamente nos debates políticos vigentes no período da República Liberal Restaurada, durante a presidência de Sebastián Lerdo de Tejada.⁶ Foi neste período que ele consolidou sua amizade com Manuel de Mercado, dentre outras figuras, como o pintor Manuel Ocaranza.⁷ Centraremos nossa atenção nas cor-

respondências relativas aos dilemas enfrentados em torno da opção pelo exílio em Nova York. Desde 1876 em diante, até a morte do cubano, as correspondências entre as duas figuras foram, de fato, constantes, com alguns períodos de ausência entrecortados. Sabemos que Martí teve problemas políticos ao tentar residir na Guatemala e na Venezuela, por conta de divergências com os governos locais e também, por sinal, foi esse o mesmo motivo de sua saída do México em 1876, após o golpe de Porfírio Diaz. Suas tentativas de voltar a Cuba, no entanto, foram frustradas por sua recusa de conciliar-se com as imposições do regime colonial. As cartas deste período revelam conflitos entre Martí e sua esposa Carmen, que aceitou muito mais favoravelmente que ele a conciliação assinada pelos combatentes rebeldes com o regime colonial após o cessar da Guerra dos Dez Anos, com a assinatura do Pacto de Zanjón.8 Em uma carta por ela enviada à esposa de Manuel de Mercado, Lola afirmou:

Yo francamente me alegro de la paz de Cuba, que trae paz a muchos y que para nosotros también es un gran bien, pues nos evita más viajes a países extraños donde era temido y no ayudado mi *Pepe*,⁹ que se consumiría en una verdadera soledad. Sus padres gozarán y verán como son queridos y yo estaré tranquila cerca del mío. (Martí, 1992, v.20: 55)

Este pequeno trecho de uma carta redigida em 1878, em Havana, anuncia boa parte dos problemas do relacionamento entre Martí e Carmen, que optou por residir em Cuba junto de sua família e pressionou em vão durante toda a década de 1880 para que ele se conciliasse com o regime colonial, apoiando o Partido Autonomista, agremiação que propunha a conciliação do governo local com a monarquia espanhola. Uma das dores de Martí, nesse sentido, foi ter sido tirada dele a possibilidade de participar na criação de seu filho, Ismael, que permaneceu em Cuba com a mãe durante todo o seu período de exílio. É provável, também, que Carmen considerasse inconveniente a influência do pai na criação do filho, pelo medo de que este seguisse as mesmas ideias políticas do geni-

tor. Porém, quando ela escreveu que o marido se consumiria em uma verdadeira solidão caso permanecesse exilado, não tinha como saber que este sofrimento, imposto pela condição do exílio, foi precisamente o principal combustível necessário para a criação de sua obra política e literária como, na verdade, já estava acontecendo desde a primeira vez que Martí fora expulso de Cuba.

Aquí ni hablo ni escribo, ni fuerzas tengo para pensar. – So pretextos pueriles, me han negado el permiso para ejercer como abogado hasta que venga ratificado mi título de España. – Tengo clases, y ahora corre trámites, com peligro de tener la misma solución, mi petición de que me habiliten mi título de Filosofía y Letras. – A mí me falta la intrepidez donde no corre aire simpático. – Aquí las exigencias sociales aumentan, y mis médios de vida disminuyen. – Y a mí como a todos. – Aquí todos los ojos están empañados, y no quieren ver las serenas figuras luminosas. – Los graves condenan con su conducta a los no graves. (Martí, 1992, v.20: 58)

Este trecho, de uma carta de 17/1/1879, demonstra como o ambiente político em Havana foi evidentemente sufocante para a geração de líderes independentistas que se engajaram, diretamente, na campanha militar ou, politicamente, no apoio ao movimento. Daí a existência de toda uma geração de intelectuais que optaram ou foram obrigados a se exilarem.

No caso do nosso personagem central, a particular aptidão como escritor e orador político brilhante o deixou numa difícil situação frente aos governos locais dos diferentes países onde já havia residido anteriormente. Em outras palavras, para permanecer em um país hispano-americano, ele deveria submeter sua pena aos elogios do governante de ocasião. Uma condição para a produção de sua escrita que o autor não estava disposto a obedecer. As correspondências a Manuel de Mercado nos permitem acessar, deste modo, tanto os motivos pessoais e políticos quanto aqueles propriamente intelectuais para Martí ter se dirigido a Nova York. Porém, podemos dizer que o peso maior na difícil decisão de uma

nova saída de Cuba e, dessa vez, deixando no país a mulher que já estava grávida foi, sobretudo, de caráter político: "a otras tierras iré, adonde – digno y fuerte el espíritu, viva yo pobre, pero con el ánimo tranquilo, y me ayuden a trabajar por una tierra que no quiere trabajar hoy por sí misma" (Martí, 1992, v.20: 59). Sair de Cuba era necessário para a realização da independência do país.

A primeira carta a Manuel de Mercado redigida em Nova York, em 6/5/1880, permite-nos visualizar, também, a relação estreita existente entre sua produção intelectual, inclusive sua obra poética, com suas convicções políticas; laço estreito que percebemos como um traço determinante de toda a sua produção. E nesse tocante percebemos o agravamento do conflito entre ele e sua esposa:

En cuanto a la mía, ella, como tantos otros, cree que obro impulsado por ciegos entusiasmos o por novelescos apetitos; se me reprocha que haga en prosa lo que se me tenía por bello cuando lo decía en verso. – Yo no entiendo, estas diferencias entre las promesas de la imaginación y los actos del carácter. – Hago tristemente, sin gozo ni esperanza alguna, lo que creo que es honrado en mí y útil para los demás que yo haga. Fuerzas quiero, – que no premio, para acabar esta tarea. Sé de antemano que rara vez cobijan las ramas de un árbol la casa de aquel que lo siembra. (Martí, 1992, v.20: 60-61)

A atividade como escritor e poeta não estava dissociada dos dilemas políticos da luta patriótica, tanto para ele, quanto para os demais intelectuais e lideranças que sonhavam, com a cabeça e os pés, com a independência da Ilha. A reflexão intelectual, deste modo, não poderia estar dissociada daquele demarcado contexto de lutas políticas. O aspecto político de sua produção literária foi decisivo, como se sabe, para a projeção e renome de sua figura não apenas em Cuba, mas em escala continental. Ainda assim, quando foi publicado seu importante livro de poemas *Ismaelillo* (1882), o autor, em uma carta de 11/8/1882, demonstrou-se envergonhado pela possibilidade de ser reconhecido no continente mais como um poeta em versos do que um poeta em ato:

En mi estante tengo amontonada hace meses toda la edición, – porque como la vida no me ha dado hasta ahora ocasión suficiente para mostrar que soy poeta en actos, tengo miedo de que por ir mis versos a ser conocidos antes que mis acciones, vayan las gentes a creer que sólo soy, como tantos otros, poeta en versos. – Y porque estoy todo avergonzado de mi libro, y aunque vi todo eso que él cuenta en el aire, me parece ahora cantos mancos de aprendiz de musa, y en cada letra veo una culpa. Con lo que verá Ud. que no escondo el libro por modestia, sino por soberbia. (Martí, 1992, v.20: 64)

Esse trecho dá outra demonstração de sua dificuldade em tecer uma separação entre a produção poética e os dilemas políticos da luta pela independência da pátria. Na forma como eles se apresentam, podemos constatar que esses dilemas políticos foram vividos pelo autor como a expressão de dilemas éticos e pessoais, não deslocados das condições particulares da experiência do exílio. O anseio por ser reconhecido pelo público de leitores como um poeta em atos se dava justamente pela existência de uma distância real e física entre o autor e seu público hispano-americano de leitores.

Em uma carta de 14/9/1882 encontramos a primeira referência às *escenas norteamerianas* nestas correspondências. Nesta carta, Martí referiu-se aos sentimentos que o atingiram durante a escrita destas crônicas; escreveu sobre a dificuldade de pôr em versos pensamentos ferozes e desordenados, e também sobre as ideias rugosas e rebeldes que se aplainam ao serem sacadas da cabeça ao papel (Martí, 1992, v.20: 66). Os termos utilizados comunicam as dificuldades de manter ativa a vida intelectual em meio às dificuldades financeiras e ao trabalho no âmbito do comércio que, segundo o autor, afastavam-no das possibilidades de expulsar os temores da alma, além de deixarem em mofo sua cabeça, pelo esforço e tempo que tomavam (Martí, 1992, v.20: 66). Esse aspecto de sua vida como exilado foi alvo de constantes e graves reclamações.

Nas próximas cartas enviadas a Mercado, seguidas a esta, vemos o autor aprofundar esta interessante autorreflexão acerca das características dos traços de sua própria produção intelectual e de

suas condições de possibilidade. A intimidade que o autor possuía na relação com esse especial destinatário distingue as características destas correspondências daquelas escritas a outras pessoas. Nestas podemos identificar, inclusive, momentos em que o autor se distancia daquilo que seria a reação usual de seus leitores às suas crônicas, a esta altura, já elogiadas por muitos. Ao mesmo tempo em que escreveu sobre o alimento vital e a sensação de alívio que lhe trazia o conforto de ser querido e ter seus escritos bem recebidos nas diferentes regiões do continente, nesta reflexão de distanciamento em relação a seu público o autor revela, por assim dizer, os custos e sacrifícios que foram necessários para a produção de tão volumosa obra, ou seja, sua própria perspectiva diante desta produção:

(...) – y yo, sobre vivir lleno de espantos interiores, que, si estuviéramos cerca, le contaría, estoy donde todo, a nosotros los de alma ardorosa, convida al silencio, al decaimiento y a la muerte. Esos míseros retazos de periódicos que ve U. que celebran, ni son más que migajas de mi alma, ni me pesan menos, cuando los tengo que sacar de mí, que su piedra a Sísifo. 10 (Martí, 1992, v.20: 71)

O autor duvida da grandeza de sua própria obra e associa esta forma de comunicação "em retalhos", possibilitada pelo periódico, às condições de uma vida espiritual que é igualmente fragmentada. À diversidade desta vida em retalhos, expressa nas crônicas, corresponde uma alma também espicaçada. A própria produção das crônicas é encarada como um esforço que não exclui o gesto de um ato arbitrário e artificial. Esse aspecto é importante porque revela a intensidade e a vitalidade que o autor atribuía para as características de sua produção intelectual; esse relato não deixa dúvida de que a escrita das referidas crônicas absorvia o autor completamente, ao ponto de sua *alma* se apresentar, nos assuntos retratados, como que refletida.

Podemos acrescentar que nestas cartas aparecem constantes reclamações acerca do estado de suas condições físicas, do fígado e da bílis. A instabilidade a que ele se refere também possuía, além

de uma dimensão subjetiva, um aspecto diretamente físico. Porém, interessam-nos, sobretudo, as condições psicológicas que envolveram a produção de suas crônicas no exílio, tal como nos deixam entrever essas correspondências a Manuel de Mercado. Percebemos o mesmo tom de desdém perante sua própria obra em comentário individual sobre uma de suas crônicas, feita em uma carta de fevereiro de 1884: "Ese 'Peter Cooper'12 fue una mísera correspondencia mía, escrita de pie para 'La Nación' de Buenos Aires, donde empiezan a guererme" (Martí, 1992, v.20: 69). Podemos notar aqui algumas questões: primeiro a reclamação, que pode ser lida nas entrelinhas, da falta de tempo para escrever e enviar os artigos, que exigiam, evidentemente, a leitura e pesquisa de diversos materiais, necessários para sua produção; em segundo, um detalhe transmitido pela carta, o fato de a referida crônica ter sido escrita de pé: a expressão denota pressa, instabilidade e ansiedade; ou seja, percebemos que as características da vida urbana moderna que Martí comentou sucessivas vezes nas crônicas foram, também, características impostas à sua própria atividade espiritual. Percebemos, deste modo, que a instabilidade física, as dificuldades financeiras e os prazos curtos, que exigiam uma enorme intensidade de pesquisa para o recolhimento dos materiais necessários à escrita das crônicas, foram problemas cotidianos que fizeram parte de sua produção intelectual.

Em uma longa carta de 13/11/1885 (Martí, 1992, v.20: 74-78), podemos observar o autor desdobrar sua escrita sobre diferentes impasses entrecruzados que perpassavam os caminhos de sua vida. Estamos nos referindo ao plano abortado de realizar uma missão no México, com o objetivo de organizar as comunidades de cubanos exilados em prol de uma nova campanha revolucionária pela independência, como contribuição de Martí para a articulação por uma nova campanha militar, que estava sendo planejada por Máximo Gomez¹³ e Antonio Maceo. Martí, neste momento, divergiu deles, acreditando que não estavam ainda prontas as condições para o lançamento de uma nova guerra revolucionária, o que o fez romper relações com ambos os líderes, laços que foram

retomados de 1887 em diante. O impasse em torno das dificuldades de fazer avançar a luta independentista levou o autor a se sentir frustrado, lembrando que o objetivo central de Martí ao ter fixado residência em Nova York foi justamente articular dali a luta independentista.

Porém, outras questões o afligiam naquele momento, concomitantemente: o abandono do consulado do Uruguai, por conta das relações amistosas estabelecidas entre Uruguai e Espanha, e os problemas financeiros que decorreram desta decisão. 15 Após ter abandonado o trabalho de envio de suas crônicas para La Opinión Nacional de Caracas, por conta de ter se recusado a louvar "as abominações de Guzmán Blanco" (Martí, 1992, v.20: 78), ele iniciou uma fase de intensa produção intelectual através do envio das crônicas, incluindo aqui as escenas norteamericanas, para o jornal La Nación, de Buenos Aires. No entanto, o soldo obtido com o trabalho para esse jornal era enviado para sua mãe e, junto à remuneração pelos artigos em francês que escrevia para o The Sun, não havia o suficiente para garantir o sustento. Daí o seu desespero, expresso na carta, ao cogitar a possibilidade de ter que voltar a trabalhar no âmbito do comércio – opção de trabalho que, como já mencionamos, ele repudiava veementemente, apesar de, como as cartas indicam, não ter conseguido se livrar facilmente destas tarefas. Em trecho de outra carta, a essas atividades assim se referiu: "Porque no es racional que el que tiene fuerzas para llevar a la espalda un quintal, sea empleado en sacar agua, con un balde sin fondo, de un pozo vacío (Martí, 1992, v.20: 80)." Em meio às debilidades físicas e à pressão psicológica de viver em um ambiente estranho – no qual era patente sua dificuldade de reconhecer a si mesmo no contato com as diferentes pessoas daquele ambiente confuso, moderno e urbano -, não é de se espantar essa necessidade do poeta de se distanciar das atividades imediatamente práticas para refugiar-se em si, em sua subjetividade interna, para escapar dos choques da vida cotidiana e de seu estranhamento inerente. Esse distanciamento ou deslocamento do poeta em direção a si foi o ponto de vista particular que o permitiu retratar exatamente a riqueza do cotidiano da vida comum no espaço da cidade moderna.¹⁶

Em meio aos impasses citados, o autor buscou justamente em seus projetos intelectuais o ânimo para "um novo recomeço", que não era outra coisa senão a ideia de expandir para outros jornais, buscando também em outras vias e de outras formas, a colaboração que já havia sido ou estava sendo mantida com os dois periódicos anteriormente citados, respectivamente, de Caracas e Buenos Aires. Neste item, a carta traz interessantes informações acerca das perspectivas por ele elaboradas naquele momento para seus projetos intelectuais. A referência à necessidade de "recomeçar" se dava pela decepção oriunda daquela paralisia momentânea das atividades diretamente políticas: "(...) sentía que renacía, yo, que desde hace años recojo a cada mañana de tierra mis propios pedazos, para seguir vivendo (...)" (Martí, 1992, v.20: 80). Podemos retirar deste trecho a conclusão de que as dificuldades daquele característico momento de impasse possibilitaram, também, a busca pela realização de soluções criativas. Foi na realização de novos projetos intelectuais que o autor encontrou o ânimo para continuar a lidar com as dificuldades da vida como exilado.

No decorrer da carta, ao buscar convencer Mercado a ajudá-lo a estabelecer relação com o periódico mexicano *Diario Oficial*, ele explicou a proposta de escrita dos artigos em termos muito semelhantes aos que já estava praticando até aquele presente momento para outros periódicos:

(...) una especie de redacción constante de asuntos norteamericanos, estudiados, sin comentarios comprometedores, en cuanto, y ahora es mucho e importantisimo, hiciesen relación a todos los pueblos de nuestra raza, y en especial al mexicano? Alerta se ha de estar allí a todo esto, sin que por eso se parezca alarmista. Ese sería el mejor modo de ir haciendo opinión y previsión, sin alarmarlos. (Martí, 1992, v.20: 77)

Alertar os povos de Nossa América sobre as ameaças de expansionismo territorial e imperialismo, a possibilidade da execução

de guerras e a perseguição de objetivos e projetos econômicos sectários e exclusivistas de parte da política externa estadunidense estava entre as preocupações políticas implícitas nas crônicas do autor. É interessante notar o uso de uma linguagem que enfatiza recusar um tom "alarmista". Não se trata de uma escrita que produz uma imagem daquele outro país como um inimigo ameaçador; tratou-se mais de avisar com prudência as possibilidades de prevalecerem mais tendências políticas nas escolhas dos dirigentes daquela nação. Suas crônicas constroem um ponto de vista através do qual a política norte-americana é apresentada como, sobretudo, um jogo volátil de paixões humanas incandescentes em conflito, em um palco onde se chocavam as boas e as más inclinações dos homens, sem a possibilidade fácil de antevermos neste jogo o seu desenlace, fazendo prevalecer, uma sobre a outra, a tendência vitoriosa. E as crônicas retratavam não apenas as nuances da vida política, mas também de todos os aspectos da vida social, tal como apresenta a carta:

Y mi otro plan es éste: He imaginado sentarme en mi mesa a escribir, durante todo el mes, como si fuese a publicar aquí una Revista: Sale un correo de New York para un país de los nuestros: escribo todo lo que en éste haya ocurrido de notable: casos políticos, estudios sociales, noticias de letras y teatros, originalidades y aspectos peculiares de esta tierra. Muere un hombre notable: estudio su vida. Aparece, acá o en cualquier otra parte del mundo, un libro de historia, de novela, de teatro, de poesía: estudio el libro. Se hace un descubrimiento valioso: lo explico, luego de entenderlo. En fin, una Revista, hecha desde New York sobre todas las cosas que puedan interesar a nuestros lectores cultos, impacientes e imaginativos; pero hecha de modo que pueda publicarse en periódicos diários. (Martí, 1992, v.20: 77)

Um verdadeiro caleidoscópio da vida política, social e cultural norte-americana, é isso o que nos oferecem suas crônicas. Essa carta é, em suma, importante por conta de demonstrar como o projeto de escrita destes artigos jornalísticos foi encarado pelo autor como algo que se desdobrou muito além da necessidade mais

imediata de conseguir um emprego ou uma renda fixa. A própria variedade dos temas abordados nas crônicas e a postura intelectual do autor frente a essa diversidade são de caráter bastante revelador. Este trecho da carta sugere que o autor de fato se empenhou em estudar e analisar todos os variados temas sobre os quais escrevia, o que denota um esforço enorme, no sentido de algo que vai muito além de um trabalho jornalístico hodierno.

A dimensão, a complexidade e a amplitude temática que envolviam a escrita destes trabalhos demonstram como estes foram fundamentais, inclusive para a manutenção do contato do autor com as elites culturais de diferentes cidades na América Latina e, através disso, para a constante renovação da projeção de seu nome como homem de letras e, de forma interligada, como líder político. Por conta da amplitude destes trabalhos, sua expetativa naquele momento era de que as cartas pudessem ser publicadas em vários periódicos, sendo distribuídas do México para outros países e jornais: como o El Mercurio do Chile e El Siglo do Uruguai. Buscamos ressaltar, sobretudo, a importância da análise destas crônicas para a obtenção de uma visão mais abrangente da importância intelectual da produção do autor, a qual levou em conta, tal como foi por ele ressaltado, "a la vez la animación, la hermosura y el desinterés que me son esenciales, en cuanto hago y veo, para la vida" (Martí, 1992, v.20: 78). Quer dizer, o estudo desinteressado de temas variados da vida política, cultural e social.

Em outra carta, de março de 1886, vemos o autor aprofundar a reflexão autobiográfica sobre as condições de vida no exílio; percebemos que suas aflições cotidianas são expressas nas cartas de forma cada vez mais exacerbada. Referências à possibilidade de não conseguir seguir adiante na vida por conta do acúmulo de dificuldades aparecem constantemente, mas também se apresentam referências à necessidade de encontrar alguma tarefa útil que o redima destes sofrimentos acumulados, mesmo que isso inclua um ato de sacrifício. No ano de 1886, Martí ainda não havia retomado, com todas as energias, o engajamento político em prol da luta independentista; isso aconteceu no ano seguinte. De 1887

em diante, as atividades revolucionárias ocuparam cada vez mais o seu tempo. Ainda assim, suas atividades como jornalista continuaram a ser realizadas, lembrando que ele apenas as interrompeu em 1891. No entanto, esse pequeno interregno de afastamento das atividades políticas, entre 1885 e 1887, foi vivido pelo autor como um período de intensas dificuldades, haja vista as constantes reclamações em torno de sua ocupação no comércio, mas também, como temos ressaltado, foi um período de intensa produção intelectual.

U. me viera cómo me ha quedado de coceada y de desmenuzada, en mi choque incesante con las gentes, que en esta tierra se endurecen y corrompen, de modo que todo pudor y entereza, como que ya no lo tienen, les parecen un crimen! A Ud. puedo decírselo, que me cree: muchas penas tengo en mi vida, muchas, tantas que ya para mí no hay posibilidad de cura completa; pero esta pena es la que acentúa las demás, y la mayor de todas. Ya estoy, mire que así me siento, como una cierva acorralada por los cazadores en el último hueco de la caverna. Si no caen sobre mi alma algún gran quehacer que me la ocupe y redima, y alguna gran lluvia de amor, yo me veo por dentro, y sé que muero. (Martí, 1992, v.20: 84)

Pleno de tensão, esse trecho, de enorme valor biográfico e literário, sugere a possibilidade de que as relações estabelecidas entre o autor e o mundo exterior, observado com demasiada proximidade, estavam se deteriorando. Não vemos motivo para não levar a sério os sentidos indicados pelos termos empregados. Ele sugere um desejo de morte, afastado apenas pela possibilidade de se redimir perante seus compatriotas e o mundo com um ato de sacrifício. Sabemos que, na coletânea de poemas *Versos libres* (1882), além de outros momentos de sua obra, existem reflexões acerca do suicídio¹⁷ que, em geral, eram acompanhadas de alguma rejeição por essa solução final. O suicídio, Martí substituiu pela noção do sacrifício, fosse pela pátria, pela América ou pela humanidade. Contudo, também não podemos deixar de notar que o exercício

corrente e intenso da atividade de escritor e poeta foi outra maneira que nosso personagem encontrou para afastar os próprios pensamentos desta sombria possibilidade, de modo a contrabalancear, mediante o emprego de suas energias na criação intelectual, o sentimento dispersivo desta relação esgarçada com o mundo. A própria carta, pelo tom de sua narrativa, traz uma noção de contrapeso, de duas forças, por assim dizer, centrífuga e centrípeta, que canalizavam suas energias e agiam sobre sua personalidade, uma desejando a morte e a outra, a redenção, e esta última, mesmo que fosse pelo sacrifício. A maneira como suas aspirações intelectuais funcionavam também como contrapeso sobre sua personalidade fica, deste modo, mais transparente para nossa compreensão:

Ya U. sabe que yo tengo la mano muy hecha a escribir sobre cosas de este país para diarios de afuera; que en la América del Sur me han hecho casi popular, en cinco años de esta labor, mis estudios y análisis sobre las cosas de esta tierra, y su carácter, elementos y tendencias; y que con tan buena fortuna he andado en esto que, no sólo he puesto en su lugar ciertas aficiones excesivas que en nuestros países se sienten por éste, sin entrar jamás en denuncias ni censuras concretas, sino que – y esto me halaga más – mis simples correspondencias me han atraido el cariño y la comunicación espontánea de los hombres de mente más alta y mejor corazón en la América que habla castellano. - México necesita irremisiblemente un origen de información constante y sereno sobre los elementos, acontecimientos y tendencias de los E. Unidos. Es incomprensible que no lo tenga ya; y el periódico que lo inaugure, responderá a una necesidad práctica y generalmente sentida, y ganará fama de útil y prudente, más los provechos que recibe el que da al público lo que el público desea. (Martí, 1992, v.20: 85)

Parece-nos útil para esta análise levar a sério as constantes referências do autor sobre se sentir alimentado e ter suas energias renovadas pelo contato e pelas reações positivas dedicadas a suas crônicas e poemas por parte de seu público de leitores. Este público, ainda que fisicamente distante, permitiu que ele se sentisse

próximo da América que fala *castellano*. A proximidade, constituída no campo do imaginário, da sua relação com os leitores, contrabalanceava a força deteriorante da relação, por ele designada como demasiado próxima, com os indivíduos da América do Norte e seus diferentes costumes. Observamos estas cartas revelarem uma tensão imensamente criativa que permeou a produção das crônicas sobre a vida norte-americana, quer dizer, o referido jogo de contrapeso entre forças de caráter antagônico gerou esta dualidade produtora de enorme tensão. Porém, longe de terem prevalecido na psicologia do autor, as forças e energias de caráter dispersivo, a reorientação destes sentimentos para o foco na produção de sua obra literária serviu como enorme manancial criativo e força propulsora de suas energias. Em outras palavras, como se costuma dizer, não é possível criar nada de novo sem sofrimento.

O trecho também demonstra a atitude intelectual do autor frente à tarefa de análise da sociedade norte-americana. Ele mencionou buscar o estudo do caráter, de tendências e de elementos daquela sociedade. O trecho aborda, igualmente, algumas de suas intenções, efetuadas no processo de produção das crônicas, e que estão implícitas no tom de sua narrativa. Em especial, a intenção de instruir o leitor hispano-americano sobre o funcionamento da política da América do Norte, de forma direta e não distorcida, avaliando com parcimônia os aspectos positivos e negativos de seus elementos constituintes, porém, evitando, tal como está ressaltado, o tom alarmista. Trata-se do desejo de informar esses leitores sobre o funcionamento das instituições daquele país, ou seja, é algo que vai muito além, em termos de complexidade, que a escrita de um mero panfleto de denúncia, sem profundidade intelectual.

Outra carta, também datada de 1886, ajuda a compreender os complexos motivos que influenciaram Martí a permanecer em Nova York, apesar de todas as dificuldades acumuladas que abordamos anteriormente. Nesta longa carta, podemos observar uma continuação do desenvolvimento dos temas abordados na anterior:

Supongo que habrá llegado a V. la carta larga de que le hablo, y habrá visto en ella que en la condición actual de mi fortuna, y en esta espécie de terror de alma en que vivo, me causaría verdadera angustia no poder lograr el empeño que he puesto en sus manos. Con este pie en lo firme, podría al fin ¡tal vez por ocasión primera en cinco años! trabajar sin tener en todo instante una pezuña sobre la frente, y la dignidad en um potro, y el alma entera en náusea; tal vez podría empezar, tranquilo el espíritu en un quehacer noble, a salvarme un poco de este contacto demasiado intimo con los hombres, con los hombres en esta tierra, que no son, no, como los hombres en todas las demás, — y dar suelta, conforme fuera yo saliendo de esta agonía, a las experiencias y arrogancias que se me han ido amontonando en el alma, y me sofocan por falta de empleo. (Martí, 1992, v.20: 87)

Essa relação dualista entre proximidade e distância aparece aqui reposta de modo muito claro. A proximidade demasiada com os homens da América do Norte e o engajamento nos afazeres práticos punham sua alma em *náusea*, ou seja, enojada ou tonteada. E aí, de novo, foram as tarefas intelectuais que, especificamente naquele momento, permitiram a nosso autor se colocar em distância e perspectiva frente àquele mundo estranho e àquelas pessoas estranhas, essa alteridade que ele demarcou com os homens e as coisas da América do Norte, que são sempre *outras* que não as *nossas*. Os problemas e impasses acumulados são recolocados nessa carta, carregada de subjetividade e de tensão dramática ainda maior que a anterior. As dores físicas, as dificuldades financeiras, mas, sobretudo, o estranhamento de viver em um ambiente social e cultural no qual é impossível se reconhecer.

Lo que me entristece no es eso; sino que en esa profesión, como acá se ejerce, y en la condición ruin de empleado menor en que tendría yo que volver a ejercerla, cada detalle ¿por qué no decírselo? me subleva y aturde, y vivo como acorralado y apaleado, y la brutalidad, deshonestidad y sordidez que veo a mi alrededor y de que tengo que ser instrumento me imponen, – creo que ya se lo he dicho a Vd. porque es verdade – como una cierva, des-

pedazada por las mordidas de los perros, que se refugia para morir en el último tronco. Saco de mí sin cansarme una energía salvaje; pero noto que estoy llegando ya el fondo de mis entrañas. O tengo un poco de respiro pare rehacérmeles, a que me las comen de nuevo, o aquí se acaban. – Yo por nada me abato; pero siento que los punteles se me ven cayendo. Trabaje por mí, que esta alma mía no se ha hecho para extinguirse tan a oscuras y por tan pobres razones. Los cariños que inspiro, y el de Vd. a la cabeza de ellos, son ya, desde hace años mi único premio y estímulo: nada más pedí a la tierra, y nada más me ha dado. (Martí, 1992, v.20: 88)

Observemos de perto a linguagem empregada neste trecho: o ambiente comum e sórdido da vida comercial o aturdia de modo interno e subjetivo, pela impossibilidade de realizar, através dele, qualquer aspiração espiritual ou intelectual. Se antes ele se referira a se sentir como um cervo, encurralado pelos caçadores no último canto da caverna, nesta carta a mesma imagem é utilizada, só que agora o cervo é despedaçado pela mordida dos cães. Ou seja, é como se o embrutecimento dos indivíduos inseridos nas relações capitalistas de produção, que se desenvolvem na metrópole moderna, os tornasse completamente insensíveis uns aos outros e os fizesse trocar olhares oblíquos, sem poder se reconhecer uns nos outros para além dos seus próprios interesses.

Outro trecho impressionante é quando Martí revela viver sacando de si uma energia selvagem, como se a própria manutenção da vida exigisse um esforço artificial. Quando lemos suas crônicas, temos a impressão de ficar exaustos, por conta do ritmo, combinado com a intensidade através da qual os assuntos são tratados. O desenvolvimento dessas formas narrativas está conectado com sua vida pessoal, ausente de estabilidade, tanto quanto as ideias, que em sua interpretação sobre a vida moderna, não alcançam tempo para adquirir forma. Dar forma à vida nestas condições não poderia ser outra coisa senão uma atitude arbitrária, artificial. Daí ele ter afirmado que, em meio a esses dilemas, estava chegando ao fundo de suas entranhas, ou seja, esgotando os impulsos

vitais de suas energias. Porém, se o pêndulo de seu ânimo e disposição estava, naquele momento, tendendo a seu extremo mais negativo, percebemos que ele não deixou de buscar vias para sair da situação sufocante em que se encontrava; nem deixou de possuir a lucidez necessária para perceber os elementos positivos que faziam contrabalancear o pêndulo. Daí não ser estranho encontrarmos, nesta mesma carta, na qual o autor revela ter suas forças e energias espirituais esgotadas, referência aos projetos intelectuais que o permitiriam reavivar o ânimo e canalizar as energias para um sentido construtivo.

Ao deslocar o foco de suas preocupações de si mesmo para os problemas do mundo, o autor conseguiu encontrar novas forças para continuar e levar adiante seu trabalho intelectual. A virada narrativa da carta é impressionante. Dos dilemas de sua vida pessoal e subjetiva, ele salta para os problemas da relação de Nossa América com a América do Norte, e saca de si, como de costume, uma imagem notável para expressar suas ideias, cheio de vitalidade: escreve sobre a necessidade de publicar um estudo constante das coisas, caminhos e tendências do povo da América do Norte, para permitir que os povos de Nossa América consigam, apesar da força do adversário, evitar a estocada num passe de esgrima, pela habilidade que o inimigo não possui. A má intenção do inimigo abrupto é evitada com ligeireza e graça (Martí, 1992, v.20: 188-189). E revela a seu amigo Mercado o procedimento literário utilizado para expor esses caminhos e tendências daquele povo, bem como o traço da personalidade de algumas de suas mais importantes figuras:

Con la mente puesta en México y en mi país escribí un estudio sobre Grant de que no creo haberle hablado, y que ha tenido en la América del Sur mucha fortuna: allí saco del revés esa especie de caracteres de fuerza, para que se les vea, sin exageración ni mala voluntad, todo lo feo y rugoso del interior de la vaina, que tanto hambriento y desvergonzado rebruñen por de fuera a lamidos! – Un personaje de aquí me dijo, después de ler este ensayo: "¿Dónde conoció V. al hombre, que parece que lo ha retratado

V. por dentro?" – ¡Lo conocí en los hombres! – Los espíritus humanos se dividen en familias, como los animales. – En esas páginas – ¿lo le he hablado antes de ellas? va mucho de mis dolores patrióticos, primer peldaño que bajé del cielo! (Martí, 1992, v.20: 189)

Como um pintor, ele capta nas linhas tracejadas os caracteres de força do personagem, de modo impessoal e distante, revelando aquilo que a figura carrega por dentro, sua subjetividade. Essa capacidade de leitura subjetiva, que procura delinear os traços das virtudes e defeitos dos personagens retratados, é um elemento importante presente nas crônicas. No caso citado, do general Grant, busca expor aquilo de feio e rugoso que há no interior da vagem, ou seja, um olhar que une o aspecto objetivo e exterior com o subjetivo e interno, na tentativa de captar melhor o personagem retratado.

A ideia de que os espíritos humanos se dividem em famílias, como os animais, também é importante. Mostra a maneira impressionista do autor de se aproximar das figuras retratadas, dotando-as de personalidade e individualidade, segundo a dedução de um modo de comportamento do espírito ou de uma configuração psicológica, dados tanto por um conjunto contingencial de circunstâncias, quanto por aquilo que poderíamos definir como os traços do caráter. A estes traços das personalidades individuais apresentadas, correspondem os traços ou as tendências gerais da nação, interpretada a partir da observação dos possíveis direcionamentos dos acontecimentos correntes.

As crônicas carregavam, deste modo, possibilidades de interpretação acerca do futuro, prenhe de expectativas, e uniam à apresentação das personalidades e de acontecimentos individuais, a preocupação em observar as linhas de desenvolvimento geral daquela nação no mundo. É como se Martí tivesse exercitado, através deste trabalho jornalístico, uma postura de observador prudente das linhas de desenvolvimento da história da América do Norte que lhe era contemporânea, de maneira quase ininterrupta, du-

rante toda uma década (1880-1891); como uma sentinela de guarda, sempre a postos para captar qualquer mudança que pairasse sobre a superfície de uma paisagem colocada frente à vista. O espírito de suas investigações foi o de realizar algo parecido com o que podemos observar em um famoso personagem de uma peça de Shakespeare, Banquo, que, de forma previdente, alerta Macbeth do perigo de seguir os desígnios de sua ambição desmesurada. Martí observou, em algumas de suas crônicas, que os anglo-saxões buscavam em Shakespeare aquilo que os latinos buscavam nos autores gregos e romanos, ou seja, os traços refletidos de sua própria personalidade e caráter (Martí, 1992, v.9: 105-120). Um exemplo prático desta visão de que o espírito humano ou as culturas se agrupariam em famílias, tal como os animais.

Ao designar confiança no propósito de seus projetos intelectuais e políticos, o autor se resignou em aceitar as condições paradoxais de sua existência como exilado em Nova York. Neste ponto, cabe perscrutar os motivos que o fizeram permanecer ali, mesmo sabendo enfrentar condições psicológicas extremas, tal como ele definiu, de um horror do espírito, que expressou o acirramento das tensões que o consumiam:

Pero ni aun viniendo a pensar en esto, puede dejar de serme la idea pratísima. Para eso estoy hecho, ya que la acción en campos más vastos no me es dada. Para eso estoy preparado. Originalidad y práctica. En eso tengo fuerza. Ese es mi camino. Tengo fe y gozo en eso. – Todo me ata a New York, por lo menos durante algunos años de mi vida: todo me ata a esta copa de veneno: – Vd. no lo sabe bien, porque no ha batallado aquí como yo he batallado; pero la verdad es que todos los días, al llegar la tarde, me siento como comido en lo interior de un tósigo que me echa a andar, me pone el alma en vuelcos, y me invita a salir de mí. Todo yo estallo. De adentro me viene un fuego que me quema, como un fuego de fiebre, ávido y seco. Es la muerte a retazos. Sólo los días en que no bajo a negocios, o veo a poca gente, o ando mucho al aire ahora que hay primavera, padezco menos de este horror de spíritu. (Martí, 1992, v.20: 90)

Ao aceitar beber da taça de veneno que era permanecer naquela terra como exilado, ele não teve outra saída senão a de "expelir o tóxico" mediante a intensidade de trabalho na produção intelectual. E, desse modo, enumerou a Mercado os motivos que o forçavam a permanecer: a proximidade com Cuba, o desígnio de colaborar com sua independência e, também, a rejeição de viver em um país latino-americano sendo obrigado a "alugar" suas habilidades como escritor a um governo. Reclamou da falta de existência de um "mercado literário" e revelou não ter interesse em adentrar no "mercado político" ou no "mercado judiciário" destes diferentes lugares. Nos países da América de fala hispânica ainda faltariam condições para o escritor estabelecer e divulgar seu trabalho intelectual de modo independente do poder político e financeiro dos governos. O "mercado judiciário" também não lhe interessava, porque, adentrando nele, seria apenas mais um advogado entre muitos, e a possibilidade de desenvolver sua obra literária continuaria vetada.

Assim, ao permanecer em Nova York, apesar de ter que lidar com essa referida proximidade, demasiadamente estranha, com os homens da América do Norte, o escritor conseguiu a liberdade que desejava: não ter que submeter sua pena ao serviço de nenhum governo para, deste modo, poder desenvolver com maior independência sua produção intelectual, remetendo suas longas crônicas sobre a vida norte-americana diretamente aos periódicos que as publicavam. A carta foi concluída revelando um tom de desabafo e dá a impressão de ter sido escrita como uma confidência pessoal dos dilemas mais íntimos de sua existência, um tipo de mensagem que não é enviada a qualquer destinatário:

Ya es más de medianoche, y llevo una hora y media de escribirle. Me siento consolado. De nadie esperé nunca nada: y si, a ocultas de mí mismo, esperé algo de alguien, eso es precisamente lo que no he tenido. Pero de V. he tenido siempre, aun en cariño, más de lo que he esperado. Tengo en V. una fe que ya en muchas cosas y hombres he perdido. Vea, pues, como me le doy sin reserva, y respondo, al fin, en parte a lo que desde hace años me viene pre-

guntando, sobre lo interior de mí mismo. Todo lo que falta se lo diré en cuanto lo vea, que es mucho, y mortal; pero yo recojo del suelo mis propios pedazos, y los junto y ando con ellos como si estuviera vivo. (Martí, 1992, v.20: 92)

Alguns detalhes deste trecho são reveladores. O autor cessou de escrever depois de virada a madrugada. Podemos até imaginar o poeta adentrando a noite em seu escritório, revirando-se sobre sua mesa para escrever aquelas longas cartas do exílio: tanto as que eram remetidas a destinatários pessoais, quanto aquelas que foram editadas e divulgadas publicamente nos periódicos. Existem muitas referências acerca da conexão do autor com o ambiente noturno como sendo aquele espaço-tempo enigmático, no qual o poeta solitário, envolto nas sombras, rende-se a seus próprios devaneios e põe no papel as imagens que sobrevoam sua cabeça.¹⁸

Perguntamo-nos aqui se os dilemas espirituais que perpassaram a escrita destas cartas, referindo-nos a ambos os tipos, não seriam em parte compartilhados. E, ademais, se o conhecimento dos conflitos pessoais, contidos neste epistolário, poderia nos permitir uma visão mais aguçada dos detalhes contidos na narrativa de suas crônicas. São estas algumas das perguntas que estamos buscando responder. No desfecho da carta, o autor revela não ter colocado em papel muitas de suas dores, que apenas poderiam ser ditas pessoalmente ao amigo. Esta parte oculta das contradições que povoaram a esfera de sua consciência, quer dizer, aquilo que não foi escrito, continuará provavelmente perdida. Porém, quando ele expressou recolher do solo seus próprios pedaços, para continuar caminhando como se estivesse vivo, não podemos deixar de pensar que é possível resgatarmos estes referidos "pedaços" de suas experiências, pelo menos aqueles que estão espalhados por sobre o conjunto de sua obra.

Notas

1. José Julían Martí y Pérez (1853-1895) nasceu na cidade de Havana. Desde jovem, já havia começado a se envolver na luta pela independência de Cuba contra a Espanha. Com apenas 16 anos de idade, foi preso por sua participação no movimento independentista. Foi deportado para a Espanha, tendo vivido lá entre 1871 e 1874 e formou-se

em direito, filosofia e letras na Universidade de Madri e Saragoça. Voltou para o continente americano em 1875 e, entre este ano e 1881, viveu em diferentes países: México, Guatemala e Venezuela. Por conta da ocorrência de divergências políticas com os governos destes países, o Porfiriato no México, o general Justo Rufino Barrios na Guatemala e Antonio Guzmán Blanco na Venezuela, ele optou pelo exílio em Nova York, onde fixou residência em 1881. Viveu nesta cidade até 1895, ano de sua morte, que ocorreu em Dos Ríos durante uma batalha da guerra pela independência de Cuba, que foi iniciada no mesmo ano. Foi dos Estados Unidos que Martí liderou a fundação do PRC (Partido Revolucionário Cubano), em 1892, entre as comunidades de cubanos exilados. Foi um escritor prolífico de cartas, poemas, peças de teatro, ensaios e crônicas jornalísticas publicados nos periódicos hispano-americanos mais importantes de sua época.

- 2. Manuel Antonio Mercado de La Paz (1838-1909) nasceu em Michoacán, no México, tendo vivido na Cidade do México a maior parte de sua vida. Ele morava próximo à casa de Mariano Martí, pai de José Martí, e cultivou amizade com o poeta cubano desde 1875 até o ano de sua morte. A última carta escrita por Martí, no acampamento de batalha em Dos Ríos, foi endereçada a Manuel Mercado.
- 3. O historiador italiano Enzo Traverso ressaltou que as múltiplas repercussões da distância podem constituir uma hermenêutica para o estudo do pensamento crítico de intelectuais exilados. Diversos movimentos relativos à distância podem ser identificados de modo que esta hermenêutica "acentúa o neutraliza tanto la empatía como la mirada crítica de los observadores" (Traverso, 2012: 238). Esta hermenêutica pode decorrer do estranhamento em relação à sociedade da qual vieram, observada a distância, mas também da nova onde vivem e da qual usualmente não se é dado viver a cultura local como aquele ar natural que se respira. Existe, porém, uma importante ressalva: "Si bien la distancia modifica las miradas, no produce necesariamente ideas nuevas. La hermenéutica de la distancia tiene sus límites; no es más que una posibilidad creada por las condiciones del desplazamiento" (Traverso, 2012: 245). Este trecho lembra-nos dos limites das condições criativas do exílio para a produção intelectual. O fundamental está em considerar as possiblidades de alteração da observação da realidade que esses deslocamentos provocados pelo exílio nos permitem identificar. Também é importante lembrar que o sentido e o caráter específico destes deslocamentos e seus resultados são distintos a cada caso.
- 4. As Obras completas (1992) de José Martí contêm 27 volumes. Destes, cinco estão reunidos sobre o nome En los Estados Unidos; quatro destes cinco volumes contêm as crônicas intituladas Escenas norteamericanas. Estas são 258 cartas enviadas por correspondências aos periódicos mais importantes da América Hispânica no período de 1881 a 1891. Partes destas crônicas estão reunidas no volume intitulado Norteamericanos, que se dedica à apresentação, por Martí, de figuras eminentes, políticos, militares, intelectuais e artistas dos Estados Unidos. O intelectual palestino Edward Said, no ensaio Reflexões sobre o exílio, delineou uma interessante reflexão acerca da centralidade que a experiência de perda e separação do exílio teve para muitos intelectuais a partir de fins do século XIX. O exílio não poderia ser pensado fora das lutas e disputas travadas em torno da construção dos modernos Estados Nacionais, disputas que marcaram a trajetória de muitos intelectuais, o próprio Said tendo sido um deles. Segundo o autor: "O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre

- o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre" (Said, 2003: 46).
- 5. O próprio Martí utilizou o termo "silencioso amigo", dentre outros, como modo de referência a Mercado em muitas de suas correspondências. Esse "silêncio" permanece ampliado nos trabalhos acadêmicos pela ausência de referência às cartas de Mercado para o intelectual cubano. De qualquer modo, embora não seja nosso objetivo, é possível captarmos na leitura do epistolário martiano, certo esboço da figura de Mercado, construída na relação tecida entre os dois. O fato de Martí ter se referido a Mercado como "meu cavaleiro silencioso" inúmeras vezes, além das constantes reclamações da demora de Mercado em respondê-lo, ou da referência à brevidade das cartas de Mercado, que contrastam com os longos relatos do cubano, sugerem ele mesmo ter sido o elemento mais ativo e preponderante dessas correspondências. A ausência de conhecimento sobre as cartas enviadas de Mercado a Martí, no entanto, limita a possibilidade de aprofundarmos a observação das características da relação do cubano com esse importante e misterioso amigo, envolto, ainda, no silêncio da crítica especializada (Anuario de Estúdios Martianos, 1999, v.22: 346-349).
- 6. No primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, dedicada a analisar as ideias educacionais de José Martí, pude escrever sobre as contribuições do autor aos debates políticos acerca da formação da nação mexicana, no contexto do liberalismo mexicano desenvolvido no período da República Liberal Restaurada, governada por Benito Juarez e Sebastian Lerdo de Tejada (Santos, 2013).
- 7. Manuel Ocaranza Hinojosa (1841-1882), pintor mexicano costumbrista, autor de famosas telas, tais como *La Flor Marchita, El amor del Colibrí, La Cuna Vacía, La Caridad, Un momento a solas e Taza de Café de Uarapan.*
- 8. O Pacto de Zanjón, em 1878, fechou o primeiro ciclo de lutas aberto pela independência da Ilha, que havia sido iniciada pelo Grito de Yara, em 1868. Os líderes foram fazendeiros proprietários de terras como Ignácio Agramonte, Francisco Vicente Aguillera e Carlos Manuel de Céspedes. O período mais radical do conflito foi aquele liderado pelo dominicano Máximo Gomez e pelo negro cubano Antonio Maceo. Ambos os líderes, junto de várias outras figuras, foram exilados após a assinatura do referido pacto.
- 9. Apelido através do qual Carmen comumente se referia a José Martí.
- 10. Sísifo, personagem mitológico que, ao tentar carregar uma enorme pedra ao topo de um penhasco, fracassa e é condenado a repetir eternamente a tarefa de tentar levar a pedra de novo ao topo.
- 11. Realizamos um diálogo com a reflexão do filósofo húngaro Gyorgy Lukács no ensaio "The Foundering of Form against Life" que, dentre outros ensaios da coletânea *Soul and Form* (1971), enfatizou esse aspecto da quebra de diálogo entre vida e forma na modernidade, tomando como ponto de reflexão a obra do filósofo Soren Kierkegaard.
- 12. Peter Cooper, 1791-1883, nascido em Nova York, foi inventor, filantropo, industrial e candidato à presidência dos Estados Unidos em 1876.
- 13. Máximo Gomez y Báez (1836-1905), nascido na República Dominicana. Gomez foi general e líder de duas guerras cubanas pela independência, a Guerra dos Dez anos (1868-1878) e a guerra que resultou na independência da Ilha (1895-1898).

- 14. Antonio Maceo (1845-1896), negro cubano, foi um dos principais líderes do exército rebelde. Maceo aderiu ao ideário republicanista e, além disso, foi um crítico que alertou sobre os perigos de possíveis intervenções arbitrárias dos Estados Unidos em Cuba.
- 15. Posto que foi retomado alguns anos depois, durante a participação de José Martí na conferência de Washington (1889).
- Sobre o debate acerca das condições psicológicas da vida espiritual na cidade moderna, ver Simmel, 2013: 311-329.
- 17. Uma interessante reflexão sobre o suicídio aparece no poema "El Padre Suizo", que faz parte da coletânea Versos libres. O poema começa com uma citação de uma notícia publicada em um periódico de Nova York, acerca de um homem que matou a si mesmo junto de seus próprios filhos. O autor fez questão de reproduzir o trecho, cuja linguagem é informativa, tratando- se da reprodução de um telegrama vindo da Europa: "EL PADRE SUIZO, LITTLE ROCK, ARKANSAS, 1º DE SEPTIEMBRE. 'El miércoles por la noche, cerca de Paris, condado de Logan, un suizo, llamado Edward Schwerzmann, llevó a sus tres hijos, de dieciocho meses el uno, y cuatro y cinco a los otros, al borde de un pozo, y los echó en el poso, y él se echó tras ellos. Dicen que Schwerzmann obró en un momento de locura. Telegrama publicado en Nueva York" (MARTÍ, 1992, v.16: 149). O telegrama não emite nenhum juízo de valor, é impessoal e frio tal como eram as notícias comuns de obituários publicadas nos periódicos da época. Mesmo quando se tratava de um assassinato ou uma morte brutal ou incomum, essas notícias não costumavam conter muitos detalhes, a não ser, é claro, se o morto fosse uma pessoa reconhecida ou importante. Em seus versos, Martí elevou aquela figura anônima à categoria de um herói, oferecendo-nos um contexto explicativo para o suicídio, encontrado na extrema pobreza do homem anônimo e de seus filhos, e uma interpretação do ato em si mesmo, em que distanciado de um julgamento moral taxativo, aquele pai estaria se sacrificando pelos seus filhos. Podemos dizer que o poema nos traz uma interpretação do acontecimento dotada de cor e sentido, oposta à exposição fria e descolorida do telegrama, fosse essa interpretação correspondente à realidade do fato acontecido, ou não. Cito aqui o poema inteiro: "Dizen que un suizo, de cabello rubio / Y ojos secos y cóncavos, mirando / Con desolado amor a sus tres hijos, / Besó sus pies, sus manos, sus delgadas, / Secas, enfermas, amarillas manos; / Y súbito, tremendo, cual airado / Tigre que al cazador sus hijos roba, / Dio con los tres, y con sí mismo luego, / En hondo pozo y los robó a la vida! / Dicen que el bosque iluminó radiante / Una rojiza luz, y que a la boca / Del pozo oscuro – sueltos los cabellos, / Cual corona de llamas que al monarca / Doloroso, al humano, sólo al borde / Del antro funeral la sien desciñe, – / La mano ruda a un tronco seco asida, / Contra el pecho huesoso, que sus uñas / Mismas sajaron, los hijuelos mudos / Por su brazo sujetos, como en poche / De tempestad las aves en su nido, / El alma a Dios, / los ojos a la selva, / Hetaba el suizo al cielo, y en su torno / Pareció que la tierra iluminaba /Luz de héroe, ;y que el reino de la sombra! / ¡La muerte de un gigante estremecía! / ¡Padre sublime, espíritu supremo / Que por salvar los delicados hombros / De sus hijuelos, de la carga dura / De la vida sin fe, sin patria, torva / Vida sin fin seguro y cauce abierto, / Sobre sus hombros colosales puso / De su crimen feroz la carga horrenda! / ¡Los arboles temblaban, y en su pecho / Huesoso, los seis ojos espantados / De los pálidos niños, seis estrellas / Para guiar al padre iluminadas, / Por el reino del crimen, parecían! / ¡Ve, bravo!

- ¡Ve, gigante! ¡Ve, amoroso / Loco! ¡y las venenosas zarzas pisa / Que roen como tósigos las plantas / Del criminal, en el dominio lóbrego / Donde andan sin cesar los asesinos! / ¡Ve! ¡Que las seis estrellas luminosas / Te seguirán, y te guiarán, y ayuda / A tus hombros darán cuantos hubieren / Bebido el vino amargo de la vida!" (Martí, 1992, v.16:149-150).
- 18. Um poema, "Dos pátrias", dentre outros de José Martí, que faz parte da coletânea Flores del destierro, serve de exemplo para ilustrar a relação do poeta com o ambiente noturno. Citamos o poema inteiro: "DOS PÁTRIAS. Dos pátrias tengo yo: Cuba y la noche. / ¿O son una las dos? No bien retira / Su majestad el sol, con largos velos / Y un clavel en la mano, silenciosa / Cuba cual viuda triste me aparece. / ¡Yo sé cuál es ese clavel sangrento / Que en la mano le tiembla! Está vacío / Mi pecho, destrozado está y vacío / En donde estaba el corazón. Ya es hora / De empezar a morir. La noche es buena / Para decir adiós. La luz estorba / Y la palabra humana. El universo / Habla mejor que el hombre. / Cual bandera / Que invita a batallar, la llama roja / De la vela flamea. Las ventanas / Abro, ya estrecho en mí. Muda, rompendo / Las hojas del clavel, como una nube / Que enturbia el cíelo, Cuba, viuda, pasa..." (Martí, 1992, v.16: 252). Eu não poderia escrever melhor comentário sobre este poema que aquele que já foi feito por Octavio Paz: "Poema sem rimas e em hendecassílabos quebrados por pausas de reflexão, silêncios, respiração humana e respiração da noite. Poema-monólogo que elude a canção, fluir entrecortado, contínua interpenetração de verso e prosa. Todos os grandes temas românticos parecem nesses poucos versos; as duas pátrias e as duas mulheres, a noite como uma só mulher e um só abismo. A morte, o erotismo, a paixão revolucionária, a poesia: tudo está na noite, a grande mãe. Mãe da terra, mas também sexo e palavra comum. O poeta não eleva a voz: fala consigo mesmo ao falar com a noite e a revolução. Nem self-pity nem eloquência: 'Já é hora de começar a morrer. A noite é boa / para dizer adeus.' A ironia se transfigura em aceitação da morte. E, no centro do poema, como um coração que fosse o coração de toda a poesia desta época, uma frase espalhada em dois versos, suspensa numa pausa para acentuar melhor a gravidade – uma frase que nenhum outro poeta da nossa língua podia ter escrito antes (nem Garcilaso, nem São João da Cruz, nem Góngora, nem Quevedo, nem Lope de Vega) porque todos eles estavam possuídos pelo fantasma do Deus cristão e porque tinham à frente uma natureza caída – uma frase que condensa (...) a analogia: 'o universo / fala melhor que o homem'" (Paz, 2013: 104-105).

Bibliografia

MARTÍ, José. Obras completas. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1992.

LUKÁCS, George. The Foundering of Form Against Life: Soren Kiekegaard and Regine Olsen. In: *Soul and Form.* Tradução: Anna Bostock. Cambridge, MA: The MIT Press, 1971.

PAZ, Octavio. Os filhos do barro. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

SANTOS, Lucas Machado dos. *Educação em Nossa América: uma história intelectual das ideias do cubano José Martí sobre educação |* Lucas Machado dos Santos – 2013. 152f. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, PPGHIS, Rio de Janeiro, 2013. Orientador: Fernando Luiz Vale Castro.

7. MODERNIDADE E EXÍLIO NO EPISTOLÁRIO MARTIANO

- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: BOTELHO, André (Org.). *Essencial sociologia*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin Classics, 2013. p. 311-329.
- TRAVERSO, Enzo. Exilio y Violencia: una hermenéutica de la distancia. In: *La Historia como campo de batalla*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- UGARTE, Leyla (Org.). *Anuario del centro de estudios martianos*. V. 22. Havana: Centro de Estudios Martianos, 1999.

Fundando a nação a partir do Deserto: relações entre Estado argentino e grupos indígenas no pré-expansão territorial

Alessandra Seixlack Gonzalez*

Ao longo do século XIX, a Argentina viu-se envolta em dilemas territoriais bastante semelhantes àqueles enfrentados pelo Chile. Após conquistar a independência política, havia sido incapaz de consolidar sua jurisdição sobre determinadas porções territoriais que pertenceram ao vice-reinado do Rio da Prata. Geograficamente marginalizados durante séculos, o Chaco,¹ os Pampas² e a Patagônia³ converteram-se progressivamente em interesse primordial do Estado argentino, que passou a reivindicá-los enquanto "herança natural" do desmantelamento do poderio espanhol em terras americanas. Contudo, a recuperação da unidade territorial existente no período colonial supunha o enfrentamento de obstáculos, fossem eles as disputas limítrofes com outras jovens Repúblicas hispano-americanas ou o conflito com grupos indígenas "araucanizados".4

As condições naturais hostis, os altos custos de manutenção dos empreendimentos, a ausência de metais preciosos, a baixa potencialidade dos recursos a serem explorados, a resistência oferecida por diferentes grupos indígenas, o desconhecimento geográfico: esses foram alguns fatores que contribuíram para que as regiões chaquenha, pampeana e patagônica permanecessem durante um considerável período de tempo alheias à autoridade estatal.

No que diz respeito especificamente aos territórios austrais da Patagônia, é interessante ressaltar que esses constituíram a área

^{*} Doutoranda em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

da América meridional de mais tardia apropriação por parte da Coroa Espanhola. A busca pela lendária *Ciudad de los Césares*⁵ constituiu um primeiro estímulo para o reconhecimento da região, ainda no século XVI. Na ocasião, o abandono de um significativo número de bovinos pelas expedições favoreceu a reprodução do gado *cimarrón*, que viria a se tornar um recurso central para a economia indígena.

Todavia, o avanço efetivo da fronteira colonial sobre essa espacialidade deu-se apenas em meados do século XVIII, em virtude da emergência de novas potências no cenário internacional e dos esforços da Coroa Espanhola em afirmar sua dominação sobre áreas de crescente importância estratégica e econômica.

Parece plausível estabelecer paralelos entre a Araucania chilena e a região que se estendia ao sul do arco composto pelas áreas setentrionais das atuais províncias de Buenos Aires, Santa Fe, Córdoba, San Luis e Mendoza. No século XIX, ambas espacialidades consistiam em zonas de soberania incerta e meramente formal, almejadas por comunidades políticas que se consolidavam a partir da construção de sua própria territorialidade. Além disso, constituíam espaços fronteiriços, submersos em uma realidade permeável, difusa e dinâmica. Caracterizavam-se pela circulação de ideias, pessoas, objetos, recursos e tecnologias; eram definidas e atravessadas por múltiplas relações interétnicas – entre grupos indígenas e entre eles e os grupos *hispanocriollos*; sujeitavam-se a lógicas de negociação, alianças, intercâmbios e conflitos.

Contudo, os Pampas e a Patagônia possuíam uma importante peculiaridade se comparados à Araucania chilena, e essa dizia respeito à sua indissociabilidade da ideia do *Deserto*. No caso argentino, o Deserto não se referiu a uma materialidade na superfície terrestre, atrelada a fatores físicos da paisagem como a aridez do terreno e a ausência de água e de vegetação abundante. Atuou como um artefato discursivo, que superou o âmbito da experiência sensível ao instituir o sentido de "vazio" na Argentina.

Em linhas gerais, o Deserto converteu-se em uma metáfora carregada de uma conotação majoritariamente negativa, associada

ao "espaço de experiência" vivenciado. Enquanto representação da realidade, descrevia a carência e a escassez, assumindo uma condição de exterioridade: remetia à ausência de instituições, de herança cultural, de presença humana, de acontecimento histórico ou de ordem capitalista. Trazia consigo os sentimentos de desolação, desamparo e abandono, que impunham à comunidade intelectual argentina o dilema de *como fundar uma nação a partir do vazio*.

Dessa forma, a construção de um imaginário sobre o Deserto abriu portas para o desenvolvimento de um programa estético-político responsável por estimular a transformação dessa espacialidade. Em certa medida, os Pampas e a Patagônia passaram a ser tratados como territórios em construção, repletos de potencialidades e de esperanças, que aguardavam a intervenção estatal para mobilizar o seu potencial adormecido. Por conseguinte, o conceito de Deserto também se dotava de uma forte carga semântica futura, que confirmava a possibilidade de superação da realidade vigente.

Entretanto, longe de implicar o preenchimento de um "vazio", como comumente era descrito, o projeto de eliminação do Deserto pressupôs o diálogo e o enfrentamento com os grupos indígenas que ali habitavam. O alto grau de poderio político-militar e de organização social alcançados pelos nativos da região se deu graças ao processo de "araucanização", responsável, ainda, por estreitar os laços de intercâmbio e de parentesco entre as parcialidades de ambos os lados da Cordilheira, o que converteu a cadeia andina em um espaço alheio às fronteiras nacionais.

Os índios do Deserto argentino possuíam uma tradição de relacionamento com os *hispanocriollos*, assumindo a postura de inimizade ou de aliança conforme as circunstâncias políticas ou seus interesses específicos. Assim como os mapuches, no Chile, fortaleceram-se a partir das negociações com o poder estatal, da militarização das relações de parentesco e do desenvolvimento dos núcleos letrados (as *secretarias mapuches*), que potencializaram as redes de negócios estabelecidas com outros *longkos*, comerciantes, *hacendados* e autoridades estatais.

Progressivamente, os nativos converteram-se em "chefaturas de um novo tipo". Eram sociedades de caráter segmental e fragmentário, nas quais a ausência de um poder coercitivo absoluto por parte dos caciques dotava os vínculos sociais de uma capacidade bastante flexível de fusão e de fissão, limitando a conformação de estruturas hierarquizadas e fixas de poder. Tal observação permite-nos relativizar a ideia de que *ranqueles, salineros, manzaneros, pehuenches* e *tehuelches* constituíam unidades étnico-políticas sujeitas à legitimidade e ao domínio exclusivo de um único cacique.

Ademais, seria um equívoco interpretar as relações de fronteira em termos de um conflito entre sociedades cultural e politicamente polarizadas — a *hispanocriolla* e a indígena. Atribuir às populações nativas do Chile e da Argentina um projeto político comum, centrado no desprezo pela cultura hispânica e na preservação a "sangue e fogo" da autonomia política e territorial, seria desconsiderar a variedade e a mutabilidade das condutas políticas assumidas pelas parcialidades indígenas ao longo do processo de avanço estatal. Em outros termos, seria evocar uma imagem de homogeneidade interna à sociedade indígena que nunca existiu.

Foi Juan Manuel de Rosas, ao assumir o governo de Buenos Aires no ano de 1829, inicialmente responsável por institucionalizar as bases da política conhecida como "Negócio Pacífico dos Índios", voltada para a regulação das relações entre o novo governo bonaerense e os indígenas. Sua inspiração provinha de conhecidas práticas do período colonial, quando os caciques costumavam ser generosamente alimentados e presenteados pelos espanhóis, quando da visita de autoridades ou da participação em assembleias (em espanhol, *parlamentos*).

No intento de construir um estado unificado, Rosas estabeleceu pactos interprovinciais, formando desse modo a chamada Confederação Argentina (1831-1861). O primeiro pacto da Confederação foi acordado somente entre três províncias — Buenos Aires, Santa Fe e Entre Ríos —, estendendo-se nos anos subsequentes às demais províncias do interior. Em 1835, ao ser novamente eleito governador de Buenos Aires, cargo que ocuparia de forma

ininterrupta até 1852, Rosas adquiriu poderes extraordinários que lhe permitiram dirigir e centralizar ainda mais a política interna e externa da Confederação Argentina.

No âmbito interno, Rosas buscou neutralizar a influência dos unitários, que se opunham ao projeto federalista por ele defendido. Sem estabelecer uma Constituição nacional ou órgãos de governo nacionais, unificou as províncias pela imposição de uma ditadura do Partido Federal em cada uma delas. No âmbito externo, idealizou a hegemonia da Confederação na região do Prata, endossando o projeto de restabelecimento dos contornos territoriais do antigo vice-reinado do Rio da Prata.

Na gestão de Rosas, o fornecimento regular de bens e víveres aos indígenas (*raciones*, em espanhol) foi sistematizado e transformado em importante nexo econômico-social que vinculava nativos e *criollos*. Tornou-se a base mesma para o delineamento da categoria de "índios amigos" – aqueles que, reduzidos ou submetidos, respondiam às ordens militares ou de forças regulares do governo, estando instalados nas imediações das fronteiras. Essa prática contribuiu também para a emergência dos grandes cacicados pampeanos, em especial a Confederação de Salinas Grandes, liderada em seus primórdios por Juan Calfucurá.

Proveniente de Llaima (Chile), Calfucurá estabeleceu-se nos pampas da província de Buenos Aires na década de 1830. A partir da construção de uma vasta rede de relacionamento com *ranqueles*, *tehuelches*, *pehuenches*, "índios amigos", *arribanos* e *huilliches*, Calfucurá fortaleceu sua liderança, sendo capaz de convocar e mobilizar, em determinadas conjunturas, uma coalizão de distintos grupos indígenas da área pampeano-patagônica.

Entretanto, é importante distinguir os alcances obtidos pela confederação indígena de Calfucurá do exercício de seu cacicado, isto é, da relação mais estável de autoridade estabelecida entre este chefe e seus seguidores mais próximos. Nesses termos, confirma-se o caráter segmentário do mundo indígena em foco: Calfucurá não foi porta-voz de uma "unidade indígena", tampouco exerceu domínio permanente e absoluto sobre amplas parcialidades indígenas.

A partir do "Negócio Pacífico de Índios", as rações converteram-se em parte determinante da lógica interna das comunidades indígenas na Argentina. Supriam sua carência material, com o fornecimento de animais, ervas, açúcar, tabaco, álcool, vinho, roupa; tornavam assimétrica a relação entre *longkos* e *conas* a partir da apropriação diferenciada de elementos dotados de valor simbólico, como vidro, cerâmica, estribos de prata, uniformes militares e armamentos; estimulavam os conflitos entre os cabeças de família com menos capacidade de gestão ante as autoridades.

Essa realidade consistiu em uma diferença fundamental entre a política indigenista chilena e a argentina. Enquanto no primeiro caso o governo dispunha anualmente de uma quantidade ínfima de recursos para o entretenimento dos nativos que iam a Concepción e para o pagamento mensal de soldos aos *longkos*, os governos de Buenos Aires valeram-se de centenas de milhares de pesos para manter a política implementada por Manuel de Rosas.

Contudo, seria equivocado interpretar a política de Rosas como uma expressão da debilidade dos indígenas e de sua submissão total aos interesses hispanocriollos. Por um lado, é inegável que, com o avançar do século, tal política contribuiu para a imposição da soberania do Estado nacional sobre os territórios austrais. Implicou o disciplinamento dos batalhões de "índios amigos", o controle relativo das alianças indígenas e a redução considerável do número de malones, na medida em que sua suspensão era pré-requisito para a assinatura e manutenção dos acordos de paz. Progressivamente, as invasões armadas às estâncias, voltadas para o roubo de gado, para o rapto de mulheres e crianças ou simplesmente para o manejo do pânico sobre os brancos reduziram-se a atos isolados. Costumavam ser protagonizadas por indivíduos subalternos ou periféricos à influência dos longkos, o que por vezes suscitou queixas daqueles interessados na continuidade dos negócios pacíficos com os brancos.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que o "Negócio Pacífico de Índios" representou o reconhecimento dos nativos enquanto interlocutores políticos e a sua conversão em atores relevantes na política provincial. Expressou também a aceitação de suas territorialidades e da circulação de pessoas e bens que elas favoreciam. Na lógica de pensamento indígena, a exigência das rações era justificada a partir de dois critérios: o da governabilidade – uma contrapartida pela manutenção da disciplina militar e política sobre os demais índios da comunidade – e o da autoctonia – um pagamento pelo arrendamento das terras ocupadas pelo Estado nacional.⁶

Entre março de 1833 e maio de 1834, Juan Manuel de Rosas organizou uma expedição ao Deserto, que visava a transposição da linha de fronteira até o rio Negro. Ainda que a operação tenha permitido o avanço da fronteira interior em 29 mil léguas, com o controle efetivo da região que se estendia até Bahia Blanca e Carmen de Patagones, as guarnições fixadas na ilha de Choele Choel e nas margens do rio Negro foram progressivamente abandonadas, dada a ausência de um plano de ocupação definitiva do território.

Convulsionados por conflitos que consumiam a atenção dos dirigentes civis e militares, o governo bonaerense e os das demais províncias que viriam a compor a Argentina foram incapazes de promover políticas de expansão territorial de tom nacional até a década de 1870. Em fevereiro de 1852, a derrubada do governo de Rosas na Batalha de Cepeda levou a presidência da Confederação Argentina a ser assumida por Justo José de Urquiza, governador da província de Entre Ríos.

De um modo geral, Urquiza foi bem-sucedido em seu intento de prover o conglomerado de províncias da Confederação de uma Constituição nacional. Em maio de 1852, a reunião de governadores em San Nicolás definiu as bases para a convocação de um Congresso Constituinte. Na visão dos portenhos, os termos do acordo selado em San Nicolás eram bastante prejudiciais, pois não atribuíam à província uma representação equivalente à sua relevância econômica e social.

Como consequência, enquanto os demais governadores apoiaram o projeto de Urquiza e aceitaram a Constituição promulgada

em 1853, Buenos Aires, sob a influência de Valentín Alsina e Bartolomé Mitre, declarou-se Estado Livre e separou-se da Confederação em novembro de 1852. Após ser derrotado na Batalha de Cepeda, em 1860, Buenos Aires foi reintegrado à Confederação Argentina a partir de um tratado de paz bastante benévolo, que lhe permitiu discutir algumas reformas no texto constitucional. No ano seguinte, coube aos portenhos renegociar os termos de sua inserção no novo estado republicano e federal após sua vitória na Batalha de Pavón.

Embora a submissão de novos territórios austrais à jurisdição estatal não tenha obtido avanços significativos durante esse conturbado contexto político, o mesmo não se pode afirmar a respeito dos acordos estabelecidos entre as autoridades *criollas* e os grupos indígenas pampeanos. Em meio aos conflitos entre unitários e federalistas que se delinearam após a queda de Rosas, Juan Calfucurá emergiu como o grande protagonista. Soube jogar com as rivalidades entre Buenos Aires e a Confederação, o que lhe permitiu manter relações próximas com os dois grupos em disputa e pôr em prática seus projetos políticos e econômicos.

As correspondências intercambiadas entre Calfucurá e as autoridades *criollas* e indígenas revelam um discurso bastante crítico em relação aos unitários portenhos. Em certa ocasião, descreveu-os a Juan Catriel como "unos perros hambrientos" que "han despedazado cuanto había tenido Juan Manuel de Rosas" (Calfucurá apud Sarasola, 2012: 205-206). Em outra oportunidade, alertou o *ranquel* Manuel Baigorria para o fato de que "si andamos desunidos seremos maltratados por los de Buenos Ayres, que intentan acabar con nosotros lo cual que estando unidos no cumplirán sus deseos" (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 302).

A desconfiança e a inimizade nutridas em relação aos dirigentes do Estado Livre de Buenos Aires resultaram no estabelecimento de uma relação de matizes políticos e pessoais entre Calfucurá e Justo José de Urquiza. Entretanto, embora nunca tenha escondido sua preferência pela Confederação Argentina, o *longko salinero* jamais deixou de buscar alianças com os portenhos. Em carta di-

rigida ao presidente da Confederação Argentina, Calfucurá buscou esclarecer a adoção de um posicionamento político aparentemente contraditório:

Mi querido Hermano cuando ha llegado mi hijo Namuncurá he sabido de que usted tiene muchos enemigos en Buenos Ayres no lo dudo porque usted es federal lo mismo que yo lo soy y siempre lo he sido por eso no dudare de que vo también he de tener muchos enemigos, pero aunque yo ago ahora paz con ellos no crea que yo me he de dar a ellos. No nunca porque yo soy muy patriota e he siempre trabajado por el partido federal que es la opinión que yo siempre he abrazado y que en ella me ha criado por eso no crea mi querido hermano que yo lo he de falcear nunca a mi hermano porque siempre he sido federal y siempre lo cere como eran los Casiques Melipan y Venancio pues puede creer mi hermano que si vo me doi ahora con los Porteños no es de todo mi corazón sino para obedecer a mi hermano como siempre lo he hecho porque ya tengo la sangre Colorada sangre de federal y no como los Porteños que hasta las puertas y ventanas las tienen verdes y azules.7 (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 338)

Dizendo-se partidário dos federalistas e tendo confiado a Urquiza o apadrinhamento de seu filho Manuel Namuncurá, Calfucurá justificou as negociações mantidas com Bartolomé Mitre a partir de questões de ordem econômica. Tal argumentação fica bastante explícita na comunicação estabelecida com Ignacio Rivas,⁸ comandante da fronteira sul, apenas quatro dias após a carta enviada a Urquiza:

Querido compadre: (...) le doy a saber que me he dispuesto en mandar la comisión [a Buenos Aires], como usted me lo dijo, porque aquí no hay ha vacas ni yeguas; la gente cuando va a las boleadas para juntar plumas, se les mueren algunos caballos, o ellos mismos se quiebran; y le diré también que cuando mi gente va al Azul y llevan algún cuero y plumas, todo les pagan menos que a los cristianos, y si compran todo lo pagan mas caro, y así es que conforme usted me dijo de mandar una comisión a Buenos Aires, que seria bueno, me puse a pensar y consideré que haría bien

de mandar; y ya le doy a saber que me he dispuesto a mandarla, para ver si el Gobierno me los regala. (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 345)

Calfucurá tinha plena ciência de que sua força política, seu prestígio social e até mesmo o abastecimento de sua comunidade dependiam das relações comerciais com os pecuaristas bonaerenses. Essa foi a provável razão pela qual o *salinero*, nas vésperas do desfecho do conflito entre unitários e federalistas, tenha optado pela neutralidade, mesmo diante da declarada amizade com Justo José de Urquiza. Justificou sua escolha por abster-se das contendas políticas no Rio da Prata afirmando que "no estoy en estas tierras por mi gusto, ni tampoco soy de aquí, sino que fui llamado por don Juan Manuel, porque estaba en Chile y *soy chileno*" (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 345). Logo, expôs a Emilio Conesa, aliado de Bartolomé Mitre, o desejo de manter a paz com todos os *criollos*, sem distingui-los em termos de seus ideais políticos:

Querido hermano: también le diré que yo nunca he ido a invadir a ninguna parte por mi voluntad, sino porque me han hecho llamar que les fuera a ayudar. Pero ahora le digo también que ya basta por mi parte; yo he sabido que están formando batallones y escuadrones para pelear entre ustedes; pero yo le respondo que yo no he de ir a ayudar a ninguno; también le diré que he hecho juntar todos mis caciques y les he dicho que estaba haciendo las paces con mi compadre Rivas, y les pregunté que hacia bien y me contestaron que si, que era muy bien hecho; que hiciera yo la paz; entonces yo les dije que después que hiciera yo la paz, si estarían sujetos a mis órdenes; que si no me harían quedar mal; me contestaron todos que no me habían de hacerme quedar mal; que no irían a invadir ninguna parte. (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 338)

Como forma de comprovar sua disposição em estreitar laços com os portenhos, Calfucurá buscou desvincular-se das invasões realizadas às estâncias bonaerenses. Demonstrando-se um político bastante habilidoso, o *longko* atribuiu uma parcela da responsabilidade pelos *malones* a Urquiza, afirmando que "yo nunca he ido a

invadir por mi orden a ninguna parte, sino porque el presidente Urquiza me ordenaba que le fuera a ayudar con todo mi gente" (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 345). Em outros momentos, acusou os *ranqueles* de lhe imputarem injustamente a culpa pelas invasões, lançando luz sobre as cisões e rivalidades que existiam no próprio meio indígena. Com a ambição de reforçar sua liderança e galgar a confiança dos portenhos, comprometeu-se com Emilio Conesa a denunciar os roubos organizados pelos demais caciques:

También le diré que antes cuando gobernaba don Juan Manuel, con él habíamos hecho las paces para siempre; y entonces iban los ranqueles a invadir, y Rosas me mandaba decir que es un pícaro Calfucurá, que manda siempre invadir; y entonces le contesté que yo no gobernaba esa indiada: que ellos tenían su jefe aparte, y que a más de eso estaban muy retirado aquí de ellos; que por eso no los podía gobernar; pero que le avisaría cuando fuesen a invadir; y que él de ese lado les pegase golpes, que yo también de aquí les pegaría; y así le digo a mi hermano que *cuando tengamos la paz firme, si algunos caciques quieren ir a robar, yo les avisaré para que los castiguen; que yo también haré lo mismo aquí.* (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 352)

Como visto, a ocorrência de episódios violentos na fronteira araucana ao longo da década de 1850, cujo ápice se deu com a revolução de 1859, representou um importante ponto de inflexão na política indigenista chilena. Nessa mesma temporalidade, a unificação política resultante da derrota das forças da Confederação Argentina para o exército mitrista, na Batalha de Pavón, implicou também transformações significativas na dinâmica interna e externa das forças indígenas. A análise das correspondências intercambiadas entre as principais chefaturas e as autoridades argentinas nos permite entrever os novos matizes assumidos pelo relacionamento entre nativos e Estado nacional na década de 1860.

No início de 1863, o então presidente da República Argentina, Bartolomé Mitre, dirigiu-se a Juan Calfucurá no intuito de queixar-se das recentes invasões ocorridas e de alertá-lo sobre as prováveis implicações do descumprimento dos tratados de paz previamente acordados. Adotando um discurso de tom paternalista, mas ao mesmo tempo incisivo e desafiador, Mitre afirmou:

Pero no puedo dejar de decir a usted que me sorprende que los mismos indios que están a sus órdenes, sean lo que nos invaden, como acaban de hacerlo ahora. Esto no puede ser, pues estando yo en paz y amistad con usted, no es posible que una parte de sus mismos indios vengan a robarnos, desobedeciendo sus consejos y órdenes. O la paz es como debe ser, castigando usted a los indios que lo desobedecen, o seamos francamente enemigos, haciéndonos la guerra con lealtad. No podemos continuar tratándonos como amigos si una parte de sus indios me hace la guerra como enemigos. Esperando su respuesta sobre ese punto, le diré con franqueza que por lo que hace a usted y los indios que obedecen sus órdenes, y que están en paz con nosotros, yo los he de mirar como hijos y los he de atender en todo, y les he de dar para que vivan bien. Estamos en paz y ustedes han de tener en mi un padre cariñoso y de buen corazón; pero no he de transigir con los ladrones, y no he de cesar de perseguirlos hasta exterminarlos. (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 376)

Em resposta, Calfucurá expressou sua insatisfação frente às acusações feitas por Mitre. Para ele, não existiam fundamentos para que lhe fosse imputada a participação nos referidos *malones*, na medida em que era um "homem de palavra", que "vivia bem com todos" e que "não era louco a ponto de descumprir o convênio de paz estabelecido" (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 376). Contudo, este não foi o principal argumento apresentado pelo *longko* para eximir-se da responsabilidade sobre as invasões. O seguinte trecho de uma carta dirigida a Bartolomé Mitre, no ano de 1864, evidencia o discurso mobilizado de modo mais recorrente por Calfucurá para referir-se a tal questão:

Querido hermano: pues la cara se me cae de vergüenza en decirle; pues como yo no soy cómplice, mando a usted para dar una satisfacción. Creo que mi compadre Rivas había dado en contra mía por motivo que le robaron una hacienda, que yo no soy cómplice en este robo; y separa usted que yo no autorizo a ningún ladrón para que ande robando. Lo mismo había dicho el comandante de Bahía [Blanca], pues dijo a usted que yo soy un hombre que nunca monto a caballo, pues a causa de estos robos estoy muy avergonzando en que dirán sus jefes que yo tengo culpa; pues digo a usted por la luz del día, como que yo no tengo culpa, ni como lo negro de la uña; así es que mando a usted. Bien sabe usted que yo sólo no gobierno. Hay muchos caciques que no están a mis órdenes y estos cuando salen a robar, se toman en decir: soy de la gente del General Calfucurá... (Calfucurá apud Ojeda, 2008: 326)

O que, à primeira vista, pode soar como um simples pretexto de Calfucurá visando camuflar seus verdadeiros interesses econômicos ou evitar represálias por parte das autoridades nacionais evidencia, na realidade, a transformação das relações intra e interétnicas em curso na Argentina. Ao frisar a incapacidade de conter os "índios ladrões" e de sujeitá-los ao projeto de viver em paz com os *criollos*, o *longko* reconheceu a paulatina debilitação de seu poder de convocatória sobre as parcialidades indígenas antes agrupadas sob a Confederação de Salinas Grandes.

A política de tratados de paz implementada pelas presidências de Bartolomé Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e Nicolás Avellaneda (1874-1878) foi responsável por incrementar a capacidade do Estado nacional de ordenar e condicionar o comportamento político dos nativos, evitando assim a disponibilização de quantias significativas do Tesouro Nacional para conter os índios por meio de armas.

Ainda que a estrutura segmental da sociedade indígena pampeana admitisse constantes fissões e recomposições de alianças, o Estado argentino adquiriu progressivamente o poder de intervir em dita flexibilidade. Embora não levasse à perda total da autonomia ou da autoridade exercida pelos grandes cacicados, a retomada dos métodos diplomáticos visando a estabilização das relações interétnicas nos anos posteriores à queda de Rosas implicou a reorganização do mapa político indígena. Uma política fronteiriça que seguisse as práticas coloniais do Império espanhol, reconhecendo a autonomia dos povos indígenas não submetidos à autoridade estatal, era incompatível com o novo marco teórico do Estado-nação.

Nesse sentido, ao se aproximarem da fronteira, muitos caciques antes ligados a Calfucurá privilegiaram o vínculo com o governo nacional ante as oportunidades de confederar-se sob sua liderança. De fato, esse período abriu portas para a formalização e para a sistematização de importantes tratados de paz particulares. Assim, foram perfilando-se parcialidades indígenas dotadas de maior independência, de uma clara demarcação territorial e de representantes políticos mais hierarquizados e estáveis, o que justifica a "perda de controle" sobre os *malones* clamada pelo *longko salinero*.

Manzaneros, ranqueles e tehuelches são exemplos de grupos que, nesse contexto, fortaleceram seu poder representativo em função das negociações com as autoridades bonaerenses. Tal realidade explica, em primeiro lugar, o fato de uma parcela dos ranqueles não ter se submetido ao projeto "pacífico e amistoso" de Calfucurá, obrigando-o a denunciar com certa constância o planejamento de invasões, em troca de dinheiro ou de bens materiais. Justifica também o reforço da aliança estabelecida entre os salineros e os mapuches da porção ocidental da Cordilheira dos Andes, cujas visitas aos pampas argentinos tornaram-se cada vez mais recorrentes.

Portanto, a longo prazo, a multiplicação dos cabeças negociadores dos interesses grupais repercutiu na fragmentação das alianças que a Confederação de Salinas Grandes havia mobilizado até a década de 1850. Essa "contração do tecido social" viria a ser responsável por isolar diferentes unidades políticas e por limitar a capacidade de resistência daquelas que se opunham aos projetos de expansão estatal.

A presidência de Bartolomé Mitre foi responsável não apenas por cristalizar as novas bases do relacionamento entre os grupos indígenas e as autoridades *criollas*, mas também por impulsionar o processo de institucionalização e de unificação política do Estado argentino, dando origem àquilo que Alberto Lettieri denominou de "República das Instituições". A partir de então, teve início a construção de um regime republicano dotado de uma pretensão nacional, visando garantir o ingresso da Argentina nos padrões capitalistas e civilizatórios da Europa ocidental.

Embora o projeto de inserção no conjunto das ditas "nações civilizadas" também adquirisse centralidade no pensamento político da intelectualidade chilena, no caso argentino este esteve floreado por problemáticas e matizes diferenciados. Na visão de Mitre, o estado nacional em questão necessitaria estabelecer uma inquestionável relação de dominação sobre as províncias que o compunham, em prol da articulação dos interesses da comunidade em seu conjunto. Frente ao espírito provinciano da opinião pública e dos dirigentes portenhos, julgou imprescindível a existência de uma autoridade concentrada e incontestável, que lhe permitisse exercer a repressão sobre os desconformes e reclamar a representação política de toda a sociedade argentina.

O processo de institucionalização das bases do Estado mitrista acirrou os ânimos políticos na Argentina e resultou na divisão das autoridades liberais em dois grupos. Os partidários do "federalismo hegemônico", defendido pelo Executivo, consideravam um eventual predomínio das províncias uma fonte de anarquia perpétua e uma ameaça à construção de uma nação coesa. Em contrapartida, o "autonomismo defensivo" de Adolfo Alsina, ¹⁰ inspirado em um espírito confederacionista, privilegiava os direitos das províncias e advogava limites ao avanço do governo central.

Tais conflitos político-partidários acirraram-se durante a presidência de Domingo Faustino Sarmiento, que se valeu de um alto grau de concentração do poder para subordinar as forças políticas provinciais à autoridade do governo central e para pôr em marcha a expansão do tecido institucional estatal. Com sua força adquirida, o Estado argentino foi capaz de impulsionar realizações importantes, como a criação das primeiras escolas normais, a difusão de instrumentos culturais, os avanços no terreno da ciência,

a criação do Banco Nacional, a multiplicação das linhas férreas, a expansão das redes telegráficas e o estímulo à imigração.

Foi nesse contexto que, seguindo a tendência geral do periodismo no continente americano, a opinião pública argentina assumiu uma matriz crescentemente institucionalizada. Até então, diários como *El Nacional, La Tribuna* e *La Nación Argentina* haviam se caracterizado pela adoção de um estilo aguerrido e haviam atuado como porta-vozes de doutrinas políticas, recebendo subvenções governamentais. Entretanto, os novos periódicos, como *La Prensa* e *La Nación*, apresentavam um progressivo respeito aos adversários e um tom reflexivo. Portavam-se menos como um "posto de combate político" e aproximavam-se mais do modelo de uma "tribuna da opinião", reforçando seu caráter informativo e seu distanciamento em relação à participação político-partidária.

Em meio às conturbações políticas de ordem interna, os governos de Mitre e de Sarmiento foram também abalados pelo envolvimento da Argentina em um conflito armado de dimensões continentais. A Guerra do Paraguai, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, opôs a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai, às pretensões expansionistas do Paraguai de Solano López sobre a Bacia do Prata. Mais do que analisar os aspectos geopolíticos do referido conflito, interessa aqui explorar suas implicações para a política de territorialização do Estado argentino e para as relações estabelecidas entre as autoridades nacionais e as parcialidades indígenas dos Pampas e da Patagônia.

Em primeiro lugar, é importante destacar que os nativos não permaneceram alheios à ocorrência da Guerra do Paraguai. Por vezes, de modo direto, negociaram a sua intervenção e participação na contenda, como nos permite entrever a correspondência endereçada pelo índio amigo Ignacio Coliqueo a Bartolomé Mitre, no ano de 1865:

El que firma tiene el honor de saludar al Excmo. Señor y por consiguiente manifestarle que siendo impuesto la guerra con el Para-

guay, que *intenta quitar el suelo donde nosotros somos nacidos*, y tener conocimiento a mi vez me honro altamente en ayudarle al señor Presidente mi persona con seiscientas lanzas de pelea a favor de nuestra causa tan sagrada. Con tal motivo puede su Excmo. Señor disponer de mi y de las fuerzas que estoy pronto a su disposición, ahora y hasta siempre, dando *esta prueba de amistad que tengo el honor de imponer al señor Presidente*, quedarán reconocidos todos los vivientes de esta República, la generosa y noble comportación del que firma. (Coliqueo apud Ojeda, 2008: 445)

Embora não seja possível afirmar a real intencionalidade de Coliqueo ao colocar seus *lanceros* à disposição de Mitre – seria defender o "solo onde nasceu" diante do amor nutrido pela pátria ou desfrutar dos benefícios materiais e políticos decorrentes do fortalecimento dos laços de amizade com o presidente? –, relevante é destacar o seu envolvimento na vida política da nação argentina.

Muitos grupos indígenas beneficiaram-se de uma maneira indireta das fragilidades vividas pelo governo nacional a partir da deflagração da Guerra do Paraguai. Os efeitos do desguarnecimento da linha de fronteira austral, resultante do deslocamento dos efetivos militares para os campos de batalha, foram acompanhados bem de perto pelos periódicos bonaerenses da época.

No ano de 1867, o diário *El Nacional* publicou uma série de artigos que problematizavam a questão da segurança da fronteira pampeana. Fundado em 1852, este periódico constituiu-se como o paladino da causa portenha e caracterizou-se pela mordaz e constante prédica opositora, não obstante o auxílio econômico fornecido por Justo José de Urquiza. Foi dirigido pelo advogado Dalmacio Vélez Sársfield e dentre seus colaboradores estavam Bartolomé Mitre, Vicente López, Miguel Cané, Pedro Echägue, Nicolás Avellaneda e Domingo Faustino Sarmiento.

O estado de abandono das fronteiras interiores da República Argentina e a proliferação da inquietude das tribos indígenas levaram *El Nacional* a proferir críticas à maneira como a questão fronteiriça vinha sendo abordada pelo governo nacional, como nos permite entrever o artigo a seguir:

Una invasión de indios con éxito, era en otros tiempos un gran acontecimiento que conmovia pueblos y Gobiernos; hoy gracias a los talentos y patriotismo de nuestro Gobierno fundado y educado por el General Mitre, nadie habla de las invasiones semanales, sino los deudos de los lanceados, los huérfanos de las madres y esposas cautivadas. Primer, el Chaco estorbó la defensa de las fronteras; por ese pretesto, las cosas fueran más graves. Vino la Guerra del Paraguay, y ya hubo un excelente pretesto para dejar como tabla raza las fronteras del interior, donde se degüella, cautiva y roba con gran descaso...! – el Gobierno olvida todo eso...! (El Nacional, 02/08/1867)

Segundo o periódico, os problemas decorrentes da postura leniente, conciliadora e omissa do governo mitrista perante as invasões indígenas eram agravados pelo papel central agora atribuído à Guarda Nacional na segurança das fronteiras internas. Nesse sentido, o envolvimento do Exército na Guerra do Paraguai teria sido responsável pela reorganização do serviço militar na região fronteiriça, potencializando a participação dos *vecinos* no trabalho de defesa dos fortes e das estâncias. Afastados de seus lares, eram submetidos ao abandono e ao isolamento, situação que, de acordo com *El Nacional*, "lhes engendrava os vícios inerentes a esse tipo de vida" (*El Nacional*, 08/08/1867).

Fica claro que a vida em meio ao Deserto era interpretada como um fator determinante para a progressiva desmoralização do serviço de fronteiras. Carecendo de vestuário e com os soldos atrasados, tendo rompido com o lugar do qual eram originários e pelo qual nutriam afeição, considerava-se que os membros da Guarda Nacional não demonstravam apreço ou apego pela função exercida. Ademais, barbarizados pelo ambiente em que viviam, transformavam-se progressivamente em "párias da civilização argentina" e cometiam imoralidades em nome do princípio da autoridade.

A multiplicação dos *malones* e o estado de insegurança na fronteira pampeana parecem ser a explicação mais plausível para a urgência com que o Congresso Nacional aprovou, ainda no ano

de 1867, um plano efetivo de incorporação do território austral à jurisdição estatal. No mês de julho, os senadores Juan Llerena (San Luis),¹¹ Maurício Daract (San Luis)¹² e Gerónimo Del Barco (Santa Fe)¹³ apresentaram o projeto de lei que regulamentava a atuação dos militares na ocupação das margens dos rios Negro e Neuquén como linha de fronteira nacional contra os índios. A viabilidade de sua aplicação foi analisada pela Comissão de Guerra do Senado, composta por Juan Madariaga (Corrientes),¹⁴ Joaquin Granel (Santa Fe)¹⁵ e Juan Llerena, assim como pelo ministro da Guerra e Marinha, Juan Andrés Gelly y Obes.

É importante destacar que os debates parlamentares sobre o projeto de lei ocorreram em meio à indefinição do status jurídico atribuído ao território austral e aos seus habitantes. Nesse sentido, no mesmo âmbito político, conviviam duas ideias conflitantes: a de que os territórios indígenas eram nacionais e a resistência fronteiriça, um problema de ordem interna; e a de que as fronteiras com os povos indígenas consistiam nos limites da nação, sendo qualquer aquisição territorial considerada uma conquista. Logo, a análise das falas dos senadores permite apreender a oposição entre uma realidade palpável — o Estado argentino exercia sua jurisdição até a linha de fortins dos Pampas — e uma realidade plasmada pela lei — a ambição do exercício do domínio sobre todo o território que se estendia até o rio Negro (e, por vezes, até o estreito de Magalhães).

Diante desse panorama, o primeiro tópico de discussão suscitado pelo projeto de lei dizia respeito à definição dos limites do avanço territorial e à aceitação do rio Negro enquanto linha de fronteira austral. Valentín Alsina, 16 senador por Santa Fe, encabeçou a defesa de uma proposta alternativa de ocupação do território. Segundo ele

Todos eses campos intermedios [entre os ríos Colorado e Negro], pues, están defendidos por sí; porque el indio no puede cruzarlos y venir directamente desde las Manzanas, por ejemplo, á Salinas [Grandes]: tiene que venir precisamente por la costa; porque no

puede separarse de los únicos lugares en que encuentra agua y pasto. Por eso yo he creído que ocupando militarmente la línea del Colorado, y ocupando militarmente, sobre todo la isla de Choele Choel, lo que es muy fácil, queda perfectamente resguardada la frontera. Llegarían los indios a Choele Choel y no podrán pasar más adelante, porque las fortificaciones que existieran en Choele Choel, lo impedirían. (H. Cámara de Diputados de la Nación, 02/07/1867: 136-137)

Para Alsina, a aridez do terreno localizado entre os rios Colorado e Negro atuava, em termos estratégicos, como uma espécie de "barreira" que tornava menos extensa a linha de fronteira a ser estabelecida nas margens do primeiro. De acordo com sua avaliação, ocupada a linha do Colorado e a ilha de Choele Choel, local onde os índios costumavam fazer a invernada do gado, "queda defendida la línea del Negro, en la cual no hay más que cuidar un solo punto inabordable por los indios" (*H. Cámara de Diputados de la Nación*, 02/07/1867: 138).

No entanto, Valentín Alsina admitia que o desconhecimento geográfico dos territórios compreendidos pelo Deserto austral permanecia um elemento que obstaculizava uma decisão acertada quanto à ocupação definitiva de uma ou de outra linha de fronteira. Na sua visão, uma "obra dessa magnitude" demandava, acima de tudo, o reconhecimento topográfico da região.

Rechaçando veementemente a proposta acima explanada, muitos parlamentares buscaram desconstruir e deslegitimar as enunciações de Alsina, justificando a escolha do rio Negro enquanto barreira natural contra os ataques indígenas. Dentre eles estava o autor do projeto, Juan Llerena, que estabeleceu uma comparação bastante ilustrativa entre os dois projetos em questão:

El curso de este río [Colorado] que no será menor de 400 leguas y ofrece innumerables vados; por mejor decir, no es una verdadera barrera fronteriza de una línea de defesa continuada y general, y sobre todo, como he dicho, no corre sino dos meses del año y es fácilmente vadeable en todas partes los demás meses. Por otra parte, la ocupación de esta línea no puede ser sino por tierra y las guarni-

ciones à la margen del río Colorado, se verán aisladas en el desierto, no pudiendo tener comunicación ni aún por sus extremos (...) Esa línea [río Negro] es más corta que la del Colorado. El Río es perfectamente navegable más arriba de la confluencia del río Neuquén y Limay. Sus pasos son contados y muy difíciles, de manera que se pueden defender con pocas fuerzas. La expedición para ocupar el río Negro, no es necesario hacerla por tierra; es preferible hacerla con agua y no ofrece dificultad ninguna para la navegación a vapor, de manera que puede sostenerse una comunicación mensual y regular con la Capital. (H. Cámara de Diputados de la Nación, 02/07/1867: 143)

Outra questão que suscitou a discordância entre os senadores envolveu o artigo 2º do projeto de lei, que determinava que "a las tribus indígenas comprendidas en el territorio entre la actual línea de frontera y la fijada por el artigo 1º de esta ley, *se les reconoce el derecho aborigenal para la posesión del territorio* que les sea necesario para su existencia en sociedad fija y pacífica". Dizendo-se contrário a tal determinação, Tadeo Rojo, ¹⁷ senador por San Juan, argumentou que

(...) ocupada la línea del río Negro, los indios pampas tienen que caer de rodillas ante la nacionalidad argentina, no tienen que contar ya contar ya con la impunidad que han gozado hasta hoy para hacer sus correrías. Entonces vendrán á quedar como todos los habitantes de la República, bajo todas las garantías que son comunes á todos los habitantes, y no hay para qué darles derecho de posesión. (H. Cámara de Diputados de la Nación, 02/07/1867: 149)

Como vimos, a convicção de que os nativos que "não se submetiam voluntariamente às forças estatais e não tinham residência estabelecida desde largo tempo", estariam destituídos de todos os direitos garantidos pelo pertencimento à comunidade nacional, também se fez presente entre a intelectualidade chilena. No caso de Rojo, tal ideia era mobilizada como forma de legitimar a apropriação das terras por eles habitadas, sem implicar a violação de princípios legais.

Em complemento à argumentação acima exposta, o senador Ángel Navarro (Catamarca)¹⁸ destacou a existência de outro aspecto que, a seu ver, impedia a caracterização dos indígenas pampeanos como "sociedades fixas e pacíficas":

(...) los indios propiamente no tienen derecho á determinada porción del territorio, porque son tribus nómades que no se asientan fijamente en ninguna parte, sino que recorren indistintamente una gran extensión de territorio, y solo se fijan en alguna parte para resguardarse de nosotros que estamos en abierta guerra con ellos. Los indios no viven de otra cosa que de las depredaciones que hacen en nuestra frontera, y por consiguiente no tenemos que reconocerles derechos ningunos. (H. Cámara de Diputados de la Nación, 02/07/1867: 150)

Nesse sentido, assim como Rojo, Navarro considerou que os nativos se tornariam aptos a receber compensações territoriais quando adotassem "costumes civilizados", renunciando às depredações e ao latrocínio instigados por sua condição "nômade e bárbara" (embora saibamos que essa atitude dificilmente foi cumprida pelo Estado argentino, dado que uma das principais reivindicações dos movimentos indígenas na contemporaneidade consiste na retomada de seus antigos territórios).

Em contrapartida, Llerena esforçou-se por convencer os parlamentares de que o artigo 2º era conveniente por compatibilizar os interesses das tribos e das autoridades nacionais. Argumentou que a intenção dos redatores ao elaborá-lo era persuadir os indígenas de que o governo argentino comprometia-se com a garantia de seus direitos. Segundo o senador, tal postura "benévola e humanitária" seria capaz de atrair a simpatia de determinadas tribos, evitando o enfrentamento bélico e assegurando sua colaboração ao longo da realização da expedição militar ao rio Negro.

É interessante destacar que alguns aspectos da vida indígena nos Pampas mencionados por Llerena distavam visivelmente da condição animalesca comumente atribuída aos nativos pelo discurso político *criollo*. Isso porque o senador reconheceu que as parcialidades indígenas não apenas possuíam plena ciência das leis que tramitavam no Congresso Nacional, mas também poderiam oferecer resistência ao projeto de expansão territorial, caso estivessem convencidas de que o interesse do governo era despojá-las de suas terras e eliminar sua presença do território austral. Assim sendo, argumentou Llerena, os direitos aborígenes fixados pelo artigo eram indispensáveis

(...) para que las tribus indígenas que hoy existen en armas no formen liga para hacer ai más difícil la consecución del objeto que se desea. Si á todas esas tribus se les despojara de su territorio, se les reduciría á la desesperación y harían ligas que serian formidables y que dificultarían la ocupación de la línea. Ese articulo no importa otra cosa que una declaración de las miras benévolas del Gobierno Nacional hacia esas tribus nómades. (H. Cámara de Diputados de la Nación, 02/07/1867: 154)

Foi justamente o reconhecimento da capacidade de organização política e bélica das comunidades indígenas que levou o artigo 4º do projeto de lei a determinar a imprescindibilidade de uma expedição militar para submetê-las ou arrojá-las aos territórios situados ao sul dos rios Negro e Neuquén. Entre os senadores, parecia ser um consenso o fato de que a solução definitiva para a proteção das propriedades *criollas* contra os *malones* dependia da conjugação entre a ocupação militar da fronteira do rio Negro e o desalojamento dos índios que resistissem a se sujeitar ao regime da "vida civilizada". A legitimação da ação do Exército Nacional contra os nativos levou Tadeo Rojo a considerar o projeto de lei em questão como "la primera tentativa hecha en obsequio de la seguridad interna, especialmente de la parte Sur de la República, en que tan frecuente e impunemente es atacada por salvajes de la Pampa" (*H. Cámara de Diputados de la Nación*, 11/07/1867: 187).

Sancionada pelo Congresso Nacional em 13 de agosto de 1867, a Lei nº 215 só seria efetivamente colocada em prática após o término da Guerra do Paraguai. Entretanto, nos anos que se seguiram à sua aprovação, o incremento da movimentação *criolla* na

fronteira e o recorrente descumprimento dos tratados de paz suscitaram a desconfiança e o descontentamento de determinadas parcialidades indígenas. Ainda que na maior parte das ocasiões reforçassem em seu discurso o desejo de manter a paz e a convivência com as autoridades nacionais, condicionavam tal questão à preservação da soberania sobre os territórios austrais.

A partir da década de 1870, tornou-se visível às parcialidades indígenas dos Pampas e da Patagônia que os canais de negociação política com o Estado argentino estavam sendo progressivamente limitados. Uma evidência disso foi a desativação do sistema de tratados de paz às vésperas da implementação da política de expansão territorial a nível ministerial.

Diferentemente do que ocorrera no Chile, onde a centralização do poder em Santiago foi conformada desde o período colonial, a tardia unificação política do Estado argentino e a dificuldade de equalização dos conflitos internos retardaram o processo de territorialização. Entretanto, a chegada de Nicolás Avellaneda à presidência da República, no ano de 1874, seria um verdadeiro divisor de águas na política de fronteiras. Debilitadas, fragmentadas e desamparadas pela opinião pública e pelos dirigentes civis e militares, as parcialidades indígenas se viram obrigadas a recorrer a meios alternativos à diplomacia fronteiriça para sobreviverem à ofensiva bélica colocada em prática pelo Estado argentino.

Notas

- Nome derivado do vocábulo quéchua "chacú", era empregado pela população indígena para denominar a área que se estendia entre os rios Salado e Pilcomayo até as costas do rio Paraná.
- 2. Território delimitado ao norte pelo rio Diamante e, ao sul, pelo rio Negro.
- 3. Região situada ao sul dos rios Negro e Limay.
- Grupos indígenas que sofreram forte influência dos mapuches, habitantes da Araucania chilena.
- 5. Segundo o imaginário colonial, consistia em um misterioso povoado de origem inca, hispânica ou estrangeira, que abrigava uma população perdida e fantásticas riquezas. Dada a inexatidão de sua localização, estimava-se que poderia estar situado desde o rio Colorado até o estreito de Magalhães.
- 6. O critério de autoctonia expressa que os *longkos*, por se conceberem como parte de uma comunidade anterior à existência do Estado nacional, exigiam ser respeitados tal como o eram as províncias e seus governadores.

- 7. Os grifos desta citação e das demais citações neste artigo são nossos.
- 8. Ignacio Rivas (1827-1880) teve importante participação nas guerras civis argentinas, na Guerra do Paraguai, na supressão da rebelião de López Jordán e na Revolução de 1874, a favor de Bartolomé Mitre. Seu contato com a realidade da fronteira pampeana teve início no ano de 1855, quando foi enviado para a localidade de Azul para fundar o forte Olavarría.
- 9. Emilio Conesa (1821-1873) teve participação destacada nas guerras civis argentinas, na Guerra do Paraguai e na repressão à rebelião de López Jordán. Uniu-se a Juan Lavalle na campanha contra Juan Manuel de Rosas em 1840 e exilou-se em Montevidéu após a morte de seu chefe. Combateu sob as ordens de Justo José de Urquiza na Batalha de Caseros e apoiou a revolução que separou o Estado de Buenos Aires da Confederação Argentina. Defendeu Bartolomé Mitre na Batalha de Cepeda e auxiliou Urquiza na elaboração do Pacto de San José de Flores.
- 10. Adolfo Alsina (1829-1877) foi um importante político e jurisconsulto argentino. Dentre os papéis de destaque por ele assumidos estavam: membro do Partido Unitário, fundador do Partido Autonomista (1862), governador da província de Buenos Aires (1866-1868), vice-presidente da República Argentina (1868-1874), fundador do Partido Autonomista Nacional e ministro da Guerra e Marinha (1874-1877).
- 11. Juan Llerena (1825-1900) foi membro do Congresso Constituinte que sancionou o texto da Constituição de 1853. Em fins de 1865, foi eleito senador pela província de San Luis, passando a defender a necessidade de expulsar os indígenas do território pampeano. Concluído o seu mandato, participou da fixação das fronteiras entre San Luis e Córdoba e da elaboração do tratado limítrofe entre Chile e Argentina, em 1881.
- 12. Comerciante, Maurício Daract (1807-1887) retornou à sua provincia natal, San Luis, após a Batalha de Caseros. Foi nomeado governador e ordenou o juramento da Constituição nacional. Foi senador por dois períodos, entre 1862 e 1874. Apoiou a atuação do general José Miguel Arredondo na revolução de 1874, mas a derrota o obrigou a distanciar-se da política por uma década.
- 13. São escassas as informações disponíveis sobre Gerónimo del Barco. Sabe-se que seu filho, homônimo (1863-1927), foi governador da província de Córdoba e membro do Partido Autonomista Nacional (PAN).
- 14. Juan Madariaga (1809-1879) foi general e membro do Partido Unitário. Uniu-se a Justo José de Urquiza na Batalha de Caseros e, após seu término, permaneceu em Buenos Aires como deputado provincial. Ainda em 1852, dirigiu a revolução que separou Buenos Aires do resto do país. Participou também da Batalha de Pavón e da Guerra do Paraguai.
- 15. Joaquín Granel (1833-1904) teve formação militar e participou da defesa de Buenos Aires contra a invasão promovida pelo federalista Hilario Lagos. Posteriormente, assumiu os cargos de ministro de Governo em Santa Fe, de secretário da Convenção Nacional reformadora da Constituição de 1853 e de deputado federal.
- 16. Valentín Alsina (1802-1869) foi escritor, jurista e membro do Partido Unitário. Opositor de Juan Manuel de Rosas, emigrou para o Uruguai fugindo das perseguições políticas. Após a queda de Rosas, retornou ao país e participou da revolução de 1852 contra Justo José de Urquiza. Foi eleito governador de Buenos Aires e presidiu a Assembleia Constituinte que sancionou a primeira Constituição provincial portenha. Em 1857, foi novamente eleito governador de Buenos Aires. Após a derrota de Bartolomé Mitre na Batalha de Cepeda, foi obrigado a abandonar o cargo.

- Apesar da escassez de informações biográficas sobre Tadeo Rojo, sabe-se que este foi um político unitário, que atuou como legislador provincial, deputado e senador nacional.
- São escassas as informações biográficas sobre Ángel Navarro, entretanto, sabe-se que foi jurisconsulto e senador nacional.

Bibliografia

- DE JONG, Ingrid. Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional. *Quinto Sol*, nº 13, p. 11-45, 2009.
- LENTON, Diana. Política indigenista argentina: una construcción inconclusa. *Anuário Antropológico*, 2009, I. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2010.
- LETTIERIL, Alberto. La República de las Instituciones. Proyecto, desarrollo y crisis del régimen político liberal en la Argentina en tiempos de la organización nacional (1852-1880). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- LUIZ, Maria Tereza. Relaciones fronterizas en Patagonia: la convivencia hispano-indígena a fines del período colonial. Ushuaia: Asoc. Hanis, 2006.
- MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco Antonio; MÄDER, Maria Elisa. (Orgs.). Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PASSETTI, Gabriel. *O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas entre Argentina e Nova Zelândia (1826-1885)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- RODRIGUEZ, Fermín. *Un desierto para la nación: la escritura del vacío.* Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2010.
- OJEDA, Jorge Pavez. *Cartas mapuche (siglo XIX)*. Santiago: CoLibris/Ocho Libros Editores, 2008.
- SARASOLA, Carlos Martinez. *La Argentina de los caciques: o el país que no fue.* Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2012.

¿El gaucho está muerto? Os embates da intelectualidade argentina frente ao criollismo no contexto do Centenário de Independência

Ivia Minelli*

La construcción de una tradición impone forjar un abolengo, un linaje que revele espesuras, honduras e inmemorialidades (que el acto "original" de la construcción vuelve precisamente recordable e historiable) para conjurar las inestabilidades e incertidumbres del futuro. En este sentido, tradición y modernidad no se oponen, se complementan. Es la modernidad la que necesita de tradiciones.

(Funes, 2003: 99)

Visitar os debates do Centenário de Independência da Argentina é deparar-se com questões sobre a narrativa do nacional e com as mais diversas disputas que essa linguagem pode despertar entre os intelectuais do período. Na virada do século XIX para o XX, a literatura é epicentro do cenário cultural argentino, imersa numa perspectiva moderna e também reivindicadora da autonomia local, revelando várias articulações entre as linguagens oitocentistas, as abordagens estrangeiras e as apreciações de obras e ideias trazidas pela expansão do cenário urbano. Dessa forma, para realizar uma análise crítica desse período é preciso considerar a amplitude desse quadro literário, tanto em relação aos temas e propostas que ele suscita, quanto aos sujeitos e motivos nele envolvidos.

Entre as décadas de 1880 e 1910, as cidades do país ganham uma nova dinâmica por conta da confirmação da força do estado centralizado,¹ que se dedicaria a institucionalizar projetos culturais já planejados e executados ao longo do século XIX. As discussões em torno do uso da língua e de suas expressões remontam à primeira metade do século, com obras ilustres de Sarmiento e

^{*} Doutoranda da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Alberdi, por exemplo, mas também à história periodista da Argentina como um todo, que agregava grande expectativa literária no decorrer de décadas folhetinescas. À medida que os impasses políticos internos eram dissolvidos, destacava-se a polêmica em torno das questões simbólicas, deflagrando intensas disputas entre profissionais das letras ligados aos projetos estatais e aqueles que buscavam distanciar-se dessa perspectiva política que o lugar letrado podia oferecer. Esse embate narra a história de formação do cânone literário argentino diante das comemorações independentistas que, se por um lado, desenharam as articulações de diferentes propostas literárias frente aos impasses da modernidade, por outro, definiram o parâmetro elitista desse contexto.

Outro segmento literário bastante difundido no período e que, na maior parte das vezes, não é incorporado ao rol dos debatedores da língua nacional é a literatura *criollista*, reincorporada ao universo crítico acadêmico nos anos 1980 por Adolfo Prieto (1988). O estudioso aproximou-se dessa experiência literária a partir da análise de documentos tidos como populares e que foram marginalizados à própria época, por conta da linguagem neles empregada, da origem editorial, dos temas abordados e de seus autores pouco conhecidos. No entanto, o número de tiragens dessas obras é algo estrondoso e elas continuam merecendo atenção para que se alcance uma crítica mais densa a respeito dos embates pela letra nacional.

Essa produção literária *criollista* tratada por Prieto esteve, durante muito tempo, relacionada a uma característica essencialmente folclórica,² numa chave de leitura que a colocava como remanescente da linguagem oitocentista que, muito mais do que saudosista, trazia as marcas de um passado argentino superado. A base da experiência *criollista* é a literatura gauchesca, que surgiu como símbolo do nacional logo após as lutas de independência da Argentina, consagrada por Bartolomé Hidalgo em versos dos livros *Cielitos* (1818) e *Diálogos patrióticos* (1820). Configurando uma escrita que imita a voz *gaucha* e abrange os mais diversos assuntos sobre as mazelas sofridas pelos homens de origem campe-

sina, o gênero gauchesco sofre significativas transformações no seu curso pelo século XIX, por conta dos divergentes interesses que confluem no seu lugar de expressão, desde ensaístas que buscaram entender os pampas argentinos até poetas que assumiram essa tal voz *gaucha*. Parte da configuração da memória histórica nacional está em legitimar o *gaucho* como o verdadeiro ser nacional e, na sua vertente literária *criollista*, essa perspectiva embasava os discursos marginalizados pela pauta progressista na virada do século.

É preciso frisar a expectativa difusa dessa noção de *criollismo*. Entre os debatedores do Centenário, o "criollo" podia representar uma característica pura do espírito nacional, perseguida pelos intelectuais que se propunham a estabelecer uma cronologia evolutiva do pensamento e das letras argentinas; mas também agregava um sentido coletivo e popular, com o qual se identificavam os diferentes segmentos que povoavam as cidades, entre eles migrantes e imigrantes, que manejavam de forma abrangente os elementos do discurso gauchesco (Javier Sánchez, 2010: 202). Essa expressão do popular ficou registrada na produção massiva de folletos gauchescos e revistas criollas que, embora também buscassem estabelecer certa posição simbólica frente aos entraves da modernidade, foram ignorados e silenciados. Dessa forma, o estudo desse material pode nos ajudar a recompor vozes que, até os dias de hoje, não fazem parte do rol de referência intelectual e do sentido crítico das letras argentina, uma vez que mapeia os interesses divergentes de uma época.

Se considerarmos os intelectuais como pensadores atuantes no cenário público e produtores de opinião,³ tenham eles respaldo acadêmico ou não, mas que congregam e articulam características indicativas de um grupo ou classe sociocultural, podemos considerar que poetas, *payadores*, periodistas e compositores que reivindicavam as antigas formas de narrar a vida *gaucha* em sua arte também faziam parte de certo círculo intelectual. Nesses *folletos* e revistas que circulavam principalmente nas grandes cidades do país, encontramos a questão urbana nas problemáticas do homem *criollo*, da mesma forma que podemos localizá-la, por exemplo, na

renomada produção *Nosotros* (1907-1943), de Alfredo Bianchi e Roberto Giusti; nos volumes magistrais de *Historia de la literatura argentina* (1916), de Ricardo Rojas; e nos diversos trabalhos de José Ingenieros e Leopoldo Lugones. Nesse sentido, *payadores*, acadêmicos e literatos tinham em comum os debates em torno do contexto da modernidade cultural, da institucionalização da política e das inconstâncias frente à forte presença imigrante, sendo que se diferenciavam, principalmente, pela forma que adotavam em seus discursos.

Essas produções criollistas, mais do que testemunharem a formação de Centros Criollos no final da década de 1890, perspectiva a que teriam sido reduzidas pelo engajamento do cânone literário ao longo século XX, defendiam o tradicional modo de narrar como o formato cultural ideal para essa Argentina moderna. Por conta dessa proposta um tanto controversa, a nossa aproximação com a intelectualidade criollista começa pela insignificante presença, hoje, de tais folletos gauchescos e revistas criollas nos arquivos e biblioteca argentinos, mas que seguem vivos e muito acessados por investigadores em outro país, na Alemanha. Em Berlim, encontra--se a "Biblioteca Criolla", compilada e organizada pelo alemão Robert Lehmann-Nitsche (1872-1938) e pertencente ao fundo documental do Ibero-Amerikanisches Institut. O antropólogo alemão, que também estudou medicina e ciências naturais em diferentes instituições europeias, viveu e trabalhou na Argentina entre 1897 e 1930, assumindo a direção da recém-criada seção de antropologia do Museo de La Plata e também os cargos de professor nas universidades de La Plata e Buenos Aires. Esse estudioso reuniu um singular *corpus* documental sobre a vida *criolla*, preservando cartas, postais, fotografias, folhetos, periódicos e tantas outras referências como baralhos, jogos, panfletos, cartas e recortes de jornais, a partir dos quais elaborou e publicou inúmeros estudos.4

Um de seus mais minuciosos trabalhos contempla a figura de Santos Vega,⁵ o lendário *payador* argentino que só fora vencido em sua arte pelo próprio diabo. Para realizar esse estudo, Lehmann-Nitsche valeu-se de todos os relatos sobre ele a que teve acesso,

desde poesias do começo do século XIX, até relatos e publicações periódicas do seu presente, com o objetivo de traçar as transformações e permanências dessa personagem emblemática que, da ficção, saltaria para o plano do real entre homens do Centenário. Nota-se que esse pesquisador estava inserido, portanto, numa vertente do debate cultural pouco valorizada à época, o que o levaria a publicar um artigo intitulado "Al pueblo argentino de 2010!".6

Em meio às suas pesquisas, o alemão cunharia o termo revistas criollas, a fim de definir a significativa circulação periódica que ocorria paralelamente às revistas culturais e letradas.7 A maior parte daquelas revistas não chegava a ultrapassar seus primeiros números, poucas seguiam ativas por meses, e quase nenhuma alcançou mais de um ano de publicação. Parte das dificuldades também pode ser atribuída às disputas e rivalidades intelectuais do período, pois, por detrás dessas edições, encontramos importantes casas editoriais e alguns nomes expressivos da cena literária, musical e intelectual do país. Por exemplo, em cada primeiro editorial das revistas criollas encontram-se definições bastante conscientes dos debates pelas letras que circulavam dentro e fora do país. Raza Pampeana, revista jocosa, literaria, de actualidades y costumbres nacionales (1908), de La Plata, que tinha como dono e diretor Arturo A. Mathón8 e teve a exata duração de 19 publicações, assim apresenta seu ímpeto ao público:

Nosotros venimos para cantar las glorias criollas, no para cantar su desaparición; porque en la vida de estos pueblos, la evolución que va cambiando al aspecto de las cosas, va perfeccionando también lo que antes fuera el nido carácter pampeano; y al perfeccionarlo ha dejado intacto los rasgos tópicos de la idasincracia [sic] nacional, porque el alma que palpitaba bajo el alero de barro y totora se expande con igual intensidad bajo el marco perfeccionado de la moderna habitación. El paisano no ha muerto ni morirá.

O mesmo tópico aparece em outras várias publicações, como La Tapera. Revista semanal de literatura criolla (1902): Cuando el cosmopolitismo que predomina entre nosotros ha confundido completamente las costumbres criollas y la nota dominante de la época es la pasión por la literatura clásica, cuando las sólidas ambiciones triunfan y las diversas opiniones psico-literarias se atacan sin tregua ni piedad; cuando todo se discute, todo se conmueve, todo vacila, todo se dice ó poco ó nada práctico se resuelve; (...)

Pero, llenos de fe en nuestros corazones y amor pátrio, seremos perseverantes en la lucha, e inculcaremos á nuestros compatriotas los estilos nacionales hasta que podamos como las naciones europeas adoptar un lenguaje puramente criollo que se haga extensivo en ambas las orillas del Río de la Plata.

Nesse sentido, é possível projetar que o registro do tema é muito extenso e, inclusive, abarcava publicações e autores estrangeiros, o que nos faz rever e ampliar as circulações e domínios intelectuais do período. Entre os materiais de Lehmann-Nitsche está, por exemplo, o recorte de um artigo do espanhol Miguel de Unamuno, que escreveu, em 1899, sobre "La literatura gauchesca" para a revista madrilenha *La ilustración española y americana* (1899). Nesse texto estão registradas ideias contrárias aos editoriais aqui apresentados, concebidas por um letrado reconhecido e elitista.

El gaucho ha muerto; la civilización le ha matado dulcemente, sin convulsiones, y ahora su alma respira otra vida más dulce, la vida del recuerdo, la de la poesía.

Com esse arranjo de documentos, o estudioso alemão nos sugere cruzamentos outros entre debates e possíveis debatedores.

A partir dessa perspectiva, é interessante destacar uma revista criolla chamada Santos Vega. Revista semanal de actualidades, que também teve uma vida curta, com apenas 32 números editados entre janeiro e agosto de 1914. É uma revista pouquíssimo conhecida, embora tenha seu editorial firmado pela famosa Empresa Haynes. Em seu formato, encontramos seções de crônica internacional, interesse científico, fragmentos de famosos poemas gauchescos e clássicos romances ocidentais, humor, charges, ativida-

des sociais portenhas; tudo enlaçado por belas capas que registram a moderna vida argentina. *Santos Vega* é uma versão refinada dentre as revistas que exaltam a tradição, na qual é defendida certa mistura cultural deflagradora da autonomia local. No seu primeiro número também está a defesa do *criollismo*:

No venimos por cierto a hacer nada nuevo; pero sí venimos a hacer vivir sobre las cosas nuevas, el viejo espíritu de las viejas tradiciones. Murió en verdad Santos Vega, "aquel de la larga fama", o cruza siempre la pampa, admirado de sus progresos asombrosos, y "alta el ala del sombrero" —, levantada del pampero, — al impulso soberano?...; Aquí está, pues, Santos Vega! Aquí está, en estas páginas, el primitivo gaucho abrazado a la civilización y la cultura, resuelto a ir siempre más lejos, a luchar por el bien, a cantar la belleza, sin renunciar para esto ni al amor de su tierra, ni la ley del corazón. Quién dijo que el gaucho amaba la soledad y odiaba al extranjero? Ahora dirá Santos Vega lo que siente y lo anhela!¹⁰

O emblemático nome da revista está atrelado ao poema escolhido como símbolo gauchesco pelos organizadores da revista, "Santos Vega", de Rafael Obligado, que aparece publicado parte a parte nos quatro primeiros números. Depois de um longo século em que se contou e recontou a lenda do renomado *payador*, Obligado publica em 1885 sua versão final dessa lenda, ¹¹ já descrita antes por Bartolomé Mitre (1838) e Eduardo Gutiérrez (1880-1881), por exemplo. O mais famoso poema desse poeta, engajado na fundação da Facultad de Filosofia y Letras da Universidad de Buenos Aires, mescla uma norma culta de escrita e expressões próprias da gauchesca, atualizando os debates em torno da linguagem.

Santos Vega cruza el llano, alta el ala del sombrero levantada del pampero al impulso soberano. Viste poncho americano, suelto en ondas de su cuello y chispeando en su cabello y en el bronce de su frente lo cincela el poniente con el último destello.

¿Dónde va? Vése distante de un ombú la copa erguida, como espiando la partida de la luz agonizante. Bajo la sombra gigante de aquel árbol bienhechor, su techo, que es un primor de reluciente totora, alza el rancho donde mora la prenda del payador.¹²

Mediante essas observações sobre debates esquecidos do contexto do Centenário, que nos sugerem, inclusive, outros tantos espaços possíveis de sociabilidade na cena urbana, já não se pode ignorar a grande circulação de ideias presentes nesse tipo específico de material gráfico. Alguns pesquisadores, provenientes principalmente da teoria literária, propõem rearticular os significados desses espaços populares de escrita, para entender a especialização e a autonomização do campo literário no início do século XX, "paralelo e incluso en ciertos aspectos opuestos a la intervención del modernismo (el camino más estudiado en relación con esta problemática para la misma época)" (Chein, 2007: 7). Se a Argentina trata de revisitá-lo hoje, no Brasil é um tema praticamente desconhecido.

Em 2014, foi lançado na Argentina um livro bastante interessante, sobre diversos círculos literários formados ao longo da história do país, e que chegou a ganhar importantes prêmios da sua categoria. Sociabilidades y vida cultural. Buenos Aires, 1860-1930, coordenado pela historiadora Paula Bruno, retoma o tema para o campo historiográfico e se propõe a redesenhar o mapa da intelectualidade portenha de forma a desconectar os grandes marcos políticos dos debates pela cultura. No livro são exploradas as diferentes associações realizadas durante esse recorte temporal na cidade,

a respeito de nomes, lugares e produções decorrentes desses encontros que reuniram intelectuais para discutir sobre a profissionalização da carreira letrada, o cientificismo, o socialismo, o anarquismo, e até sobre o espiritismo, a teosofia e o catolicismo em seus envolvimentos com as letras. No entanto, não há um capítulo reservado ao tema gauchesco e nenhum intelectual relacionado ao universo *criollista*, o que nos leva a pensar na necessária reavaliação do fundamento linear e elitista que cerceia os estudos da formação do pensamento argentino.

É importante destacar que esse circuito intelectual *criollo* não se apresentava como antimoderno, ao passo que apenas se valiam de outras bases argumentativas para engendrar seus projetos culturais. A literatura *criollista* nasceu nas cidades e utilizou a voz *gaucha* como forma de erigir um registro intelectual de escrita frente às tensões da modernidade. O que se nota com o silenciamento dessa vertente, portanto, são conflitos de representatividade, pois reconhecê-la implicaria ceder ao registro gauchesco certo recurso narrativo que comunicava uma postura, uma opinião e, provavelmente, uma projeção intelectual e cultural em tempos de afirmação do nacional. A própria revista *Santos Vega* revela que os discursos sobre a identidade nacional na Argentina ultrapassam, inclusive, os obstáculos impostos no jogo entre as letras canônicas e as marginalizadas, construindo outras possibilidades literárias ao cruzar o culto e o tradicional.

A título de conclusão, acreditamos que o ganho em propor novos registros históricos dentro dos já convencionais marcos da teoria literária é ampliar e sobrepor experiências, pensadas para além das instituições que atestariam a atuação do letrado profissional. No entanto, a demanda teórica continua sendo um debate pela inscrição do tema, sem rearticular sujeitos esquecidos que sacudiam a lógica progressista da formação do pensamento argentino. A Argentina do Centenário vivia uma convulsão de ideias por conta da condição de seus leitores, de seus editores e de seus escritores, o que seguramente ultrapassava as experiências dos carreiristas da profissão.

Notas

- 1. Após o sucesso da Campanha do Deserto, o general Julio Argentino Roca se torna presidente do país em 1880 e assume o tom moderno da governança argentina.
- 2. Já na década de 1920, o Estado argentino promoveu uma grande pesquisa nacional, nas escolas de todo o país, a fim de compilar o maior número possível de relatos sobre o folclore nacional. A "Encuesta de 1921", como ficou conhecida, gerou registros oficiais gigantescos e conformava uma perspectiva cultural.
- 3. Poderiam ser citados aqui inúmeros trabalhos, mas optamos por indicar como ponto de partida os textos que compõem a obra de Carlos Altamirano, *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos* (2005).
- 4. Entre eles, destacamos aqui a série intitulada "Folklore argentino", publicada entre 1905 e 1918, que apresentava aspectos particulares da cultura *criolla*, como o uso do *chambergo*, os jogos de adivinhação rioplatenses e o método de castração de cavalos.
- 5. Esse trabalho de Lehmann-Nitsche foi publicado em 1917 no *Boletín de la Academia Nacional de Ciencias*. de Córdoba.
- 6. Em outubro e novembro de 2010, o IAI fez uma exposição em homenagem ao centenário do artigo de Robert Lehmann-Nitsche, em que, sob a curadoria de Bárbara Göbel e Mirta Zaida Lobato, apresentava a "Biblioteca Criolla" e as características plurais da coleção.
- 7. O trabalho recente de Gloria Chicote (2014) fala-nos sobre esse universo de circulação periódica, ainda que esteja bastante ancorado numa perspectiva do popular apenas como consumidor dessas ideias.
- 8. Payador, compositor e letrista.
- 9. Na lista de publicações importantes que essa casa editorial promoveu, está a famosa revista *Mundo Argentino* e o periódico *El Mundo*.
- 10. "Alta el ala del sombrero..." Santos Vega. Revista semanal de actualidades. Buenos Aires, 3, jan. 1914, ano I, nº 1.
- 11. A primeira décima teria sido escrita em 1877, assim como as três primeiras partes do poema. Em 1885, Rafael Obligado acrescentou a Parte III do poema e publicou, pela primeira vez, a obra em conjunto.
- 12. Parte II, "La prenda del payador". *Santos Vega. Revista semanal de actualidades.* Buenos Aires, 10, jan. 1914, ano I, nº 2.

Bibliografia

- ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2005.
- BOLETÍN DE LA ACADEMIA NACIONAL DE CIENCIAS DE CÓRDOBA. T. XXII. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1917.
- BRUNO, Paula. *Sociabilidades y vida cultural. Buenos Aires*, 1860-1930. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2014.
- CHEIN, Diego. Introducción. In: *La invención literaria del folklore. Joaquín V. Gonzáles y la otra modernidad.* Tucumán: Consejo de Investigaciones de UNT, 2007.
- CHICOTE, Gloria. Redes intelectuales argentino-latinoamericanas: los universos letrado y popular en la primera mitad del siglo XX. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2014.
- FUNES, Patricia. Leer versos con los ojos de la historia. Literatura y nación en Ricardo Rojas y Jorge Luis Borges. *História*. São Paulo, 22 (2), 2003.

9. ¿EL GAUCHO ESTÁ MUERTO?

- JAVIER SÁNCHEZ, Santiago. El aporte del "criollismo" a la forja de la identidad nacional argentina. *Tinkuy*. Université de Montréal, nº 12, 2010.
- LA ILUSTRACIÓN ESPAÑOLA Y AMERICANA. Madri, nº XXVII, 27 jul. 1899.
- LA TAPERA. REVISTA SEMANAL DE LITERATURA CRIOLLA. Buenos Aires, ano I, nº 1, abr. 1902.
- PRIETO, Adolfo. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1988.
- RAZA PAMPEANA. La Plata, ano I, nº I, 01 fev. 1908.
- SANTOS VEGA. REVISTA SEMANAL DE ACTUALIDADES. Buenos Aires, ano I, nº 2, 10 jan. 1914.

Reflexões sobre o conceito de raça no pensamento de Fernando Ortiz¹

Fernando Luiz Vale Castro*

La raza es concepto estático; la cultura, lo es dinámico. La raza es un hecho; la cultura es, además, una fuerza. La raza es fría; la cultura es cálida. Por la raza sólo pueden animarse los sentimientos; por la cultura los sentimientos y las ideas. La raza hispánica es una ficción, generosa, si se quiere; pero la cultura hispánica es una realidad positiva, que no puede ser negada ni suprimida en la fluencia de la vida universal. La cultura une a todos; la raza sólo a los elegidos o a los malditos. De una cultura puede salirse para entrar en una cultura mejor, por autosuperación de la cultura nativa o por expatriación espiritual y alejamiento de ella. (Ortiz, 1929: 9)

Hemos escogido el vocablo transculturación para expresar los variadísimos fenómenos que se originan en Cuba por las complejísimas transmutaciones de las culturas que aquí se verifican, sin conocer las cuales es imposible entender la evolución del pueblo cubano, así en lo económico como en lo institucional, jurídico, ético, religioso, artístico, lingüístico, psicológico, sexual y en los demás aspectos de su vida. (...) La verdadera historia de Cuba es la historia de sus intrincadísimas transculturaciones. (Ortiz, 2002, 1ª ed. 1940: 254)

Introdução

Este trabalho partiu de um objetivo inicial: realizar uma análise das ideias do intelectual cubano Fernando Ortiz (1881-1969) sobre raça, entre os anos 1920-1940, com o objetivo de refletir sobre a identidade cultural cubana, preocupação fundamental do autor desde a publicação de *Los negros brujos* em 1906, na qual havia

^{*} Professor de história da América do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

uma forte influência das concepções dos italianos Cesare Lombroso e Enrico Ferri.²

Na segunda década do século XX, com *Entre cubanos*, houve, segundo alguns estudiosos do tema,³ o início de um processo de relativização e posterior superação dos ideais da criminologia racialista. O autor foi atraído, por exemplo, pelo movimento afrocubanista para pensar a formação do povo cubano, sobretudo no que tange às questões relacionadas à formação racial tendo como pano de fundo suas reflexões sobre a identidade cultural e social dos cubanos. Ortiz passava a se preocupar em definir o que seria a cubanidade, iniciando uma reflexão que buscaria analisar as relações de identificação e diferenciação que os cubanos estabeleciam entre si e os outros povos.

Ortiz, em seus estudos, especialmente a partir dos anos 1920, interessou-se pela cultura afro-cubana, investigando o folclore e as várias tradições da Ilha. Em síntese, pretendo compreender a relevância da questão racial na sua obra, bem como refletir sobre certos paradigmas, para além do afro-cubanismo (fortemente marcado pelos paradigmas da antropologia cultural), que influenciaram algumas de suas formulações teóricas, em especial o espiritismo.

Nosso objetivo é investigar como a questão racial pode ser compreendida nas obras de Fernando Ortiz, analisando as mudanças que o tema sofreu e partindo da hipótese de que suas reflexões transcendem quaisquer possibilidades de explicações esquemáticas, ou seja, de que não é possível compreender suas ideias a partir de referenciais únicos. Especificando esse argumento, no início do século ele escreveria sob a influência do positivismo biologizante e, a partir dos anos 1920, teria sofrido uma guinada na qual passaria a seguir uma vertente culturalista.

A importância do discurso racial na América Latina

A América Latina caracterizou-se como um espaço no qual ocorreu um significativo processo de fusão ou fusões raciais, fato que explica o advento de uma série de intelectuais, desde a primeira metade do oitocentos, preocupados em refletir sobre temas relacionados com essa questão.⁴

Não é nosso objetivo estabelecer uma reflexão sobre as várias definições de raça. Em que pesem as diferentes concepções conceituais elaboradas desde o século XVIII e ao longo do XIX, havia um ponto que norteava todas essas interpretações: a superioridade do homem branco europeu, que seria o exemplo de raça superior e contraponto do homem negro, considerada a raça mais próxima da selvageria, ou da barbárie.

De acordo com João Gabriel Ascenso (2011), neste cenário o conceito de raça disseminou-se na América. Neste sentido, a ideia de mestiçagem ocupou papel central nas discussões sobre a identidade do homem americano. No entanto, se, durante o período colonial, o discurso relativo à mestiçagem atuou na legitimação do homem americano, após as independências ele teve que lidar com um novo cenário político, que acabava por gerar uma indagação fundamental para a intelectualidade de então, a saber: como garantir a soberania dos novos Estados quando houve todo um trabalho discursivo no sentido de delegar à maior parte de suas populações a qualidade de inferiores? Em síntese, desde o momento em que as diferenças entre os grupos sociais foram vistas a partir de paradigmas raciais pautados na biologia, a possibilidade de regeneração tornava-se praticamente nula em um curto espaço de tempo. Portanto, para Ascenso, o argumento racial significaria, em um primeiro momento, a condenação científica da América.

Esse dilema era vivido pela intelectualidade cubana recém-independente, que precisava "construir" sua nação com tais referências. Devemos somar a isso o processo de dominação engendrado pelos Estados Unidos a partir de sua participação na Guerra de Independência e, posteriormente, com a Emenda Platt.⁵

O século XX marcou uma nova perspectiva no que tange ao discurso racial no continente latino-americano, observável no processo de ressignificação do conceito de raça por meio da valorização dos diferentes elementos constitutivos da nacionalidade, com especial destaque para os indígenas e africanos, bem como

para a mestiçagem. Esta passava a ser vista positivamente, e não mais como símbolo de degradação, conforme a ciência do oitocentos defendia. Neste contexto intelectual houve uma clara tendência, por parte de alguns pensadores latino-americanos, de valorizar elementos ligados à cultura. Mesmo com a manutenção do conceito de raça para explicar as relações sociais e a construção das identidades nacionais/continentais, este passa a ser visto como um constructo fundamentalmente baseado em uma concepção culturalista. Em Cuba, é possível observar que as primeiras décadas do século XX foram caracterizadas por essa mudança gradual acerca da questão racial.

O estudo do pensamento de Fernando Ortiz permite observar a mudança conceitual/semântica relacionada ao conceito de raça. Um dos objetivos deste trabalho é refletir acerca das rupturas entre as ideias defendidas pelo autor e as manifestações do racismo científico do século XIX, partindo da hipótese de que as reflexões sobre a questão racial foram o pilar fundamental do pensamento de Ortiz.

Raça e racismo no pensamento de Fernando Ortiz

Conforme exposto acima, o conceito de raça foi uma das categorias que apresentou, de forma mais expressiva, força política e poder retórico no processo de construção das nações latino-americanas em fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Falar de nação, de identidade e de povo na América Latina, nesse período, implicava quase sempre falar de raça.

Nos primeiros escritos de Ortiz, a questão racial foi observada à luz de uma tipificação pautada em aspectos psicológicos e étnicos que, conforme dito, estabeleciam uma hierarquização que seria consequência direta da herança biológica. Com marcas claras dos paradigmas darwinistas, os fenômenos culturais inseriam-se em um rigoroso determinismo racial.

Em *Negros Brujos*, o autor defendeu a tese de que, nos estratos "psicologicamente" inferiores de Cuba, a fusão racial entre negros

e brancos apresentava uma forte tendência de formar seres inferiores, pois os limites da raça negra se imporiam sobre a branca. Neste sentido, Ortiz colocava-se, nesse momento, radicalmente contrário à miscigenação.

Tales elementos negativos precipitaban, de resultas de enérgica y constante reacción social, formando el estrato inferior de su raza. sedimento diferenciado por la ignorancia y por el egoísmo impulsivo, es decir por la primitividad psíquica. ;Será necesario ahora recordar la misma primitividad psíquica de la raza negra? (...) Pero los elementos blancos de la mala vida cubana, no bastan para diferenciarla grandemente de los que se observan en los demás países poblados por la misma raza, y su fruto más desarrollado, el bandolerismo, que sin solución de continuidad se remonta a los aventureros de la Conquista, puede hallarse allende el Atlántico con parecidos caracteres. (...) La raza negra es la que bajo muchos aspectos ha conseguido marcar más característicamente la mala vida cubana comunicándole sus supersticiones, sus organizaciones, sus lenguajes, sus danzas etc., y son hijos legítimos suyos la brujería y el ñañiguismo, que tanto significan en el hampa de Cuba. (...)

Pero la inferioridad del negro, la que le sujetaba al mal vivir, era debida a la falta de civilización integral, pues tan primitiva era su moralidad, como su intelectualidad, como sus voliciones, etcétera. Este carácter es lo que más lo diferencia de los individuos de la mala vida de las sociedades formadas exclusivamente por blancos. (...)

Para aumentar la separación estaban el lenguaje, el vestido, la esclavitud, la música etc. El desnivel moral era agravado por el intelectual. La consecuencia de esa desigualdad hereditaria, racialmente determinada, fue que: "En Cuba toda una raza entró en la mala vida. (Ortiz, 1973, 1ª ed. 1906: 20)

Convém salientar que não nos deteremos mais nos escritos de Ortiz desse período. Neste artigo, como antes explicitado, enfatizaremos a produção que versa sobre a questão racial escrita entre os anos 1920 e 1940, período no qual é possível observar nuances bem interessantes nas reflexões do autor sobre o tema.

Em 1928, Ortiz publica o artigo "La Milagrosa del Cementério de la Habana", no qual analisa a superstição que ainda marcava, sobretudo, os estratos mais baixos da sociedade cubana, ao expor sobre a estátua de uma jovem mulher falecida em 1901, que havia se tornado lugar de peregrinação e devoção em pleno século XX "por que esa estatua de una jovem, hermosa e infeliz madre, há sido convertida por la fe popular, si no en una santa, si en una milagrosa" (Ortiz, 1928: 195).

Em que pese a valorização de elementos culturais e religiosos da Ilha, ainda ficava explícito um forte preconceito racial ao fazer remissões às superstições praticadas em Cuba pelos humildes crentes do "paganismo africano" (Ortiz, 1928: 196), assim como o autor ressalta a ignorância de "la gente de color" por acreditar que a estátua teria elementos terapêuticos capazes, por exemplo, de magnetizar a água, propiciando o poder de cura: "el agua queda magnetizada" (Ortiz, 1928: 196). Igualmente critica os que concedem à falecida virtudes naturais. Ortiz afirmava que "en Cuba son frecuentes estas floraciones de la idolatria, del paganismo, de los cultos diabólicos, estas petrificaciones de las leyendas evheméricas, antropomorfizaciones de las potencias sobrenaturales, personificaciones de las mediunidades anímicas" (1928: 199).

No ano seguinte, 1929, Ortiz clamava: "Cultura, cultura y cultura!" (Ortiz, 1929) como elemento-chave na sua argumentação para que fosse alcançada uma efetiva soberania democrática, tão almejada pelas gerações anteriores. Paralelamente a isso, defendia que a cultura, na sua mais ampla acepção, seria peça fundamental para o desenvolvimento da "fraternidade humana".

A valorização da questão cultural foi claramente influenciada pelos novos paradigmas antropológicos do período, os quais representavam um esvaziamento do conceito de raça e, consequentemente, de racismo no discurso de Ortiz que, explicitamente, defendia o quanto tais premissas eram limitadoras para explicar a complexidade da sociedade de então. É possível observar que, em fins dos anos 1920, já se desenhava fortemente todo um arcabouço

teórico que culminaria, em 1940, com a formulação do conceito de transculturação.

Ao focar sua interpretação em aspectos relacionados com as diferentes matrizes culturais que formavam a sociedade cubana, Ortiz deixava evidente que essa era constituída "por uma mesma cultura", ainda que apresentasse matrizes variadas.

Pero entonces, preguntaréis: ¿Cómo se podrá significar el arca de ese positivo acervo de esencias espirituales que a todos los hispánicos nos corresponde en común? Fácilmente. Pensemos en que lo realmente nuestro, lo que nos pertenece troncalmente a todos, es "una misma cultura", aunque de matices variados, y en que lo único que puede vincularnos unos a otros en el porvenir para nobles y puras actividades no es sino "la cultura" en su sentido más comprensivo y supremo, sin las coloraciones parciales de tal o cual política, religión, escuela o raza. (Ortiz, 1929: 14)

Mesmo diante de certo otimismo, é possível notar que o argumento central do autor era estabelecer um modelo para pensar uma sociedade cujos elementos constitutivos não fossem estabelecidos por meio de referenciais de raça, pois estes deixavam evidente haver um distanciamento entre os diferentes grupos sociais.

Entendemos que essa preocupação se insere em uma dupla dimensão. De um lado, a influência de toda uma ambiência intelectual, interna e externa, que desde a década anterior valorizava gradativamente uma releitura das teorias racialistas/biologizantes as quais influenciaram uma geração inteira de intelectuais latino-americanos a pensar o continente por meio de uma visão que valorizava elementos culturais. Por outro lado, há que se ter em mente o momento histórico de Cuba. Há três décadas como nação parcialmente independente por conta da Ementa Platt e claramente em um processo de busca de sua identidade cultural, (re)escrevia sua história, na qual, por conta de sua composição multiétnica, a questão racial era componente-chave na construção da nação. Logo, superar quaisquer formas de racismo era condição *sine qua non* para o estabelecimento de uma identidade nacional.

Nas palavras de Ortiz:

Las ideas "racistas" son, al igual, contraproducentes. El concepto de raza, que es el más sobado y de mayor ingenuidad aparente, es también, sin duda, muy perjudicial. Ante todo, porque es falso. No hay una raza hispánica, ni siquiera española. Y menos en América, donde conviven las razas más disímiles, con tal intensidad numérica que en no pocas repúblicas no es la que pudiera decirse raza hispánica la predominante. (...)

El racismo divide y es disociador, no sólo desde un punto de vista universal, que ahora no interesa tanto, sino también desde una mira estrictamente nacional, allá donde, como en nuestras repúblicas, la nacionalidad necesita robustecerse por la creciente integración patriótica de todos sus complejísimos factores raciales. (...)

Claro está que la voz "raza" ha sido adoptada a falta de otra absolutamente precisa para significar esa comunidad espiritual que nos une y agrupa, a veces aun en contra de nuestra premeditada voluntad, a todos los que hablamos el más bello de los lenguajes; pero ¿es que no hay otra mejor, sin vernos obligados a crear y dar acepciones sociográficas equívocas a palabras que deben ser de pura etnografía? ¿No es preferible el vocablo "cultura"? (1929: 14)

Mais à frente, nesse mesmo artigo, Ortiz voltou a criticar o conceito de raça, ressaltando ser elemento insuficiente para fazer compreender em sua plenitude qualquer sociedade contemporânea, assim como apontou os limites do conceito para forjar uma identidade nacional capaz de consolidar um projeto futuro para a nação.

El concepto de raza se nutre de cadáveres. Por eso, preferentemente lo defiende el hombre de las cavernas. El concepto de raza se nutre de materiales históricos casi siempre de derribo, no de sustancias vivas. Por eso lo defienden en primer término los que viven y se limitan a vivir, de lo heredado. Y en vez de negociar sus talentos, los entierran, plantan encima esas "flores naturales" de falsa poesía, regadas ampulosamente por la inagotable cretinidad. (Ortiz, 1929: 17)

Na década seguinte, um elemento novo torna-se pano de fundo nos escritos de Ortiz, especialmente naqueles relacionados à compreensão da sociedade cubana: o advento do nazifascismo, que trazia consigo uma releitura bastante radical das teorias raciais. Isto se evidencia em duas conferências realizadas em 1939 e 1941: 6 Defensa cubana contra el antissemitismo (Ortiz, 1955a) e Martí y las razas (Ortiz, 1941).

A partir desse momento, evidenciou-se uma clara tendência de negar o conceito de raça em Fernando Ortiz. O argumento central consistia em que tal conceituação não passava de um equívoco interpretativo que gerou na sociedade o fenômeno dos racismos, os quais seriam desdobramentos de uma má interpretação. Este equívoco era fomentado tanto pela falta de pesquisa sistemática quanto pela má intenção das elites dirigentes, que se valiam do discurso racial para justificar suas ações repressivas.

El vulgo creía en la existencia de razas inferiores y superiores, como siglos atrás creyó en la sangre azul de la nobleza y en la sangre sucia de la plebeyez, y aceptaba la predestinación de unas *razas selectas*, llamadas a dominar siempre sobre otras, fatalmente condenadas a servidumbre. La *raza blanca* nació para mandar y para servir habían nacido la *negra* del África, la *india* de América, y, en general, todas las *gentes de color*. (Ortiz, 1941: 4)

Valendo-se de aspectos religiosos e filosóficos do Oriente e da Antiguidade Clássica, Ortiz vai defender que desde os primeiros registros da humanidade havia correntes que defendiam a igualdade de todos, "que todos los hombres nacían iguales, y que solamente la virtude hacía que uno fuese superior al outro" (1941: 4).

É possível, ainda que Ortiz não faça essa reflexão, estabelecer uma associação entre essa premissa e os princípios filosóficos que norteiam o espiritismo. Para os espíritas, e este é um de seus princípios fundamentais, todos são iguais na sua origem e devem trilhar um mesmo caminho. Entretanto, a forma e o tempo que cada um levará depende diretamente de seu esforço individual. Portanto, o espiritismo trabalha com a perspectiva de que todos são

iguais inicialmente, mas não estão necessariamente iguais ao longo de sua jornada.⁷

É possível notar uma clara preocupação do autor em historicizar o conceito de raça, especialmente em Cuba, quando ele foi utilizado para justificar a escravidão, tardiamente abolida em 1886, bem como para explicar a participação dos diferentes grupos étnicos na luta de independência e no processo de construção da nação. Além disso, as observações históricas feitas por Ortiz serviam para reforçar uma de suas posições centrais, a saber: de que o discurso racialista servia para escamotear as práticas imperialistas da segunda metade do século XIX. Ele, mesmo reconhecendo o esforço científico presente no darwinismo e no evolucionismo, defendia a tese de que, tanto quanto as "cosmogonias mitológicas", as concepções científicas do oitocentos "no estaban aún exentas del vírus racista" (Ortiz, 1941: 7). Ressalta ainda que as teorias racistas, à época, serviram para justificar a formação dos impérios coloniais, bem como para acirrar as rivalidades imperialistas. Havia, portanto, um interesse político na retórica racista.

Tal crítica coaduna-se com toda uma reflexão de boa parte da intelectualidade latino-americana diante dos rumos da Segunda Guerra Mundial. O ano de 1941 foi chave para o continente, desde a assinatura da Carta Atlântica, em agosto, até a efetiva entrada dos Estados Unidos após o ataque a Pearl Harbor. Nesse sentido, a questão do imperialismo estava na ordem do dia dos intelectuais do período.

El desarrollo de los imperialismos coloniales de británicos, franceses, alemanes, belgas, italianos y otros, en varios continentes, particularmente en África, dieron nuevo interés político al racismo para justificar, ahora con la antropología, las subyugaciones que antes se bendecían con la Biblia abierta. Hasta los imperios de Europa se combatían entre sí con fantásticas teorías raciales. Aún no han cesado y la política totalitaria, furiosamente racista, ha puesto uniforme a la antropología, regimentándola con sus tropas de agresión. (...) La raza se desvanecía como fenómeno biológico de trascendencia social. (Ortiz, 1941: 7-8)

Ao partir para uma reflexão sobre alguns escritos de Jose Martí, Ortiz buscou legitimar sua argumentação de que o conceito de raça era impreciso, sobretudo para pensar a realidade cubana e latino-americana. Valendo-se da interpretação martiana, defendeu que raça só servia para justificar mecanismos de dominação com base no binômio superior/inferior. A questão racial não poderia servir de parâmetro para estabelecer uma hierarquia social.

El término raza, aplicándolo a la gente de "nuestras tierras americanas", es decir, al conjunto de pueblos de análoga cultura troncal, los de "nuestra América", como luego se ha venido repitiendo. Pero Martí no se equivoca. Él sabe que "nuestra América" no es "nuestra raza" en un sentido biológico. (...) En el caso citado, raza quiere expresar *cultura*, como hoy se diría; pero esta acepción del vocablo no estaba todavía en uso hace 60 años, cuando escribía Martí. (...). No. *No hay razas*, dice Martí; pero al emplear el vocablo raza en su concepto más amplio, piensa que las razas sólo por ser tales razas, aun siendo distintas somáticamente, no son mejores ni peores unas que otras. (Ortiz, 1941: 14-15)

Em *La defensa contra el antissemitismo*, Ortiz estabeleceu uma argumentação muito mais contundente acerca dos problemas e dos limites do conceito de raça e, principalmente, da construção retórica que visava justificar os racismos, "los malditos racismos", que se faziam presentes "para aumentar los males de nuestra Cuba" (Ortiz, 1955a: 1).

Novamente, o autor denunciava que os racismos deveriam ser encarados como uma estratégia para desequilibrar a Ilha e justificar possíveis estratégias de dominação política e econômica. No entanto, neste texto, ele deixava explícito que sua preocupação residia no fato de ideias estrangeiras estarem chegando com enorme força na Ilha. Ideias estas que não se coadunavam com a história e a sociedade cubanas, na medida em que Cuba era formada "por aportes humanos de diferentes orígenes" (Ortiz, 1955a: 1).

O racismo, tal qual era formulado naquele momento, não se harmonizava com a formação social cubana. Esta havia sido, nos dizeres do autor, integrada por ondas imigratórias das mais diversas nacionalidades, credos e línguas. Este contexto levou ao surgimento de uma sociedade plural na qual não haveria espaços para manifestações racistas. "Todo racismo es en definitiva un insulto y un peligro para todos los cubanos por igual" (Ortiz, 1955a: 3).

Ao criticar a entrada de ideias antissemitas em Cuba, Ortiz elaborou uma severa crítica a toda e qualquer forma de racismo, chamando a atenção para a necessidade de se estabelecer uma política de Estado que recriminasse quaisquer atitudes racistas, assim como para que o país deixasse claro seu posicionamento à comunidade internacional. Neste sentido, Ortiz destaca o posicionamento cubano, claramente antirracista por conta da Oitava Conferência Panamericana de Lima, em que se defendia:

- 1. Que de acuerdo con los principios fundamentales de equidad ante la Ley, cualquiera persecución por motivos raciales o religiosos que haga imposible a cualquier grupo humano vivir decentemente, es contraria al sistema político y jurídico de América.
- 2. Que el concepto democrático del Estado garantiza a todos los individuos las condiciones esenciales para desenvolver legítimamente sus actividades, dentro del respeto que merece cada persona.
- 3. Los gobiernos firmantes de esta declaración aplicarán estos principios de solidaridad humana. (Ortiz, 1955a: 9)

Ainda em 1939, em texto intitulado "A cubanidade e os negros", formulou, pela primeira vez, a interessante metáfora do *ajiaco* como emblema da nacionalidade cubana, como símbolo de uma cubanidade, interpretando "os abraços amorosos" da mestiçagem como "augurais de uma paz universal dos sangues (...) de uma possível, desejável e futura desracialização da humanidade" (Ortiz, 1942), negando, portanto, as hierarquias raciais comuns até então.

Citando mais longamente o autor:

A cubanidade não pode depender simplesmente da terra cubana, onde se nasceu e nem da cidadania política que se goze: e às vezes se sofre. Na cubanidade "há" algo mais do que um metro de terra

molhada, do que o primeiro choro de um recém-nascido, algo mais que algumas polegadas de papel branco, marcados com selos e gravuras simbólicas de uma autoridade que reconhece uma vinculação social verdadeira ou suposta. A cubanidade não dá origem: não há uma raça cubana e não há raça pura, não há nenhuma. A raça, afinal, não é mais do que um estado civil firmado por autoridades antropológicas; mas esse estado racial sabe ser tão convencional e arbitrário, e às vezes tão mutável, como o estado civil delimita o homem a tal ou qual nacionalidade. A cubanidade para o indivíduo não está no sangue, nem no papel, nem na habitação. A cubanidade é, sobretudo, a qualidade peculiar de uma cultura, a de Cuba. Dito em termos correntes, a cubanidade é a condição da alma, complexo de sentimentos, ideias e atitudes. (...)

Mas se todas essas culturas recebessem eflúvios da cubanidade, em qual delas destilou mais a cubania? Como ocorre com o *ajiaco*, o sintético e o novo estão no fundo das substâncias decompostas, precipitadas, revoltas, fundidas e assimiladas em um jogo comum; combinam numa mistura de gentes, culturas e raças. (1942: 2)

Em 1940, publicou uma conferência, "Los factores humanos de la cubanidad", proferida em 28 de novembro do ano anterior, quando novamente utilizou *el ajiaco* como metáfora para compreender o elemento central da identidade nacional cubana (Ortiz, mar.-abr., 1940a).

La imagen del ajiaco criollo nos simboliza bien la formación del pueblo cubano. (...) Ante todo una cazuela abierta. Eso es Cuba, la isla, la olla puesto a fuego de los trópicos, (...). Y ahí van las sustancias de los más diversos géneros y procedencias. La indiada nos dio el maíz, la papa, la malanga, el boniato, la yuca, el ají que lo condimenta y el blanco xao-xao del casabe con que los buenos criollos de Camagüey y Oriente adornan el ajiaco al servir. (Ortiz, Fernando. Los factores humanos de la cubanidad apud Ortiz, 2002, 1ª ed., 1940: 193)

A metáfora do *ajiaco* permite-nos estabelecer a síntese de sua argumentação acerca da questão racial. A raça seria um mito, um

engano, pois a sociedade não podia ser entendida a partir de uma premissa meramente biológica que, mesmo nesse campo, apresentava limitações. A reflexão de Ortiz passava pelo fundamento de que não existiam nem raças superiores, nem inferiores, pois o que poderia ser visto como a "raça" cubana só poderia ser compreendido ao se observar o processo de integração dos aspectos culturais presentes na Ilha, ou seja, os elementos indígenas, africanos, hispânicos, latinos, anglo-saxões, judeus, asiáticos etc.

Ao longo dos anos 1940, Ortiz amadureceu sua argumentação sobre o racismo, considerado por ele como um dos maiores e mais sérios problemas de Cuba e da América Latina. Neste período é possível notar, em suas reflexões realizadas na primeira metade da década e reunidas no livro *El engano de las razas*, de 1946, e em algumas conferências na segunda metade da década, publicadas em periódicos nos anos 1950, que a superação da questão racial e a valorização da pesquisa de aspectos culturais marcaram essa etapa do pensamento do autor. Devemos salientar também que, em vários momentos, é possível observar a influência de diferentes paradigmas que nos auxiliam a entender o discurso de Ortiz sobre a temática em questão.

Em *El engano de las razas*, Ortiz estabeleceu uma síntese de suas reflexões elaboradas ao longo de mais de uma década. O autor defendeu a tese de que os aspectos físico-biológicos como traços, altura, ossatura etc., bem como a pigmentação da cútis dos seres humanos apresentam variações quase infinitas, o que inviabilizaria a elaboração de "tipos ideais" construídos a partir dessas variações. Outrossim, as características humanas não eram determinadas por fatores genéticos, e sim pela transmissão de costumes, valores, crenças, ou seja, pela influência dos elementos culturais.

Ao justificar, em conferência proferida em 1949 (Ortiz, 1955b), os limites científicos do racismo, Ortiz utilizou em mais de um momento elementos discursivos que ora se aproximavam de alguns aspectos da retórica espírita, ora se aproximavam da antropologia cultural. Embora o autor não mencione o espiritismo

como pressuposto teórico para suas reflexões, este fica bastante evidente, por exemplo, nessa breve passagem, na qual se explicita tanto a lei do progresso quanto o livre-arbítrio, fundamentos centrais da doutrina espírita.

Es la ciencia la que ha de elevarnos a todos, dándonos la liberación definitiva, ahuyentando los malos espíritus, asegurando el progreso y poniendo en manos del hombre la responsabilidad de sus propios destinos. (Ortiz, 1955b: 161)

Observando a produção de Fernando Ortiz desde os seus primeiros escritos, em que pesem as mudanças de referenciais, evidencia-se que a questão da história e as práticas culturais da Ilha sempre estiveram entre as suas preocupações. Destacam-se, nesse processo, tanto as pesquisas sobre as religiões quanto sobre a música, a dança, a alimentação, as artes de uma maneira geral, e também sobre os costumes, desde o vestuário até a sexualidade dos vários povos que formaram a sociedade cubana. Suas reflexões sobre raça e racismo foram a pedra de toque de seu pensamento. Todos os seus estudos sobre os mais variados temas, tais como música, dança, criminologia, política, história, antropologia, arqueologia etc., apresentavam a questão racial como mote para as suas reflexões.

Considerações finais

Defendemos, neste trabalho, a tese de que Ortiz repensou a identidade cubana a partir da negação ou, no mínimo, da relativização dos preceitos racialistas, sobretudo lombrosianos, de fins do século XIX e primeiros anos do século XX, a partir da valorização de aspectos culturais do povo cubano, mais precisamente da influência de suas diferentes manifestações étnico-culturais. Seu projeto passava pela fusão das diferentes "Cubas", e tal integração, premissa básica para pensarmos o país, seria o *ajiaco* sobre o qual deveriam se debruçar os intelectuais cubanos. Podemos concluir que somente intelectuais que dominassem os valores culturais dos vá-

rios segmentos da sociedade cubana teriam condições de entender efetivamente a cultura e a identidade dessa sociedade.

Partimos da hipótese de que, na primeira metade do século XX, teria ocorrido uma série de mudanças conceituais relacionadas a "raça" na América Latina, expressadas, entre outras, nas obras de Fernando Ortiz. Tais mudanças, e esta foi uma das questões norteadoras da pesquisa, pautam-se na valorização do hibridismo cultural ocorrido no continente e considerado determinante para o advento de novas concepções de nação formuladas pela intelectualidade latino-americana. Estas, em síntese, superavam o racismo científico que caracterizou o século XIX e as primeiras décadas do século XX por meio da positivação da ideia de mestiçagem e da afirmação de elementos não necessariamente europeus, tendo como aportes teóricos, no caso de Ortiz, dentre outros, o espiritismo, entendido a partir de um viés universalista, e a valorização de aspectos culturais multiétnicos como expressão típica da identidade cubana, base para a formulação do conceito de transculturação.

Em suma, realizamos uma análise de conteúdo direcionada aos diferentes significados do conceito de raça nos textos de Fernando Ortiz com o intuito de perceber como foi elaborado discursivamente o processo de "culturalização da raça", observando as rupturas e as continuidades em relação ao racialismo científico em diálogo com o panorama do desenvolvimento do discurso racial à época.

Nesse sentido, não há como buscar explicações simples e unidimensionais para compreender o pensamento de Fernando Ortiz. A compreensão de seu ideário – e, no caso deste artigo, buscou-se entender sua concepção de raça – só se faz possível ao se observarem as várias matrizes intelectuais que o influenciaram, desde o positivismo e o lombrosianismo, passando pelo espiritismo e a antropologia cultural.

Notas

1. Este trabalho foi resultado de pós-doutoramento realizado junto ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, sob a supervisão da professora doutora Maria Helena Capelato. Algumas dessas reflexões foram apresentadas no artigo "Um intelectual multifacetado em um caleidoscópio de ideias: raça no pensamento de Fernando

- Ortiz", publicado na *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, nº 2, mai.-ago. 2016. Agradeço a José Arévalos pelo auxílio junto aos arquivos cubanos e a Consuelo Naranjo, por algumas das referências bibliográficas.
- 2. Defendiam método classificatório para a análise dos criminosos, ou, ao menos, potenciais criminosos, por meio de proporções e características físicas, na chamada antropologia criminal que, invariavelmente, seguia as premissas raciais da segunda metade do século XIX para estabelecer o maior ou menor grau de criminalidade do indivíduo. Sobre isso ver, entre outros: Guido Barbujani, A invenção das raças. Diversidade e preconceito racial. (São Paulo: Contexto, 2007) e Andréas Hofbauer, Uma história de branqueamento ou o negro em questão (São Paulo: Ed. Unesp, 2006).
- 3. Ver, em especial, Emerson Divino Ribeiro de Oliveira, *Transculutração: Fernando Ortiz, o negro e a identidade nacional cubana 1906-1940* (Goiânia, Universidade Federal de Goiás, Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, 2003).
- 4. Dentre os vários trabalhos já publicados, destacamos: Guido Barbujani, A invenção das raças. Diversidade e preconceito racial (São Paulo: Contexto, 2007);Catherine Coquery-Vidrovitch, O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra (In: FERRO, Marc (Org.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005); Andréas Hofbauer, *Uma história de branqueamento ou o negro em questão* (São Paulo: Ed. Unesp, 2006); Peter Gay, O outro conveniente (In: A experiência burguesa da Rainha Vitória: o cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995); George Reid Andrews, América Afro-Latina, 1800-2000 (São Carlos: EdUFSCar, 2007); Lilia Moritz Schwarcz, O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930 (São Paulo: Companhia das Letras, 1993); Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, Raca como questão (Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010); Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (Orgs.), Raça, ciência e sociedade (Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006); Nancy Leys Stepan, A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina (Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005); Santiago Castro-Gómez, Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro" (In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005); Charles A. Hale, As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930 (In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. V. IV. São Paulo/Brasília: Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado (SP)/Fundação Alexandre de Gusmão, 2001).
- 5. Sobre o contexto cubano, ver: Kátia Gerab Baggio, Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico (Varia História, nº 28, dez. 2002);Leslie Bethell (Org.), Historia de América Latina: México, América Central y el Caribe 1870-1930. T. 9. (Barcelona: Crítica; Grijalbo Mondadori, S.A., 1998); Víctor Bulmer-Thomas, Las economías latinoamericanas 1929-1939 (In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. Economía e Sociedade desde 1930. V. XI. São Paulo: Edusp, 2004); Gary Gerstle, Raça e Nação nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940 (In: PAMPLONA, Marco e DOYLE, Don H. (Orgs.). Nacionalismos no novo mundo. Record, Rio de Janeiro, 2008); Richard Gott, Cuba: uma nova história (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004); Luiz Alberto Moniz Bandeira, De Martí a Fidel (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009).
- 6. Interessante notar as datas dessas conferências. O ano de 1939 revelou ao mundo de forma efetiva o significado do nazismo. Por mais que não houvesse dúvida desde a participação alemã na Guerra Civil Espanhola, o biênio 1938/39, com a Auschluss e a

- questão da Tchecoslováquia, deixava claro quais eram as intenções do III Reich. Outrossim, não podemos deixar de mencionar, como veremos adiante, que as teorias raciais arianistas defendidas pelos germânicos chegaram à Ilha nesse momento. Em 1941, as tensões internacionais geradas pela Guerra eram evidentes, sobretudo envolvendo o continente americano por conta da guerra no Atlântico. Sobre isso ver, entre outros: Eric Hobsbawm, *Era dos extremos O breve século XX 1914-1991* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007).
- 7. Nesta parte cabe um pequeno esclarecimento. Falamos do denominado por Kardec de "fluido cósmico universal", que seria a energia primária de onde se originam todas as coisas. A partir desta energia são constituídas as individualidades que, de acordo com o espiritismo, iniciam seu processo evolutivo. Este, com base no livre-arbítrio, é definido pelo esforço de cada um. Logo, a doutrina espírita não defende que todos são iguais, e sim que há um potencial igual de desenvolvimento. Sobre isso, ver o chamado pentateuco de Allan Kardec, conjunto das cinco obras de codificação da doutrina espírita, em especial o *Livro dos Espíritos* e a *Gênese*. Obras a que Ortiz fez referências claras ao longo de sua trajetória intelectual.

Bibliografia

- ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. V. 1. Buenos Aires: Katz Conocimiento, 2008.
- ———. Historia de los intelectuales en América Latina. V. 2. Buenos Aires: Katz Conocimiento, 2011.
- AMARAL, Aracy. Modernidade e Identidade: as duas Américas ou três, fora do tempo. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (Org.). *Modernidade: Vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- ANDREWS, George Reid. América afro-latina, 1800-2000. São Carlos: EdUFSCar, 2007.
- ARÈVALO, José Antonio Matos. Fernando Ortiz. La Virgen de La Caridad Del Cobre: una interpretacción desde el Caribe. *Revista Brasileira do Caribe*, v. VIII, nº 16, p. 411-440, 2008.
- ASCENSO, João Gabriel. *A redenção cósmica do mestiço: uma contribuição à história do conceito de raça no México.* Rio de Janeiro, Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IH / UFRJ. Monografia de bacharelado, 2011.
- BAGGIO, Kátia Gerab. Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico. *Varia História*, n° 28, dez. 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARBUJANI, Guido. A invenção das raças. Diversidade e preconceito racial. São Paulo: Contexto, 2007.
- BARREAL, Isaac (Org.). *Fernando Ortiz: etnia y sociedad.* Havana: Editorial de Ciencias Sociales. 1993.
- BERABA, Ana Luiza. *América Aracnídea Teias culturais interamericanas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BETHELL, Leslie (Org.). *Historia de América Latina: México, América Central y el Caribe* 1870-1930. T. 9. Barcelona: Crítica; Grijalbo Mondadori, S.A., 1998.
- BOAS, Franz. A antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BRONFMAN, Alejandra. *Mesures of equality: social science, citizenship, and race in Cuba* (1902-1940). Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2004.

- BULMER-THOMAS, Víctor. Las economías latinoamericanas 1929-1939. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Historia da América Latina. Economia e Sociedade desde 1930.* V. XI. São Paulo: Edusp, 2004.
- CAIRO, Ana. Lydia Cabrera: praxis vanguardista y justicia cultural. In: PÉREZ, Esther; LUEIRO, Marcel. *Raza y racismo (Antología de Caminos)*. Havana: Editorial Caminos, 2009. p. 86-107.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- DIAZ QUIÑONEZ, Arcádio. Fernando Ortiz e Allan Kardec: Espiritismo e transculturação. *Revista Lua Nova*. São Paulo, nº 82, p. 109-138, 2011.
- FUNES, Patrícia. Salvar la nación Intelectuales, cultura y politica en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- FORNET, Ambrósio. Narrar la nación. Havana: Editorial Letras Cubanas, 2009.
- GERSTLE, Gary. Ração e Nação nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940. In: PAM-PLONA, Marco; DOYLE, Don H. (Orgs.). *Nacionalismos no novo mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- GOTT, Richard. Cuba: uma nova História. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.
- HALE, Charles A. As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. V. IV. São Paulo/Brasília: Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado (SP)/Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- JIMENEZ GARCÍA, Antonio. *El Krausopositivismo de Urbano González Serrano.* Badajóz: Departamento de Publicaciones Disputación Provencial de Badajóz, 1996.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça como questão.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010.
- . (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006.
- MOLINARI, Claudia; ENRÍQUEZ, Mariana. Antropologia de la orilla y Cuba transamericana: los aportes de Fernando Ortiz al pensamiento en América Latina. *Frontera Norte*. Tijuana, México, El Colégio de la Frontera Norte, v. 26, n° 52, jul.-dez. 2014.
- NARANJO OROVIO, Consuelo; PUIG-SAMPER, Miguel Angel. Delincuencias y racismo en Cuba: Israel Castelanos versus Fernando Ortiz. In: HUERTAS, Rafael; ORTIZ, Carmen (Eds.). *Ciencia y Fascismo*. Madri: Doce Calles, 1998.
- Fernando Ortiz: Herencias Culturales y Forja de la Nacionalidad. In: NARANJO OROVIO, Consuelo; SERRANO, Carlos (Eds.). *Imágenes y imaginários nacionales en ultramar.* Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Casa de Velázquez, 1999.
- Fernando Ortiz y las relaciones científicas hispano-cubanas. *Revista das Índias*. V. LX, nº 219, p. 477-503, 2000.
- OLIVEIRA, Emerson Divino Ribeiro de. *Transculutração: Fernando Ortiz, o negro e a identidade nacional cubana 1906-1940.* Goiânia, Universidade Federal de Goiás, Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, 2003.

- OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. Negrismo, afro-cubanismo e transculturação nas trajetórias de Fernando Ortiz, Nicola Guillén e Gustavo Urrutia. 36º Encontro Anual da ANPOCS, GT Pensamento Social Latino-Americano. s/d.
- ORTIZ, Fernando. Los negros brujos. Miami: Ediciones Universal, 1973. (1ª ed., 1906)
- ——. Entre cubanos: psicología tropical. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987. (Ed. orig. 1913)
- ——. Las fases de la evolucion religiosa. *Revista Bimestre Cubana*. Havana, v. XIX, nº 2., mar.-abr. 1919.
- La Milagrosa del Cementério de la Habana. Archivos del Folklore Cubano. V. III, nº 3, jul.-set. 1928.
- Ni racismo ni xenofobia. Discurso proferido na seção solene de 9 de janeiro de 1929 por conta da comemoração do aniversário de fundação da *Sociedad Económica de Amigos del País*. Publicado na *Revista Bimestre Cubana*. Havana, v. XXIV, nº 1, jan.-fev. 1929.
- ———. Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar. Madri: Cátedra, 2002. (1ª ed. 1940).
- ——. A Cubanidade e os negros. *Suplemento Panamericano do Jornal* A Manhã nº 8, 30/08/1942. (Ed. orig. 1939)
- ——. Los factores humanos de la cubanidad. *Revista Bimestre Cubana*. Primeiro Semestre, v. XLV, nº 2, mar.-abr. 1940b.
- ——. El engaño de las razas. Havana: Fundación Fernando Ortiz, 2011. (Ed. orig. 1945)
- ———. Palestra realizada no Club Atenas de Havana em 19 de maio de 1949. Publicado na *Revista Bimestre Cubana*, v. LXX, nº 1, 1955b.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. Diálogos culturais latino-americanos na primeira metade do século XX. *Proj. História*. São Paulo (32), p. 241-256, jun. 2006. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2426/1516. Acesso em: 21/12/2013.
- STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.
- VALDÉS, Eduardo Devés. *Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Buenos Aires: Biblios Editora. 2001.
- YELVINGTON, K. A. The Inventon of Africa in Latin America and the Caribbean. Political discourse and Anthropological praxis, 1920-1940. In: *Afro-Atlantic Dialogues: Anthropology in the Diaspora.* Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1996. p. 35-82.

O trabalho com revistas de humor gráfico e outros desafios para a história intelectual latino-americana

Priscila Pereira*

Os intelectuais e o humor

Em 2010, foi publicada uma coletânea contendo textos humorísticos de grandes nomes da história intelectual argentina, como Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Miguel Cané e José Hernandez. Na introdução de *El humor de los hombres que hicieron la Patria* (2010), Nerio Tello afirmou que tais autores usaram o humor *não como um recurso de entretenimento, mas como uma característica e condição de seu estilo*. Seria uma maneira de dizer as coisas de modo engenhoso e inteligente, apelando à sensibilidade e à atenção seletiva de seus leitores. Neste sentido, o organizador destes textos humorísticos parte do pressuposto de que o humor é um tema deveras sério para ser relegado a um lugar menor. Isso quer dizer que, ao contrário do que nos diz o senso comum, o discurso humorístico não deveria ser considerado algo menos crível ou menos digno de consideração do que os ditos discursos "sérios", marcados pela sisudez e solenidade da palavra.

Aun hoy muchos suelen distinguir entre diarios y revistas "serias" y publicaciones de humor. Sin embargo, la historia ha demostrado que muchas veces el humor ha sido más punzante y crítico que la "expresión seria". Quizás el griego Aristófanes (con *Las aves o Lisistrata*) o el singular comediógrafo romano Plauto, desde el humor, hablaron "seriamente" de su tiempo. (Tello, 2010: 8)

Com efeito, a clivagem entre "discurso sério" versus "discurso humorístico" não é algo que se sustente por muito tempo após uma análise menos superficial sobre o tema. Afinal de contas, é

^{*} Doutoranda em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

sabido que todo discurso humorístico se constitui como uma resposta a uma norma, o que o coloca em relação dialética com as leis que constituem o mundo social e regem o seu funcionamento. "El humor es un modo de representación que trabaja con las leyes, los limites y las normas, las cuestiona y las pone en crisis. Si el humor es transgresivo, lo es porque al operar con las leyes construye un nuevo orden y siempre propone otro sentido" (Zubieta, 1995: 69).

Como discurso que opera a partir do questionamento às respostas previsíveis ante uma lei, o humor sempre guardou relação com os discursos sérios/ hegemônicos e com o poder. "El humor implica (...) una cierta violencia – al lenguaje, a la norma – por lo que no puede pensarse entonces como ingenuo o inocente, porque eso significaría desconocer su necesario dimensión social y política" (Latasa; Miguel; Osorio, 2004: 20). Em outras palavras,

El discurso humorístico (...) se constituye desde una particular posición ante la norma, ante los hábitos, ante la doxa: las normas de interacción social, de la lengua, de las representaciones, de las enunciaciones, su hacer frente a los discursos hegemónicos, los paradigmas cognoscitivos de una cultura, las diferentes ideologías. Esto lleva a pensar que lo político, que es una dimensión constitutiva de todo discurso (...), en el humor regula los procedimientos que lo identifican como tal. (Flores et al., 2009: 116)

Talvez seja por esta razão que, desde tempos remotos, a temática sobre a natureza do discurso humorístico tenha fascinado tanto os homens de letras, de Aristóteles a Bergson, de Freud a Pirandello, de Platão a Baudelaire. A relação entre o humor e a norma levou tanto a teorizações sobre o humor (Bergson, Freud, Nietzsche, Bakhtin, Eco etc.) como à sua instrumentalização através do uso da palavra oral e escrita. Escritores como Rabelais, Mário de Andrade, Charles Dickens, Luis Fernando Verissimo, Voltaire, Jorge Luis Borges etc. valeram-se do uso da ironia, do absurdo, do jogo de palavras, da paródia e de outros recursos mais que integram a representação humorística para compor as suas obras. No entanto, a pergunta que fica é: por que o humor goza de um

status menor nos espaços da chamada cultura "séria", sendo inclusive marginalizado e/ou interditado em muitas ocasiões, como captou com argúcia Umberto Eco na sua conhecida obra *O nome da rosa*?¹

Talvez a resposta para esta questão possa ser encontrada na própria natureza do discurso humorístico. De fato, o termo "humor", cuja origem está na terminologia médica relacionada aos fluidos do corpo humano, tem na teoria medieval dos quatro humores (o sangue, a fleuma, a bílis amarela e a bílis negra) uma das fontes mais importantes para sua definição semântica. Essa característica de fluidez e liquidez é, sem dúvida, um dos principais traços do humor, embora não seja exclusiva a ele. A fluidez do efeito humorístico conecta-se com seu caráter maleável, que pode servir a muitos fins. Quer dizer, o humor pode, sim, ser encarado como uma forma de oposição, sem que isso seja uma condição sine qua non para sua existência.

Podemos caracterizar a representação humorística (...) como aquele esforço inaudito de desmascarar o real, de captar o indizível, de surpreender o engano ilusório dos gestos estáveis e de recolher, enfim, as rebarbas das temporalidades que a história (...) foi deixando para trás. Ela é também o instante rápido da anedota, aquele ouro do instante: ela só consegue revelar o impensado, o indizível ao surpreendê-lo naquele seu momento supremo de estranhamento, que se realiza num átimo, porque depois a história se movimenta novamente, o sentido do novo se esvai, o riso se esgarça e se retrai (...) como que espargindo cinzas sobre a pátina já cinzenta das estátuas do passado. (Saliba, 2002: 29)

A natureza ambivalente, fluida, polifônica e imprevisível do riso não dá margem a dúvidas sobre seu potencial subversivo.² Neste sentido, o humor seria uma forma de desfamiliarização, uma atitude desmistificadora por excelência, mas que, por outro lado, também conduziria à impermanência e à fragmentação, já que ele se revelaria num instante fugaz, que logo se esvairia. "El efecto humorístico adviene como producto de una ruptura de

sentido que instala de modo sorpresivo un orden inesperado" (Levín, 2013: 21), mas cuja duração não passa de um átimo de tempo.

Esse aspecto ambíguo que caracteriza a representação humorística – ela desmistifica, mas por pouco tempo; produz uma disjunção no discurso, mas esse efeito é efêmero – talvez explique por que a história intelectual não tenha se debruçado de maneira tão intensa no estudo dos discursos humorísticos, sobretudo os de natureza gráfica, como já fizeram outras disciplinas das ciências humanas. Afinal de contas, até os anos 1970, a outrora chamada "história das ideias" – antecessora da história intelectual – estava preocupada com as grandes ideias matrizes e suas constantes filosóficas ao longo do tempo (Tarcus, 2014). Assim, estudar um tipo de discurso cujo principal traço é a efemeridade não faria muito sentido.

Outro motivo que talvez explique isso é a sobrevivência no imaginário coletivo de certo lugar-comum relacionado ao humor. Mesmo após o surgimento da chamada "nova história intelectual" e sua pretensão de se concentrar nas ideias marginais e nos pequenos produtores culturais, ainda não existem muitos estudos sobre a relação entre os intelectuais e o humor, embora seja inconteste a relação que ambos mantêm com o poder. E por que isso aconteceria? Aventamos a hipótese de que ainda subsiste certo preconceito em relação ao humor e sua representação, o que pode ser comprovado por ideias tais como "é só uma piada" ou "não é para ser levado a sério". Contudo, queremos questionar, através deste trabalho, o primado da neutralidade de um discurso humorístico, já que partimos do princípio de que nenhuma piada é inocente; aliás, acreditamos que humor implica, necessariamente, certa "perda da inocência".

La irrupción del humor en espacios de la cultura "seria", hace evidente que desde ése, su *no-lugar*, resulta clave para comprender la medida en que pueden alterarse los sentidos cotidianos. Porque las "políticas del humor" proponen la experiencia de la dispersión en el espacio representativo en el que se asientan las

formas del lenguaje y apuntan a mirar el mundo de manera oblicua: mediante la risa fácil, la parodia, la ironía, el humor negro, y hasta la seriedad burlesca. Por ello, nada más acertado para el poder que desatender y ubicar en el lugar de lo banal, el murmullo ininterrumpido de los discursos humorísticos de un pueblo. Y nada más desdichado, porque el humor conlleva la tarea de pensar – como las ciencias, como el arte –, pero de otro modo: pirueta, danza, mueca, desviación. (Barei In: Flores, 2000, contracapa)

De qualquer modo, se o campo intelectual se define também como "un espacio de lucha por la definición de la cultura legítima" (Altamirano, 2008: 9), pode-se concluir que a inclusão do humor e das revistas humorísticas como objeto de estudo envolve questões como a aceitação de novos agentes culturais (como cartunistas, cronistas, humoristas, contadores de piadas etc.), novos cenários da vida intelectual (o bar, a rua, as peñas)³ e novos objetos (a charge, a caricatura, o cartum, a vinheta solta, a piada, a miscelânea, a crônica humorística etc.). Como se pode notar, esta inclusão permitiria problematizar a relação entre as culturas populares.⁴ a indústria cultural e seus mediadores culturais. Reposicionar o papel que tem o humor gráfico e escrito dentro do campo intelectual poderia redimensionar, inclusive, o próprio conceito de intelectual. Afinal, cartunistas e humoristas têm e/ou tiveram um papel relevante na definição do debate político-cultural, servindo como operadores da esfera da opinião pública.

Revistas humorísticas

Uma revista cultural, literária ou humorística pode ser considerada uma informante de uma complexa rede cultural e discursiva de determinada sociedade. Ela relaciona-se dialeticamente com seus leitores, contribuindo tanto para a formação de um público leitor como para a construção de identidades coletivas. Também mantém uma intrínseca relação com o contexto de sua produção, servindo como caixa de ressonância de discursos vigentes na sociedade. A consciência de sua fugacidade é, ao mesmo tempo, o seu

ponto forte: funciona como antena do novo, adiantando tendências e antecipando debates (Patiño, 2006).

Hijas de la modernidad y de la constitución de la esfera pública más temprana, las revistas acompañaron las formaciones intelectuales y artísticas provenientes de las franjas más innovadoras de los campos culturales en pleno proceso de autonomización. Fueron, en muchos casos, el órgano de esa declaración de independencia de las otras esferas. Intelectuales y revistas son una dupla de presencia revulsiva en el imaginario de la modernidad. Lo público es, por excelencia, el lugar de despliegue de sus intervenciones. En el imaginario moderno, el intelectual es una figura que construye, como lo requiere Edward Said, representaciones articuladas de una sociedad y una cultura. El vasto entramado simbólico del que está hecho un imaginario moderno incluye en su sistema de identidades y funciones aquélla destinada a que los intelectuales condensen las representaciones de ideas, valores y experiencias que den las claves para interpretar una época. Las revistas, creo, han sido el escenario privilegiado de esas "máquinas de interpretar". (Patiño, 2006: 2)

Como aquele que constrói representações articuladas de uma sociedade e de uma cultura, o conceito de "intelectual" se refere aos grupos diretamente envolvidos com a produção e gestão dos bens simbólicos. Sua relação com o poder faz deles vozes importantes na arena do debate político e social, interferindo no espaço público enquanto sujeitos que detêm o capital cultural de determinada coletividade.

El concepto de intelectual, impreciso como el conjunto social que se busca definir con él, tiene, pues, un registro ineliminablemente político y condensa una historia que no es sólo la de una figura social, sino también una historia de las representaciones sobre el papel de los grupos cuya tarea especial es la producción y la administración de los bienes simbólicos. Figura característica de la modernidad, el intelectual se halla conectado al mismo tiempo, por intermedio de una tradición y de una genealogía, con quienes en las sociedades premodernas encarnaban el poder cultural o

desafiaban la definición oficial de la realidad en nombre de una verdad más profunda. Sacerdotes y profetas son antepasados más o menos lejanos del intelectual. (Altamirano, 2008: 148-149)

No caso da Argentina, país que venho estudando há alguns anos, existe uma forte tradição relacionada à produção de revistas culturais e humorísticas. Desde a consolidação desse Estado-nação, é possível acompanhar os grandes debates de cada época a partir dos periódicos que circularam no país, e isso inclui a imprensa de humor gráfico.

Em relação ao humorismo gráfico argentino, podem-se dividir as revistas a partir de sua natureza satírica ou humorística e também de acordo com sua relação com a política. Sobre as publicações satíricas, elas foram e são muito comuns, principalmente entre os portenhos, e caracterizam-se pelo tom satírico e irreverente. Já nas revistas humorísticas, o *eu* se vê implicado no ato de rir. Ri-se do outro, mas também de si, pois aquele que ri sabe que o mesmo poderia acontecer consigo. 6

As revistas também são classificadas de acordo com sua relação com a política, sendo divididas em publicações de humor político ou de corte social/costumbrista. Embora essa divisão seja um tanto ou quanto esquemática, ela é bastante utilizada entre os estudiosos do humor e dos meios massivos argentinos.

De qualquer maneira, é preciso ter em mente que a produção de revistas culturais e humorísticas deve ser vista como o resultado de uma formação intelectual capaz de criar um núcleo de profissionais dos meios impressos e que, apesar das divergências de opinião e visões de mundo, mantém-se afinada com determinado pensamento e linha editorial. Por causa disso, mostra-se apta a intervir no desenvolvimento do campo cultural de uma sociedade.

(...) o riso é um fenômeno social e cultural. Em relação ao primeiro aspecto, não se deve esquecer a expressão de Bergson: "Não desfrutaríamos o cômico se nos sentíssemos isolados. O riso parece precisar de eco. O nosso riso é sempre o riso de um grupo" (...). Em relação ao segundo, confirma-se que o riso traduz valo-

res, revela padrões de comportamento, expressa convenções sociais aceitas pelo grupo ou estabelece o interdito de ações socialmente desaprovadas. Desse modo, resta-nos concluir, citando a máxima do historiador francês: "Diga-me se você ri, como ri, por que ri, de quem e do que ri, ao lado de quem e contra quem e eu te direi quem você é." (Góes, 2009: 237)

O humor gráfico

Nas discussões sobre o humor e a arte do cômico, a categoria "humor gráfico" tem um status específico, já que não se confunde nem com as formas não gráficas de humor, nem com o restante da comicidade impressa. O humor gráfico teria um caráter intermediário entre o material da imprensa — que se relaciona com a notícia e com o imediatismo da informação — e as artes gráficas, das quais a caricatura, o cartum, a charge, o desenho de humor, a tira cômica e a HQ são expressões.⁷

De acordo com Oscar Steimberg, existe um problema na definição deste conceito de "humor gráfico", já que, para haver humor, necessariamente o sujeito da enunciação deve estar presente – pelo menos assim a coisa foi conceituada pelos teóricos do humor. No caso da caricatura, por exemplo, como avaliar o seu efeito cômico, se o desenhista que a fez não está lá no momento em que o leitor a desvenda? Neste sentido, as dificuldades de definição do conceito de "humor gráfico" estão ligadas, essencialmente, à despersonalização da imagem do autor dessas imagens. E isso, segundo Steimberg, ocorreria por quatro razões:

- 1) Por sua condição não presencial.
- 2) Pela articulação da parte gráfica com os textos da publicação.
- 3) Pelo problema da enunciação institucional atrelada ao contexto-suporte em que as imagens são veiculadas (se se trata de uma revista ou jornal).
- 4) Pelas próprias condições cotidianas do gênero, que exigem que o humorista gráfico cumpra um papel socialmente definido, limitado e previsível (ele tem datas para as entregas, esteja inspirado ou não!). (Steimberg, 2001)

O problema gerado por essas quatro limitações é que, se partirmos do pressuposto de que o humor só existe quando se refere a uma expressão de carências, *quando*, *então*, *o humor é "humor gráfico"?*

Pode-se responder em princípio que o enunciador humorístico criado por esse texto gráfico tem um modo particular de se manifestar como *autor social*. Todos o são, mas este não pode – enquanto imagem de autor não presencial, com seu texto sacudido por relações intertextuais materialmente perceptíveis, subsumido em uma enunciação mediática institucional que o excede e definido seu humor como o efeito de um mandato social – cobrir essa condição com as expressões de uma *individualidade triunfante* apesar de tudo, como pode fazê-lo o humorista oral. (Steimberg, 2001)

Portanto, o humor gráfico se estrutura a partir da construção da figura de um autor que tem sua legitimidade para além de sua autoria, uma vez que a enunciação humorística se dará num espaço não conversacional. Por outro lado, isso explica o poder que tem um humorista gráfico o qual, segundo Gombrich, pode impressionar mais que um orador popular ou colunista. "O cartunista pode mitologizar o mundo ou espalhar ilusões", afirmou o historiador da arte.

El caricaturista podría así ser considerado un sujeto peligroso ya que "... nos ha enseñado a verlo de manera novedosa, a verlo como una criatura ridícula. Esto es la verdad de fondo y el objetivo oculto detrás del arte del caricaturista. (...) Con un par de líneas puede desenmascarar al héroe público, reducir sus pretensiones y hacer un stock gracioso de él. Contra este hechizo hasta el más poderoso queda impotente". (apud Burkart, 2005: 27)

Neste sentido, considerar o cartunista ou humorista gráfico um intelectual implica repensar o próprio conceito de intelectual, já que "el humor gráfico es un acto discursivo mudo, que se produce en ausencia del autor y que se completa en la soledad del incierto território de la recepción" (Levín, 2013: 23). Mais do que

outros gêneros, o humor gráfico parte do pressuposto de que existe um acordo implícito entre o humorista e seu público, capaz de achar graça e rir das piadas que ele conta. Neste caso, o humor é o resultado da interseção entre o ato humorístico – a relação estabelecida entre um enunciador e um destinatário a partir de um acordo tácito sobre o sentido relativo de uma mensagem – e a cena imaginária construída por ele – a recepção da mensagem, que produz um efeito humorístico. Contudo, este efeito humorístico é, *a priori*, incerto, já que depende do conhecimento prévio dos leitores e dos códigos culturais que são invocados pelo humorista.

Discurso subordinado a otros discursos, constituido como registro y espacio de transformación y transposición de signos y marcas discursivas provenientes tanto de la oralidad y la gestualidad como de la escritura y de cualquier otro género y soporte mediático (...), el humor gráfico permite atravesar los marcos que constriñan las viñetas para acceder a la dimensión significativa donde habitan y circulan las representaciones sobre la política y los imaginarios sociales que las sostienen. Sin embargo, el acceso a la dimensión política colectiva de las representaciones así como a la dimensión política de los actos que las enuncian no es directo y requiere varias operaciones metodológicas y epistemológicas. (Levín, 2013: 19)

Considerações finais

Neste texto, procuramos entender por que o trabalho com revistas humorísticas é ainda incipiente dentro da chamada "nova história intelectual" e por que humoristas gráficos e cronistas humorísticos não gozam do mesmo estatuto de "intelectuais" de que gozam outros operadores culturais da indústria jornalística.

Em relação ao primeiro aspecto, aventamos como hipótese a sobrevivência de certa imagem negativa relacionada ao humor, como se fosse um discurso ingênuo e carente de seriedade. De maneira contrária a isso, procuramos demonstrar justamente a interface dos discursos humorísticos com o poder e o político, o que faz deles necessariamente uma forma de discurso que implica certa "perda da inocência".

La pregunta sobre las políticas del humor produce generalmente una toma de posiciones acerca de la relación del ejercicio del humor con las normas, con la ley (...). El debate se instala sobre la ruptura de la normativa o el sometimiento a ella, en qué sentido lo hace, con que proyecciones. (Flores, 2000: 17-18)

Também vimos que, provavelmente, algumas características da representação humorística – sua fugacidade, fluidez e imprevisibilidade – podem explicar a resistência em pensar as revistas humorísticas como conformadoras de ideias políticas e integrantes do campo intelectual. Além disso, o fato de estas publicações transitarem por campos relacionados à cultura popular, ao mercado, à indústria cultural e à cultura do entretenimento faz com que sejam vistas ainda com desconfiança. Afinal, a persistência da ideia de que os gêneros estariam divididos em maiores e menores – divisão fomentada pela suposta tensão entre arte popular e belas-artes, imagem e palavra, arte e mercado, cultura popular e erudita – é uma discussão que não foi completamente resolvida em termos institucionais e acadêmicos (Vázquez, 2009).

Finalmente, argumentamos que a figura do cartunista e do humorista gráfico foge a certa noção cristalizada de intelectual enquanto *individualidade triunfante*, já que ele necessariamente é um autor não presencial, que fabrica mensagens condicionadas pelo meio em que trabalha e pelas limitações próprias de seu ofício. Se for possível considerar o cartunista um intelectual, seria muito mais no sentido baudelairiano de alguém que perdeu a sua aura, mas que apesar disso é capaz de produzir efêmeras miniaturas da vida social, que permitem nos aproximarmos *ao perfume do tempo e à graça de uma época*. Neste sentido, é possível encará-lo como um pequeno operador cultural, cuja importância está nas ideias residuais que aciona através de seu trabalho e nas redes que estabelece com outros operadores como ele. Enfim,

Se dice que nunca un chiste derribó un gobierno – y creo que eso es así – puede sí determinar cambios a nivel más doméstico. Yo agradezco mucho a quienes me hacen reír. Creo que el humor

puede hacernos cambiar la opinión sobre un problema y – lo que es evidente – puede cambiarnos el ánimo (Gilio, María Esther. "Una entrevista inédita con Fontanarrosa a un año de su muerte" *Página 12*, 20/07/2008).

Notas

- 1. "Eco se insere entre os estudiosos que, especialmente a partir dos anos 1970, vêm considerando o riso como campo privilegiado do saber. Daí a razão da organização de congressos internacionais, do surgimento de grupos de estudo congregando especialistas de distintos campos do saber, inclusive historiadores. Isso tudo é sinal de que tais pensadores se renderam ao poder de sedução do riso, levando-o a sério. Na França, por exemplo, em 1987, foi criada a Corhum (Association pour le développement des recherches sur le Comique, le Rire et l'Humour), encarregada de pesquisas sobre o cômico, o riso e o humor e que organiza regularmente jornadas de estudo e colóquios sobre o assunto e publica a revista semestral *Humoresques*. Nos Estados Unidos, há uma revista interdisciplinar, *International Journal of Humor Research*, e em outros países há publicações similares. Reafirmando que o riso é "próprio do homem", como postulou Aristóteles há mais de dois milênios, tenta-se mostrar, ainda, que os homens nem sempre riem das mesmas coisas e, tampouco, por razões idênticas" (GÓES, Paulo de. O problema do riso em *O nome da rosa*, de Umberto Eco. *Rev. Filos*. Curitiba, Aurora, v. 21, nº 28, p. 213-240, jan.-jun. 2009. p. 236).
- 2. Embora seja importante esclarecer que se trata do potencial de um discurso humorístico, que pode ou não ser revolucionário ou conservador. Ver Alain Deligne, De que maneira o riso pode ser considerado subversivo? (In: LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011).
- 3. *Peñas* é o nome que se dá a uma reunião de pessoas que se encontram com o fim de se divertir, geralmente para dancar e cantar música folclórica.
- 4. "Quero afirmar que não existe uma 'cultura popular' íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e dominação culturais (...). O essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a 'cultura popular' em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante" (HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 238 e 241).
- 5. "En la sátira no hay compasión ni comprensión, pues no se acerca al llanto ni la ternura. Se alimenta más bien en la indignación, la ira o el profundo desprecio. La desvalorización no es parcial, sino total, radical como si se quisiera eliminar a la persona u obra del universo simbólico, negarle todo sitio en la cultura. En la sátira, la risa que produce en los presentes es un voto por su aniquilación. Mientras el objeto del humor se revela tan solo como inconsistente, incompleto, débil o contradictorio, en el de la sátira desaparece toda ambigüedad pues se trata de una condena que no deja resquicio alguno a la simpatía ni a la duda" (apud FLORES, Ana B. et. al. *Diccionario crítico de términos del humor y breve enciclopedia de la cultura humorística argentina*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2009. p. 173).
- 6. Apesar da sinonímia que costuma ser estabelecida entre *humor* e o conjunto do cômico, é preciso esclarecer que não se trata da mesma coisa, assim como nem toda comé-

- dia tem como fim último provocar o riso. "Humor" implica que o efeito humorístico recaia no próprio *eu*, isto é, o prazer derivado da percepção cômica deve ser compartilhado tanto pelo emissor quanto pelo receptor de uma situação. Já o conceito de "cômico" se refere a uma ruptura da previsibilidade, enquanto na "piada" a graça recai sobre uma terceira pessoa ri-se do outro, em suma.
- 7. Apesar das semelhanças entre caricaturas, charges, cartuns, tiras cômicas e HQ, seria um erro reduzi-los a um mesmo rótulo. As diferenças entre eles estariam relacionadas ao formato charges, caricaturas e cartuns seriam formados por uma única vinheta, e não teriam o elemento sequencial –, e a presença ou não de elementos como a narrativa a HQ não pode prescindir do narrativo, por exemplo. Sobre o tema, ver: Paulo Eduardo Ramos, *Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor* (São Paulo: Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 2007); Edgar Silveira Franco, *HQTRÔNICAS: do suporte papel à rede Internet* (São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004); Joaquim da Fonseca, *Caricatura: a imagem gráfica do humor* (Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999).

Bibliografia

- ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Términos críticos de Sociología de la cultura*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- BURKART, Mara Elisa. Dictadura y caricaturas. Estudio sobre la revista Hum® *e-l@tina*. Buenos Aires, v. 3, nº 12, jul.-set. 2005.
- FLORES, Ana B. et. al. *Diccionario crítico de términos del humor y breve enciclopedia de la cultura humorística argentina*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2009.
- ———. *Politicas del humor*. Córdoba, Ferreyra Editor, 2000.
- GÓES, Paulo de. O problema do riso em *O nome da rosa*, de Umberto Eco. *Rev. Filos*. Curitiba, Aurora, v. 21, nº 28. p. 213-240, jan.-jun. 2009.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LATASA, María Julia; MIGUEL, Mónica Lorena; OSORIO, Mauro Andrés. *El discurso de Hortensia en la red discursiva de Córdoba 1969-1973*. UNC: Escuela de Ciencias de la Información: Trabajo Final, 2004.
- LEVÍN, Florencia Paula. *Humor Político en Tiempos de Represión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- PATIÑO, Roxana. Revistas literarias y culturales argentinas de los 80. Usinas para pensar una época. *Insula: revista de letras y ciencias humanas*, nº 715-716, p. 2-5, 2006.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- STEIMBERG, Oscar. Sobre algunos temas y problemas del análisis del humor gráfico. In: *Signo y Seña*. Buenos Aires, Instituto de Lingüística de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, s/p, 2001.
- TASCUS, Horario. Palabras de Apertura. Il^o Congreso de Historia Intelectual de América Latina. Buenos Aires, 12 nov. 2014.
- TELLO, Nerio (Org.). Nos habíamos reído tanto: el humor de los hombres que hicieron la patria. Buenos Aires: Ediciones Lea, 2010.

PRISCILA PEREIRA

VAZQUEZ, Laura. "En el comienzo hay un muerto...": hacia un programa de estudios de la historieta latinoamericana. *Diálogos de la comunicación*. nº 78, jan.-jul. 2009. ZUBIETA, Ana María. *Humor, Nación y diferencias. Arturo Cancela y Leopoldo Marechal*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1995. (1ª ed. mai. 1995)

"A hora da América": Brasil e EUA no projeto continental das revistas Cuadernos Americanos e Repertorio Americano (1940-1949)

Bárbara de Almeida Guimarães*

Este trabalho é o resultado inicial do projeto de pesquisa que tem por objetivo analisar os projetos de identidade continental americana propostos por colaboradores de dois importantes periódicos de circulação transnacional, a revista costa-riquenha *Repertorio Americano* e a mexicana *Cuadernos Americanos*,¹ ao longo da década de 1940. Com o amplo propósito de compreender a adesão continental estimulada nas revistas, apresentamos uma análise das inserções e distanciamentos do Brasil e dos Estados Unidos (EUA) nos projetos editoriais, de acordo com o rumo dos acontecimentos internacionais.

A primeira metade do século XX foi marcada por intensos conflitos de nível político, social, econômico e ideológico, que levaram a uma desilusão com a ideia de civilização e desencadearam importantes questionamentos identitários em algumas partes do mundo. Frutos de distintas formas de investimento, tais publicações foram iniciadas pela necessidade de dar voz a intelectuais americanos e a exilados europeus, buscando inculcar nos leitores a necessidade de união entre os países do continente, frente aos abalos da Europa imersa na Segunda Guerra Mundial e outros conflitos. Como escreveu Alfonso Reys, "era chegada a Hora da América".

Para compreendermos os projetos continentais propostos nas revistas, percebemos a necessidade de analisar as inserções e exclusões dos países do continente americano e optamos por iniciar

^{*} Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ).

este trajeto pelo Brasil e pelos EUA. O discurso sobre o Brasil nos parece primordial pela questão da delimitação sugerida nas revistas. Ao longo dos textos, percebemos uma variação sobre as concepções de continente, que para alguns autores seria delimitado como Ibero-América ou Hispano-América – contando com variações, como Indo-América, por exemplo. Já a escolha inicial pelos EUA se deu por percebermos um discurso bem positivo em relação a uma aliança com a América Saxônica, apesar de todas as diferenças identitárias e históricas.

Os periódicos e revistas são espaços privilegiados de discussões e ações do campo intelectual, cultural e sociopolítico. Diferentemente dos livros, que quando publicados exprimem uma conclusão por parte do(s) autor(es), as revistas são campos de discursos em aberto, com a clara intenção de provocar reflexões e mudanças. Como observa François Dosse, as revistas constituem um dos suportes essenciais do campo intelectual e "podem ser consideradas como uma estrutura elemental de sociabilidade, espaços muito valiosos para analisar a evolução como lugares de fermentação intelectual e de relações afetivas" (Dosse, 2007: 51).

Para isso, faz-se necessário explicitar os contextos e motivações de criação das revistas, os agentes responsáveis, assim como seus projetos editoriais. Por meio destas informações será possível compreendermos parte das ideias que circulavam em suas páginas, seus objetivos, assim como mudanças que ocorreram ao longo do recorte temporal selecionado.²

Repertorio Americano: da Costa Rica para a América

A Costa Rica viveu um período de ditadura comandado por Federico Tinoco entre 1917 e 1919.³ Durante oito meses, o escritor e educador Joaquín García Monge⁴ exilou-se voluntariamente em Nova York, para compreender e experimentar a visão da América do Norte como Domingo Sarmiento e José Martí. Com problemas de adaptação no país, o editor de tendências arielistas retorna a seu país, ainda em 1918, e lança uma versão costa-riquenha da

revista *Repertorio Americano.*⁵ Contando com uma produção independente, simples e artesanal, a RA não contava com textos inéditos e exclusivos, mas com ensaios provenientes de outras publicações, enviados por escritores e intelectuais de toda a América e de alguns países da Europa. Monge comandava todo o processo de fabricação e publicação da revista de 16 páginas, em tamanho tabloide, que teve sua periodicidade bem variada ao longo dos anos.⁶ O editor pretendia fazer uma cobertura dos acontecimentos pertinentes ao continente, fazendo da revista um lugar de expressão da geração pensante dos países, lugar de tolerância e de propostas de ação.

Além de ensaios de variados temas, Monge publicava notas soltas, correspondências de autores e leitores⁷ e anúncios de obras que deveriam ser vendidas a preços simbólicos para arrecadação da revista. A situação de falta de investimento na revista chegou a ser denunciada por leitores e os apelos publicados em algumas edições tiveram resultados positivos, já que muitos autores de editoras da América e da Espanha passaram a ver na RA uma boa maneira de divulgar suas coleções e novidades bibliográficas. As edições passaram, então, a contar com textos inéditos que, por vezes, chegaram a fazer parte de uma lista de espera para serem publicados.

Em 1927, sem grande apoio da Costa Rica, foram abertas agências em alguns países⁸ que passaram a receber e distribuir a revista, aumentando a fabricação e distribuição de exemplares, o que permanecia sendo feito de forma artesanal por Monge. Somente em 1947, a publicação teve novo impulso e conseguiu espaço em grandes bibliotecas universitárias e públicas, como a Biblioteca do Congresso e a Biblioteca de Nova York, fazendo com que outras revistas e periódicos passassem a ver na RA um lugar importante para chegar ao público especializado – que tinha interesse nos assuntos da América.⁹

Dentre a importante rede de intelectuais que cooperaram com García Monge encontravam-se Miguel de Unamuno, Gabriela Mistral, Alfonso Reyes, Baldomero Sanín Cano, José Ortega y Gasset, José Vasconcelos, José Enrique Varona, Pablo Neruda, Germán Arciniegas, Waldo Frank, Victoria Ocampo, Haya de la Torre e muitos outros.

Apesar de toda a movimentação e sucesso da campanha em favor da RA, a revista chegou ao fim em 1958, após a morte de García Monge. A partir de 1974, a publicação voltou a ser produzida pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos, da Universidade Nacional da Costa Rica. Intitulada como *Repertorio Americano*, *Segunda Nueva Época*, é uma publicação acadêmica e anual, com temática latino-americana.

Cuadernos Americanos: pensando o continente americano

Nascida em 1942, de idealizações de intelectuais espanhóis exilados na América e intelectuais mexicanos, a *Cuadernos Americanos* completou 70 anos de vida em 2012. Dentre os diversos colaboradores de grande importância, encontram-se: Leopoldo Zea, Jesús Silva Herzog, Alfonso Reys, Juan Larrea, Gilberto Freyre, Pablo Neruda, Daniel Cosío Villegas, Newton Freitas, Miguel Ángel Asturias, Julio Cortázar, Pedro Henríquez Ureña, Gabriela Mistral, José Ortega y Gasset, Adolfo Sánchez Vázquez e Octavio Paz.

Durante a Guerra Civil Espanhola, o então presidente do México, Lázaro Cárdenas (1934-1940) demonstrou seu apoio à República Espanhola fazendo oposição ao avanço do fascismo na Europa. Como política de apoio, o México aceitou milhares de republicanos espanhóis exilados e criou instituições para coordenarem estes grupos. A seleção de refugiados que deveriam se encaminhar ao México era feita pelo Serviço de Evacuação dos Republicanos Espanhóis (Sere) e pela Junta de Auxílio aos Republicanos Espanhóis (Jare), com intenção de que os exilados pudessem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e da educação no México. Como órgão incentivador e responsável por essa demanda, foi criada em 1936 a Casa de Espanha, um centro espanhol de estudos, onde muitos dos exilados puderam executar trabalhos e pesquisas.

A CA foi sucessora direta da *España Peregrina*,¹⁰ uma das primeiras revistas impulsionadas pelo exílio espanhol nos países americanos. Lançada em 1942, com seu corpo editorial dividido entre os exilados espanhóis e os mexicanos – tendo como diretor Jesús Silva Herzog¹¹ e, como secretário, Juan Larrea¹² – a CA tinha a proposta de manter os laços dos exilados com sua cultura hispânica, conquistar apoio à política de oposição ao governo franquista e pensar questões pertinentes aos países americanos.¹³ Como Jesús Silva Herzog destaca no primeiro artigo da revista:

Tenhamos consciência de nossas analogias históricas, das semelhanças em vários de nossos problemas; tenhamos consciência de nossa personalidade como nações que têm características privativas, porque unidos os de Ibero-América em um propósito comum, com a eficaz cooperação intelectual dos espanhóis ilustres que encontraram asilo em nossas pátrias depois do desastre da república, nos será possível atualizar o sonho de Bolívar e influenciar pela primeira vez de forma decisiva no drama da história universal. (Herzog, 1942: 16. Tradução nossa.)

Cuadernos Americanos foi, e continua sendo, uma revista de referência de assuntos do continente americano. Após a morte de Herzog, em 1986, a revista passou a ser publicada pela Universidade Autônoma do México (Unam), por Leopoldo Zea, e continua hoje, em sua terceira fase, sob o comando de Adalberto Santana.

Este trabalho se insere no campo da história intelectual que, segundo Jean-François Sirinelli (1996), está situado no cruzamento das histórias política, social e cultural. Para o autor, a história dos intelectuais passa pela minuciosa pesquisa e exegese dos textos.

Na América Latina, a produção de periódicos como meios de comunicação e sociabilização fez-se muito intensa e importante. Facilitados pela língua em comum – ou com alguma proximidade, no caso do espanhol e do português do Brasil –, grupos de intelectuais formaram as *redes intelectuais* (Sirinelli, 1996), que pressupõem e necessitam de uma afinidade entre as ideias dos colabora-

dores e dos membros da equipe editorial, no caso de periódicos e livros.

Fundamentais para a formulação das revistas, as *redes intelectuais* permitiram um campo amplo, e muitas vezes transnacional, para se pensar as questões de seu tempo. Esse tipo de parceria entre membros ou grupos, institucionalizados ou não, permite criar e fortalecer projetos de diversas naturezas, como revistas nos moldes da *Repertorio Americano* e *Cuadernos Americanos*. Segundo Maria Helena Capelato (2000), as tentativas de aproximação entre os países por projetos contribuem para uma tomada de consciência e de participação da unidade num todo maior.¹⁴

Partindo da premissa de que revistas são locais onde se realizam práticas sociais de produção coletiva, é fundamental observar a produção do discurso. O historiador britânico Quentin Skinner (1978) desenvolveu o conceito de "contextualismo linguístico", diante do qual devemos compreender os contextos linguísticos em que o autor está inserido, desde seus valores morais e políticos até os conceitos aos quais ele tem acesso e domínio. Importante ressaltarmos que a abordagem proposta é sobre a ideia e a intencionalidade do discurso, e não sobre a individualidade de cada autor.

Esta abordagem permite perceber que um mesmo contexto possibilita obras e perspectivas diversas para diferentes autores. A relação entre texto e contexto traz consigo a ideia da influência linguística, na qual as ideias e os projetos dos autores são correspondentes a seu acervo conceitual. Skinner afirma que um intelectual, para legitimar seu projeto, deve recortá-lo em partes, a fim de adequá-lo à linguagem formativa de que dispõe.

Desta forma, os intelectuais colaboradores da RA e da CA são enunciadores de atos de fala em resposta a determinadas questões em discussão no período. Segundo Pocock (2003), por meio da utilização de específicos *lances*, os intelectuais inovam de certa forma no contexto linguístico, permitindo ao historiador observar no que o autor estava inserido no momento da elaboração de seu discurso.

Brasil e EUA na Repertorio Americano

Diante do extenso número de colaboradores da RA, percebemos uma variação sobre a delimitação dos países sobre os quais discutiam, denominados por alguns de Hispano-América e, por outros, de Ibero-América ou América Latina. Independentemente disso, os ensaios apontam em uma direção de necessidade de união dos países americanos.

A revista menciona muito pouco o Brasil nas propostas de união continental, visto que não foi encontrado nenhum texto da RA escrito por um autor brasileiro ou sobre questões exclusivamente brasileiras. Da mesma forma que, curiosamente, não se reservou espaço para um debate ou, ao menos, para uma menção sobre a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942. O único texto encontrado sobre um brasileiro foi de autoria do político comunista cubano Anibal Escalante (1942), que enviou a Monge o relato de visita a Luís Carlos Prestes, preso então há seis anos. A descrição da visita a Prestes no cárcere exalta o líder comunista brasileiro e aponta sua preocupação com o combate às forças do Eixo. Em seguida ao relato, há uma espécie de biografia do comunista brasileiro feita por Carmen Lyra. Esta ausência de temas brasileiros e de colaborações de brasileiros nos diz muito sobre as escolhas da revista.

Apesar de não ter um projeto continental declarado, um número expressivo de textos trata da união americana como algo positivo e necessário, isso quando já não existente, como é o caso do texto de Eduardo Salazar acerca da declaração do vice-premier britânico, Clement Atlle, sobre a não participação dos membros não beligerantes dos Aliados na Conferência de Paz de 1945:

Excluir dessa discussão os que não têm sido beligerantes, mas têm sido tipicamente aliados, seria como excluir os segmentos de *um todo homogêneo*; como excluir o tórax e os crânios em uma discussão individual na qual se resolveria que somente as cabeças e os corações devem elucidar, sem dar-se conta de que nem as cabeças nem os corações podem discernir nem atuar devida-

mente sem a cooperação e ajuda de suas partes integrais. (Salazar, 1945: 233. Tradução e grifo nossos.)

O argumento era de que o bloco existia e tinha sido fundamental para a participação dos países americanos na guerra, especialmente os EUA. De "todo homogêneo", compreende-se uma inclusão também do Brasil, por fazer parte do continente e por ter participado da guerra como país beligerante.

Os autores que escrevem sobre a união dos países como bloco constantemente citam os EUA já como aliados. Uma quantidade expressiva de poemas e curtos textos de exaltação ao presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt foi publicada durante estes anos – mesmo após sua morte. Em março de 1945, o poeta chileno Pablo de Rokha publica uma extensa exaltação aos EUA:

(...) América do Norte, derramando conteúdos religiosos, estendendo em cima da história tua atitude sacerdotal, e Roosevelt é seu profeta (...)

República pacífica, que fazes a guerra tremenda,

Energicamente, levantou-se contra o fascismo (...)

Sim, América do Norte, aclamo tua democracia de aço com cimento (...)

Todas as raças convivem, comendo teu pão contigo, teu pão fraternal, que és teu povo, teu povo e teu pão substancial para a unidade americana, e teus soldados lutam pela liberdade do mundo. (Rokha, 1945: 300. Tradução nossa.)

Nas mesmas páginas da publicação do poema citado, encontramos a versão em inglês, algo que não é característico em outros textos publicados até 1945. Ou seja, havia uma preocupação de que estadunidenses pudessem ler o poema em sua língua materna. Lembramos que, nesta época, a revista já tinha espaço em bibliotecas dos EUA, o que facilitava o acesso de estadunidenses à leitura, mas chama a atenção que apenas o poema de exaltação tenha sido traduzido. Sendo o espanhol e o inglês línguas tão diferentes, não houve a mesma preocupação em relação a todos os

outros textos dos volumes que foram enviados aos EUA em sua versão original em espanhol. É claramente identificável a problemática do editor que fazia todo o processo de produção de forma independente.

Há um expressivo número de artigos sobre a democracia na América – dado que muitos países do continente encontravam-se em governos autoritários, como Guatemala e Paraguai, ou haviam acabado de sair de um autoritarismo – e sobre uma desilusão com a humanidade, após duas guerras mundiais e a iminência de um conflito nuclear, que já havia mostrado seu poder de destruição em Hiroshima e Nagasaki. Nos exemplos de democracia, os norte-americanos sempre se faziam presentes.

Os EUA são citados sempre como referência de estudos hispano-americanos e como exemplo de governo. Em 1949, a RA publica um texto sobre a organização da Comissão Hoover, formada pelo Congresso dos EUA para estudar a organização do ramo executivo do governo estadunidense (Pietri, 1949). Tendo essa organização como exemplo, o autor busca explicar a importância da mesma iniciativa nos outros países da América. A aproximação com os EUA e sua esculpida democracia pareciam ser importantes para estes intelectuais, que viam nisso uma possibilidade de melhora para os países do continente americano. Um aprendizado com o "grande irmão do Norte".

Diante disso e de tantos outros ensaios publicados que, de alguma forma, elogiavam os EUA, o que nos chama a atenção é justamente a falta de textos críticos sobre o vizinho do Norte, assim como a falta de posições explícitas em meio ao início da Guerra Fria. Apesar de muitos dos intelectuais colaboradores da revista terem uma posição política esquerdista, não foram localizados textos que demostrassem claramente uma posição ideológica pelo capitalismo ou pelo socialismo. Possivelmente, esta foi mais uma escolha de Monge na seleção de textos, frente ao início de mais um conflito entre grandes potências.

Brasil e EUA na Cuadernos Americanos

Ao longo dos anos de 1942 e 1949, foram identificados nas edições da CA, cerca de seis temas nos quais o Brasil foi abordado. A maioria dos artigos específicos sobre o país foi escrita por estrangeiros que moraram no Brasil, como Otto Maria Carpeaux e Hanna Levy, e por brasileiros, como Newton Freitas, Gilberto Freyre, Lidia Basouchet, Renato de Mendonça e Caio Prado Jr. So intelectuais da revista, ao afirmarem essa "missão americana" no contexto mundial da década 1940, teriam que propor possibilidades, dar esperanças de que determinados países e situações poderiam vir a cumprir a missão. Assim, é importante observar com que intencionalidade os problemas e as potencialidades brasileiros são destacados.

O mexicano José Luís Martínez¹⁹ é um dos que escreve sobre a posição da América no novo cenário mundial e demonstra o posicionamento da revista em meio ao conflito sobretudo europeu. Martínez cita, então, o famoso livro do biógrafo austríaco Stefan Zweig, ²⁰ Brasil – o país do futuro, publicado pela primeira vez em 1941. ²¹ Para Zweig e Martínez, a América seria a "receita para as fraquezas do mundo europeu" e os intelectuais concordavam que o país era uma grande reserva, se não a maior delas, para o futuro do mundo. Os pontos levantados para essa esperança são de natureza quantitativa, como o fato de o Brasil ser o maior país em termos territoriais e populacionais da época, ser o Estado que faz fronteira com a maioria dos países da América do Sul e ainda ter um grau de tensão social menor, sendo a sociedade brasileira mais pacífica.

A manchete do periódico argentino *Critica*, de 26/10/1940 – em meio à escrita do livro, a qual havia Zweig interrompido para uma série de viagens e conferências pela América do Sul –, diz: "América está obrigada a substituir a Europa na direção espiritual do mundo, disse Zweig." Podemos ver nesta afirmação e no seu discurso proferido na conferência de Buenos Aires – publicado na íntegra pela revista *Cursos y Conferencias* em janeiro de 1942 –,

a semelhança de pensamento do autor e de seu discurso com a ideia central da "Hora da América", de CA. Dessa forma, a revista não poderia deixar de publicar algo relacionado à obra brasileira de Zweig, porém, acreditamos que, por se tratar exclusivamente do Brasil, pode não ter tido a repercussão e o espaço necessários na revista mexicana, visto que não se trata de uma resenha ou análise exclusiva da obra de Zweig, mas de uma citação em meio a outros exemplos de escritores de diferentes nacionalidades.

A tomada de posição dos países americanos frente ao cenário da Segunda Guerra Mundial foi um momento importante de aproximação do Brasil, possibilitando uma ideia de unidade Ibero-Americana mais real, frente à decisão de Brasil e México declararem apoio às forças dos aliados, que já contavam com os EUA. Contudo, este evento não fez com que o país do Sul ganhasse maior destaque nas páginas da revista.

Apesar do discurso de alguns autores acerca de um passado semelhante entre Brasil e a América Espanhola, é possível perceber ao longo das análises que o tipo de aproximação que foi tentada entre o Brasil e os países ibero-americanos deu-se mais pelo viés dos problemas presentes do que pelos problemas passados, como pensava Herzog. Um desses problemas em comum seria, segundo o diplomata, o enfrentamento da dependência em relação a outros países, especialmente aos EUA.²² Daí a importância de unirem-se por laços identitários para enfrentar o cenário mundial.

O colombiano Germán Arciniegas²³ foi um dos colaboradores da CA que não defendiam a inclusão do Brasil, ao menos não como país semelhante. Segundo ele, a questão da diferença da língua era primordial e acarretava um distanciamento entre Brasil e os outros, como falamos anteriormente. Já no pós-guerra, Arciniegas afirma a existência de quatro Américas: a Indo-Espanhola, os EUA, o Canadá e o Brasil (Arcinegas, 1949). Segundo ele, Canadá e Brasil estariam mais próximos por suas experiências monárquicas, suas grandes extensões de terras e os processos de ruptura governamentais sem trauma. Apesar de acreditar na possível união política – no sentido de mesma direção política, mesmos objeti-

vos, não mesmos governos – das quatro Américas, discordava da ideia da revista de uma Ibero-América pelo viés cultural. O fato de não mencionar a diferença de língua entre os países hispânicos e os EUA leva-nos a crer que o ponto-chave de seu debate era a diferenciação das quatro Américas e a negativa em relação à ideia de Ibero-América, ou seja, não parece ser um problema a diferenciação entre países hispânicos e os EUA, mas, sim, uma preocupação que haja uma distinção entre estes países e o Brasil.

O filósofo mexicano Leopoldo Zea²⁴ foi um dos intelectuais que defendia a ideia de Ibero-América, e sua trajetória de vida nos permite entender em parte este seu posicionamento. Em 1947, após a viagem pela América que realizou entre 1945 e 1946, graças a uma bolsa de estudos fornecida pela Fundação Rockfeller,²⁵ Zea iniciou programas e ações em parceria com brasileiros,²⁶ buscando não só aderir o maior país da América do Sul ao projeto continental americano, mas expandir a cultura brasileira para uma compreensão da "nuestra historia americana", aproximando o Brasil dos outros países do continente pelo viés da valorização cultural. Zea teve a oportunidade de conhecer e pensar o Brasil, chegando à conclusão de que era necessário aproximar os países do continente pelo viés cultural.

Dentre os artigos analisados, não encontramos nenhum que falasse especificamente dos problemas do Brasil, questões de política, democracia, economia ou problemas sociais. Todas as referências a esses temas encontravam-se em um panorama amplo, de inserção com os problemas e temáticas dos outros países americanos, e não de forma individual. Os outros textos voltados para o país tratam de aspectos físicos, produção literária e musical e personagens da vida brasileira. Além disso, os textos de maior relevância eram publicados na primeira seção da revista, intitulada "Nuestro Tiempo", e os textos acerca do Brasil foram todos publicados nas seções "Aventura del Pensamiento", "Presencia del Pasado" e "Dimensión Imaginária". Esse posicionamento remete-nos novamente ao grau de importância dado ao gigante do Sul.

Em contrapartida, apontamos três motivos pelos quais os intelectuais de CA demonstravam a importância de aproximação com os EUA: buscavam uma união continental com o maior número de países possível; o grande desenvolvimento dos EUA; a reconhecida democracia do país. Ao contrário do Brasil, as diferenças entre os países hispânicos e os EUA não eram um obstáculo para uma aliança, mas estimulavam a busca por um aliado de força, um modelo para o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Leopoldo Zea escreve em 1944 sobre a existência de diferentes "Américas" no continente: a Latina e a Anglo-Saxônica. No entanto, isso não seria um problema, já que a aliança entre os países americanos permitiria a constituição de um bloco americano unido e forte, capaz de buscar uma solução para a crise da época:

A crise atual tem feito com que os melhores homens de ambas as Américas [Latina e Saxônica] foquem no problema e busquem uma solução. O ideal a buscar é a união dessas duas seções americanas em uma unida e forte América, cultural e materialmente. (Zea, 1944:162. Tradução nossa.)

Em meio à intensa política da boa vizinhança, vale ressaltar uma ponta de desconfiança em relação ao "bom vizinho", como descreve Manuel J. Sierra em um texto no qual analisa de forma panorâmica as intervenções dos EUA nos outros países americanos:

O primeiro gesto dos Estados Unidos consiste em estender cordialmente sua mão e evitar atitudes que pudessem criar uma impressão de superioridade. Em eloquentes discursos irrompe a doce música dos direitos de liberdade, de soberania e de igualdade jurídica entre os Estados. Escutam-se os altos tons da arbitragem como o meio para manter a paz e resolver pacificamente os conflitos internacionais. Os delegados dos países ibero-americanos, conscientes dos benefícios de uma colaboração comum, porém com natural desconfiança dos fracos porém fortes, escutam com assombro e embelezamento os inusitados e tranquilizadores arpejos da Sinfonia Pan-Americana. (Sierra, 1942: 25. Tradução nossa.)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, há uma interessante reviravolta no posicionamento pró-EUA e alguns autores da CA preocupam-se com a mudança da política de diálogo da boa vizinhança para uma política de imposição do imperialismo. Essa questão movimentou os colaboradores da revista, que publicaram, em 1947, textos compartilhados em uma mesa-redonda sobre o assunto (Herzog, 1947). Dentre os intelectuais atuantes nesta discussão, Herzog destacava o fato de que, após a morte de Roosevelt – a quem muito admirava –, o governo estadunidense estaria sendo comandado por ideais capitalistas, nas mãos de banqueiros e grandes empresários. Apesar de todo o seu apreço por Roosevelt e sua política de diálogo, admitia que a política da boa vizinhança não havia colaborado para que a Ibero-América se desenvolvesse economicamente.

Joaquín García Monge, editor da RA, alertou para um imperialismo cultural, defendendo que os jovens aprendessem o inglês sem que se perdessem na cultura norte-americana, mas fortalecessem suas culturas nacionais, afinal "Sejamos pátrias, não colônias. Temos que sair dessa condição subalterna, já secular, em que temos vivido sob o império anglo-saxão" (Monge, 1947:74 tradução nossa). Neste argumento de Monge, a diferença da língua continua não sendo um problema, ele admite a importância de aproximação com o inglês e, consequentemente, com os EUA, mas sem que se perca a identidade nacional. Diante disso, não localizamos muita diferença do viés discutido na RA sob seu comando.

O cubano Fernando Ortiz²⁷ questiona a impossibilidade de o governo estadunidense se envolver amistosamente com outros governos e políticas americanas, visto que, dentro de seu próprio país, não havia a intenção de tratar o povo de forma homogênea, quando perseguiam dramaticamente a população negra.

Os autores participantes da mesa-redonda concordavam com a necessidade de união dos países do continente neste momento, porém não mais diretamente, para fazer frente à Europa que se reerguia da trágica guerra, mas, sim, para fazer frente aos "vizinhos do Norte", atitude esta de que um dos fundadores, Juan Larrea, discordava. Ele sai da direção da revista, em 1949, acusando o comitê editorial de ter se afastado das preocupações do exílio espanhol e de estar atacando os EUA quando deveria tentar outra vez uma aliança com a nova potência mundial norte-americana. Outra reclamação de Larrea é que, com o passar dos anos, a revista acaba por focar assuntos mais voltados para os países americanos, deixando um pouco de lado as questões do exílio espanhol.

A análise mostra-nos que CA tinha uma intenção de projeto continental e, ainda que ele estivesse em constante modificação, buscou, ao longo da década de 1940, uma união dos países americanos através do discurso. A ideia de união, acompanhada da citação de Bolívar em inúmeros textos, não significa que tivessem um plano de "tomar o poder" de forma continental, nem que essa aproximação formaria um governo único. Apesar das modificações e diferentes posicionamentos ao longo dos anos, permanece em certa medida o que José E. Iturriaga e Juan Larrea explicaram: que "Cuadernos Americanos tienen una posición claramente orientada, pero no postulan todavía doctrinas concretas" (Larrea, Iturriaga, 1942).

Considerações finais

Verificamos que, ao longo da década de 1940, ocorreram mudanças significativas nas abordagens sobre algumas questões continentais, com inclusões e exclusões nos discursos dos intelectuais colaboradores das duas revistas.

Na RA, os posicionamentos em relação ao Brasil e aos EUA mostram-se de melhor forma por meio das discussões e ausências de discussão sobre os países. A perceptível falta de debate sobre o Brasil e a exaltação em favor dos EUA, representado constantemente pela figura de Roosevelt, nos dizem muito sobre seus discursos entrelinhas. Até mesmo os autores que optavam pelo termo Ibero-América não problematizavam suas opiniões ao incluir o Brasil. Quando citado, o país era mais um território, um aliado beligerante contra as forças fascistas, lembrado por alguns como tendo um

governo ditatorial como tantos outros países, mas nunca como um cúmplice de peso. Da mesma forma, não encontramos nenhum texto que se dispusesse a criticá-lo. Todos os outros países da América do Sul têm textos voltados seja para suas "personalidades", para suas culturas ou para problemas políticos e sociais.

Verificamos um movimento contrário em relação aos EUA. Durante a Segunda Guerra Mundial, o discurso da RA é de exaltação ao país e ao presidente Roosevelt, destacando em todas as oportunidades possíveis a necessidade de uma união continental entre as Américas, com especial destaque para a nação da América do Norte. Ao longo dos primeiros anos de Guerra Fria, os intelectuais da revista se voltam para a discussão sobre governos democráticos — mantendo os EUA como modelo — e para a preocupação com uma guerra nuclear, o que estava sendo delineado pelas relações entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), porém, sem se posicionar contra ou a favor do país capitalista.

Os posicionamentos e escolhas do corpo editorial da CA sobre o Brasil refletem uma inclusão periférica do país na comunidade americana discutida. Os autores, que propunham uma Ibero-América, incluíam o "grande vizinho do Sul" pela semelhança de problemas e posição de antiga colônia, assim como pela significativa extensão territorial brasileira no continente. Os temas levantados e publicados pela revista são predominantemente de âmbito cultural e geográfico, demonstrando falta de relevância para com os assuntos políticos e sociais enfrentados no Brasil. Outro ponto que chama a atenção é o baixo número de artigos relacionados ao país em uma publicação bimestral que tinha em torno de trezentas páginas, uma espécie de "revista-livro".

Na mesma revista, houve uma mudança de posicionamento em relação aos EUA após a Segunda Guerra Mundial. Agora como potência, teriam deixado de lado a política da boa vizinhança – antes tão bem-vista pelos países americanos – e eram acusados de agir de forma imperialista, não mais se encaixando nas propostas da revista. Portanto, a relação com os EUA é marcada por aproxi-

mações e distanciamento, pontuados pela duração da guerra e por seu fim, respectivamente.

Apesar dos muitos colaboradores em comum com a CA, concluímos que a RA não tinha um projeto de continente delimitado, e visava, assim, ser somente um espaço de discussão e reflexão sobre os temas relevantes aos países americanos. Um desses temas seria, então, a necessidade de união entre os países do continente em meio a situações de tensão mundial. Já a CA, apesar de nunca ter proposto um projeto específico, demonstrava uma preocupação e uma necessidade de incentivar esta união e de debater quem faria parte do bloco capaz de fazer frente à Europa em crise.

Em ambas as revistas, chama a atenção o argumento linguístico – diferença entre o espanhol e o português – como forma de distanciamento brasileiro, quando este mesmo argumento não é levantado nas páginas das revistas em relação ao inglês. Mais um ponto que diz muito sobre as preocupações de aproximação entre os países predominantemente hispânicos e o Brasil e os EUA, sendo o idioma um dos aspectos que constituem as identidades. Os discursos que servem para afastar o Brasil de uma identidade hispano-americana serviriam muito bem para o mesmo fim de afastamento dos EUA, mas, por se tratar de uma potência que fortaleceria a união do continente, as opiniões e justificativas favoráveis aos EUA é que são utilizadas pelos intelectuais colaboradores.

O fato de a RA ser editorada por somente um homem esclarece muito sobre a seleção de textos e relevância conferida aos assuntos, assim como o fato de a CA ter seu comitê editorial composto por um grupo de mexicanos e espanhóis leva a uma tendência mais ampla de interesses. Monge tinha total liberdade na seleção, na ordenação e na publicação dos textos e suas temáticas. Possivelmente, foi uma escolha não publicar textos sobre o Brasil. Um número expressivo de colaboradores da RA escrevia também para a CA; dentre eles, alguns defendiam ou rejeitavam a ideia de Ibero-América, e o fato de estas posições não serem publicadas nem uma vez na RA, mostra-nos a falta de relevância creditada por Monge ao assunto.

As discussões aqui apresentadas são parte inicial de uma pesquisa mais ampla, portanto, não temos a pretensão de esgotar os debates sobre os discursos acerca destes dois países nas páginas de RA e CA. Novos questionamentos foram levantados ao longo do estudo, para os quais ainda buscaremos respostas.

Notas

- 1. As revistas serão tratadas por RA e CA.
- 2. Compreendemos a importância da relação entre produção e recepção, onde se encontram diversificadas formas de apropriação pelos grupos leitores, porém, a proposta desta parte inicial da pesquisa é focar na produção dos editores e colaboradores da revista diante das problemáticas já expostas.
- 3. Após esta fase, os presidentes do país foram eleitos de forma democrática, até o início de uma guerra civil, conhecida como Guerra de 1948 ou Revolução de 1948. O conflito se deu sob acusações de eleições fraudulentas, que teriam dado o poder a Otilio Ulate Blanco. Do conflito sai vitorioso José Figueires, governante de esquerda, que promoveu diversas reformas sociais, colocando a Costa Rica como modelo de governança no cenário latino-americano.
- 4. Joaquín García Monge (1881-1958) foi diretor da Escola Normal da Costa Rica e ministro da Educação. Por 16 anos foi também Diretor da Biblioteca Nacional do país e editor de variadas revistas como Ariel, La edad de oro, El Convivio e Repertorio Americano. Em 1958, ganhou o título de Benfeitor da Pátria, por seu trabalho cultural.
- 5. A primeira revista Repertorio foi fundada em Londres, pelo venezuelano André Bello.
- 6. Diante de uma escassez de recursos quase constante, a periodicidade da revista foi alterada por diversas vezes.
- Essa preocupação do editor remete-nos claramente à revista como espaço de diálogo diversificado e aberto.
- 8. As agências foram abertas em algumas cidades dos seguintes países: Nicarágua, Panamá, Honduras, El Salvador, Guatemala, Chile, México, Peru, EUA, França, Colômbia e Espanha.
- 9. Entre as principais publicações que aparecem, temos: La revue de l'Amérique latine; Revista Chilena; Cuba Contemporánea; Bisemanario Patria Nueva (Venezuela); a famosa Revista de Filosofía de José Ingenieros; Babel; Ariel, de Froylan Turcio e Arturo Martínez Galindo, entre muitas outras.
- 10. Lançada pela Editora Sêneca, abordava temas relacionados à Guerra Civil Espanhola, destacando a importância da unidade intelectual espanhola para a defesa da República. Ainda no ano de 1940, a situação agravou-se e, com a escassez de fundos das instituições que até então a mantinham, o espanhol Juan Larrea foi à procura de financiamento e patrocínio com Jesús Silva Herzog, que sugeriu a criação de outro periódico de âmbito continental, e sem ligação com o governo federal, para garantir autonomia.
- 11. O economista mexicano Jesús Silva Herzog foi crucial, não só no financiamento e difusão da CA, mas também na inclusão do Brasil nos projetos debatidos pela revista. Devido a seus altos cargos, Herzog tinha uma posição favorável nas redes de so-

- ciabilidade de intelectuais, pois estava imerso na primeira rede de estudiosos ligados a Altos Estudos de Madri, precedente aos contatos que facilitaram o momento de trânsito dos homens exilados ao México.
- 12. Juan Larrea (1895-1980), espanhol, um dos fundadores da Junta Cultural Española, foi um dos principais idealizadores da revista. Poeta espanhol considerado vanguardista, adepto do movimento surrealista e ex-secretário do Arquivo Nacional Histórico de Madri, foi exilado no México, onde dirigiu España Peregrina. Posteriormente, fez parte do corpo fundador e editorial de Cuadernos Americanos até 1949, quando foi para os Estados Unidos.
- 13. As temáticas tratadas na revista eram variadas, contando com ensaios sobre literatura, arte, filosofia, história e alguns sobre política.
- 14. A autora refere-se à situação de integração do Brasil no Mercosul como importante para a aproximação dos brasileiros com seus vizinhos de continente; assim, aplicamos aqui a importância desse reconhecimento e identificação com os projetos continentais debatidos nas revistas.
- 15. Após a Intentona Comunista, Prestes é preso, juntamente com sua companheira Olga Benário, em 1936. Ela é deportada para a Alemanha, onde morre em um campo de concentração, e Prestes permanece preso até 1945.
- 16. Brasil como país do futuro; aspectos físicos do país; produção literária e musical; personagens da vida brasileira; problemas sociais do país e política internacional.
- 17. O texto "Estudio sobre la poesía brasileña", do austríaco Otto Maria Carpeaux, publicado na *Cuadernos Americanos* em 1946, não se encontra disponibilizado em nenhum dos arquivos brasileiros pesquisados.
- 18. O texto "Formación de los limites meridionales de Brasil", do brasileiro Caio Prado Jr., publicado na *Cuadernos Americanos* em 1946, não se encontra disponibilizado em nenhum dos arquivos brasileiros pesquisados.
- 19. José Luís Martínez (1918-2007) foi um intelectual mexicano, diplomata, ensaísta, historiador, bibliógrafo e editor. Dentre diversos cargos, foi diretor do Fondo de Cultura Económica entre 1977 e 1982, período em que foram publicados mais de setecentos novos títulos e em que foi criada a coleção Revistas Literárias Modernas Mexicanas, que botou novamente em circulação as principais revistas literárias do México na primeira metade do século XX. Professor de literatura na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, atuou ainda como representante do México na Unesco nos anos de 1963 e 1964 e foi embaixador do México na Grécia entre 1971 e 1974.
- 20. Stefan Zweig (1881-1942) foi um filósofo austríaco que, na década de 1920, tornouse o autor mais traduzido do mundo. Naturalizado britânico, conseguiu liberdade para se direcionar aos EUA quando a Segunda Guerra estourou. Em 1941, publicou o livro *Brasil: o país do futuro* que, agradando o governo brasileiro, possibilitou a Zweig ganhar um visto e fixar residência na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Zweig e sua esposa se suicidaram nessa cidade, no ano de 1942. Existem diversas biografias sobre o autor, e a casa em que viveu e morreu em seu tempo no Brasil hoje é um museu de memória e um memorial de exílio, com a intenção de lembrar e homenagear centenas de outros exilados e emigrados que deixaram suas marcas nas artes, na ciência e na cultura do Brasil.
- 21. *Brasil: o país do futuro* foi muito criticado pela intelectualidade brasileira, acusado de estar associado à propaganda do Estado Novo. Segundo o jornalista e biógrafo do

- austríaco, Alberto Dines, faz-se indispensável juntar o grande número de documentos disponibilizados pelo Arquivo Nacional para compreender que o livro sobre o Brasil não foi encomendado pela ditadura do Estado Novo, como se comentava maldosamente nos meios intelectuais e jornalísticos, mas foi, sim, uma generosa retribuição do escritor em troca da hospitalidade do país que lhe conferiu abrigo. O grande escritor austríaco deixava claro em suas entrevistas que não se envolvia com política, nem escrevia sobre o tema.
- 22. Herzog era a favor de uma união com os EUA que não incluísse dependência dos países com o governo estadunidense. A ideia de união era uma espécie de aliança entre países independentes, que mantivessem suas particularidades culturais, políticas e econômicas.
- 23. Germán Arciniegas (1900-1999) foi um colombiano formado em direito pela Universidade Nacional da Colômbia. Fundou as Edições Colômbia e a Federação dos Estudantes do país. Colunista, diretor de seção, chefe de redação e diretor do "Suplemento Literário" do jornal *El Tiempo*, participou de diversas revistas culturais. Foi ministro da Educação entre os anos de 1942 e 1946. Como diplomata, foi vice-cônsul da Colômbia em Londres e embaixador em Buenos Aires (1940), Itália (1959), Israel (1962), Venezuela (1966) e Santa Sede (1976). Foi professor universitário na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade dos Andes e na Universidade de Columbia em Nova York.
- 24. Leopoldo Zea (1912-2004), nascido na Cidade do México, foi professor de filosofia da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), secretário de Relações Internacionais do México, diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos. Fundou e dirigiu diversas organizações, como o Comitê de História das Ideias. Publicou mais de 50 livros e recebeu inúmeros prêmios e vários títulos de doutor *honoris causa* em diversas universidades do mundo (Grécia, França, Espanha, Rússia, Cuba, Venezuela, Argentina, Uruguai). Zea faleceu em 2004, na Cidade do México.
- 25. Associação beneficente e não governamental que utiliza recursos próprios. Criada em 1913, nos EUA, tem a missão de estimular no exterior a saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia.
- 26. Liderou a criação do Comitê de História das Ideias, no Instituto Pan-americano de Geografia e História, com a proposta de construir uma biblioteca de história das ideias em cada país latino-americano.
- 27. Fernando Ortiz (1881-1969) foi um escritor cubano, doutor em direito pela Universidade de Madri. Foi secretário da Embaixada de Cuba em Paris, deixando a vida diplomática para lecionar direito na Universidade de Havana. Suas obras abarcam muitos campos: a antropologia, o folclore, a etnografia, a psicologia social, a música, a história e o ensaio literário e político. Seus escritos sobre a cultura afro-cubana são seus trabalhos mais reconhecidos.

Fontes

Repertorio Americano – García Monge. Período de 1940 a 1949. Disponível em http://www.repositorio.una.ac.cr/handle/11056/2923 Acesso em 10 de julho de 2015.
 Cuadernos Americanos – Universidade Autônoma do México. Período de 1942 a 1949.
 Disponível em Acesso em 15 de janeiro de 2015">http://www.hndm.unam.mx/#>Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Bibliografia

- ALTAMIRANO, Carlos (Org.). História de los intelectuales en América Latina. II Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARCINIÉGAS, Germán. Las cuatro Américas. *Cuadernos Americanos*. México DF, nº 45, p. 7-17, mai.-jun. 1949.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.* Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- ——. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 22, nº 44., p. 289-321, jul.-dez. 2009.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Tradução: Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena. Cuadernos Americanos *e* Cuadernos Hispanoamericanos *como armas de luta política*. Texto mimeo. Apresentado no Congresso de Americanistas em Sevilha (Espanha), jul. 2006.
- O "gigante brasileiro" na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta a experiência brasileira (1500-2000). A grande transação.* São Paulo: Editora Senac, 2000. p. 287-316.
- CRESPO, Regina (Org.). Revistas en América Latina: Proyectos literários, políticos y culturales. México DF: CIALC/Eón Editores, 2010.
- DOSSE, François. *La marcha de las ideias. Historia de los intelectuales, historia intelectual.* Tradução: Rafael F. Tomás. Valencia: Universitàt de Valencia, 2007.
- ESCALANTE, Aníbal. Con Luis Carlos Prestes. *Repertorio Americano*. Costa Rica, nº 946, p. 282-283, 1942.
- HERZOG, Jesús Silva. Lo humano, problema esencial. *Cuadernos Americanos*. México DF, nº 1., p. 09-16, jan.-fev. 1942.
- ——... et al. Mesa Rodante, "Imperialismo y Buena Vecindad". *Cuadernos Americanos*. México DF, nº 5, p. 64-90, set.-out. 1947.
- ITURRIAGA, José E., LARREA, Juan. Hacia una definición de América: dos cartas. *Cuadernos Americanos*. México DF, nº 11, p. 7-33, nov.-dez. 1942.
- MARTÍNEZ, José Luís. América y el testamiento de Zweig. *Cuadernos Americanos*. México DF, nº 3, p. 108, mai.-jun., 1942.
- MARTINS, Maria Antonia Dias. Identidade Ibero-Americana em revista: *Cuadernos Americanos* e *Cuadernos Hispanoamericanos*, 1942-1955. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.
- MEDINA, Mario Oliva. *Revista Repertorio Americano*: algunos alcances sobre su trayetoria, 1919-1958. *Revista iZquierdas*. Buenos Aires, ano 1, nº 1, 2007. p. 16.
- MONGE, Joaquín García. Unidos por la Cultura. La Nación, 31 dez. 1944.
- NEIRA, Ana Gonzalés. *Cuadernos Americanos* y el exilio español: nacimiento de una revista universal. *Cuadernos Americanos*. México DF, v. 1, nº 127, p. 11-30, 2009.
- ——... Cuadernos Americanos y realidad: dos publicaciones más allá del exilio republicano en América, nº 25, ano XIV, jul., 2011. p. 1-24.
- OVARES, Flora. Repertorio Americano y el discurso cultural (1919-1949). Cuadernos Americanos. México DF, nº 127, p. 31-38, 2009.

BÁRBARA DE ALMEIDA GUIMARÃES

- PIETRI, Arturo Uslar. Hacia un Gobierno eficiente. *Repertorio Americano*. Costa Rica, nº 1091, p. 252-253, 1949.
- POCOCK, John G. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2003.
- RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e o seu sentido americano. *Pensamento da América, A manhã*. Rio de Janeiro, 04 set. 1941.
- ROKHA, Pablo. Antología y panorama de Poesía norteamericana. *Repertorio Americano*. Costa Rica, nº 985, 1945. p. 289-301.
- SALAZAR, Eduardo. Conclusiones del Hemisferio Americano. *Repertorio Americano*, Costa Rica, nº 981, p. 230-231, fev. 1945.
- SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICCAL*. Paris, Sorbonne la Nouvelle, n° 9, 1992.
- SIERRA, Manuel. J. De Monroe a Roosevelt. *Cuadernos Americanos*. México DF, nº 1, p. 25-26, jan.-fev. 1942.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 248-249.
- SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- WEINBERG, Liliana. El encuentro de un escritor y una revista: Alfonso Reys y *Cuadernos Americanos*. In: CRESPO, Regina (Org.). *Revistas en América Latina: proyectos literários, políticos y culturales*. Cidade do México: Unam, 2010.
- ZEA, Leopoldo. Las dos Américas. *Cuadernos Americanos*. México DF, nº 15, p. 154-169, mai.-jun. 1944.